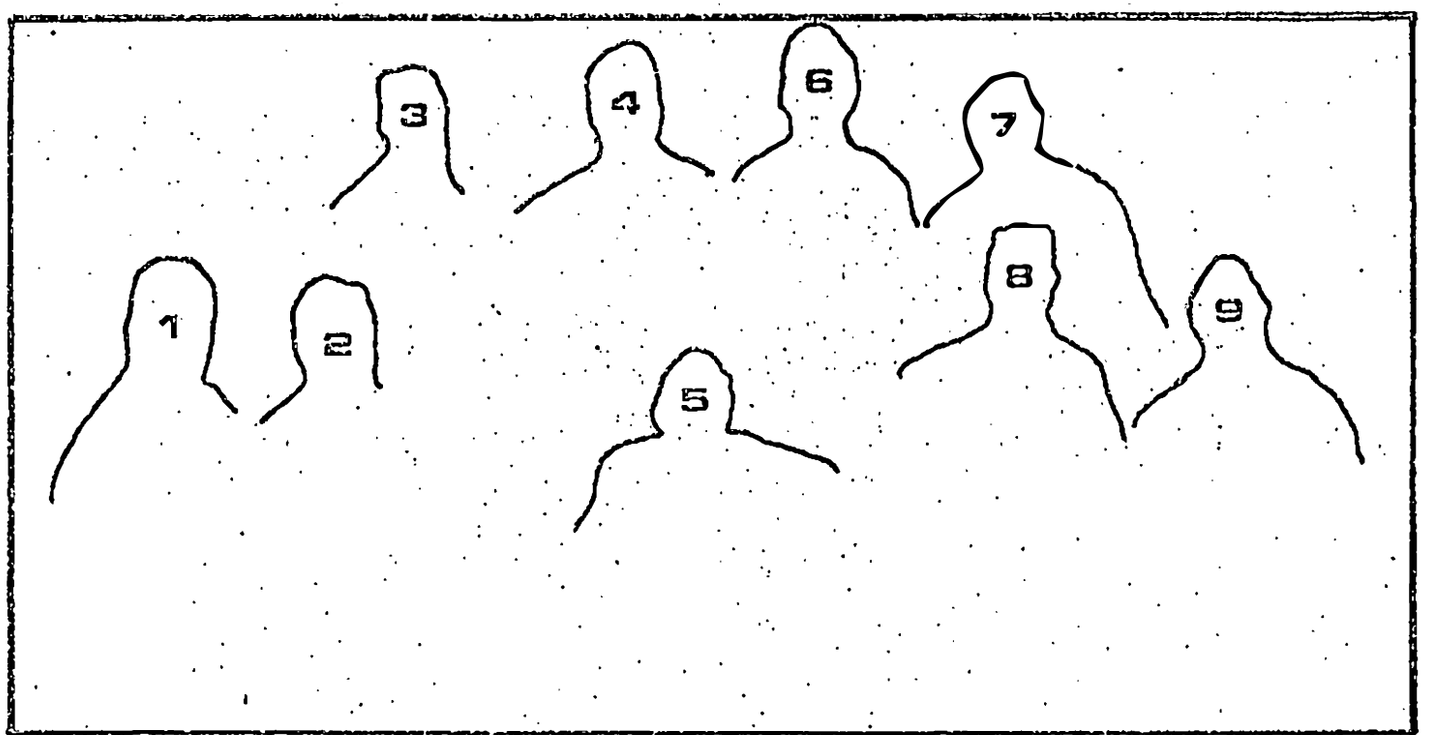
MARIA LIGIA COELHO PRADO

A DEMOCRACIA ILUSTRADA

1926 - 1934

Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

São Paulo, 1982



CAPA - 1. J.J.Cardoso de Mello Neto; 2. José Adriano Marrey Júnior; 3.Waldemar Martins Ferreira; 4. Luis de Queiroz Aranha; 5. Antonio da Silva Prado; 6. Prudente de Moraes Netto; 7. Manfredo Antonio Costa; 8.Francisco Morato; 9. Paulo de Moraes Barros.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO..... 1
Notas..... 15

CAPÍTULO I A FORMAÇÃO DO PARTIDO: "REPUBLICANIZAR A REPÚBLICA"

1. A fundação do partido..... 17
2. Os organizadores do partido..... 26
3. As adesões dos simpatizantes..... 33
4. O aliciamento: práticas coronelísticas..... 40
5. A participação dos imigrantes..... 44
6. As barreiras a enfrentar..... 50
7. A propaganda como arma política..... 57
8. A organização interna: as leis orgânicas..... 65
9. A voz de comando do Diretório Central..... 76
Notas..... 83

CAPÍTULO II - AS LUTAS POLÍTICAS DO PARTIDO

Primeira Parte: "Abaixo as oligarquias carcomidas"

1. A participação do partido nas eleições (1927-1928)..... 101
2. As articulações do Partido Democrático a nível nacional..... 128
3. Das alianças à tomada do poder..... 137
4. A "revolução" do Partido Democrático..... 147
Notas..... 156

Segunda Parte: "Tudo por São Paulo unido"

1. Da bandeira pela democracia à bandeira por São Paulo..... 172
2. O poder contraditório..... 198
3. A reconciliação dos velhos inimigos: P.D. e P.R.P. 213
4. A oposição descaracterizada..... 230
5. O legado do Partido Democrático..... 236
Notas..... 241

CAPÍTULO III - POLÍTICA E SOCIEDADE: "MUDAR PARA CONSERVAR"

1. O partido e os interesses econômicos..... 251
a) O café..... 251
b) Os bancos..... 263
c) A indústria..... 266
2. O partido e a questão operária..... 276
3. O significado político da oposição..... 296
Notas..... 300

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 307

FONTES E BIBLIOGRAFIA..... 309

APÊNDICE..... 319

ILUSTRAÇÕES..... 98/99

FOTO - Marrey Júnior discursando.

FOTO 2 Propaganda eleitoral.

FOTO 3 Vicente Rao discursando num Congresso do Partido: vê-se à extrema esquerda Paulo Nogueira Filho: ao fundo à direita Paulo de Moraes Barros (de cabelos brancos) e A.C.de Abreu Sodré. A bandeira do partido com o barrete frígio está colocada a esquerda da bandeira brasileira.

FOTOS 4 e 5 Chegada de caravanas democráticas no interior.

"Quanto aos trabalhadores, pelo menos nos países mais avançados da Europa, pode-se considerar certo que o sistema patriarcal ou paternal de governo é do tipo a que não se submeterão de novo. Isso ficou claro quando se lhes ensinou a ler e se lhes permitiu acesso aos jornais e assuntos políticos; quando se consentiu a presença entre eles de pregadores dissidentes, e apelo a suas faculdades e sentimentos em oposição aos credos professados e apoiados por seus superiores; quando se reuniram em números, para trabalhar socialmente sob um mesmo teto; quando as ferrovias permitiram - lhes deslocar-se de lugar, e mudar de patrões e empregadores tão facilmente quanto mudam de roupa; quando foram estimulados a procurar participação no governo, por meio de franquias eleitorais. As classes trabalhadoras assumiram seus interesses nas próprias mao, e estão sempre mostrando pensar que os interesses de seus empregadores não são idênticos aos seus, mas antagônicos. Alguns entre as classes superiores gabam-se de que essas tendências podem ser contidas por educação moral e religiosa: mas deixaram passar o tempo para dar uma educação que possa atender a seus objetivos. Os princípios da Reforma atingiram as camadas mais baixas da sociedade como o ler e escrever, e os pobres não aceitarão por muito tempo a moral e religião como prescrita por outros... Os pobres escaparam dos cordéis e não mais podem ser governados ou tratados como crianças".

John Stuart Mill, 1848.

INTRODUÇÃO

O estudo tem por objetivo a análise da formação e atuação do Partido Democrático de São Paulo, bem como de seu significado político e ideológico no quadro da sociedade brasileira. Constituiu-se o partido na primeira agremiação organizada e legal, nos fins da República Velha, que conseguiu, em São Paulo, sobreviver e inserir-se efetivamente nas lutas político-eleitorais e ideológicas travadas no período.

Na historiografia brasileira, os estudiosos geralmente se referem ao Partido Democrático de forma tangencial, aparecendo como um dos elementos secundários das análises efetuadas. É quase inexistente um trabalho específico sobre a chamada oposição política paulista da década de 1920.

Impunha-se, assim, uma pesquisa sobre o tema, pois as análises até aqui realizadas se limitaram a duas fontes principais: o livro auto-biográfico de Paulo Nogueira Filho (1) e o órgão oficial do partido, o jornal *Diário Nacional*. O arquivo completo do Partido Democrático, que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nunca tinha sido, até então, consultado de forma sistemática e em toda sua extensão.

Do Arquivo do Partido Democrático constam: a ata da fundação, as atas dos nove Congressos partidários e de outras reuniões menores; vasto material sobre as eleições; relatórios de caravanas que percorreram o interior do Estado e pa-

receres das Comissões Técnicas do partido; elementos para compor o quadro das finanças e da contabilidade da agremiação; relatos de eventos particulares do partido; e, finalmente, uma valiosa e rica correspondência entre os vários Diretórios Municipais e Distritais e o Diretório Central (e vice-versa), constituindo importante material como fontes para a análise.

Foi essa documentação do Partido Democrático, o núcleo básico desta pesquisa; outras fontes relevantes foram o *Diário Nacional*, alguns depoimentos publicados de contemporâneos dos acontecimentos, os Anais das Câmaras dos Deputados, além de informações secundárias retiradas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Correio Paulistano*. Acresça-se a este material empírico, entrevistas realizadas no interior e na cidade de São Paulo com ex-integrantes do partido que contribuiram de forma valiosa para a reconstituição do "clima" político da época.

Freqüentemente, o partido, nas análises correntes, tem sido visto como produto de uma dissidência oligárquica. Edgard Carone, por exemplo, assinala que o Partido Democrático estava ligado ao "setor do café e a diversas categorias da burguesia urbana" (2). Entende, também, que o partido fez oposição ao Partido Republicano Paulista, ao mesmo tempo em que se constituiu no seu continuador, tanto do ponto de vista ideológico, quanto à identidade dos métodos usados. Afirma que o partido vai agir dentro de uma política conservadora, legalista e evolucionista (3) Todavia, numa obra ante

rior, Carone apontara o "caráter arcaico e vacilante" do Partido Democrático, pois que era liderado por uma ala da dissidência oligárquica do Partido Republicano Paulista. Para o autor, como a sociedade se diversificara na década de 1920, e não mais se podiam aglutinar grupos antagônicos em uma mesma agremiação política, o Partido Democrático representaria uma "simbiose" das várias tendências (4)

Esta parece ser a perspectiva, por assim dizer, clássica sobre o partido; seria ele conservador, já que dissidência oligárquica, encampando outros setores sociais, descontentes com a situação vigente. Carone procura sugerir — sem, no entanto, explicitar — que, havendo interesses antagônicos, eles se expressariam através de um novo partido. Em contrapartida, já havia caracterizado o Partido Democrático como continuador do Partido Republicano Paulista, além de tê-lo considerado "arcaico" e "evolucionista". A análise de Carone não apresenta a agremiação como um partido diferenciado, com algo de inovador. A questão, dessa maneira, permanece: se não há nada de novo no Partido Democrático, ainda que na década haja novos interesses sociais a serem representados, qual o caráter do partido de oposição paulista?

Bóris Fausto, em seu livro sobre o movimento de 1930, afirma que "os democráticos constituiram a força principal da corrente liberal-constitucionalista que expressou uma das tendências na luta por definir os rumos da revolução, nos anos trinta" (5). Para esse autor, o partido tinha como traço distintivo a tentantiva de articular-se com uma razoá-

vel coerência ideológica para além das disputas pessoais, caracterizando-se pelo embate por reformas políticas e pelo anti-industrialismo. Salienta, ainda, o caráter xenófobo da agremiação em contrapartida ao cosmopolitismo do Partido Republicano Paulista. Para Fausto, o Partido Democrático nao representava "o impulso das áreas modernizantes, supostamente identificadas com a indústria, mas uma aliança das classes médias de São Paulo com elementos descontentes do setor agrário" (6). É certo que um dos objetivos centrais desse livro foi o de demonstrar que os grupos industriais nunca apoiariam a revolução de 1930, não podendo o movimento ser considerado como revolução burguesa. A análise acerca do Partido Democrático entrava nesse contexto.

Plínio de Abreu Ramos em seu trabalho sobre os partidos políticos de São Paulo estende-se mais longamente sobre o Partido Democrático, dedicando-lhe dois capítulos. Apresenta o Conselheiro Antônio Prado como um "oportunista" que percebeu que o país "começava a enfastiar-se com os métodos políticos do perrepismo; (...) quando verificou que a crescente insatisfação da juventude militar constituira uma inequívoca peça de acusação a São Paulo, aos seus políticos e aos brasões coloniais de sua requintada aristocracia cafeicultora" (7), decidiu criar um outro partido para "plastificar as feições sem modificar os hábitos do organismo". Continua o autor, afirmando que o Partido Democrático era um partido bastante reacionário, com um programa que agrupou um "pacote de generalidades". Além disso, Ramos defende a idé de que a agremiação "fora criada para formar bases militares

e, por intermédio delas, substituir o Partido Republicano Paulista, que não correspondia à confiança das classes dominantes" (8). Desvinculando, ainda, os novos interesses industriais nascentes, do partido, o autor acentua seu caráter aristocrático, paulista e conservador.

Deve-se aqui ressaltar a perspectiva de Abreu Ramos que, no primeiro texto citado, confere importância fundamental à vontade pessoal de Antônio Prado, na tarefa de organizar um partido. A História, na sua visão, depende exclusivamente da vontade e decisão dos homens; no caso, um indivíduo, no momento que lhe apraz, toma a iniciativa e se sai vitorioso na tentativa de criar um partido. É curioso que o autor não defenda a idéia de uma dissidência das oligarquias, mas sim da outorga da defesa dos interesses da classe dominante a um novo partido, já que o velho Partido Republicano nao mais corresponderia a seus interesses.

do Tenentismo, aponta uma oposição básica entre o Partido Democrático — representante da plutocracia paulista — e o tenentismo — representante da pequena burguesia radical; primeiros advogavam reformas de natureza estritamente política e os segundos estavam preocupados com transformações sociais. Depois de outubro de 1930, o autor acusava o partido de por em prática os mesmos processos condenáveis do Partido Republicano, recusando-se, também, a aceitar qualquer tentativa de mudança na Constituição de 1891. Com relação ao Partido Democrático e ao Partido Republicano, entendia

Santa Rosa haver uma solidariedade de base entre eles, pois eram "nascidos do mesmo tronco, criados na gleba dos latifúndios" e se uniram contra Getúlio Vargas "ao sentirem ameaçados os interesses comuns" (9). A oposição entre o Partido Democrático — e, também, as oligarquias em geral — e o tenentismo representava a luta entre os velhos troncos oligárquicos cujo sustentáculo era o latifúndio e o tenentismo "nascido do mal-estar da pequena burguesia" (10)

Maria Cecília Forjaz, em seu trabalho sobre o tenentismo e a Aliança Liberal, dedica um capítulo ao Partido Democrático. Para a autora, o partido atendia "às necessidades de mobilização política de camadas sociais mais amplas" (11), embora fosse liderado por elementos da oligarquia. Conclui Forjaz que "as posições políticas e programáticas assumidas por ele demonstram claramente seu caráter de expressão política de dissidências oligárquicas, que buscam o apoio de militares e procuram canalizar a insatisfação popular para se impor no cenário político" (12).

Por outro lado, Sertório de Castro na sua crítica a outubro de 1930, em *A República que a Revolução destruiu*, não empresta ao Partido Democrático de São Paulo significado histórico importante. Praticamente, os "democráticos" encontram-se ausentes em sua análise.

Na sua perspectiva, os articuladores da conspiração e da luta armada que culminaram em outubro de 1930 foram gaúchos, mineiros e paraibanos. Não confere um lugar na "gale-

ria dos oposicionistas" aos "democráticos" paulistas [13], identificando São Paulo ao Partido Republicano Paulista.

Barbosa Lima Sobrinho, no seu clássico *A verdade sobre a Revolução de Outubro*, também imputa pouca importância aos "democráticos" paulistas. São Paulo também era a "terra do Partido Republicano Paulista". Em seu estudo, salienta os sentimentos regionalistas como um dos móveis principais do levante de 1930. Indagando a razão da simpatia de São Paulo pela candidatura de Getúlio Vargas conclui que as causas são variadas: a intolerância do Partido Republicano "que soubera desagradar profundamente o sentimento popular durante os últimos anos, com uma orientação de prepotência e de rispidez", além do problema do café, cuja orientação governamental vinha provocando muitos opositores [14]

Os trabalhos mais recentes preocupados em identificar os interesses sociais representados no nível do partido, utilizaram-se, basicamente, para responder a essa questão, de um método puramente estatístico, através da quantificação das profissões contidas na lista de 600 assinaturas de adesões ao Manifesto do Partido Democrático. Maria Cecília Forjaz, por seu lado, trabalhou com uma amostragem dentre as cincoenta mil primeiras adesões ao partido. Para os propósitos desta investigação, entendemos não ser rigorosamente conclusivo esse tipo de procedimento estatístico, ainda que, irrecusavelmente, contribua para fornecer valiosos elementos para encaminhar uma resposta para o problema da relação dos partidos políticos/classes sociais. Parece-nos fundamental, todavia,

o estudo da democracia interna da agremiação, das relações que se estabeleceram entre o Diretório Central e os Diretórios Municipais, das propostas de suas diversas Comissões Técnicas, das proposições aos Congressos e, mais ainda, da inserção do partido nas lutas políticas, sociais e ideológicas, suas posições e suas respostas à conjuntura política.

Após o exame desse conjunto de problemas, procuramos, ao final da pesquisa, formular uma interpretação sobre o significado político e social do Partido Democrático no interior da sociedade brasileira, particularmente dentro de São Paulo.

Para o historiador, coloca-se, no entanto, uma outra questão substantiva: o que significa escrever a história de um partido político?

Cremos que um breve texto de Antônio Gramsci nos fornece interessantes sugestões para a realização de tal projeto: "O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política? Como nasce, os primeiros grupos que a constituem, as polêmicas ideológicas através das quais se forma o seu programa e a sua concepção do mundo e da vida? Em tal caso, tratar-se-ia da história de restritos grupos intelectuais e, por vezes, da biografia política de uma só individualidade. A moldura do quadro deverá, portanto, ser mais vasta e compreensiva" (15)

Pela negativa, o pensador italiano formula um con-

junto de objeções a uma certa perspectiva de construção da história de uma organização política. Não deve ela se limitar à descrição da dinâmica interna da organização e à análise da estrutura do partido; e nem tampouco ao rigoroso exame da sua ideologia tal como aparece evidenciada em seus programas oficiais. As intenções e as motivações que levaram os fundadores a se reunirem para criarem o partido também podem ser elucidativas, mas adverte Gramsci, todas essas condições, embora importantes, não são suficientes para uma compreensão crítica e objetiva da história de um partido.

Num outro momento, Gramsci esclarece de forma positiva, em que consiste "escrever a história de um partido": "(...) significa nada mais nada menos que escrever a história geral de um país de um ponto de vista monográfico" (16).

Apesar de não ser aqui o lugar de problematizar o chamado "historicismo gramsciano", cremos — como foi observado acima — que na proposta do pensador italiano estão contidas importantes coordenadas teóricas. Estudar um partido político implica situá-lo dentro das lutas sociais e políticas de seu tempo. Quais as batalhas que empreende — seus objetivos, aspirações, interesses sociais que procura articular — e como as empreende — suas alianças, seus métodos. Através do Partido Democrático, é possível conhecer um pouco melhor a dinâmica interna da formação social paulista nesse período, bem como as contradições sociais que a constituem. Nisso, o Partido Democrático, como todo partido político, seria simultaneamente expressão da realidade social e o produto

da iniciativa de setores da sociedade que buscam intervir nas mudanças sociais e políticas de seu tempo.

Mas, o que é um partido político? Sem invalidar uma *Teoria dos Partidos Políticos*, entendemos que "não é possível estabelecer critérios para a caracterização dos partidos políticos em todas as sociedades. O conceito de partido político somente pode ser formulado tomando-se a situação concreta de uma sociedade e levando-se em conta determinados traços fundamentais de sua constituição política" (17).

Aceitando esta formulação, pretende-se afirmar que determinadas teorias, na medida em que foram produzidas num determinado contexto, não podem ser transportadas em toda a sua extensão e de forma mecânica para a compreensão e análise de uma outra realidade. Seguindo, ainda, os delineamentos apresentados pelos autores acima indicados, pensamos ser possível definir os modernos partidos políticos como "agrupamentos que na prática fazem a mediação entre os grupos (de interesses) de uma sociedade e o Estado, que participam na luta pelo poder (domínio) político e na formação da vontade política do povo" (18). Defesa de interesses particulares, luta pelo poder político e o chamamento da sociedade à participação política são alguns dos traços gerais que permitem caracterizar o Partido Democrático como um partido político, como veremos no desenvolvimento de nossa análise.

Tal definição, todavia, considera o partido político como uma associação que visa a sociedade global e o Esta-

do nacional. Como reivindicá-la para a definição do Partido Democrático, na verdade um partido regional? O partido tentou articular-se nacionalmente, ainda que sem êxito imediato, e estabeleceu alianças no nível nacional que tiveram um peso decisivo na queda do governo federal instituído. Além disso suas proposições, do ponto de vista político, social e ideológico, tinham um caráter nacional (conseguindo, inclusive, penetração em outros Estados), não se restringindo, portanto, a São Paulo.

-.-.-.-

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresentamos a organização do partido, a atuação do grupo que batalhou pela sua fundação, o crescimento e a penetração dos "democráticos", o financiamento, a propaganda para angariar simpatizantes e, finalmente, a estruturação interna da agremiação.

No segundo capítulo, dividido em duas partes, acompanhamos o histórico do Partido Democrático e sua inserção nas lutas político-eleitorais desde 1927, as alianças a nível nacional, a possibilidade frustrada de alcançar o poder de fato, a volta à oposição e sua união com os velhos inimigos (o Partido Republicano Paulista), sua desestruturação depois que se diluiu na Frente Única e seu conseqüente desaparecimento em 1934.

No terceiro capítulo, pretendemos responder às questões colocadas pela exposição acima, ou seja, que interesses de classe representou o partido, que ligações estabeleceu com a

classe dominante, que postura assumiu diante da classe operária e das classes médias; que democracia defendeu, e que significado político a oposição paulista teve no cenário da Primeira República.

Ao final, acrescentamos um apêndice, contendo a perspectiva dos contemporâneos, simpatizantes, inimigos ou indiferentes a respeito do Partido Democrático.

Dessa maneira, um conjunto de dúvidas as quais procuraremos responder no desenvolvimento do trabalho — alimentou nossa reflexão sobre a agremiação. Como entender por exemplo — o surgimento de um partido de oposição na metade da década de 1920? Que coalizão de forças sociais representou ele e, portanto, que democracia postulou? Como se efetivou sua prática política? Apresentou o partido projetos alternativos à sociedade brasileira? Qual sua perspectiva sobre um partido nacional? Já que se integrou ao grupo que fez a "revolução" em outubro de 1930, como entender a questão da revolução, do ponto de vista do partido? E, finalmente, como caracterizá-lo do ponto de vista ideológico?

Enfim, foi o Partido Democrático de São Paulo a "salvação única e possível do país" — como asseguravam seus defensores — ou uma "agremiação de ambiciosos e oportunistas" — como apregoavam seus opositores? Certamente as respostas a tais questões não devem ser procuradas nos marcos do próprio quadro ideológico que as geraram.

Meus agradecimentos principiam pelo orientador desta tese, Carlos Guilherme Mota. O estímulo, a confiança e a liberdade que dele recebi foram valiosos para a realização deste trabalho.

As dificuldades da pesquisa em arquivos foram minimizadas, no Instituto Histórico e Geográfico, pela simpatia de Lúcia Amaral e pela atenção do Prof. Álvaro Coimbra — lamentavelmente demissionário da direção do Arquivo. Contei, também, com a gentileza dos funcionários da Biblioteca do Arquivo do Estado de São Paulo e, particularmente, com o apoio de seu diretor, Prof. José Sebastião Witter.

Aos colegas e amigos do Departamento de História — principalmente o grupo constituído por professores do setor de História do Brasil e de História da América com o qual tive o prazer de discutir este projeto de pesquisa — contribuiram com suas sugestões e com seu incentivo para que esta tese se concretizasse.

Às minhas ex-alunas Maria Bueno Bastos, Luiza Vergara, Eliana Vezzani, Caroline Harari, Angela Marques da Costa, Adriana Ambach e, de modo muito especial, Angélica Pedroso, os meus agradecimentos pela colaboração e pela permanente disponibilidade.

Todos os entrevistados foram sempre de uma extrema amabilidade; suas contribuições foram importantes para a com

posição do quadro político do Partido Democrático. Ressalto aqui, de modo particular, os depoimentos de Caio Prado Júnior e Rubens Borba de Moraes. Benedito Pires de Almeida (Zico Pires), com extrema boa vontade e disposição, coletou significativo material sobre a política oposicionista na cidade de Tietê.

Agradeço ainda a Décio Saes e José Enio Casalecchi que debateram comigo alguns tópicos do trabalho com lucidez e rigorosa acuidade. Os amigos Ana Maria Camargo, Maria Cristina Luizetto, Modesto Florenzano, A. Pereira Medeiros concorreram, cada um a seu modo, mas todos de forma decisiva para o andamento desta pesquisa.

Sou grata à Hermínia Muzanek, Lucia Musenek, Inês Etienne Romeu e João Blanco de Lima pela boa vontade e eficiência com que se houveram nos serviços de datilografia e trabalho gráfico.

Um agradecimento muito especial a Maria Helena Capelato e Sílvia Bassetto, cujas calorosas presenças foram inestimáveis. O fraternal estímulo que delas recebi nunca comprometeu o agudo espírito crítico com que leram e discutiram o trabalho.

Finalmente, os de casa. Às minhas "crianças", Fábio, Laís e Mauro e, de modo muito particular, ao Caio, o meu carinho. Todos eles, à sua maneira, me estimularam e me apoiaram e, mais ainda, me suportaram nestes tempos críticos...

NOTAS

1) NOGUEIRA FILHO, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930. São Paulo, José Olympio, 1965.
2) CARONE, Edgard - A República Velha. Evolução política. São Paulo, Difel, 1974, p. 398.
3) CARONE, Edgard - op. cit., p. 399.
4) CARONE, Edgard - A República Velha. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1972, p. 315.
5) FAUSTO, Bóris - A Revolução de 1930. Historiografia e História. São Paulo, Brasiliense, 1970, pp. 32-33.
6) FAUSTO, Bóris - op. cit., p. 38.
7) RAMOS, Plínio de Abreu - Os partidos políticos e o Estado Novo. Rio de Janeiro, Vozes, 1980, p. 133.
8) RAMOS, Plínio de Abreu - op. cit., p. 136.
9) ROSA, Virgínio Santa - O sentido do tenentismo. 3ª ed., São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1976, p. 95.
10) ROSA, Virgínio Santa - op. cit., p. 103.
11) FORJAZ, Maria Cecília Spina - Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930). São Paulo, Livraria Editora Polis Ltda., 1978, p. 39.
12) FORJAZ, Maria Cecília Spina - op. cit., p. 45.
13) CASTRO, Sertório de - A República que a Revolução destruiu. Rio de Janeiro, Freitas Bastos e Cia., 1933, p. 566.
14) LIMA SOBRINHO, Barbosa - A verdade sobre a Revolução de outubro de 1930. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1975, p. 181.
15) GRAMSCI, Antônio - Obras escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978, p. 169.
16) GRAMSCI, Antônio - op. cit., p. 169.
17) NEUMANN, Franz & LENK, Kurt - Teoria y sociologia criticas de los partidos políticos. Barcelona, Editorial Anagrama, 1980, p. 61.
18) NEUMANN, Franz & LENK, Kurt - op. cit., pp. 61-62.

I A FORMAÇÃO DO PARTIDO:

"REPUBLICANIZAR A REPÚBLICA"

1. A fundação do partido

O Partido Democrático de São Paulo (P.D.) foi criado em 24 de fevereiro de 1926 — data comemorativa da promulgaçao da Primeira Constituição Republicana — com a finalidade, explícita em sua ata de fundação, de "(...) congregar todos os paulistas a fim de contribuirem para o desenvolvimento cada vez maior do Brasil, mercê de uma política liberal que se oponha a qualquer cerceamento dos direitos individuais assegurados pela carta de vinte e quatro de fevereiro de mil e oitocentos e noventa e um, que implantou, entre nós, o regime democrático" (1)

Lê-se em seu Manifesto que "resolveram os abaixo assinados fundar um partido ao qual denominaram PARTIDO DEMOCRÁTICO, nome assaz significativo por inculcar o seu principal objetivo, de obter para o povo o livre exercício da soberania e da escolha de seus representantes" (2)

Para os fundadores do partido, a atitude daquèles que "queriam estar sempre no poder", contribuía para o descrédito do regime "assim como para o pouco interesse que o público liga hoje, aos pleitos e ao triunfo das chapas oficiais" (3)

O ponto central e primordial, na perspectiva dos fundadores do Partido Democrático, era a questão da representatividade do voto. Para eles, a democracia — "implantada" pela Constituição de 1891 — implicava a existência de

mais de um partido e, portanto, o debate de opiniões diversificadas (4)

Ainda que, de início, a preocupaçao fosse essa, a agremiação se manifestou contrária à participação nas eleições, pois considerava que o "estado de sítio" vigente nao o permitia; circunscrevia sua ação, nesse momento, a propaganda da causa democrática (5)

O manifesto-programa de 22 de março de 1926 terminava apresentando as idéias básicas pelas quais o partido se propunha

"1º) Defender os princípios liberais consagrados na constituição, tornando uma realidade o governo do povo e opondo-se a qualquer revisão constitucional que implique restrição às garantias e liberdades individuais;

2º) Pugnar pela reforma da lei eleitoral, no sentido de garantir a verdade do voto, reclamando, para isso, o voto secreto e medidas asseguradoras do alistamento, do escrutínio da apuraçao e do reconhecimento;

3º) Vindicar para a lavoura, para o comércio e para a indústria a influência a que tem direito, por sua importância na direção dos negócios;

4º) Suscitar e defender todas as medidas que interessam questão social;

5º) Pugnar pela independência econômica da magistratura nacional e pelo estabelecimento de uma organização judiciária em que a nomeação dos juízes e a composição dos tribunais independam completamente de outro qualquer poder público;

6º) Pugnar pela independência econômica do magistério público e pela criação de um organismo integral de instrução, abrangendo o ensino primário, secundário, profissional e superior" (6)

Este manifesto, que marcava a instalação do Partido Democrático, foi assinado por 601 simpatizantes e não deve ser confundido com sua primeira versão — manifesto do Partido Democrata de 27 de fevereiro de 1926 — apresentada por uma comissão como documento básico, posteriormente modificado no decorrer das discussões preliminares sobre a fundação do partido (7). As alterações consignadas no primeiro texto foram as seguintes: no item 3º, acrescentou-se "para o comércio e para a indústria"; no item 4º, suprimiu-se a expressão: "e particularmente ao bem estar das classes trabalhadoras"; por outro lado foram introduzidos integralmente os ítens 5º e 6º (8)

O manifesto nos oferece elementos para a compreensão de algumas bandeiras políticas do partido. Os dois primeiros ítens propugnavam por reformas políticas, na tentativa de recuperação da democracia liberal, inscrita na Constituição, mas perdida pela prática cotidiana do situacionismo.

Sua efetivação ao lado da garantia da "verdade eleitoral", escudada no voto secreto, surgiam como suas metas prioritárias. Dever-se-ia lutar contra aqueles que desvirtuaram a Constituição não permitindo que emergisse o verdadeiro "governo do povo pelo povo"

Entretanto, quem era o "povo" na ótica dos autores do manifesto? A resposta estava nos ítens terceiro e quarto: com relação à lavoura, ao comércio e à indústria, assegurados estavam seus "méritos". A vaga indicação da "questão social" acrescida à anuência da retirada da citação alusiva às "classes trabalhadoras" revelavam, desde o princípio, que o conceito de "povo" não se referia à sociedade como um todo; apenas alguns setores eram nominados, exatamente aqueles ligados às classes proprietárias, relegando-se as demais a um segundo plano.

A inserção do quinto e sexto ítens que propunham temas mais particularizados — a magistratura e o magistério público —, num conjunto de reivindicações mais amplas e gerais, pode ser entendida em virtude da presença de um elevado número de juristas e professores da Faculdade de Direito quando da fundação do partido e da redação do texto.

A eleição de temas específicos (magistratura, magistério público) e a omissão de outros condizentes com aspirações mais populares, como custo de vida, construção da casa própria, lei do inquilinato, leis trabalhistas, educação gratuita, etc., anunciavam as preocupaçoes efetivas dos auto

res do manifesto.

O discurso de Gama Cerqueira, no I Congresso do Partido Democrático, em 1926, anunciava o significado do manifesto-programa da agremiação: "(...) um programa de um Partido não pode ser casuístico; não pode assemelhar-se ao regulamento de uma lei. Ele precisa trazer as idéias substanciais, os pontos inalienáveis, aqueles sem os quais o Partido nao existiria. Mas não pode descer a questões secundárias de organização, porque repeliria adesões. Exemplifico logo. Nós temos, por exemplo, (...) algumas linhas do programa do Par-

respeito da organização de instrução

nosso Partido descer até questões consistindo por exemplo na criação de universidades, todos aqueles que foram contrários ao ensino universitário, não aderirão ao Partido. Ele quer universidades; eu não as quero! No regime econômico e financeiro: se nós lançarmos desde já a tese de livre câmbio, por exemplo, todos aqueles que forem protecionistas nao poderão aderir" (9)

Consideramos, pois, que o manifesto-programa do Partido Democrático era, por opçao, vago, amplo e indefinido. Dava possibilidade a que descontentes de todos os matizes se igualassem na condição de oposicionistas aos procedimentos do partido do governo, que regia os destinos do país.

A declaração de Gama Cerqueira, figura proeminente no Partido Democrático, indicava que a indefinição política do programa representava a escolha de uma postura que aponta

va para o partido como o lugar privilegiado das oposições e não de uma determinada oposição.

O manifesto tinha, assim, a firme intenção de atrair o maior número de simpatizantes, independentemente de possíveis divergências consideradas pelos líderes, de menor significação. Os signatários do manifesto, em sua maioria, pertenciam às classes médias — profissionais liberais, funcionários — mas uma parcela significativa estava composta por representantes das classes proprietárias (10).

A organização do partido se fez a partir de embriões de três grupos políticos distintos: 1) o da Faculdade de Direito, em volta das figuras de Waldemar Ferreira e Francisco Morato; 2) o grupo de Marrey Júnior; 3) o do jornal *O Estado de São Paulo*, em torno de Júlio de Mesquita. A figura do Conselheiro Antônio Prado atraiu e uniu esses grupos na tarefa de concretizar o surgimento de um partido de oposição (11).

Um dos núcleos políticos da formação do partido foi, sem dúvida, a Faculdade de Direito de São Paulo; inúmeros democráticos (12) passaram por ela, fazendo parte de uma mesma geraçao. Muitos deles pertenceram à Liga Nacionalista, nascida sob a influência de Olavo Bilac, em 1917 (13). A esta foram filiados nomes como Waldemar Ferreira, Paulo Nogueira Filho, Joaquim Sampaio Vidal, Gama Cerqueira, Reinaldo Porchat, Prudente de Moraes Neto (14)

O grupo do jornal *O Estado de São Paulo* mantinha certa independência com re ão ao situacionismo, criando em sua redação um espaço para o debate político [15]. Júlio de Mesquita já se opusera à "política dos governadores" preconizada por Campos Sales e também apoiara a candidatura oposicionista de Rui Barbosa à presidência da República [16]

Marrey Júnior participara da mais recente disputa interna do Partido Republicano Paulista fazendo parte do grupo que se indispusera com a direção do partido; estava, assim, a um passo da oposição.

O Conselheiro Antônio Prado tem sido considerado como o aglutinador do partido. Como entender sua adesão à política partidária aos 86 anos, já que nunca aceitara participar do Partido Republicano Paulista. Sua atuação política depois da proclamação da República restringira-se ao cargo de prefeito "apolítico" [17] de São Paulo, ocupado por quatro vezes entre 1899 e 1910 e ao apoio às campanhas de Rui Barbosa e Nilo Peçanha, candidatos oposicionistas à presidência do país.

Houve alguns episódios que precipitaram sua entrada para o partido. Em primeiro lugar, sua indisposição com Washington Luiz, que já vinha de algum tempo, foi acentuada e levou-o ao rompimento definitivo com a rejeição por parte do então presidente de São Paulo de um acordo sobre a imigração de italianos firmada por Antônio Prado e o governo italiano; em 1921. Por esse acordo, conhecido por "Convenção de

Ouchy", o Conselheiro se propunha reativar a imigração, aceitando algumas exigências do governo italiano com relação aos imigrantes tais como o reconhecimento de sua dupla nacionalidade, educação na condição de súditos italianos e sujeição à jurisdição das autoridades italianas (18).

Washington Luiz recusou-se a sancionar a "Convenção" alegando que esta se contrapunha à soberania nacional. Tal episódio "ampliou o abismo entre Antônio e os líderes estaduais e nacionais, vinda em um tempo de crescente descontentamento nacional, evidente na disputa das máquinas estaduais que controlavam a política nacional" (19).

A estas razões juntar-se-iam os problemas econômicos enfrentados pelas empresas do Conselheiro. As pragas de 1918 — geada, gripe, gafanhotos e guerra — levaram quase à devastação às plantações da família. A tentativa de fazer entrar imigrantes relacionava-se à necessidade de manter o mercado de trabalho sempre com uma alta oferta de mão-de-obra para a manutenção dos pisos salariais. Essas frustrações ligadas aos demais problemas econômicos enfrentados por outras de suas empresas teriam precipitado a adesão do octogenário a política partidária.

Na nossa perspectiva, o Conselheiro foi persuadido a emprestar seu apoio ao partido de oposição que se formava. Os grupos que vinham se encontrando e debatendo as questões político-sociais brasileiras precisavam de um "nome respeitado" e de muito prestígio social para dar respaldo a agremiação.

Nesse sentido, Antônio Prado foi procurado para se transformar na figura simbólica de catalisador do Partido Democrático. Assim, havia uma "movimentação política de oposição que gravitava em torno do Conselheiro" — como afirmava Paulo Nogueira Filho — mas com a finalidade de cooptá-lo. Quando Prado aceitou entrar para a oposição, possivelmente pressionado pelas circunstâncias já mencionadas, transformou-se em bandeira viva da oposição, símbolo da "honestidade e da honradez".

As lutas internas no Partido Republicano Paulista também precisam ser apreciadas para o entendimento da formação do Partido Democrático. Até 1916, o Partido Republicano Paulista indicava anualmente sua Comissão Diretora; a partir dessa data, a renovação se fazia a cada quatro anos, coincidindo com a mudança no governo estadual. Em 1920, a Comissão Diretora eleita numa convenção dava mostras de querer se auto-perpetuar. Em 1925, os candidatos a deputado foram escolhidos pela Comissão, sem ao menos uma consulta formal aos Diretórios Municipais. Esses dados indicavam que a cúpula do partido tendia para um fechamento muito rápido nas suas instâncias decisórias. Washington Luiz, presidente do Estado, escolheu para seu sucessor, em 1923, Carlos de Campos, passando por cima da Comissão Diretora. Nessa disputa, muitos foram os contrariados, levando um grupo a se afastar do partido e formar a "Coligação" da qual faziam parte: Olavo Egídio de Souza Aranha (de quem Marrey Júnior era "afilhado político"), Álvaro de Carvalho, Altino Arantes, os Rodrigues Alves e Rafael Sampaio Vidal [20].

As lutas internas no Partido Republicano Paulista teriam levado alguns de seus membros a deixarem o partido; o momento propício surgiu quando uma figura proeminente como a do Conselheiro foi escolhida como aglutinador dos grupos descontentes com a política em vigor.

2.Os organizadores do partido

Os políticos que se reuniam regularmente desde 1925, com vistas à formação de uma agremiação oposicionista, responsáveis pela redação de seu manifesto-programa, eram, na maior parte, aqueles que compuseram o primeiro Diretório do Partido Democrático. Uma pequena incursão nas biografias desses homens fornecerá subsídios para compreender a composição social do partido.

Na impossibilidade de levantarmos os dados biográficos de todos os elementos mais atuantes no partido, selecionamos as figuras do Diretório Provisório do Partido Democrático que, na verdade, foram os que permaneceram como veremos — efetivamente na direção da agremiação até sua extinção [21]. Eram eles: Antônio da Silva Prado, Francisco Morato, José Adriano Marrey Júnior, Paulo de Moraes Barros, Paulo Nogueira Filho;Prudente de Morais Netto, J.J. Cardoso de Mello Neto, Luís de Queiroz Aranha, Luís Barbosa da Gama Cerqueira e Waldemar Martins Ferreira [22]; além destes, tomamos ainda os nomes de Henrique Bayma, Henrique de Souza Queiroz e

Joaquim Sampaio Vidal por terem, como os demais, ocupado postos no Diretório Central. Algumas referências a outros membros importantes do partido como Francisco Mesquita, ligado ao grupo de *O Estado de São Paulo*, também serão indicadas.

Iniciemos pelo passado político dessas personagens: um de seus principais líderes, Francisco Morato, fora um monarquista convicto, assim como Luís de Queiróz Aranha; cinco outros políticos tinham pertencido ao Partido Republicano Paulista como membros destacados: Gama Cerqueira fora deputado à Constituinte de 1891; Moraes Barros, deputado federal de 1909 a 1911 e Secretário da Agricultura no governo de Rodrigues Alves (1912-1916); Henrique de Souza Queiróz, vereador em 1918 e prefeito interino de 1922 a 1926; Reinaldo Porchat, senador estadual em 1923 (renunciou a seu mandato em 1925, com grande repercussão entre o grupo de futuros democráticos da Faculdade de Direito); e, finalmente, Marrey Júnior, vereador em 1915-1916 e deputado estadual de 1920 a 1926 (23)

Laços de parentesco uniam os filiados ao Partido Democrático e figuras importantes do Partido Republicano Paulista (24). Assim, Prudente de Moraes era tio de Paulo de Moraes Barros e avô de Prudente de Moraes Neto; Joaquim Sampaio Vidal, sobrinho de Rafael Sampaio Vidal (ministro da Fazenda no governo Bernardes até 1924); Cardoso de Mello Neto, genro de Francisco de Paula Rodrigues Alves; Paulo Nogueira Filho, neto de José Paulino Nogueira e filho de Paulo Nogueira, deputado pelo Partido Republicano Paulista; Francisco Mesquita, filho de Júlio de Mesquita e neto de Cerqueira Cé-

sar. Outros militantes do partido, não incluídos na listagem apresentada, também eram aparentados com perrepistas de vulto. Cesário Coimbra era sobrinho de Lacerda Franco, Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Filho, filho de Joaquim Celidônio dos Reis.

Algumas interpretações sobre a origem social dos membros do Partido Democrático pretendem identificar no partido interesses econômicos diversos daqueles representados pelo Partido Republicano Paulista. Deter-nos-emos sobre o tema no último capítulo do trabalho, mas nessa apresentação incluímos alguns elementos para a compreensão da questão.

Os interesses econômicos dos filiados aos dois partidos paulistas, Partido Republicano Paulista e Partido Democrático, eram, em muitos casos, entrelaçados e próximos (25). O primeiro exemplo mostra que Cardoso de Mello Neto fora sócio da Central Elétrica Rio Claro ao lado de quatro nomes do Partido Republicano Paulista Olavo Egídio de Souza Aranha, Eloy Chaves, José Martiniano Rodrigues Alves e seu pai Virgílio Rodrigues Alves. Mencionemos, ainda, as ligações da empresa com a Companhia de Theodor Wille. Os interesses econômicos de Antônio Prado ligavam-se a nomes do Partido Republicano Paulista, como Antônio Pádua Sales, Luís Toledo Piza, A. Ulhôa Cintra e A. Arruda Botelho. O avô de Paulo Nogueira Filho (seu herdeiro) tinha ligações econômicas com Francisco Glicério e Cardoso de Almeida. Armando de Salles Oliveira, membro do Partido Democrático e genro de Júlio de Mesquita, tinha relações comerciais com Numa de Oliveira, Fernando Pres-

tes (filho de Júlio Prestes) e Gastão Vidigal [26]

A identificação profissional dos principais militantes do Partido Democrático não pode se restringir a sua simples menção, pois a qualificação como advogado, professor ou médico induz a uma caracterização do indivíduo como profissional liberal, portanto, abstratamente membro das classes médias. No caso dos democráticos, seus interesses e ligações econômicas ultrapassavam esses limites, pois que eram membros integrantes da classe proprietária.

Paulo de Moraes Barros (1866-1940) foi médico e fazendeiro poderoso em Piracicaba, na região de Cafelândia e de Garça. Exerceu a presidência da Sociedade Rural Brasilei

Dedicou-se a outras atividades como a comercialização do café (Companhia Cafeeira do Rio Feio), foi importador de material de ferro e aço e fundador da Tecelagem Paraíba, em São José dos Campos.

Cardoso de Mello Neto (1883-1965), advogado, foi sócio (chegou à presidência) da Central Elétrica Rio Claro, posteriormente diretor do Banco Mercantil (grupo Gastão Vidigal) e diretor da Fiação e Tecelagem de Piracicaba.

Joaquim Sampaio Vidal (1897-1952), advogado, grande fazendeiro em Marília e Ariranha, teve também, depois, ligações com a indústria, sendo presidente da Indústria de Tecidos Pindorama.

Henrique de Souza Queiroz (falecido em 1961), advogado, foi fazendeiro, mais de uma vez presidente da Sociedade Rural Brasileira e, segundo seu necrológio, "sempre alerta na defesa dos interesses da classe". Luís de Queiroz Aranha (1867-1930), advogado, fazendeiro em Campinas, genro de Antônio Prado, ao morrer, era dono de imensa fortuna. Os Mesquitas, fazendeiros de café, na região de Campinas, desde 1912, dividiam suas atenções e seus investimentos com a empresa jornalística *O Estado de São Paulo*.

Paulo Nogueira Filho (1899-1969), advogado, vinha de uma família abastada que exercia muitas atividades econômicas: seu avô, ao morrer, em 1915, era presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, do Banco Comercial do Estado de São Paulo (do qual José Maria Whitaker foi, tempos depois, presidente), da Companhia Paulista de Seguros e da Companhia Agrícola de Ribeirão Preto. Em suas memórias (28) Nogueira Filho referia-se aos seguintes "negócios" da família, na década de 1920: Usina Esther (de açúcar), fazenda S. Quirino, Companhia Agrícola de Ribeirão Preto, Companhia de Tecidos Santa Branca (com capital superior a 5.000 contos) (29).

E, finalmente, Antônio da Silva Prado (1840-1929), empresário por excelência, foi grande fazendeiro de café, além de fundador, em 1890, do Banco Comércio e Indústria, do qual foi presidente até 1920; entre outras atividades, criou o Frigorífico Barretos, a Vidraria Santa Marina, em 1895 foi presidente da Companhia Prado Chaves Exportadora (café) c

presidente da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais até 1928 (30)

Os demais membros do Diretório Central foram advogados e professores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: Gama Cerqueira (1865-1936); Reinaldo Porchat (1868-1953), reitor da USP em 1934; Francisco Morato (1868-1948) e Waldemar Ferreira (1885-1964). Marrey Júnior (1889-1965), Prudente de Moraes Neto (1895-1961) e Henrique Bayma (1891—1974) têm em suas biografias apenas a profissão de advogados (muito bem sucedidos do ponto de vista econômico).

Foram esses mesmos homens os responsáveis pela manutenção financeira do partido. O Conselheiro distinguia-se pelas altas contribuições, abrindo sempre as listas para angariar fundos. Seguiam-se em importância as quantias doadas por Joaquim Sampaio Vidal, Henrique de Souza Queiroz, Cardoso de Mello Neto, Francisco Morato e Paulo de Moraes Barros.

O partido também passava listas de subscrição entre os simpatizantes da agremiação, alcançando alguns resultados. Além disso, cabia a cada diretório distrital ou municipal o envio de uma quantia estipulada para ajudar na manutenção do Partido Democrático. A partir de 1931, passou—se a exigir uma contribuição individual de cada membro do partido, sendo negada a participação nas eleições internas a todo aquele que nao pagasse a sua quota.

As relações entre o Partido Democrático e os bancos

paulistas puderam ser constatadas na documentação estudada. De forma particular, o partido manteve ligações com o Banco Comercial de São Paulo e o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo que lhe descontavam letras e lhe faziam empréstimos (31)

Neste pequeno sumário, procuramos ressaltar que a origem social da maioria dos líderes do Partido Democrático se identificava com a de seus opositores políticos perrepistas, ou seja, provinham da classe proprietária. Para reforçar essa idéia acompanhemos as conclusões de Joseph Love; tomando os 28 principais nomes pertencentes ao Diretório Central do Partido Democrático, comparou-os, através de suas biografias com 26 políticos da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista. O resultado está na tabela abaixo, destacando-se que os membros de ambos os grupos tinham carreiras múltiplas, com uma média de quase três ocupaçoes (32)

1926-1934

Ocupação Profissoes	Partido Democrático nº 28	Partido Republicano Paulista - nº 26
Advogado	81 %	76 %
Professor	39 %	16 %
Médico	12 %	4 %
Industrial	35 %	44 %
Comerciante	19 %	20 %
Banqueiro	8 %	36 %
Exportador	8 %	16 %
Fazendeiro	35 %	60 %

Desde já, note-se, de forma particular, dois ítens, o industrial e o banqueiro. A diferença entre os dois parti

dos, com relação à presença de industriais nao era tão notável, enquanto que os banqueiros estavam presentes em porcentagem bem mais elevada no Partido Republicano Paulista.

3. As adesões dos simpatizantes

O partido não teria condições de subsistir apenas pela vontade de seus fundadores e pelas primeiras manifestações de solidariedade ao manifesto. Precisava crescer. Para tanto, tornava-se imprescindível que oferecesse uma plataforma de idéias e ações que despertasse o interesse dos descontentes para que entrassem e batalhassem pelas causas da agremiação.

Assim, foram enviados grupos de oradores incumbidos de fazer propaganda do novo partido pelo interior e também na capital; de fato atingiu-se o número de 20.000 adesões em três meses (33) Em fins de 1926, chegou-se perto de 50.000 nomes (34)

Entretanto, permanece uma indagação: por que teriam esses indivíduos — médicos, farmacêuticos, comerciantes, funcionários públicos — entrado para o partido de oposição? Por que o partido surgia como único canal possível de participação política a grupos descontentes com a situação? Ou por que havia nesse discurso democratizante alguns apelos que se adequavam às aspirações desses grupos? Para responder a

esses problemas apresentamos algumas das circunstâncias em que se deu apoio ao Partido Democrático. .

Tomando como documentos básicos a correspondência existente entre os Diretórios Municipais (D.M.) e o Diretório Central (D.C.), temos alguns elementos para responder a essa questão.

Por exemplo, um grupo de cidadãos de Cravinhos, em carta de 13 de maio de 1926, ao manifestar sua solidariedade aos fundadores do partido, afirmava que "estavam dispostos a todos os sacrifícios para salvarem o Brasil dos dias tenebrosos que talvez lhe estejam reservados, dispostos a introduzir em nosso país a verdadeira Democracia, dando um golpe de morte nas oligarquias de tão perniciosos efeitos" (35).

Esta oposição entre democracia e oligarquia surgia como uma constante nas declarações dos que entravam para o partido; ao lado dessa dicotomia, aparecia também a idéia de que a democracia era capaz de "remodelar os costumes políticos" do país.

Continuavam os mesmos missivistas indicando que o partido dominante não consultava os interesses do "povo". Este era invocado como aquele que dava legitimidade ao partido. Acreditando que o Partido Democrático viria remodelar nossos costumes políticos, afirmavam: "Certos de que o povo, nesta hora adiantada da História e da Civilização, não pode ficar por mais tempo indiferente aos negócios públicos, no marasmo

em que se encontra, afastado dos problemas mais palpitantes que agitam a nossa Pátria, e que como soberano que é, deve ser cioso de sua liberdade, fazendo ouvir a sua voz, resolvem ingressar nas fileiras desse Partido, como sendo o intérprete das aspirações democráticas prometendo-lhe o seu franco e incondicional apoio e sua inteira solidariedade" (36)

Os "novos democráticos" outorgavam seu incondicional apoio ao partido, na medida em que este seria capaz de trazer finalmente ao Brasil a "verdadeira" democracia, de combater todos os males políticos produtos da oligarquia e, mais que tudo, de fazer com que o "povo" confiante fizesse valer sua força e se integrasse no partido tradutor das suas aspirações.

Outros se faziam ouvir através de cartas, afirmando que "entusiasmados com a patriótica idéia de formação do Partido Democrático , aplaudimo-lo ard nte. Só assim os vendilhões do templo serão corridos, só assim a República poderá ser republicanizada!" (37)

O que, na verdade, significava republicanizar a República? Pura retórica? Talvez, mas, novamente a ênfase aqui estava na moralização dos costumes que parece ser a fórmula pronta para se atingir os "ideais" republicanos. A República havia sido desvirtuada e, ao Partido Democrático, cabia a missão de recolocá-la no caminho da virtude.

De Birigui explicava o democrático porque queria entrar para o partido e qual o seu significado: "(...) Confiante, ainda, em dias mais promissores à estremecida Pátria, pelo alevantamento da dignidade e do Caráter Nacional, pela energia inquebrantável e envergadura cívica dos seus filhos, cujo exemplo alviçareiro e nobre acaba de demonstrar um pugilo de patrícios que, deixando a placidez das posições vantajosas, facilmente conseguidas no pactuar com os desmandos dos potentados hodiernos, levantam uníssonos e destemidos a bandeira de combate aos costumes despóticos daqueles que até hoje só tem faltado às promessas de bem servir a Pátria que lhes serviu de berço" (38)

O autor da ta ientava a "coragem" dos fundadores do partido que, segundo ele, poderiam compactuar com o poder e assim auferir grandes regalias, mas que preferiram outro caminho; difícil, mas muito mais digno.

com justificativas próximas às já apresentadas. O cidadão de Conceição de Monte Alegre, afirmando que "também neste recanto sertanejo há brasileiros", aderia ao partido pois ainda sonhava com "a libertação de nossa Pátria espesinhada pela politicalha"; terminava a carta com a saudação "Liberdade e Fraternidade" (39)

Este outro se confessava favorável a um "partido que se organiza para pugnar pela elevação moral, industrial, comercial e financeira da pátria brasileira" (40). Aquele de-

clarava ter a honra de "fazer parte e defender a sua bandeira — símbolo perfeito do progresso e glória do nosso futuro" e que acreditava que o Partido Democrático lutaria "em favor e pela proteção da liberdade dos eleitores Brasileiros" (41) Havia ainda quem pensasse que "esse partido trabalhará para que cessem os excessos do poder executivo, livrando-nos do amordaçamento da imprensa por uma lei vexatória e que aberra todos os princípios de liberdade; do espantalho do estado de sítio permanente que tanto nos vexa e deprime; de uma revisão constitucional em um período tão inoportuno e anormal" (42)

Essas cartas, tomadas como exemplo, entre outras, eram a expressão de um descontentamento real com a situação política, por parte de setores das classes médias (43). Expressavam uma ânsia reformista clara, com uma ênfase particular nas questões políticas e morais. Não se encontraram referências nessas cartas à situação social dos trabalhadores urbanos e rurais. Não eram tratados também problemas referentes a questões econômicas e às suas ligações com o capital estrangeiro. Esses temas não tocavam de perto certos setores das classes médias. As constantes invocações a conceitos como democracia e liberdade indicavam que o ideário liberal burguês estava presente em seu universo. A reafirmação dos valores republicanos democráticos mostrava que a confiança no regime permanecia intocada e fora fortemente interiorizada por esses segmentos das classes médias.

Todavia o "povo", tantas vezes citado, se consti—

tuía numa vaga entidade, que nao tomava corpo, que nao se transformava no operário, no trabalhador braçal ou no humil de funcionário público.

Do ponto de vista ideológico, como já vimos, o partido respondia a determinadas aspirações das classes médias; entretanto, quais as condições materiais que teriam precipitado sua entrada para um partido de oposição? (44)

As condições materiais de vida das classes médias se deterioraram, pois tiveram que enfrentar, nos primeiros anos da década de 1920, um aumento notável do custo de vida (45). Carone indica que em 1924 houve manifestações populares contra a carestia (46).

A obtenção da casa própria, longe de seu alcance, ao lado do alto custo do aluguéis contribuíam para a crescente insatisfação das classes médias. Fundou-se, no Rio de Janeiro, a Liga de Inquilinos e Consumidores que, em novembro de 1920, propôs uma medida de desobediência civil, a do nao pagamento das taxas da Light que, segundo ela, exorbitava de seus direitos (47)

Os imigrantes estrangeiros e, também, migrantes do norte e nordeste do país continuavam a entrar em São Paulo, concorrendo para a manutenção dos salários em determinados níveis, na medida da constante oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho (48)

Além disso, a prática política do Partido Republicano Paulista também contribuía para uma opção oposicionista, pois ao mesmo tempo em que indispunha um setor da classe dominante, fazia inimigos entre as classes médias, na medida em que as alijava de qualquer decisão e participação política efetivas.

A crise inflacionária da década de 1920 estava relacionada com a política de defesa permanente do café, provocando fissuras entre as forças dominantes e insatisfação entre as classes médias, pela deterioriZação de seus níveis de vida. Essa insatisfação passou a formar "uma certa base de massas das campanhas e movimentos das frações dominantes dissidentes, que denunciavam a feição 'oligárquica' do regime

Em suma, afirmamos que estes setores das classes médias ingressavam espontaneamente nas fileiras da agremiação, por se constituir esta no único canal político de participaçao; ao lado disso, o ideário democrático-burguês — ainda que nao fosse um discurso inovador — ressurgia como bandeira reformista e moralizadora. Esses cidadãos acreditavam que a única resposta aos problemas do Brasil era democracia, ideal demiúrgico, que tudo redimiria e tudo faria florescer.

4. O aliciamento: práticas coronelísticas

Havia, ainda, outra forma mais eficaz, em verdade, de arregimentação política que se dava através dos "coronéis". A técnica do voto de "cabresto" e da arregimentação arbitrária, praticados pelo Partido Republicano Paulista se constituíram num dos pontos mais criticados pelos oposicionistas democráticos. Pareciam-lhes as mais sórdidas; todavia o Partido Democrático fez uso constante dessas práticas. Já, desde o início, podemos tomar exemplos de figuras atuantes no partido, como Paulo de Moraes Barros ou Antônio Carlos de Abreu Sodré que se manifestavam a respeito. Moraes Barros, depois de declarar numa carta sua alegria com o apoio em Jaguari de "um elemento de primeira ordem", fazendeiro rico e inteligente, disposto a trabalhar nas eleições, afirmava que em Mogi-Mirim a situação era de expectativa, pois as duas facções locais do Partido Republicano Paulista estavam em desavença. Dessa luta local, poderia ocorrer o rompimento de uma delas com a Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista e, a partir daí, Moraes Barros acreditava na possibilidade da adesão ao Partido Democrático, da facção desprestigiada pelos altos escalões do partido da situação: "se for a do Chico Venâncio, tanto melhor, porque poderá nos render uns 1.000 votos a mais" (50)

Numa outra carta de Cafelândia, o missivista solicitava aos membros do Diretório Central do partido "a intervenção de V. Excias. junto ao nosso ilustre e prestigioso correligionário Dr. Paulo de Moraes Barros, no sentido de ser

facilitada pelos snrs. administradores das fazendas (de propriedade da família) 'Chantebled', 'Cambará', 'Conde Queirolo' e 'Santa Maria' todas deste município, a açao dos nossos emissários encarregados da qualificação dos cidadãos alistáveis ali residentes" (51)

Abreu Sodré também indicava a possível formação de um Diretório Municipal em Itatinga, a partir de uma luta interna do Partido Republicano Paulista: os que se tinham desentendido com o "chefe" local passariam para o Partido Democrático. E, mais adiante, dizia: "Quanto aos diretórios do Bofete e Anhembi entendo que será de mais vantagens aguardarmos as vésperas de um pleito. É uma caboclada atrasada e deve ser colhida no 'sufragante' se nao arrepia carreira" (52).

Esses exemplos indicam de forma límpida uma segunda fórmula de arregimentação de eleitores, isto é, a arregimentação dos colonos através de seus patrões. Na carta de Cafelândia, está entendido que a "facilitação" de trabalho dos emissários do Partido Democrático significava que aqueles que trabalhavam sob as ordens dos Moraes Barros só poderiam votar em um partido, o partido de seus patrões. Não se pensava em politizar esses trabalhadores, em apresentar-lhes a bandeira do partido; com essa "caboclada" só pegando no "sufragante", como dizia Abreu Sodré. Assim, a perspectiva de membros representativos do partido era a de que a arregimentação se devia fazer a qualquer preço ou custo. Não era fundamental que ao formar-se um diretório ou conseguir-se eleitores, tivessem que se valer de recentes ex—perrepistas.

Uma luta política local envolvendo quase sempre interesses pessoais poderia ser a "causa justa" da entrada de novos correligionários no recém-criado Partido, que se pretendia uma "agremiação de idéias", regeneradora dos velhos e criticáveis costumes perrepistas.

No momento das urnas, tudo era permitido, até mesmo o voto de cabresto, ainda que o partido afirmasse lutar essencialmente contra ele. Assim, ao lado daqueles que entravam para o Partido Democrático crendo numa renovação política, votavam pelo Partido Democrático os mesmos colonos, os mesmos trabalhadores, os mesmos seguidores de "coronéis", com uma diferença: votavam na oposição.

Outros exemplos podem constatar a mesma realidade; como o do fazendeiro de Botucatu que pôs à disposição do partido "o meu fraco voto e de mais alguns amigos meus colonos" (53) Leia-se onde está "amigos meus colonos", empregados meus colonos.

Os líderes do partido se preocuparam, em especial, com a adesão, no interior, de fazendeiros importantes, porque assim tinham garantido um número razoável de seguidores. Um "coronel" nunca vinha sozinho, daí a insistência, por exemplo, em Brotas de se "conseguir que o Cel. João Modesto faça parte da comissão do partido"; os demais democráticos pensavam em ir em comissão à fazenda do Coronel e "dizer-lhe ser ele em caso de recusa, o responsável pela nao organização do partido" (54)

Outro exemplo, também muito evidente, era o da Fazenda São Martinho, dos Silva Prado. Um membro da família indispôs-se com o diretório municipal de Sertãozinho e, assim, quando da eleição para vereadores da Câmara Municipal, um membro do Diretório escrevia a P.M. Barros, solicitando sua intervenção junto à Fazenda São Martinho para que a solução fosse favorável ao Partido Democrático: "Tudo dependerá da fazenda São Martinho para o resultado final do pleito, concorrendo com os eleitores somente residentes na fazenda, sem despesas e sem nenhum trabalho" (55).

Essa solicitação se fez porque o dono da fazenda tomara a resolução inabalável de não realizar eleições em Pradópolis, pertencente ao município de Sertãozinho. O missivis afirmava que "mesmo os juízes de paz do Distrito não fariam eleição em Pradópolis sem ordem dele (Silva Prado), pois sao todos empregados da fazenda" (56).

Este também parece-nos um caso exemplar: o Diretório Central do Partido Democrático escrevia ao Coronel Luís Gonzaga da Costa Barros, de Ibitinga, em 1928, solicitando que ele continuasse na presidência do Diretório, ainda que mudasse de cidade, já que "os membros daquele diretório renunciaram aos cargos que ocupam, por não se acharem devidamente preparados para a continuação da campanha, em face do seu afastamento do diretório" (57). Mais uma vez, tornava-se evidente o significativo papel que os "coronéis" desempenharam por todo o interior na formação dos núcleos do Partido Democrático e na arregimentação dos eleitores.

5. A participação dos imigrantes

Entravam para o partido, também, muitos imigrantes. As listas com os nomes dos membros dos diretórios estavam repletas de sobrenomes estrangeiros, especialmente italianos. Há exemplos diversos de estrangeiros que escreviam ao Diretório Central pedindo, por exemplo, que "V.S. me guie pelo melhor modo possível para poder conseguir a minha qualificação que eu quero ser eleitor Democrático", pois dizia que nunca pudera conseguir a qualificação pois "eu sou natural da Itália e já resido no Brasil há 41 anos e eu não conheço outra Pátria a não ser esta e também tenho seis filhos que amanhã serão seis Democráticos" (58) Ou, ainda, de um grupo "de colonos, comerciantes e industriais letos que ainda que residam numa localidade obscura (Nova Odessa), interessam-se vivamente pelos interesses nacionais, que consideram como próprios sendo duma pátria que adotaram". Solicitavam sua naturalização e sua entrada para o Partido Democrático que julgavam ser um partido que "tem por fim obstar a continuação dos desmandos, das arbitrariedades e dos desmazelos da administração" e confessavam-se solidários a "todo e qualquer ideal de reforma administrativa, que se assente sobre os princípios da moral, da justiça e da verdadeira democracia" (59)

Abreu Sodré, quando escrevia sobre a formação do diretório de Itatinga, afirmava: "já recebemos a adesão de dois ótimos elementos: um filho e outro genro dos dois maiores capitalistas da terra e homens de real prestígio... e que são Mário Prestes Villas Boas, genro de Fortunato Geanon

ni, e Rezieri di Piero, filho de Pedro di Piero" (60)

Outro correspondente de Sertãozinho se rejubilava com a conversa com: "Antônio Matheus Benelli, brasileiro e fazendeiro em nosso município, que é muito simpático à nossa causa, dispõe de regular prestígio, muito especialmente na colônia italiana por ser descendente dela" (61)

Houve um episódio na cidade de Tietê envolvendo um filho de imigrantes, membro do Partido Democrático, que merece ser lembrado. Luís Giovanetti do diretório local do partido foi preso em sua cidade, no dia 13 de fevereiro de 1930 e enviado para a cadeia do Cambuci, onde permaneceu por nove dias incomunicável, sem que ninguém soubesse ao certo de seu paradeiro.

O fato teve muita repercussão, recebendo o Partido Republicano Paulista e o governo acerbas críticas por parte dos oposicionistas em geral. Em Tietê, os democráticos manifestaram-se seguidamente contra o arbítrio policial; o jornal local, *O Democrata*, num artigo assinado por Octávio da Costa Carvalho inquiria: "Como poderá a colônia italiana, ferida em seus brios por esse inominável atentado, votar com o Partido Republicano Paulista, cujos chefes só conhecem a força, desprezando o direito, usando da violência para torcer os caracteres, utilizando-se de uma autoridade esquecida de seus deveres para oprimir homens que pertencem ao seu seio, e que nenhum crime cometeram?" (62)

Parece claro que da parte dos imigrantes, ou filhos de imigrantes, houve adesões ao partido e da parte da cúpula do Partido Democrático, simpatia por qualquer possível eleitor, independente de sua origem. Obviamente, isto não significava que fossem todos, Diretório Central e Diretórios Municipais simpáticos irrestritamente aos estrangeiros. O preconceito se manifestava de forma variada; muitas vezes, o xenofobismo era oportunista, como na citação mais uma vez de Abreu Sodré: "vamos aproveitar a circunstância do chefe (do Partido Republicano Paulista) ser um italiano indesejável e breve assentaremos um diretório às direitas" (63). Ou ainda de um missivista de Buri, que não aceitou o convite para fazer parte do Diretório Provisório da cidade, porque ele estava sendo organizado por estrangeiros que enviaram à sua casa uma comissão de três elementos: um italiano, um sírio e um polaco. O autor da carta estava indeciso, pois para ele "o estrangeiro, ainda que seja naturalizado e resida em nosso país há muitos anos, sempre é estrangeiro" (64); assim, um diretório organizado por "estrangeiros" não seria, na sua perspectiva, a melhor fórmula para o assentamento do Partido Democrático na sua localidade.

Mas poderia esse xenofobismo ser entendido como uma característica marcante do Partido Democrático, em oposição ao cosmopolitismo do Partido Republicano Paulista como quer um historiador do período? (65)

Na nossa perspectiva, o xenofobismo impregnava o universo ideológico da classe dominante, independentemente de

correntes partidárias. O estrangeiro estava identificado ao imigrante que vinha para o Brasil na condição de trabalhador rural ou operário urbano. O lugar, pois, de classe dominada, de subordinação aos imperativos da classe proprietária, transformava o imigrante, na ótica dominante, num ser subalterno e inferior. O estigma de estrangeiro passava a caracterizar o imigrante, acusado de não possuir "espírito cívico", nem sentimentos nacionais (66)

Outro ponto básico a ser apontado consiste na íntima ligação entre estrangeiro — de forma particular o italiano e o espanhol — e o socialismo e o anarquismo, considerados, na ideologia dominante, como "idéias estranhas" ao "caráter nacional". Idéias estas que viriam destruir a "harmonia" da família brasileira, jogar os pobres contra os ricos e "implantar" entre nós a luta de classes. Em conseqüência, o estrangeiro — imigrante, ocupando o lugar de classe dominada, transmutava-se em contestador das estruturas vigentes, tendo que suportar os ardores xenófobos da classe dominante. O imigrante tinha, assim, duas faces: a primeira, como mão-de-obra inferior e subalterna mas necessária ao trabalho e, a outra, como inimigo perigoso, pronto a quebrar os padrões sociais em vigor (67)

As manifestações xenófobas por parte dos democráticos, apreendidas no nível do discurso, devem ser compreendidas como mais um elemento da luta política. Uma denúncia contra o Partido Republicano Paulista envolvendo nomes estrangeiros, utilizava o xenofobismo como ataque político ao ini-

migo situacionista; o anti-estrangeirismo era manipulado, assim, politicamente, pelos membros do Partido Democrático.

As ligações políticas entre o Partido Republicano Paulista e os imigrantes se efetuavam através de pressoes, ameaças ou mesmo da cooptação; o Partido Republicano Paulista transformava o voto de seu empregado estrangeiro em voto de "cabresto". Na ótica do partido oposicionista, o imigrante estava moldado ao situacionismo e afinado com suas práticas condenáveis. A atuação política do imigrante despontava desqualificadamente como anti-cívica e, mesmo, anti-nacional. Evidentemente, nestes argumentos, não se levava em conta a própria situação do trabalhador recém-chegado ao Brasil, inteiramente, muitas vezes, ainda afeito às práticas escravistas, em especial no início da imigraçao.

Portanto, o imigrante não era bem visto, de modo particular pela oposição, pois aparecia como sujeito de duas situações opostas indesejadas: ora punha em risco as estruturas vigentes, lutando por sua derrubada, ora sucumbia inteiramente à vontade imperiosa do perrepismo. O Partido Democrático colocava-se exatamente como alternativa intermediária: reformar-se, sem alterações substantivas, na ordem burguesa.

Também entre os perrepistas podem ser captadas manifestações ideológicas em que o estrangeiro despontava negativamente. Renato Jardim, em seu libelo contra o Partido De

mocrático, assumia posição contrária com relação ao partido, identificando os estrangeiros com os democráticos. Ainda desta vez, a crítica ao adversário político passava pelo estrangeiro que era visto como o outro, como a negaçao do brasileiro perrepista. Dito de outra maneira, a xenofobia perpassava a crítica política feita contra o partido inimigo. Nas suas verberações contra os democráticos — acusados de praticarem arbitrariedades policiais vitimando os perrepistas dizia Jardim: "Aqui é encarcerado e maltratado um pobre diabo para que diga onde se oculta o Major Luís Fonseca... No interior do Estado, um sírio, banqueiro do 'bicho', chefe agora democrático, recolhe ao xadrez, em comum com criminosos, o chefe político local, distinto e humanitário clínico". Em outra passagem, o autor afirmava: "Em raros municípios tinha o partido democrático qualquer organização. Onde esta falhava um descontente qualquer, frequentemente, um perseguido da polícia, não raro um 'bicheiro', brasileiro, italiano, ou turco, e dele fazia-se a autoridade da terra" (68)

A nosso ver, a xenofobia estava disseminada no universo da classe dominante; uma incidência mais marcada desse traço, no discurso dos líderes democráticos, deve ser atribuída à utilização da xenofobia como arma ideológica e política no combate ao Partido Republicano Paulista. O "cosmopolitismo" imputado ao Partido Republicano Paulista (pelos historiadores) deve ser visto como a capacidade política que o partido demonstrava de absorver e manipular o voto imigrante.

Assim, vale ressaltar que a adesão ao Partido Demo

crático de eleitores estrangeiros naturalizados, ou com intenção de naturalizar-se foi significativa. O Diretório Central não obstou o reconhecimento da direção dos Diretórios Municipais por serem compostos por homens com sobrenomes estrangeiros. O interesse destes, pelo partido, especialmente no interior foi bastante ponderável.

Em suma, procuramos demonstrar que houve apoio efetivo ao Partido Democrático por parte de membros das classes médias brasileiras, natos ou imigrantes; além disso, no interior, os colonos ou assalariados dependentes de fazendeiros participaram da cena política, ao lado da oposição, mas sem o esclarecimento político devido. Seus votos foram tão "encabrestados" quanto os votos do tão criticado Partido Republicano Paulista.

6. As barreiras a enfrentar

Por outro lado, muitas sao as cartas também daqueles que se consideravam solidários com o Partido Democrático, irmanados na mesma causa, mas que declinavam da possibilidade de fazer parte do diretório, ou de se filiar ao partido, por motivos de prováveis futuras perseguições. Entre outros, citemos o exemplo daquele que escrevia ao Diretório Central pedindo "a inclusão do sr. Genésio Guimarães, fazendeiro..., em lugar de Orpheu Gianazzi, comerciante, porquanto tem pouco prestígio político e receia ver exonerada sua exma. espo-

sa do cargo de professora do grupo escolar local e, assim, acha-se arrependido de ter consentido a inserção do seu nome na chapa eleita" (69). Ou de outro cidadão que era "democrata fervoroso, mas a sua situação de negociante impede-o de por em prática os seus ideais" (70). Também o do farmacêutico de Ariranha que tinha "a máxima satisfação em vos informar o quanto me é simpática a causa do Partido Democrático", mas que não podia participar do diretório, nem mesmo do partido, porque receava que "minha sra. venha sofrer remoções e perseguições injustas pelos seus superiores" (71). Estes eram alguns, entre muitos exemplos, das dificuldades enfrentadas pelo partido para conseguir se firmar como tal, e de fazer oposição ao sistema político vigente.

Ao lado desses democratas "de coração", mas temerosos de uma ação política coerente com suas convicções, reportemo-nos a outros casos relatados ao Diretório Central, específicos nas suas circunstâncias particulares, mas que apresentavam como denominador comum convicções não muito bem fir

Apresentemos aqui o episódio de um membro do Diretório Municipal de Tanabi, que depois de se embebedar e ser salvo da prisão pelo prefeito perrepista, conhecido pelas suas perseguições aos democráticos locais, aderia no dia seguinte ao Partido Republicano Paulista com banda de música e estourar de foguetes (72) Ainda, a missiva do presidente da Comissão Provisória do Partido Democrático de Mogi das Cruzes que, em 1926, lamentava a dificuldade de arregimentação na cidade porque "temos contra nós aqui, as obras da Repartição de Água no Rio Claro, que muito tem prejudicado o nosso

trabalho. Elementos que contávamos, bandearam-se para o situacionismo a troca de empreitadas nas referidas obras" (73)

Há inúmeros testemunhos daqueles que tentavam organizar o diretório do Partido Democrático, sem êxito. Por exemplo, em Nazareth, o missivista aflito declarava "que nao há meio de eu organizar as pessoas para o Diretório, só pude obter 3 pessoas" (74). Em Piedade, o correligionário afirmava que "infelizmente e muito nos magoa ésta confissão, ... estamos numa situação precária; os nossos companheiros são poucos, embora inquebrantáveis e fiéis ao nosso ideal e nao dispomos de elementos pecuniários para lutar" (75). Há uma carta de Santo Amaro em que o autor lamentava, em 2 de março de 1928, que "a posição do Partido Democrático, aqui, era precaríssima (desde outubro de 1927), devido ao fato de todos os políticos, todas as pessoas que de qualquer forma pudessem influir no ânimo dos eleitores, acompanharem, por um motivo ou por outro, a facção perrepista". Continuava a carta, declarando que o Partido Democrático tinha atraído simpatizantes à sua plataforma, mas que eram todas pessoas inexpressivas, que não atuavam em favor do partido; outros estavam dispostos a fazer alguma coisa "com a condição de obter imediatamente um rendoso emprego". Lembrando que "nenhum dos membros tem tradição política na terra" ele assim justificava as dificuldades enfrentadas pelo partido para se organizar e se manter (76). Em Mogi-Guaçu, o correligionário escrevia ao Diretório Central que a cidade "inflamou-se pela adesão de seu eleitorado independente", mas terminava dizendo que esperava "o bom acolhimento do nosso diminuto número de aderen—

tes" (77). Em Altinópolis, também o missivista avisava que "não acanhamos em apresentar limitadíssimo número de aderentes e de votos" (78).

Em suma, o partido enfrentou extremas dificuldades para se organizar e se manter nas diversas cidades do interior. Onde havia homens fortes, isto é, ricos fazendeiros ou outros elementos influentes que com sua presença marcavam o diretório e congregavam em torno de si, espontânea ou obrigatoriamente, um bom número de leais seguidores, o partido conseguiu alguns bons resultados. No entando, onde o partido devia se organizar, crescer e se manter às custas de membros das classes médias, houve extraordinários obstáculos para se implantar e consolidar a agremiação.

Outro importante argumento empregado pelos democráticos para mostrar seus percalços na luta pela sua organização consistia na proclamada "inconsciência" política do "povo". Setores das classes méd as advogavam que a propaganda dos "ideais" do partido era o meio mais eficaz para angariar adesões; mas, ao mesmo tempo, também ressaltavam a pequena eficácia dessa propaganda, pois não acreditavam que o "povo" estivesse à altura para compreendê-la, absorvê-la e segui-la. Assim, o missivista de Piedade afirmava que, ainda que o Partido Democrático estivesse fazendo "uma campanha formidável contra os desmandos das administrações públicas, criticando severamente os homens do governismo e a sua má orientação", "o perrepismo local faz ouvidos de mercador. E o povo propriamente dito, V. Sa. sabe o que é, é sugestionável..." (79)

Outro político de Redenção escrevia ao Partido Democrático pedindo providências junto aos poderes competentes para que se pusesse cobro às violências e ao suborno por parte do Partido Republicano Paulista e solicitava uma caravana democrática para falar ao "povo" num domingo — único dia de folga — "a este povo que na maioria não lê, e ouve as balelas dos politiqueiros profissionais" (80) Ainda um missivista aludia às dificuldades de crescimento do Partido Democrático pois vivia-se "num meio de mentalidade fraca" (81) O democrático de Piedade salientava que "o nosso eleitorado é composto de homens da roça e que não entende da engrenagem política" (82) De Santo Amaro, um membro do Diretório criticava a situação política geral, e se referia à "indolência do meio" (83) que dificultava o crescimento do Partido Democrático; afirmava numa outra carta, com relação aos demais membros do diretório, que "eles têm bastante é egoísmo, desejo de se mostrar e medo, muito medo de nada ganhar, de sofrer algum prejuízo, alguma represália e falta de coragem, imensa falta de coragem para enfrentar os adversários políticos. Mas, sobretudo, falta-lhes uma nítida compreensão da grande necessidade para a naçao de transformar os métodos políticos em vigor" (84).

Uma carta de um padre de Marília, tendo como tema principal uma desavença com um político local, fez observação preciosa sobre a atitude do Partido Democrático com relação ao "povo". Declarava ele que discordava da orientação do chefe local do Partido Democrático pois acreditava que "o bom político não pode nem deve prescindir do povo, principal

mente numa política democrática e liberal... Mas o povo se leva com um fio de linha. A questão é de jeito e manha! O povo é a eterna criança!" Continuava dizendo que o "Dr. Carlos" seria o único capaz de liderar a política em Marília, mas que primeiro ele teria que "conquistar a confiança do povo". Ainda que sua visão seja paternalista, o sacerdote mostrou a desvinculação do líder democrático com o "povo" em geral.

Um congressista do interior, no II Congresso do Partido Democrático (maio de 1927), ao defender a idéia de que o partido não devia participar das eleições para a presidência do Estado, discorria sobre o "atraso do eleitor do interior" indicando as dificuldades da luta para a obtenção de votos. Para justificar essa situação de "atraso" aludia História do Brasil como explicação para a passividade do "povo": "... não sou culpado da inexistência de lutas na formação dos costumes políticos brasileiros... . Mais adiante afirmava o congressista: "Os srs. falam na cultura do Brasil, falam no grau de civilização e no adiantamento da razao do eleitor brasileiro, mas se esquecem de que ele não é ainda bastante elevado para que ele compreenda que os ideais do Partido Democrático estão acima dos interesses políticos. Perante o atraso do eleitorado do interior, esses ideais ainda não se conseguem sobrepor aos interesses da política" (85)

Este discurso, além de identificar uma diferença entre a Capital e o interior, apresentava uma oposição entre interesses políticos e ideais democráticos. Portanto, aí a política se igualava ao que havia de mais "atrasado" no país;

a política era praticada pelos inimigos, pelos perrepistas. Os democráticos, que estavam do lado da razão, da cultura e da civilização, propugnavam por ideais. Mas como despertar esse "povo" e fazer com que ele compreendesse os "ideais" democráticos? Era o mesmo congressista que respondia, indicando que havia duas correntes no partido: "Trata-se de uma questão de método. Uns querem o método da intervenção para educar o eleitor, outros querem formar a consciência cívica pau latinamente; querem reafirmar a consciência cívica e esta deve nascer desde a escola".

A pendência no caso restringia-se a uma divergência de opiniões entre participar das eleições — que o democrático chamava de intervenção — e abster-se no pleito. As duas vertentes estariam embasadas, ainda segundo ele, nessas duas visões de como "educar" o "povo". De toda forma, a posição por ele advogada — da não participação nas eleições — se estribava, na verdade, no despreparo político do "povo" para determinadas ações e na crença da missão pedagógica dos membros do Partido Democrático (86).

——— Em suma, o discurso liberal do Partido Democrático invocava o "povo" como legitimador de sua ação; no entanto, sua prática política estava sempre distanciada do "povo", que entrava na cena política não como sujeito, mas como objeto manipulado pelos interesses dos demais grupos. A história brasileira dá seu testemunho de que nos momentos cruciais, quando se busca alguma reforma ou se luta pelo poder, o "povo" é invocado como o único capaz de legitimar a açao política. No

entanto, as classes populares sao afastadas de uma participação política efetiva e de decisões importantes, por aqueles que invocam seu despreparo e sua imaturidade política. A incongruência do discurso liberal aí desponta, no movimento contraditório de chamamento à participação e, ao mesmo tempo, de sua recusa.

7. A propaganda como arma política

O partido, ainda que enfrentando obstáculos diversos, cresceu e desenvolveu seus núcleos; em maio de 1927, além de 19 diretórios distritais na cidade de São Paulo, havia, pelo interior, 70 diretórios municipais definitivos reconhecidos (87). Em fins de 1927, existiam diretórios em todos os distritos da capital e 180 núcleos no interior (incluindo aqueles que tinham um diretório provisório) (88). Representavam resultados do trabalho e do avanço político dos democráticos. Em 1932, depois de muitos altos e baixos, o partido arrolou 27 diretórios distritais e 256 diretórios municipais. Esta última listagem, no entanto, compreendia qualquer localidade onde havia ou houvera um núcleo democrático, pois, segundo atesta o documento, muitos dos diretórios estavam desorganizados, isto é, sem uma diretoria empossada e reconhecida; além disso, em outros casos, o diretório estava demissionário. De toda forma, esses números computados pelo próprio Partido Democrático traduziam a importância da expan

sao dos núcleos democráticos [89]

A propaganda do ideário do Partido Democrático se fez através de jornais, de comícios e caravanas democráticas pelo interior.

Desde as suas reuniões iniciais para a formação do partido, entendia-se como fundamental a criação de um jornal como órgão oficial da agremiação; particularmente porque o Partido Republicano Paulista contava com o seu, o *Correio Paulistano*. Dessa forma, nasceu o *Diário Nacional*, que começou a circular a 14 de julho de 1927, procurando atingir todo o interior através de agentes locais [90]. Sua tiragem atingiu em dezembro de 1927, aproximadamente, 35.000 exemplares diários; em agosto de 1928, o dobro [91] Seus primeiros diretores foram Marrey Júnior e Paulo Nogueira Filho; na gerência, estava Sérgio Milliet; o principal acionista era Joaquim Sampaio Vidal [92]. O jornal circulou até 30 de setembro de 1932, havendo algumas mudanças na sua direção [93].

Além disso, criaram-se pequenos semanários em muitas cidades do interior, em geral com o nome de "*O Democráti* faziam frente ao núcleo do Partido Republicano Paulista da cidade [94]. É interessante aqui ressaltar que o "*O Estado de São Paulo*", ainda que apoiasse o Partido Democrático e que tivesse em Francisco Mesquita um dos membros do Diretório Central, jamais aceitou se transformar em órgão oficial do partido. Nesse sentido um democrático de Mogi das Cruzes escrevia em

1926, ao Diretório Central, fazendo comentários sobre a situação política do momento e afirmando ser necessário que o partido tivesse um jornal seu, pois era "a mais poderosa arma de combate para demolir a 'Bastilha Paulista'..." ainda que fôssemos um país de analfabetos. E seguia constatando: "o 'Estado' que nunca teve partido, nao serve, por diversos motivos; primeiro, por ser um jornal dos ricos, só defende os que já estão mais ou menos feitos na vida material, pois quanto à sua parte filosófica, idealista e progressista, está muito acima da cultura mínima da grande massa anônima, dos humildes e operários" (95)

O *Diário Nacional*, na prática, procurou ser um jornal mais adequado às classes médias, mais simples, mais acessível aos paulistas de "cultura mínima". Assim, dentre as matérias editadas, especialmente em 1927 e 1928, destacavam-se algumas reportagens como as que se seguem:

1) "No mundo sentimental da midinettes", sobre "a vida de nossas costureirinhas" (26/01/28);

2) "Umas meninas dignas de melhor sorte", sobre "a classe de 'meninas' mais desprotegidas da sorte" depois das "midinettes", as "bombonières" (18/02/28);

3) "Na Manchester brasileira" sobre a vida das "moças tecelãs", "laboriosas e resignadas" (04/03/28). Ainda em março de 1928, saía um artigo sobre "A vida de um funcionário de banco".

Esse tipo de artigo, ainda que vasado num tom paternalista, demonstrava a busca de assuntos que pudessem interessar a setores das classes médias. Além disso, eram inúmeros os artigos e notícias criticando acerbamente o jogo, as bebidas alcoólicas, o fumo e também a mendicância. O tom moralista e puritano pode ser avaliado pelos libelos contra esses "vícios"; além dos artigos, o jornal estampava charges sentimentais sobre o assunto. No relato dos crimes, outra seção destacada do jornal, procurava-se relacionar esses vícios aos crimes cometidos.

Concursos populares, como "quem é a mais querida estrela do cinema" ou "quem é o craque mais popular" eram patrocinados pelo jornal, através do preenchimento de cupons.

O jornal assumia uma postura diversa daquela do situacionismo, pois aceitava como gráfico e depois como redator Everardo Dias, cuja postura ideológica em muito diferia dados democráticos. Publicou-se, por exemplo, em primeira página uma notícia em que Everardo refutava as declarações do delegado Laudelino de Abreu, que o tinha tentado prender(96).

O *Diário Nacional* também cobria as greves operárias com uma certa constância, indicando algumas vezes a perspectiva operária sobre o movimento grevista e suas causas (97)

O jornal procurava ampliar seu público; ao lado da propaganda partidária, objetivo primordial do periódico, os articulistas procuravam atingir certos setores das classes

médias, passíveis de serem arroladas nas fileiras da oposição (98).

A criação de cursos dos mais diversos padrões, desde alfabetização até os preparatórios para as Faculdades, poderia ser uma boa arma de propaganda, mas em toda a documentação estudada, encontramos referência apenas uma vez à criação de um curso noturno em Guaratinguetá para divulgação das idéias democráticas. Na resposta do Diretório Central a Eduardo Jacobina, autor da idéia, o missivista saudava a iniciativa e declarava que "estava justamente pensando (...) sobre a conveniência de nós também fundarmos aqui um curso de preparatórios gratuitos para os nossos correligionários" (99). Não vimos nenhuma referência, na documentação, ao fato dessa idéia ter sido posta em prática. Ao que parece, ficou apenas nesse vago desejo (100)

A propaganda, além dos jornais, encontrava um novo veículo: descobriam-se também os cartazes. Pela primeira vez, pregavam-se, pela cidade de São Paulo, cartazes de propaganda; foram também impressos e distribuídos cartazes satíricos ao Partido Republicano Paulista, como por exemplo contra o voto de cabresto.

As caravanas tinham por finalidade fazer proselitismo e contactos nas diversas cidades visitadas. Em alguns lugares, a caravana apenas ia prestigiar o diretório local e tentar conseguir novos adeptos, através de comícios; em outros, tinha em mira fazer as sondagens iniciais, visando

formação de uma comissão provisória do Partido Democrático. Em lugares já melhor organizados, a caravana assistia à "solenidade" da votação secreta dos membros do diretório local, acompanhando a apuração e, assim, prestigiando os democráticos do lugar.

Coincidindo com a fundação do jornal, o partido organizou a primeira grande caravana que percorreu todo o Estado, a partir do dia 14 de julho de 1927. O partido dividiu o Estado em zonas e cada grupo, composto de 3 ou 4 membros de São Paulo, visitava um punhado de cidades próximas. Pretendiam, assim, cobrir todo o Estado, na data comemorativa da queda da Bastilha. Os relatórios dessas caravanas têm dados importantes [101]; por exemplo, a que esteve na 10ª zona, composta por Manuel da Silva Carneiro, José de Carvalho Sobrinho e Fernando Torres Sobrinho (de Assis), percorreu as cidades de Assis, Cândido Mota, Maracaí, Platina, Palmital, Campos Novos, Pau d'Alho e Salto Grande. O relatório apresentava com pormenores os passos dos caravanistas, almoços, jantares, meios de locomoção, recepção, etc.. Em geral, a caravana, chegando a uma cidade, fazia um comício num cinema ou num recinto parecido, sempre ou quase sempre em locais fechados. Os temas desses discursos versavam em geral sobre o programa do partido, as vantagens do voto secreto, o abandono (por parte do Partido Republicano Paulista do município e do "povo", a falta de estradas, escolas, saneamento, etc.. [102]. O partido procurava em sua propaganda demonstrar que era a negação do partido da situação; a este eram imputadas as causas de todos os males da República.

Depois do comício, passava-se o livro para colher adesões e assim, em Assis, ainda segundo o relatório, o resultado foi de 41 novos democráticos; em Maracaí, de 54 pessoas. Os relatórios salientavam sempre o apoio de fazendeiros; mais uma vez atestava-se a importância atribuída a esses ricos agricultores como possíveis organizadores dos diretórios municipais.

Há, ainda, exemplos de como atuava a caravana numa localidade adversa onde não havia um núcleo, mesmo que pequeno, de simpatizantes democráticos. É o caso de Platina, que para os relatores "tem muito pouco de vida, apesar de serem férteis as terras e já haver plantação de café em diversas fazendas. O chefe do partido republicano local é o Cel. Anibal Jacques Sodré, contra o qual ninguém se anima a fazer política. Por isso a expedição o procurou, certo de que sem a sua anuência ou a sua simpatia nada poderia o partido democrático conseguir...".

Ou ainda o caso de Salto Grande, segundo eles, reduto do Partido Republicano Paulista na zona Sorocabana e, assim, sem condições de realização de um comício democrático sem aviso prévio. Procuraram diversas pessoas simpáticas ao partido, tentando a constituição de um diretório local, mas notaram os membros da caravana que "havia hesitações por parte de uns e outros, dependendo tudo da atitude de determinada pessoa (o comerciante Abelardo Guimarães) que goza de simpatias e prestígio no município. Essa, porém, resolveu manter-se neutra, de modo que nada conseguiu a caravana organi-

zar".

Podemos fazer referência, ainda, a alguns episódios significativos apresentados pelos caravanistas que visitaram a 21ª zona (Rio Preto, Inácio Uchoa, Ibirá, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi, Potirendaba e Nova Granada) (103). As conclusões de um dos elementos que visitou algumas dessas cidades — pois a caravana dividiu-se — afirmavam que a comarca de Rio Preto poderia se tornar um poderoso núcleo democrático porque lá "o prestígio do Partido Republicano Paulista é relativamente pequeno, principalmente em Rio Preto, onde se encontram mais comumente prestígios pessoais, havendo quase inteira liberdade de ação". Ele queria dizer com isso que os coronéis não tinham tanto poder, a ponto de transformarem todos os eleitores em "cordeiros". Ele continuava, advertindo que o Diretório Central deveria interessar-se muito por aquela zona que "de sertão só tem o nome, possuindo maiores recursos de civilização do que inúmeras cidades das proximidades da capital". Aconselhava intensificação da propaganda na zona, "achando muito útil a visita à cidade de Rio Preto e circunvizinhanças de uma caravana de prestígio, chefiada por um nome de real relevo, um Gama Cerqueira ou um Reinaldo Porchat, para só citar dois nomes", ao invés dele, simples estudante. Cumpre lembrar que suas observações sobre a liberdade de ação dos democráticos foi desmentida no ano seguinte pelos acontecimentos, por exemplo em Tanabi — uma das cidades visitadas pelo estudante — palco de cenas de violência que impediram a votação dos eleitores democráticos da cidade (104)

A eficácia da propaganda pode ser medida pelos relativos êxitos nas eleições de 1927 e 1928, e pela ampliação dos núcleos do partido.

8. A organização interna: as leis orgânicas

As grandes questões da organização do Partido Democrático começaram a ser discutidas no I Congresso do partido, iniciado em 26 de dezembro de 1926.

O partido estava sendo dirigido por um Diretório Central Provisório, sob presidência do Conselheiro Antônio Prado.

Os propósitos do I Congresso, segundo Paulo Nogueira Filho, podiam assim ser resumidos: apresentar uma política de partido organicamente constituída em oposição à política dos "homens-programa"; portanto, preconizava-se uma "política de idéias" ao lado da consolidação de uma cuidada organização interna do partido, não aceitando qualquer acordo ou conciliação com o situacionismo. O primeiro embate aí estava, pois, de outro lado, havia setores que preconizavam um partido sem "normas rígidas", sem estatuto; na prática, isto poderia significar que o partido correria o risco de ser manipulado, com extrema facilidade, pela cúpula. Foi vencedora a primeira posição e o I Congresso aprovou a Lei Orgânica do Partido que nortearia as ações da agremiação daí por dian

te [105].

Pela lei orgânica, o partido compunha-se do Congresso (órgão máximo), do Diretório Central (composto por 12 membros), de um Conselho Consultivo (120 membros) e dos Diretórios Municipais e Distritais; as atribuições de seus diversos órgãos estavam aí indicadas. Na verdade, o Partido Democrático, na sua curta existência, conheceu quatro versões diferentes de sua lei orgânica: a primeira de 1926, aprovada pelo I Congresso, a segunda de 1927, aprovada pelo III Congresso, a terceira de 1931, aprovada pelo VI Congresso e a quarta de 1932, aprovada pelo VIII Congresso do partido [106]

Um estudo atento das alterações havidas nessas leis nos leva a verificar o movimento do partido que, de uma proposta mais democrática, elegendo o Congresso como seu órgão máximo e imputando-lhe atribuições fundamentais, encaminhou-se para o esvaziamento do papel do Congresso em favor do Diretório Central; acompanhemos essa trajetória do Diretório Central e seu crescente poder.

Pela Lei Orgânica de 1926, cabia ao Congresso de acordo com o artigo 9º:

"a) Deliberar sobre o comparecimento do Partido às eleições federais e estaduais, quer presidenciais, quer para renovação da Câmara dos Deputados e do terço do Senado;

b) Eleger, nas reuniões ordinárias, o terço do Diretório Central e do Conselho Consultivo;

c) Reformar esta lei pelo voto de dois terços dos Congressistas;

d) Definir o pensamento e a atitude do Partido em face dos problemas que interessam a União e ao Estado".

Pela Lei Orgânica de 1931, permaneceram as atribuições referidas nas letras b e c, mas desapareceu a letra a. A letra d foi modificada, lendo-se então: "d) Definir a atitude do partido em face dos problemas de interesse coletivo".

Essa alteração foi importante, pois não mais cabia ao Congresso definir o pensamento do partido, passando tal encargo ao Diretório Central. O ante-projeto do Programa do Partido Democrático (1932) foi elaborado por uma comissão organizadora, nomeada pelo Diretório Central, e não pelo Congresso.

A questão fica mais clara ao estudarmos as atribuições do Diretório Central; em 1926, estavam enumeradas em 8 ítens:

"a) Executar as deliberações do Congresso.

b) Organizar e superintender os serviços da secretaria geral.

c) Reconhecer os Diretórios Municipais e os Distritais da capital.

d) Sindicar sobre atos julgados contrários aos interesses do Partido, imputados a algum Diretório ou a qualquer de seus membros, podendo destituir o Diretório, ou eliminar os membros culpados.

e) Apresentar o candidato escolhido pelos Diretórios do Distrito respectivo, em caso de eleição avulsa de deputado federal ou estadual.

f) Resolver sobre demissões ou licenças solicitadas pelos membros, convocando, para as substituições, os suplentes com maior votação.

g) Convocar, extraordinariamente, os Diretórios Municipais, os Distritos da Capital, o Conselho Consultivo e o Congresso.

h) Apresentar ao Congresso, nas reuniões ordinárias, o resultado de seu trabalho".

Em 1931 houve mudanças substanciais, particularmente com o aumento do número de participantes do Diretório Central (de 12 para 28) e a criação de uma Comissão Executiva composta por 6 membros eleitos pelo Diretório Central, mais o presidente; muitas novas atribuições foram acrescidas ao Diretório Central:

"d) resolver as questões que possam interessar a atuação política do Partido e responder às consultas formuladas pelos demais órgãos.

e) Representar o Partido junto aos Congressos e reuniões do Partido Democrático Nacional (107).

g) Fiscalizar a execução das deliberações do Congresso".

A Comissão Executiva passava a ter incumbências específicas dentro do próprio Diretório Central; a ela cabia:

"a) Executar as deliberações do Congresso e do Diretório Central.

d) Reconhecer os Diretórios Municipais, Distritais e diretorias de Grêmios, com recurso para o Diretório Central.

j) Emitir parecer, junto do Diretório Central, sobre as questões políticas que possam interessar à atuação do Partido".

Pelo artigo 15º ficava assim estipulado:

"O Diretório Central, por intermédio da Comissão Executiva, deverá sindicar sobre a inobservância dos dispositivos desta lei e sobre os atos julgados contrários aos interesses do Partido, imputados a algum Diretório Municipal ou Distrital e aos Grêmios, ou a quaisquer dos correligionários inscritos, que agirem contra a finalidade partidária, podendo destituir o Diretório ou eliminar os culpados.

§ único - Das eliminações, o Diretório Central recorrerá "ex-ofício" para o Congresso".

A Lei Orgânica de 1932 nao alterou esse capítulo da Lei de 1931, havendo apenas algumas pequenas modificações de linguagem. Mas, entre 1926 e 1931, estabeleceu-se uma grande distância. O poder efetivo ficou nas mãos da Comissão Executiva composta por um número menor que o Diretório Central, como indicavam as Leis de 1926 e 1927. Além disso, burocratizou-se o Diretório Central com o desdobramento de funções, como por exemplo, o Diretório Central passou a fiscalizar a Comissão Executiva na execução das diretivas do Congresso. Mas, o que nos chama a atenção em particular foi o fato de que a Comissão Executiva passou a ter um poder de juiz sobre os atos dos Diretórios Municipais e Diretórios Distritais centralizando o poder e voltando-se nitidamente para uma postura anti-democrática. O juiz todo-poderoso determinava os culpados e os inocentes.

Outra questão fundamental era a possibilidade dos Diretórios Municipais e Distritais recorrerem ao Congresso, das decisões do Diretório Central, de forma simples e direta, sem qualquer impedimento. Isto estava assegurado na Lei de 1926 e na de 1927. No entanto, na de 1931 e, também, na de 1932, ocorreram mudanças. Os recursos eram possíveis, mas havia muitas formalidades e uma dúbia interpretação num dos parágrafos. A Lei de 1931 assim dizia:

"Artigo 46 - O que quiser usar de qualquer dos recursos admitidos nesta lei, deverá fazê-lo dentro de vinte dias do ato que lhe der causa, apresentando ao Diretório Central as respectivas razoes, instruídas com os necessários do

cumentos.

§ 1º - Recebidos os papéis, o Diretório Central nomeará, desde logo, uma comissão especial para relatar o recurso, e, se este for para o Congresso, fará dentro de outros vinte dias a defesa do seu ato, instruindo-a com os documentos que lhe parecerem convenientes".

Ficara, dessa maneira, limitada a ação contestadora dos Diretórios Municipais e Diretórios Distritais, ou mesmo a ação individual, a um julgamento de uma comissão nomeada pelo Diretório Central.

Talvez a idéia da inserção deste artigo se devesse à derrota sofrida pelo Diretório Central, frente aos recursos dos Diretórios Municipais de Guaratinguetá e Sorocaba, que foram os vitoriosos nesse mesmo VII Congresso.

As atribuições dos Diretórios Municipais e Distritais permaneceram praticamente inalteradas nas 4 leis orgânicas. Apenas, houve uma mudança no capítulo II, quando se afirmava que os correligionários contribuintes elegerão os membros do Diretório Municipal e Diretório Distrital. Até 1927, bastava estarem inscritos no partido, não se exigia que fossem obrigatoriamente contribuintes. A partir daí, apenas os contribuintes podiam votar; os outros eram apenas membros do Partido.

Com estas observações demonstramos que a tendência

do partido foi centralizar o poder na esfera do Central, procurando transformar sua prática pouco democrática na prática legal (108)

Pelo quadro à p. 73, queremos mostrar que o poder efetivo dentro do partido não deixou as mãos de uns poucos homens.

Fazia parte, ainda, dos órgãos do partido um Conselho Consultivo composto por 120 membros, renovados, anualmente, pelo terço e eleitos pelo Congresso do Partido Democrático. Este Conselho assim disposto pelas Leis Orgânicas de 1926 e 1927, desapareceu por completo da Lei Orgânica de 1931, para reaparecer remodelado até com outr título Conselho Técnico Consultivo — na Lei Orgânica de 1932.

Na sua primeira fase, o Conselho Consultivo tinha por principal incumbência: "Estudar as questões que possam interessar à atuação do Partido, discutir os pareceres das Comissões Técnicas e responder a consultas formuladas pelos demais órgãos". Estas Comissões Técnicas deveriam ser nomeadas pelo Conselho Consultivo, a quem cabia também distribuir entre elas os trabalhos de estudos dos problemas ou questões em pauta.

Pela Lei Orgânica de 1931, desapareceram além do Conselho Consultivo, as Comissões Técnicas e as "consultas formuladas pelos demais órgãos" deviam ser encaminhadas ao Diretório Central, incumbido explicitamente pela Lei Orgâni

DIRETÓRIO CENTRAL DO PARTIDO DEMOCRÁTICO
(1926-1932)*

Membros	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Antônio da Silva Prado	x	x	x	x			
Francisco Morato	x	x	x	x	x	x	x
J.A. Marrey Júnior	x	x	x	x	x	x	x
Cardoso de Mello Neto	x	x	x	x	x	x	x
Paulo de Moraes Barros	x	x	x	x	x	x	x
Paulo Nogueira Filho	x	x	x	x	x	x	x
Waldemar Martins Ferreira	x	x	x	x	x	x	x
Prudente de Moraes Neto	x	x	x	x	x	x	x
Luís Barbosa da Gama Cerqueira	x	x	x	x	x		
Luís de Queiroz Aranha	x	x	x	x	x		
Joaquim Sampaio Vidal			x	x	x	x	x
Bertho A. Condé			x	x			
Reinaldo Porchat	x						
Antonio Cajado de Lemos	x						
Henrique de Souza Queiroz						x	x
A.C. de Abreu Sodré						x	x
Elias Machado de Almeida						x	x
Joaquim Celidônio Filho						x	x
Vicente Rão						x	x
Henrique Bayma						x	x
Aureliano Leite						x	
Manfredo Costa						x	x
Fábio de Camargo Aranha						x	x
Francisco Mesquita						x	x
Antonio Feliciano da Silva						x	x
Antonio Soares Lara						x	x
Carlos de Moraes Andrade						x	x
Vicente Pinheiro						x	x
Cezário Coimbra						x	x
Manuel Ubaldino Azevedo						x	x
Waldemar Belfort de Matos						x	x
Orozimbo Loureiro						x	x
Plínio de Queiroz						x	x
Paulo Ribeiro da Luz						x	x

* Eleitos até o VII Congresso de 2 de fevereiro de 1931, com mandatos que variavam de 1 a 3 anos; o VIII Congresso, que iria fazer novas eleições, só se realizou a 5 de julho de 1932. O quadro apresentado chega até essa data. Relembremos que, até 1931, eram 12 os membros do Diretório Central; a partir daí, vinte e oito. Não colocamos os indicados posteriormente para o Diretório Central, porque seus mandatos foram efêmeros, com muitos problemas (por exemplo, o movimento de 1932), não sendo freqüentemente eleitos "legalmente" pelo Congresso constituído do partido, tendo em vista sua desorganização e declínio. Foram eles: Adelino Sabino Castilho Pereira, Agostinho Rizzo, Antônio Moura Abud, Francisco E. Fonseca Telles, J.A. Almeida Amazonas, Octávio da Costa Carvalho, Miguel Paulo Capalbo, Antônio Prudente de Moraes, J. Pinto Antunes, Alcides, A.C. Vicente de Azevedo, Arlindo Barcelos, Bento Sampaio Vidal, Eliseu Teixeira de Camargo, Francisco Machado de Campos, Henrique Neves Lefèvre, Horácio de Melo, J.A. Nascimento Gonçalves, João Arruda, Leopoldo Figueiredo, Nicolau de Moraes Barros, Nelson Ottoni de Rezende, Paulo Barbosa de Campos Filho, José Ferreira da Rocha Filho e Troylus Guimarães.

Entretanto, os "grandes" nomes do Partido Democrático continuaram na sua liderança até o fim.

ca de responder a essas questões.

O Conselho Consultivo, de certa forma, foi substituído pelos Grêmios. Havia uma distinção entre o Grêmio de Estudos Políticos, Sociais e Econômicos e o Grêmio Universitário. Do primeiro, faziam parte todos "os correligionários que se inscreverem como contribuintes no seu quadro social". Estes, então, elegiam um diretório de 7 membros e um Conselho Consultivo de 30, além de nomear Comissões Técnicas. Estas tinham as mesmas atribuições anteriores, só que estavam subordinadas agora ao Diretório Central, por onde deviam passar todos os seus pareceres. Além disso, esse Grêmio deveria promover debates públicos e conferências sobre problemas da atualidade.

O Grêmio Universitário estava composto por estudantes das escolas superiores que se inscrevessem como contribuintes no seu quadro social. Poderia haver grêmios universitários no interior que se filiariam ao da Capital. Suas principais funções estavam ligadas à tarefa de fazer propaganda das idéias democráticas e de realizar campanhas cívicas e educativas. O item e rezava: "realizar, junto às fábricas e oficinas ou em bairros operários, cursos elementares de alfabetização e palestras de orientação social do operariado" (109). Pela documentação, esta idéia ficou apenas no papel.

Havia uma grande diferença com relação às leis anteriores. Por essa Lei Orgânica, o reformulado Conselho Con

sultivo não era mais eleito pelo Congresso; para fazer parte dele, era necessário ser, além de membro do Partido Democrático, contribuinte do Grêmio. Seu número foi reduzido para 1/4, além de, fundamentalmente, estar subordinado ao Diretório Central.

Pela Lei Orgânica de 1932, ressurgiu o Conselho Consultivo, nos antigos moldes, eleito pelo Congresso do Partido, contando com 60 membros — a metade das leis de 1926 e 1927 — com mandato por um ano e com praticamente as mesmas funções anteriores. O Grêmio de Estudos desapareceu, permanecendo apenas o Grêmio Universitário com quase idênticas incumbências indicadas na lei de 1931.

As Comissões Técnicas do Partido Democrático funcionaram até 1928, algumas mais ativamente outras menos. Daí para diante, em termos da documentação, não se tem sustentação para afirmar-se a eficiência, e mesmo a existência das mesmas. Há documentos das comissões arquivados até 1928, não sendo encontrados outros com datas posteriores (110)

O número de pareceres de 1926 era muito grande, o que traduzia, evidentemente, o entusiasmo e a esperança do início do partido, quando muitos acreditavam que os melhores argumentos, bem comprovados, seriam os vencedores. Essa atitude pode ser captada no cuidado e minúcia com que foram apresentados alguns pareceres como, por exemplo, aquele que estudou a proposta de reforma do contrato de viação urbana, apresentada à Municipalidade de São Paulo pela Light and Power,

que continha 13 páginas de críticas e sugestões, todas fundamentadas, demonstrando um estudo em profundidade do contrato (111)

Encontram-se Comissões Técnicas sobre: Legislação Eleitoral, Obras Públicas, Justiça, Comércio e Indústria, Educaçao, Agricultura, Finanças, Questão Social, Questões Municipais e Higiene e Saúde.

9. A voz de comando do Diretório Central

Depois de conhecermos a organização interna do Part do Democrático, cabe discutir as relações entre o Diretório Central e os Diretórios Municipais e Distritais. Havia uma dependência muito grande por parte dos Diretórios Municipais e Distritais com relação ao Diretório Central. Esta dependência se traduzia, em primeiro lugar, na necessidade que tinham as cidades do interior de chamar para os comícios, oradores que expusessem a plataforma do Partido Democrático, fizessem críticas ao situacionismo e pregassem as "novas" ideías democráticas. Não apenas à época da organização do partido, mas, particularmente, ao tempo das eleições, em que era preciso lutar pelos votos dos eleitores. Ao mesmo tempo as caravanas vindas de São Paulo eram motivo para muito desentendimento entre os diretórios. Muitas vezes o Diretório Municipal se desgostava, porque o Diretório Central prometia enviar uma caravana ou algum nome ilustre e depois não cumpria

o prometido, para desespero do Diretório Municipal. O missivista de Piedade afirmava: "Como V.S. já deverá estar informado o comício de Piedade foi um completo fracasso pela sua desorganização. Primeiro porque não avisaram a hora da chegada da caravana com a necessária antecedência. O comício foi marcado para depois das três horas da tarde e realizou-se logo depois do meio dia, terminando a uma hora; à tarde compareceram numerosos convidados, depois que a caravana regressou para Sorocaba... Tínhamos dito ao povo que viria o Dr. Marrey Júnior e ficamos mentindo embora ele nos justificasse a impossibilidade de vir" (112). Outro democrático de São Carlos escrevia ao Diretório Central pedindo que a caravana viesse num domingo, pois era o único dia de folga para os votantes do partido: "não sendo feito o comício do domingo, acredito redundar o mesmo num fiasco e acarretará no dia das eleições uma grande perda do eleitorado, principalmente por ser o nosso grupo aqui tido como fraco" (113).

Essa dependência — que levou tantas vezes ao desentendimento entre as partes — também se expressava através de pedidos de esclarecimentos e assistência jurídica, para qualificação de eleitores, processos contra fraude, proteção àqueles democráticos perseguidos pelo Partido Republicano Paulista, fiscais para trabalhar nos dias de eleição.

Além disso, no Diretório Central, concentrava-se todo o material de propaganda, como cartazes impressos de toda a ordem, distintivos e cédulas. Os Diretórios Municipais recebiam uma parte do material gratuitamente, mas outra devia

ser comprada. Todos os diretórios provisórios ou definitivos só existiam de direito depois da aprovação do Diretório Central, o mesmo ocorrendo com relação às demissões. A Lei Orgânica do Partido Democrático também tinha a interpretação "correta", a partir do pronunciamento do Diretório Central.

Da parte de muitos Diretórios Municipais, o autoritarismo, às vezes mesclado de paternalismo, foi aceito sem discussão. Estavam habituados a servir aos "chefes" e nao se colocavam a questão da democracia interna do partido. Para tanto, nesse particular, talvez o Partido Democrático já tivesse inovado bastante, com a prática do voto secreto nas eleições de todos os membros dos diretórios, na escolha de candidatos às eleições, na aceitação dos Congressos como órgão deliberativo máximo (com as restrições já vistas). Dessa forma, a postura de muitos Diretórios Municipais era de inteira submissão aos desígnios dos "chefes" como o daquele membro do diretório de Lins que, escrevendo a Francisco Morato, declarava: "Confio no patriotismo de V.E. e dos demais membros do Diretório Central e, silencioso, espero o resultado, assim não perturbaremos a ação dos nossos chefes" (114). Ou de outro, de Pirambóia que declarava a Marrey Júnior que "continuamos ao lado do Partido sempre firme, para onde V.Sa. for, iremos também. Esperamos pois um aviso seu" (115) É de se notar, assim, o perfeito ajustamento entre a postura autoritária de uns e o submetimento consentido de outros.

Os desentendimentos com o Diretório Central variavam; reclamava-se, por exemplo, do desamparo em que o Diretó

rio Central deixara o Diretório do Jardim América, na Capital; dizia o missivista "se não me engano, este distrito caiu no esquecimento da Sede Central, porque dez meses são decorridos (da dissolução da Comissão Provisória) e nenhuma providência foi tomada a respeito, apesar da minha insistência" (116). Ou, também, o democrático de Mococa que se referia "ao quase abandono em que vive, da chefia central, a facção democrática de minha terra, não obstante os repetidos apelos que em particular tenho feito" (117). De Piedade, o autor da carta lamentava "estamos convencidos de termos decaído da confiança da Direção Suprema do Partido Democrático, do qual fomos abandonados desde a eleição de fevereiro último". (118) Chega-se a situações extremas como em São Simão, quando o diretório em peso do Diretório Municipal se demitiu — demissão não aceita pelo Diretório Central — pois entendia que o Diretório Central deixara de dar-lhes o apoio necessário, nao respondendo aos pedidos feitos por eles, além de não publicarem, no Diário Nacional, as matérias por eles solicitadas (119) Os exemplos se sucediam; para finalizar, citamos o caso do Diretório Distrital da Lapa, em
se solidarizaram com o Presidente e
rios, porque "queixa-se o nosso presidente
Wey da falta de atenção com que é recebido na
procura para tratar de assuntos
as mais das vezes, quem os resolva a contento" (120)

No entanto, todas essas discordâncias nao traziam uma crítica de fundo ao Partido Democrático ou ao Diretório Central e sua prática cotidiana. Eram desavenças na maior

parte das vezes pessoais, em que se distinguia o tom de submissão ao Diretório Central; expressava, mais que tudo, o descontentamento do filho que se rebelava pela falta de atenção paterna. Encontramos poucos exemplos de uma crítica ao Diretório Central que fosse, na verdade, uma discussão de princípios. Podemos citar o caso de Bertho A. Condé, que foi membro do Diretório Central do Partido, e que renunciou ao cargo e se desligou do Partido Democrático, denunciando as práticas não democráticas da cúpula partidária. Dizia ele: "... A) um trabalho meu, apresentado no primeiro Congresso desse Partido, ficou, por deliberação da mesa que o presidia, para ser discutido no segundo e, entretanto, cinco congressos mais se reuniram sem que se ouvisse falar em tal trabalho; B) no quarto Congresso do Partido apresentei duas sugestões que mereceram larga discussão tendo sido resolvido que as mesmas seriam encaminhadas ao Partido Democrático Nacional e até o presente momento não se soube que essa resolução tivesse sido cumprida; C) ao Diretório Central tive ocasião de apresentar diversas sugestões que, todas, ficaram, até o presente momento, em estudo e sem resolução". Concluía sua carta, afirmando: "tenho a convicção absoluta de que com as idéias que defendo, tenho constituído estorvo à vida partidária" (121). Ou então, a de Waldomiro Fleury que declarava: "Contrário às práticas do Sr. Cardoso de Mello Neto — na minha opinião democrático eventual — e inimigo da sua ação derrotista junto aos elementos que formam na facção política do ilustre Conselheiro Antônio Prado, considero-me desligado dessa agremiação" (122)

Esses dois casos demonstravam uma divergência de posição e de postura política bastante diferentes dos exemplos citados anteriormente referentes ao Diretório Municipal.

Em suma, o Diretório Central concentrava em suas mãos um grande poder e tinha condições de dirigir o partido e de fazer valer seus pontos-de-vista amplamente. Essa "chefia" era acatada, aceita e mesmo respeitada pela grande maioria dos Diretórios Municipais. As críticas se restringiam a aspectos parciais da atuação do Diretório Central e não se registrava uma oposição organizada, dentro do partido, à direção do Diretório Central. Pelo contrário, as reclamações, no mais das vezes, eram feitas quando se sentiam abandonados ou preteridos pelo Diretório Central.

A partir do que foi exposto, defendemos a seguinte proposição a respeito da formação e crescimento do Partido Democrático. O partido surgiu de um pequeno grupo com uma proposta de reformar os "costumes" políticos paulistas e brasileiros. É certo que esse grupo pertencia à classe dominante; no entanto, o partido precisava ter uma base social e eleitoral para que pudesse chegar, ou mesmo aproximar-se do poder. A solução consistiu em abrir o partido aos oposicionistas dos mais variados matizes: desde figuras das classes médias até membros da classe operária. Assim, descontentes, diversos elementos se transformaram em oposicionistas e entraram para o partido como único canal legal de expressao e participação

políticas. O partido cresceu e para os membros da classe proprietária, em grande maioria no Diretório Central, o Partido Democrático começava a ficar difícil de ser controlado. A narração de Paulo Duarte demonstrava de forma significativa tal embaraço: "a favela está começando a por as manguinhas de fora". O termo favela, ainda que pejorativo, indicava uma abertura social que ameaçava tomar corpo dentro do partido..

Esse embate pode ser melhor dimensionado quando analisamos a inserção do partido nas lutas político-eleitorais paulistas.

NOTAS

1) Cf. Ata de fundação do Partido Democrático de 24/02/1926. A.I.H.G.S.P., Livro de atas nº 1 do A.P.D.

2) Manifesto do Partido Democrático de 22/03/1926; ver Folha do Partido Democrático inserida in *O Estado de São Paulo* de 22/03/1926; e também NOGUEIRA FILHO, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista. O Partido Democrático e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, 1º vol., p. 159; e PRADO, Nazareth - Antônio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1929, pp. 390 e segs.

3) Cf. Ata de fundação do Partido Democrático.

4) Cinqüenta anos antes, quando se lançou o manifesto do Partido Republicano, os então oposicionistas afirmavam: "É a voz de um partido a que se alça hoje para falar ao país. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade

Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro titular pode julgar-nos; nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós". Utilizando "os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito postos ao serviço de uma convicção sincera" alçavam "a bandeira da democracia que abriga todos os direitos". A democracia não existia em razão de um "vício grave", a monarquia, que punha em risco a liberdade e anúlava o "elemento democrático". Em 1926, substituiu-se na argumentação empregada, "regime monárquico", por "regime oligárquico"; se a monarquia aparecia como a causadora de todos os males, agora eram os oligarcas responsabilizados pelo desvirtuamento do regime que necessitava ser restaurado. Ver Manifesto Republicano in MORAES, Evaristo de - Da Monarquia para a República (1879-1889). Rio de Janeiro, Athena Editora, s/d., pp. 29 e segs.

5) O primeiro nome aventado para o partido foi o de Partido Popular Paulista, depois pensou-se em Partido Democrata, em seguida Partido Social Democrático e, finalmente, Par

tido Democrático. Cf. Ata de fundação do partido.

6) Cf. Manifesto do Partido Democrático.

7) Alguns autores têm confundido o Manifesto do Partido Democrata (NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., pp. 641—642) com o Manifesto aprovado do Partido Democrático. Entre eles, FORJAZ, Maria Cecília - Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930), p. 38; CHACON, Vamireh - História dos partidos brasileiros. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, pp. 297-298; DECCA, Edgar de - 1930, o silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 90. Algumas das análises que este autor elaborou sobre o programa do Partido Democrático podem ser questionadas na medida em que se fundamentaram não no programa aprovado e divulgado, mas no texto preliminar dado a conhecer por Paulo Nogueira Filho em sua autobiografia.

8) Notava Nogueira Filho que todo o grupo que havia assinado o Manifesto do Partido Democrata aceitou a fórmula vencedora, "embora alguns, como eu, vencidos, mas não convencidos"; referia-se, particularmente, ao corte da alusão às classes trabalhadoras. Op. cit., p. 156.

9) Cf. Ata do I Congresso do Partido Democrático de 26/12/1926. A.I.H.G.S.P., Livro de atas nº 6 do A.P.D.

10) As conclusões sobre o manifesto do Partido Democrático expostas por Darrell E. Levi vão nessa mesma direção: "O manifesto tinha a intenção de atrair o mais amplo apoio dos dissidentes paulistas, mas o Partido Democrático era formando principalmente pela alta classe média, e fazendeiros de café aliados. Dos 601 signatários do manifesto, 42,6 % eram profissionais de classe média, 23,4% eram funcionários de escritório, 15,5 % eram fazendeiros e outros proprietários e 13,5 % representavam o comércio, as finanças e a indústria... A diretoria do partido, formada por dez homens, consistia de Antônio Prado, que havia se inscrito como fazendeiro, três outros fazendeiros, três professores de Direito e três outros advogados. Assim, representantes de outras profissões e negócios e funcionários de escritório, que compreendiam a maioria do par-

tido, nao estavam incluídos em sua liderança inicial". No temos que o autor usa apenas uma profissão por pessoa. LE VI, Darrell E. - A família Prado. São Paulo, Cultura-70, 1977, p. 303. Segundo Boris Fausto, "dentre os 599 assinantes do manifesto de lançamento do Partido Democrático, apenas 11 se qualificam como industriais. As 10 primeiras indicações profissionais, abrangendo cerca de 89 por cento do total, afora a vaga categoria 'proprietário' e os estudantes, indicam uma esmagadora predominância de membros do setor agrário e da classe média: advogados, 139; do comércio, 79; comerciantes, 68; lavradores, 59; funcionários bancários, 48; proprietários, 34; engenheiros, 32; médicos, 28; estudantes, 18; professores, 16. "A crise dos anos vinte e a revolução de 1930", in História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, 2º vol. São Paulo, Difel, 1977, p. 415.

11) NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., vol. I, p. 151.

12) Usamos de agora em diante o termo democrático, no sentido de membro ou simpatizante do Partido Democrático.

13) Muitos estudantes pertenciam à Liga; seus principais objetivos eram: "empreender campanha pela liberdade contra atentados civis ou militares à soberania nacional; obter a efetividade do voto (voto secreto); desenvolver o sentimento da unidade nacional; promover a organização e o desenvolvimento da defesa nacional pelo escotismo, linhas-de-tiro e preparo militar", in *O Estado de São Paulo* (O ESP) de 16/12/1916, citado por CARONE, Edgard A República Velha (instituições e classes sociais). São Paulo, Difel, 1972, p. 313. A Liga Nacionalista foi fechada durante o governo Artur Bernardes, em 1924; de uma certa forma, dela originaram-se a Liga do Voto Secreto, e o Partido da Mocidade, de efêmera vida e pequena repercussao.

14) E mais, Armando de Salles Oliveira, Francisco Mesquita, Mário Pinto Serva, Leven Vampré, José Benaton Prado, Tácito de Almeida, A.C. de Abreu Sodré; na Liga também estavam nomes ligados ao Partido Republicano Paulista, como

João Sampaio e Abelardo Vergueiro César.

15) Sobre O ESP, ver CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia - O Bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

16) Júlio de Mesquita Filho considera seu pai como fundador do Partido Democrático; ver resenha do livro "Memórias de um revolucionário" de João Alberto Lins e Barros in O ESP de 04/07/1954.

17) O termo "apolítico" era assumido por Antônio Prado que se considerava um prefeito administrativo, sem filiações partidárias. É evidente que para nós essa distinção nao se sustenta.

18) Os dados sobre Antônio Prado foram retirados fundamentalmente de LEVI, Darrell E. - op. cit. E também PRADO, Nazareth - op. cit.

19) LEVI, Darrell E. - op. cit., p. 300.

20) Cf. LOVE, Joseph L. - São Paulo in the Brazilian Federation 1889-1937. Stanford, Stanford University Press, 1980, p. 114.

21) As informações básicas sobre os políticos do Partido Democrático foram retiradas das biografias impressas fornecidas pelo partido (A.I.H.G.S.P.) e também nas pastas de personalidades do arquivo do jornal O ESP.

22) Excluímos a biografia de Antônio Cajado de Lemos, do Diretório Provisório do Partido Democrático, porque logo deixou a agremiação. Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., vol. I, p. 158.

23) O general Cândido Rodrigues, depois candidato ao Senado Estadual pelo Partido Democrático, também foi do Partido Republicano Paulista; Henrique Bayma foi secretário de Moraes Barros, quando este esteve na pasta da Agricultura. O passado político dos democráticos foi alvo de muitas críticas por parte de seus opositores perrepistas, especialmente Moraes Barros e Marrey Júnior, acusados de mudarem de partido por conveniência e ambições pessoais.

Ver JARDIM, Renato - A aventura de outubro e a invasão de de S. Paulo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,s/ d., e MOREIRA, Rangel - Em face da Revolução. São Pau lo, s/ed., 1930.

24) Os nomes escolhidos do Partido Republicano Paulista pertenceram todos a sua Comissão Diretora em diversos períodos:

Prudente de Moraes Barros - 1892-1893.
Júlio de Mesquita - 1892/94, 1896.
F.P. Rodrigues Alves - 1892/94, 1917.
José Paulino Nogueira - 1897.
Lacerda Franco - 1901/06, 1914/1927.
Joaquim Celidônio - 1891.
Rafael Sampaio Vidal - 1934.
Cerqueira César - 1895, 1898, 1900.

Cf. LOVE, Joseph L. - op. cit., p. 296.

25) Dados retirados de LOVE, Joseph L. - op. cit., e pastas do arquivo de O ESP.

26) Prudente de Moraes Neto era sócio no mesmo escritório de advocacia de João Sampaio, do Partido Republicano Paulista.

27) As associações de fazendeiros, em São Paulo, eram três:
- a Sociedade Paulista de Agricultura, vinculada à Sociedade Nacional de Agricultura, foi fundada em 1902, para fazer frente aos exportadores estrangeiros de café, por um grupo de importantes fazendeiros e comissários. Pediam ao governo crédito, impostos baixos sobre a exportação e a vinda de imigrantes.

A crise posterior à Primeira Guerra gerou condições para a criação, em 1919, da Sociedade Rural Brasileira. De lá faziam parte grupos ligados a frigoríficos e a grupos internacionais como a firma Theodor Wille.

- Em 1921, surgiu a Liga Agrícola Brasileira, formada por um grupo diferente dos demais; pretendia o apoio dos pequenos produtores, propondo a imposição de um imposto territorial proporcional, que substituísse o imposto sobre as exportações, que tenderia a acabar com o "latifúndio im

produtivo". Cf. LOVE, Joseph L. - op. cit., pp. 220 e segs.

28) NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., vol. I.

29) A indústria Santa Branca tinha um capital de 5.886:000$000, considerada, portanto, "grande empresa", por FAUSTO, Boris - A Revolução de 1930. Historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 25.

30) Cf. LEVI, Darrell E. - op. cit., pp. 248 e segs.

31) Ver A.I.H.G.S.P., Livro de Ouro nº 1 e nº 2 e mais os pacotes 28 e 29, 30, 31 e, particularmente, 32 do A.P.D.

32) Cf. LOVE, Joseph L. - op. cit., p. 165.

33) O signatário punha seu nome numa lista que era depois publicada nos jornais paulistas; mas isto não o qualificava como eleitor democrático, mas sim como simples simpatizante. O processo de "qualificação" será abordado no capítulo seguinte.

34) Cf. Ata do III Congresso de 03/12/1927. A.I.H.G.S.P., Livro de atas nº 6 do A.P.D.

35) Carta de Cravinhos de 13/05/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

36) Carta de Cravinhos de 13/05/1936. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

37) Carta de Botucatu de 28/03/1926. 33 do A.P.D.

38) Carta de Birigui de 07/04/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

39) Carta de Conceição de Monte Alegre de 13/05/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

40) Carta de Bauru de 30/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

41) Carta de Bragança de 28/08/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

42) Carta de Cravinhos de 13/05/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

43) Concordamos com a conceituação de classes médias de Paulo Sérgio Pinheiro: "É sempre difícil precisar os limites exatos de uma classe, tendo em conta que inúmeras formas de transição atenuam as diferenças sociais na estrutura de classes. Esse problema é ainda maior no que diz respeito às classes médias porque se compõem de conjuntos que têm diversa localização ao nível econômico, o que torna mais complexa a avaliação desses limites. Esses dois conjuntos podem ser caracterizados como antigas classes médias (ou pequena burguesia) e novas classes médias (ou simplesmente classes médias)". Por antigas classes médias P.S. Pinheiro compreende a pequena produção e o pequeno comércio e, por novas classes médias, os trabalhadores assalariados, tanto aqueles ligados à esfera da circulação do capital como os que contribuem para a realização da mais-valia; e, mais os funcionários do Estado, do aparelho do Estado e dos aparelhos ideológicos do Estado. Acompanhamos também a observação do autor na relação das classes médias com o todo social: "... caberia lembrar que as classes dentro da estrutura de classes só podem ser definidas historicamente, enquanto pensadas nas relações com as outras classes (relações de antagonismo e de complementaridade) e definidas segundo critérios situados em diversos níveis da estrutura social (econômico, político, ideológico)". PINHEIRO, P.S. - "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política" in História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, 2º vol. São Paulo, Difel, 1977, pp. 10-12.

44) A estrutura ocupacional da população economi amente ativa em 1920 pode ser aferida pela tabela abaixo; assim, podemos aquilatar o lugar das classes médias no todo social:

ATIVIDADES	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO
Primárias	63,9 %	6,4 %
Industriais	16,6 %	32,0 %
Transportes e comércio	10,1 %	27,4 %
Outros serviços, incluindo Governo		
Serviços domésticos		
TOTAL	100,0 %	100,0 %

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940, pp.1302-1303. Apud: CANO, Wilson - Raizes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 311 (tabela adaptada).

45) Apud: SIMONSEN, Roberto C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973 (Brasiliana, v. 349), p. 26 (tabela adaptada).

CUSTO DE VIDA

Anos	%
1914	100,0
1915	108,5
1916	116,5
1917	128,3
1918	144,1
1919	148,8
1920	163,8
1921	167,9
1922	184,0
1923	202,8
1924	236,6
1925	252,8
1926	260,0
1927	267,4
1928	263,0
1929	261,0
1930	237,3

46) Ver CARONE, Edgar - A República Velha (instituições classes sociais). São Paulo, Difel, 1972, p. 183.

47) Ver CARONE, Edgar - op. cit., p. 184.

48) Entrada de imigrantes estrangeiros e nacionais no período de 1916-1935 no Estado de São Paulo:

Período	Estrangeiros		Nacionais		TOTAL
	nº	%	nº	%	nº
1916-1920	100.098	77,87	28.441	22,13	128.539
1921-1925	222.711	79,67	56.837	20,33	279.548
1926-1930	253.265	61,91	155.821	38,09	409.086
1931-1935	119.204	43,28	156.242	56,72	275.446

Fonte: Departamento de Imigração e Colonização da Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo "Estatísti

ca de Imigração 1960-1962". Apud: NOGUEIRA, Aracy O desenvolvimento de São Paulo: imigração estrangeira e nacional e índices demográficos, demografo-sanitários e educacionais. São Paulo, CIBPU, 1964 (tabela adaptada).

49) Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945). Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da F.F.L.C.H. da USP, 1978 (mimeogr.), p. 43.

50) Carta de Mogi-Mirim de 21/01/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

51) Carta de Cafelândia de 06/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

52) Carta de Botucatu de 17/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

53) Carta de Brotas de 24/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

54) Carta da Botucatu de 09/04/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

55) Carta de Sertãozinho de 20/02/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

56) Carta de Sertãozinho de 20/02/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

57) Carta de São Paulo para Ibitinga de 25/08/1928. G.S.P., pacote 52 do A.P.D.

58) Carta de Mirassol de 19/08/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

59) Carta de Nova Odessa de 10/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

60) Carta de Botucatu de 29/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

61) Carta de Sertãozinho de 20/02/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

62) *O Democrata*, de Tietê, de 20/02/1930; ver também *Diário Nacional* de 23/02/1930 e O ESP de 23/02/1930.

63) Carta de Botucatu de 21/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

64) Carta de Buri de 10/08/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

65) Cf. FAUSTO, Boris A Revolução de 1930. Historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1970, pp. 33-34.

66) Essa postura diante do operário estrangeiro não significava que, em contrapartida, se valorizava o trabalhador nacional. Pelo contrário, este era visto como mal adestrado para o trabalho, preguiçoso e ignorante. Para uma abordagem rigorosa da questão ver FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho - Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

67) Uma legislação tendente a proibir a entrada de novos imigrantes já vinha sendo discutida durante a década de 1920; há um decreto federal, de 1921, decidindo sobre a proibição da entrada de "indesejáveis" no país; também, em 1921, um projeto de lei (não aprovado) foi apresentado por Andrade Bezerra e Cincinato Braga (do P.R.P.), proibindo a imigração de pretos americanos. Em 1926, por uma emenda, o Poder Executivo tinha o direito de "expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República". E, em 1930, Getúlio Vargas restringe a entrada no país de passageiros de 3a. classe (decreto Federal). Esses eram indícios de uma atitude generalizada contra os imigrantes vistos como elementos perturbadores da ordem. Cf. LUIZZETTO, Flávio V. - Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação étnica na Constituinte de 1934. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de História da F.F.L.C.H. da USP, 1975 (mimeogr.).

68) JARDIM, Renato - A aventura de outubro e a invasão de São Paulo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d., p. 170.

69) Carta de Bebedouro de 23/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

70) Carta de Redenção de 23/12/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

71) Carta de Ariranha de 03/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

72) Carta de Tanabi de 13/02/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

73) Carta de Mogi das Cruzes de 02/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

74) Carta de Nazareth de 15/10/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

75) Carta de Piedade de 16/08/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

76) Carta de Santo Amaro de 02/03/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

77) Carta de Mogi-guaçu de 28/04/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

78) Carta de Altinópolis de 07/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

79) Carta de Piedade de 16/08/1929. .I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

80) Carta de Redenção de 23/12/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

81) Carta de Marília de 29/01/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

82) Carta de Piedade de 20/02/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.. Outro cidadão de Piedade declarava que os líderes do Partido Republicano Paulista da localidade "im plantaram o costume de nos dias de eleição ir buscar e levar os eleitores para votar, além da compra de votos que praticam abertamente; para os homens do P.R.P. tudo é fácil, gastam o dinheiro público, que é a nossa contri buição. Este precedente de conduzir eleitores é verda— deiramente desastroso para nós oposicionistas, pois há muitos deles que vem votar somente pelo simples prazer de vir e voltar de automóvel e afinal pintar o sete no

viveiro..." (viveiro era o lugar em que ficavam aqueles que vinham da fazenda votar). Note-se a perspectiva do missivista com relação ao "povo", no seu despreparo e in genuidade, mas também na lamentação de que o automóvel era "perrepista" e não "democrático". Carta de Piedade de 16/08/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

83) Carta de Santo Amaro de 03/12/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

84) Carta de Santo Amaro de 08/08/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

85) Ata do II Congresso de 06/05/1927. A.I.H.G.S.P., Livro de atas nº 6 do A.P.D.

86) Esta posição parece ter sido uma constante no pensamento e ação políticos brasileiros; este argumento foi muitas vezes utilizado de forma conservadora para justificar os processos nao democráticos. As fórmulas "o povo nao está preparado", "o povo não está amadurecido" sao bastante conhecidas. Grupos do Partido Democrático não deixaram também de utilizá-las para alcançarem seus objetivos

87) Cf. Ata do II Congresso de 06/05/1927. A.I.H.G.S.P., Livro de atas nº 6 do A.P.D.

88) Cf. Ata do III Congresso de 03/12/1927. A.I.H.G.S.P., Livro de atas nº 6 do A.P.D.

89) Ver lista dos Diretórios Municipais e Distritais no A.I.H.G.S.P., pacote 7 do A.P.D.

90) Antes dessa data, o partido inseria a *Folha do Partido Democrático* nos principais jornais de São Paulo.

91) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., vol. I, p. 328. O *Diário Nacional* publicou em 28/10/1930 os números referentes às tiragens do jornal naquele mes.

"Dia 24 edição da noite 40.200
Dia 25 edição da manhã 75.100
Dia 25 - edição da tarde 49.300
Dia 26 edição da manhã 160.700

Dia 27 - edição da manhã 84.200
Dia 27 - edição da tarde ..... 41.052".

Como comparação apresentamos a circulação de *O Estado de São Paulo*, em 1933: 110.000 exemplares. Cf. CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia O bravo matutino: Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, p. 23.

92) Os principais acionistas são encontrados em NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., vol. I, p. 328.

93) A direção do jornal sofreu as seguintes modificações:
a) de 02/10/1928 até 31/03/1929:
Diretores - Marrey Júnior e Paulo Nogueira Filho
Redator principal - Couto de Barros
Redator-secretário - Pedro Ferraz
Gerente - Sérgio M. Costa e Silva.
b) de 02/04/1929 até 04/03/1930:
Diretores - Marrey Júnior e Paulo Nogueira Filho
Redator principal - Paulo Duarte
Gerente - Sérgio M. Costa e Silva
c) de 06/03/1930 até 20/04/1930:
Diretores - Marrey Júnior e Paulo Nogueira Filho
Redator-chefe - Paulo Duarte
Gerente - Otávio de Lima e Castro
d) de 22/04/1930 até 11/11/1930:
Diretores - Marrey Júnior e Paulo Nogueira Filho
Gerente - Otávio de Lima e Castro
e) de 12/11/1930 até 05/04/1932
Diretor - Otávio de Lima e Castro
f) de 06/04/1932 até 30/09/1932
Diretor - Otávio de Lima e Castro

94) Ver lista dos municípios e seus respectivos órgãos de imprensa. A.I.H.G.S.P., pacote 7 do A.P.D.

95) Cf. carta de Mogi das Cruzes de 29/12/1926.A.I.H.G.S.P., pacote 7 do A.P.D.

96) Everardo Dias trabalhou no jornal como gráfico durante um certo período. Pertenceu à redação por um curto espaço de tempo.

97) "A greve na Fábrica Mariângela", in *Diário Nacional* de 25/01/1928.

98) A *Folha da Noite*, quando surgiu, pretendia tornar-se um "jornal popular". Cf. MOTA, Carlos Guilherme & CAPELATO, Maria Helena - História da *Folha de São Paulo* (1921-1981). São Paulo, Impres, 1980, pp. 25-26.

99) Carta de São Paulo para Guaratinguetá de 11/02/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

100) Note-se que a mesma proposta estava nos Estatutos do Grêmio Universitário do Partido Democrático: ".... realizar, junto às fábricas e oficinas ou em bairros operários, cursos elementares de alfabetização e palestras de orientação social do operariado...". Lei Orgânica do Partido Democrático de 1931. A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.

101) Ver Relatório da Caravana da 10ª zona. A.I.H.G.S.P., pacote 15 do A.P.D.

102) Uma conferência, feita em Assis, por um membro de seu diretório provisório, foi narrada pelo redator. O orador discorreu sobre o 14 de julho, data do comício, "fazendo um paralelo da situação do último quartel do século 18 com a situação atual do mundo e do Brasil em particular. Estudou a Revolução Francesa e mostrou quais as causas do descontentamento do povo francês à época, fazendo um apelo aos governantes do Brasil e às autoridades em geral para que se mirassem na lição da história e evitassem o desencadear da revolta popular. Estudou em seguida o programa do partido democrático, (...) fez uma detalhada explicação do sistema do voto secreto e mostrou suas vantagens...". A.I.H.G.S.P., pacote 15 do A.P.D.

103) Ver Relatório da Caravana da 15ª zona. A.I.H.G.S.P., pacote 15 do A.P.D.

104) Assim contava o presidente do diretório de Tanabi, as vésperas da eleição de 24 de fevereiro de 1928: "à noite (do dia 10 de fevereiro) fui cientificado de que a

localidade achava-se cheia de jagunços com o fim de impedir não só a chegada da caravana (democrática), como o comício"; tudo isso com a conivência do prefeito e do delegado de polícia. Eram uns 40 homens mais ou menos, alguns profissionais do crime, sempre na narrativa do missivista, e tinham por fim "assassinarem o Dr. Zoroastro Gouveia, tanto ssim verdade que interromperam a linha telefônica, arrancaram mata-burros, tudo prepararam para levarem a efeito a horripilante e terrível emboscada, que talvez muitas vidas iria custar". Carta de Tanabi de 16/02/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

105) Ver NOGUEIRA FILHO, Paulo op. cit., vol. I, pp. 174-175.

106) Lei Orgânica de 1931, 1934. A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.

107) P.D.N.: Partido Democrático Nacional do qual falaremos no capítulo II.

108) As alterações na Lei Orgânica para serem consumadas deveriam ser aprovadas por 2/3 do Congresso.

109) Como vimos anteriormente no item 7.

110) Ver A.I.H.G.S.P., pacotes 5 e 6 do A.P.D.

111) Ver A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.

112) Carta de Piedade de 07/02/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

113) Carta de São Carlos de 13/01/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

114) Carta de Lins de 21/02/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

115) Carta de Piramboia de 05/12/1930. A.I.H.G.S.P., pacote 40 do A.P.D.

116) Carta de São Paulo de 21/12/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

117) Carta de Mococa de 18/05/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

118) Carta de Piedade de 10/11/1928 A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

119) Carta de São Simão de 18/07/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

120) Carta de São Paulo de 02/03/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

121) Carta de Berto Condé de 30/01/1930. A.I.H.G.S.P., pacote 17 do A.P.D.

122) Carta de Waldomiro Fleury de 16/07/1927. A.I.H.G.S.P., pacote 15 do A.P.D.




Para Senador Federal: Dr. LUIZ BARBOZA DA GAMA CERQUEIRA
Para Deputado Federal: Dr. JOSÉ ADRIANO MARREY JUNIOR

FOTO 2.

FOTO 3.

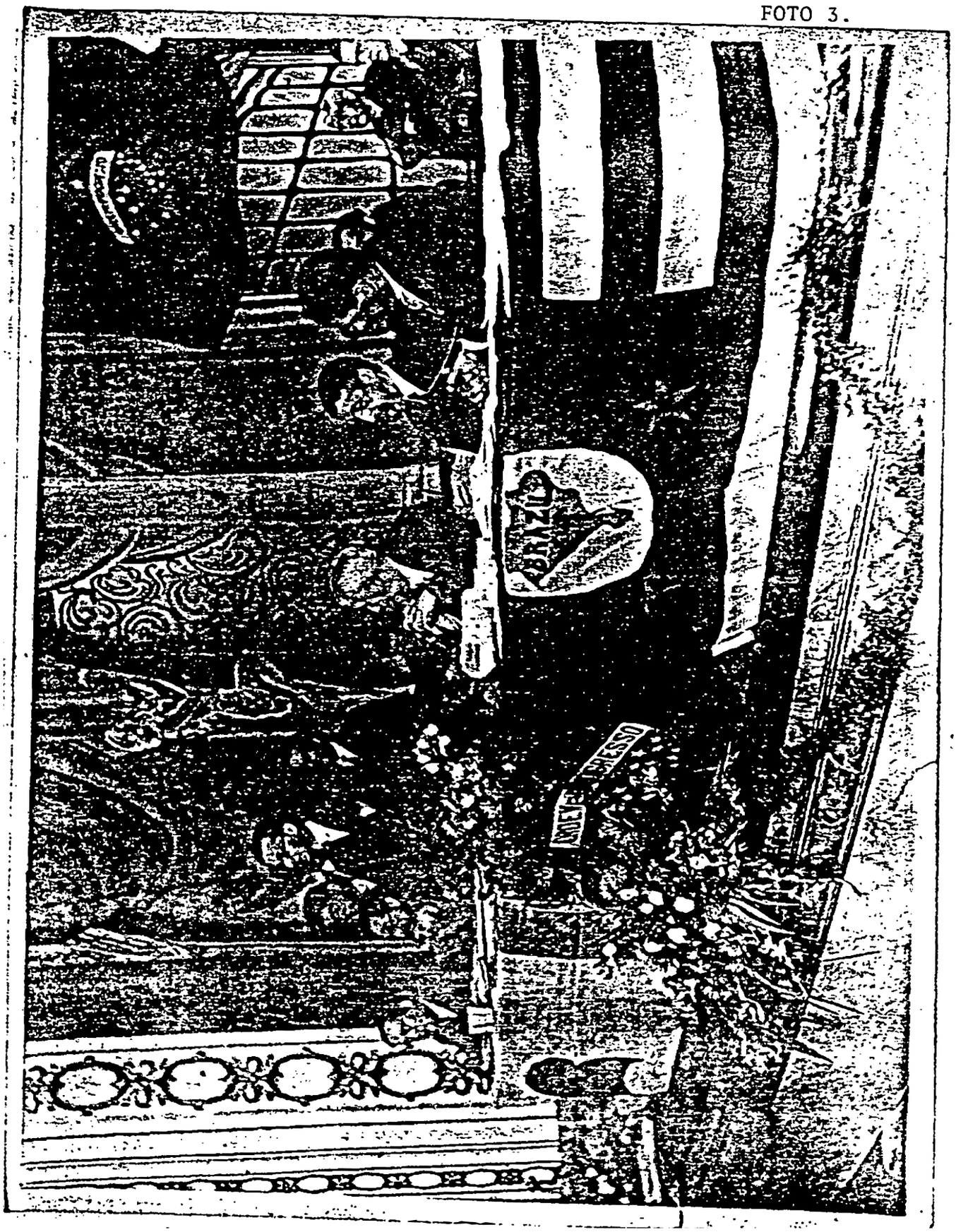
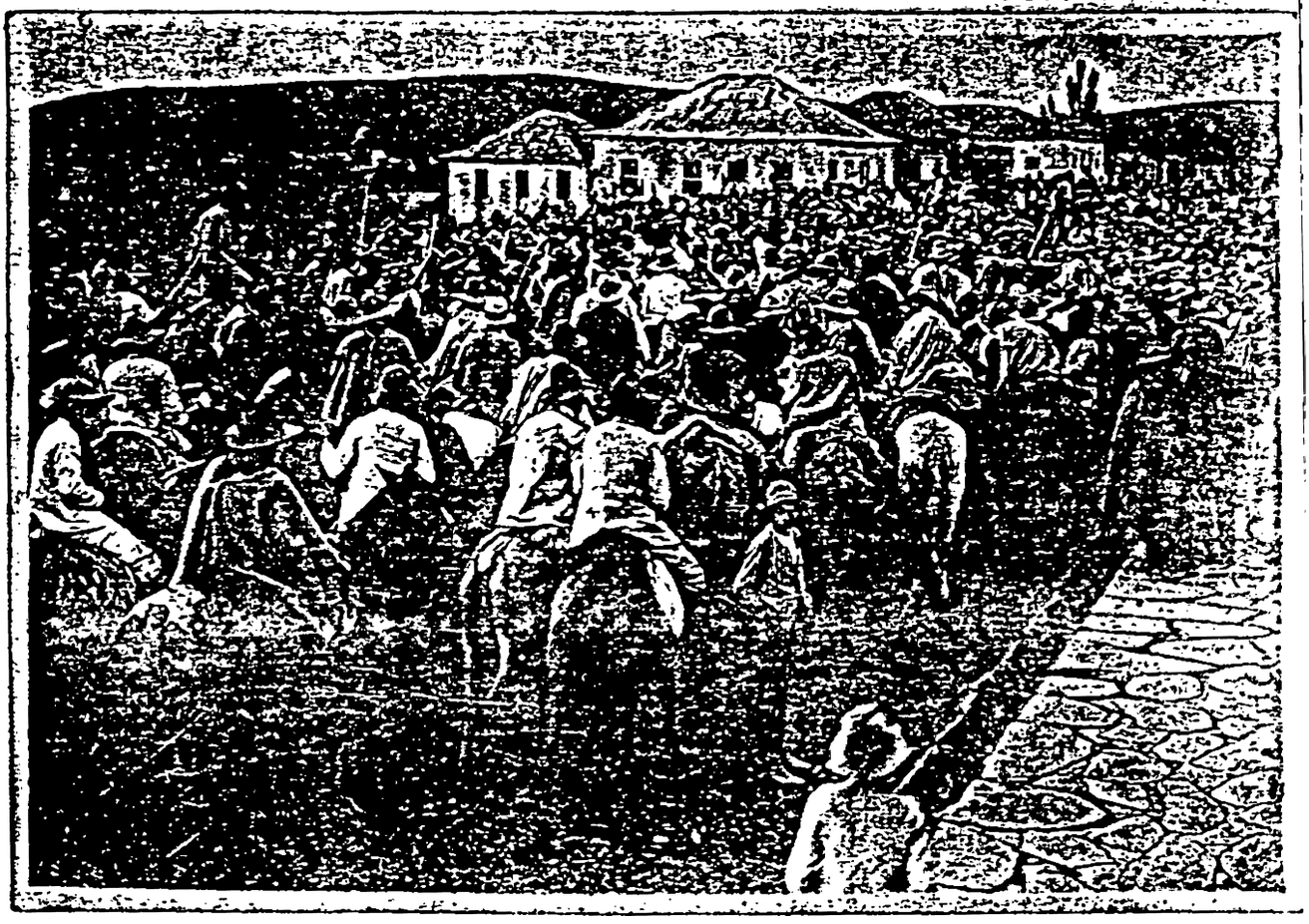


FOTO 4.



FOTO 5.



II AS LUTAS POLÍTICAS DO PARTIDO

PRIMEIRA PARTE:

"Abaixo as oligarquias carcomidas"

1. A participação do partido nas eleições (1927-1928)

Na primeira parte do trabalho, mostramos a organização do Partido Democrático em seus vários aspectos. Nesta segunda parte, analisaremos a inserção do partido nas lutas político-eleitorais do Estado e suas articulações a nível nacional. Começando pelas eleições federais de 1927, acompanharemos o histórico do Partido Democrático até o momento em que deixou de ser oposição, para se transformar na agremiação vitoriosa, depois do movimento de 1930. Apresentaremos, em seguida, as lutas empreendidas pelo partido e os conflitos em que se envolveu, quando da possibilidade efetiva da tomada do poder; e, finalmente, os desacertos que levaram a seu desaparecimento.

A primeira intervenção direta no processo eleitoral efetivou-se em 1927. Para compor o quadro populacional do Estado de São Paulo, o censo de 1920 indicava que a cidade de São Paulo possuia 579.000 habitantes, o Estado contava com 4.600.000 e o Brasil chegava aos 30.635.605 habitantes (1) Quanto ao número de eleitores, São Paulo, em 1927, somou 135.286 votantes nas eleições para a presidência do Estado. Acompanhemos, pelo quadro abaixo, o número de eleitores do Estado, nos vários pleitos, desde a proclamação da República (com as porcentagens respectivas de votos recebidos pelo Partido Republicano Paulista), tanto nas eleições para presidente do Estado como para a presidência do país:

VOTAÇÃO PARA PRESIDENTE EM SÃO PAULO, 1892-1930

PRESIDENTE DE SÃO PAULO (1892-1927)

Ano	Candidato do PRP	Votos ganhos (%)	Número de votos
1892	Bernardino de Campos	100	31.155
1896	Campos Sales	100	44.017
1898	Fernando Prestes	100	40.311
1900	Rodrigues Alves	100	46.345
1902	Bernardino de Campos	100	42.077
1904	Jorge Tibiriçá	100	50.022
1908	Albuquerque Lins	100	64.728
1912	Rodrigues Alves	98	95.966
1916	Altino Arantes	100	118.330
1920	Washington Luiz	100	80.139
1924	Carlos de Campos	100	96.926
1927	Júlio Prestes	99	135.286

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (1894-1930)

Ano	Candidato do PRP	Votos ganhos (%)	Número de votos
1894	Prudente de Morais	100	28.655
1898	Campos Sales	95	53.164
1902	Rodrigues Alves	95	53.908
1906	Afonso Pena	98	29.526
1910	Rui Barbosa	77	108.618
1914	Wenceslau Braz	93	64.097
1918	Rodrigues Alves	99	48.241
1919	Epitácio Pessoa	73	55.250
1922	Artur Bernardes	91	99.355
1926	Washington Luiz	98	125.124
1930	Júlio Prestes	89	365.600

Fonte: Para o Estado, *Anais da Câmara* (S.P.), 1892-1898, 1902-1927; O ESP, 24 de abril de 1900, p. 1; Federal, estão em *Diário do Congresso*, 1894-1906, 1914-1930; e *Anuário Estatístico*, 1908-1912, 1: 66 (para as eleições de 1910).

Apud: LOVE, Joseph L. - São Paulo in the Brazilian Federation 1889-1937. Stanford, Stanford University Press, 1980, p. 143 (2)

Como se depreende, pelo quadro acima, a participação política, além de pequena, era bastante desigual — fato que se explicava, em parte, por não ser obrigatório o voto. A tendência do período apontava o crescimento do número de eleitores, mas isto se fez de forma irregular e inconstante, ocorrendo alguns retrocessos (3). Além disso, particularmente nos pleitos para a presidência do Estado, nota-se o extraordinário domínio eleitoral do Partido Republicano Paulista, alcançando praticamente a totalidade dos votos.

Para a análise das eleições no Estado de São Paulo, na década de 1920, deve ainda ser lembrada a importância política do interior (4) A cidade de São Paulo não tinha ainda a significação política que desfrutaria a partir de 1950. Por isso mesmo, conferimos uma atenção particular ao interior, no processo de constituição de um partido oposicionista.

A pequena participação política se enquadra dentro de um contexto mais amplo. O Estado, durante a Primeira República, procurou manter, dentro de limites controláveis, as possíveis manifestações oposicionistas. Assim, havia um longo caminho a ser percorrido para que o indivíduo se transformasse em eleitor.

Em primeiro lugar, era preciso se alistar, para que, preenchidos todos os requisitos, o cidadão pudesse estar "qualificado" como eleitor. Tal tarefa implicava uma cansativa maratona que necessitava de boa vontade e persistência por

parte do futuro eleitor. Pelas "Instruções para o alistamento eleitoral" (5), publicadas pela seção legal do Partido Democrático, podemos acompanhar as exigências: podiam se alistar os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, os estrangeiros naturalizados e os estrangeiros que tivessem bem imóvel no Brasil, de valor superior a 5:000$000 e fossem casados com mulher brasileira ou tivessem filhos brasileiros (juntando o título declaratório de cidadão brasileiro).

Para qualquer alistamento de brasileiros ou estrangeiros era preciso fazer um requerimento de próprio punho, contendo declarações de idade, naturalidade, filiação, estado civil, profissão, município e lugar de residência. Ocorre que esse requerimento devia vir acompanhado de provas para todos os itens. Nos itens renda e residência, o processo precisava ser instruído com provas e contra-provas. As instruções esclareciam: "um candidato a eleitor prova residir em uma casa há 4 meses, juntando os 4 recibos de aluguel. Esta é a prova. Agora precisa provar que quem assina os recibos é, de fato, o proprietário da casa ou seu bastante procurador. E isso se fará com uma certidão da procuraçao, caso se jam os recibos assinados por procurador. Esta e a contra-prova".

O mesmo acontecia com a prova de renda. O patrão dava um atestado que o empregado recebia tal ordenado. Depois era preciso fornecer a contra-prova, isto é, provar que o patrão era patrão mesmo. "Assim, por exemplo, um empregado de comércio, ao lado do atestado do comerciante, deve jun

tar o talão de imposto pago pelo mesmo para comerciar

Não é preciso reforçar a idéia das dificuldades enfrentadas por todos aqueles que quisessem se tornar eleitores. Um operário, por exemplo, precisaria dispor de tempo livre para objetivar seu intento. O trabalhador teria que faltar no emprego — fato improvável — na busca de tantas provas e contra-provas.

Além disso, sendo de oposição, isto é, tendo seu pedido de alistamento apresentado pelo Partido Democrático, os problemas cresciam e os obstáculos colocados pelos juízes — muitas vezes ligados ao Partido Republicano Paulista — eram desanimadores. Não se aceitavam as provas ou as contra-provas, exigiam-se novos documentos (6). As dificuldades eram tais que o Partido Democrático mantinha uma Comissão de Alistamento e uma Seção Jurídica para acompanhar os casos de "qualificação" de eleitores.

Um eleitor paulistano, por exemplo, em outubro de 1928 escrevia ao partido, afirmando que havia se alistado no partido em março daquele ano, e dera aos responsáveis todos os documentos, além de ter assinado vários requerimentos. Fora ao Forum em junho, e depois de um mês informaram-lhe que faltava um recibo de aluguel; não tendo recebido o título de eleitor até aquela data, dizia que desistira de tudo, pois "... comunico que vivo da minha profissão, não tendo tempo para dispersar em andar de aqui para ali assinando, requerendo, etc., sem ter, com tudo isso, interesse algum a meu favor" (7).

Assim, de um lado o Estado nao facilitava a tarefa da obtenção do título de eleitor e, de outro, a "causa" da oposição não era suficientemente instigadora para "motivar" os eleitores.

Outro problema difícil para a oposição era o fato do voto não ser secreto; o Partido Democrático defendeu, desde o início, a implantação o voto secreto. Foi, mesmo, uma de suas principais bandeiras de luta. Nesse sentido, os democráticos retomavam uma das aspirações mais antigas — Rui Barbosa já defendera o voto secreto na Campanha Civilista — das fileiras oposicionistas.

Publicou o partido um livro, em 1927, em que estavam compiladas opiniões diversas, sempre em defesa do voto secreto e do seu papel para a constituição de uma verdadeira democracia. Assim este era defendido: "Não se concebe voto que não seja livre: voto sem liberdade não é voto é escravidão de consciências, é puro ato material de depositar um pedaço de papel numa urna. Mas essa liberdade também não pode existir sem o sigilo. A prática universal ensina que a grande maioria dos votantes só pode obrar livremente, de acordo apenas com a sua consciência, se não fica exposto à inspeção alheia" (8, 9)

Com essas reais dificuldades, o Partido Democrático iniciou sua campanha eleitoral para as eleições federais de 24 de fevereiro de 1927. O partido, no I Congresso, em dezembro de 1926, decidira sua participação nas eleições, vo

tando, em escrutínio secreto, nos nomes a candidatos ao Senado e à Câmara Federal. Nesse mesmo I Congresso, foi eleito o Diretório Central, composto pelos mesmos nomes do Diretório Provisório, organizado logo após a fundação do partido.

Decidiu-se concorrer com um candidato ao Senado Federal, Luís Barbosa da Gama Cerqueira, e 4 candidatos a deputado federal, representando cada um dos quatro distritos em que se dividiam as circunscrições eleitorais federais. Eram eles: Marrey Júnior pelo 1º distrito, Francisco Morato pelo 2º distrito, Paulo de Moraes Barros pelo 3º distrito e Luís Augusto de Queiroz Aranha pelo 4º distrito (10)

Foram eleitos Marrey Júnior, com 39.692 votos, pelo 1º distrito (composto por 92 localidades, incluindo São Paulo); Francisco Morato pelo 2º distrito, com 23.866 votos (total de 77 cidades); Paulo de Moraes Barros pelo 3º, com 11.816 votos (total de 37 cidades). Luís Aranha, pelo 4º distrito (total de 36 localidades), não foi eleito, recebendo 2.702 votos. Gama Cerqueira também não se elegeu senador, alcançando 18.407 votos contra 102.800 votos para Arnolfo Azevedo, do Partido Republicano Paulista(11).

Essa primeira vitória teve algum significado, porque, como vimos, não era fácil fazer frente ao situacionismo. O Partido Republicano Paulista, além da cooptação, também partia para a violência, como também já indicamos.

No entanto, nao se pode esquecer que Paulo de Mo-

raes Barros e, de modo particular, Marrey Júnior eram políticos com prestígio pessoal, independentemente de filiação partidária. Marrey Júnior tinha sido deputado estadual até 1926. Todavia, não se pode reduzir a oposição a esta visão parcial dos acontecimentos. A oposição, como tal, ainda que incipiente, era uma força política.

O III Congresso do Partido Democrático devia preparar as eleições estaduais de 24 de fevereiro de 1928. O partido havia decidido no II Congresso, que se reunira para esse fim em maio de 1927, não participar das eleições para a presidência do Estado; vaga com a morte, em abril de 1927, de Carlos de Campos. Por 195 a 177 votos o II Congresso decidiu não apresentar oponente ao candidato oficial, Júlio Prestes. Assim, as eleições de 1928 eram o primeiro pleito estadual a que o partido concorria (12)

O Diretório Central havia elaborado um questionário aos Diretórios Municipais e Distritais, constando de perguntas sobre a situação eleitoral nos bairros de São Paulo e nas cidades do interior. O questionário, do fim do ano de 1927, continha perguntas no seguinte sentido: a) Quanto atingirá em 2 de dezembro de 1927 o total do eleitorado do Município? b) Quantos eleitores levará o Partido Democrático às próximas eleições? c) Quantos eleitores levará o Partido Republicano Paulista? d) Houve fraude nas últimas eleições? e) Houve pressao por parte do Partido Republicano Paulista?(13)

Esses questionários foram respondidos por parte dos

Diretórios e arquivados de forma irregular e não completa, demonstrando, no entanto, a importância e a dedicação do partido com relação a essas eleições. Para as eleições estaduais, a lei determinava a divisão do Estado em dez distritos eleitorais [14]; o Partido Democrático compilou os dados do questionário tendo em vista essa organização [15]

1º Distrito

Localidade	Quantos comparecerão ao pleito	
	P. Democrático	P. Republicano Paulista
S. Vicente	150	320
Braz	420 a 450	300 a 350 (sem fraudes)
Cambucy	300	250
Freguesia do Ó	130	300
Lapa	650 a 700	900 a 1.000
Liberdade	400 a 500	pouco mais de 500
Sant'Ana	500	600
Parnahyba	50	260
Santo Amaro	120 (com muito trabalho)	600 (dos dois partidos)
Santos	2.000	3.200

2º Distrito

Caçapava	80 a 100	700 a 900
Caraguatatuba	30	40
Jacareí	400 a 450	300 a 350
Natividade	não temos diretório	
Redenção	25 a 30	150
S. José dos Campos	600	800 a 1.000
S. Luiz do Paraitinga	200	400

continua

continuação

3º Distrito

Cruzeiro	± 100	400 e 300 dissidentes

4º Distrito

Capivary	200	600
Itapetininga	150	800
Laranjal	240	350
São Miguel Arcanjo	70 a 100	140
Tietê	500	1.000 a 1.100

5º Distrito

Assis	80	350 a 400
Avaré	30	150
Bauru	550 a 600	
Birigui	250	
Bernardino de Campos	40	350
Chavantes	300	350
Duartina	O diretório está desorganizado	
Faxina	200	200 (com fraudes 800)
Itararé	150	200
Lins	700	800
Óleo	Não há diretório	
Ourinhos	170	198
Palmital	100	260
Penápolis	500	500
Pirajuí	180	520
Promissão	400	400
Sta. Bárbara do Rio Pardo	70	Ignoramos
Sta. Cruz do Rio Pardo	200	500
S. Manoel	900	1.200

continua

continuação

6º Distrito

Amparo	650	± 500
Atibaia	100	600 a 700
Campinas	2.800 a 3.000	2.300 a 2.500
Itatiba	300	800
Jundiaí	450	1.000
Nazareth	40 a 50	100 a 150

7º Distrito

Casa Branca	300	750
S.J.da Boa Vista	± 500	800
S.J.do Rio Pardo	1.400	± 450
São Simão	180 a 200	400
Tambahú	400	400
Vargem Grande	110	450

8º Distrito

Limeira	200	800
Palmeiras	120	300
Piracicaba	2.500	800 a 1.000
Rio Claro	600	1.400
Sta. Bárbara	50	200

9º Distrito

Dois Córregos	450	± 700
Ibitinga	200	350
Jahú	600	4.000
São Carlos	400	1.600

continua

continuação

10º Distrito

Altinópolis	500 a 650	± 500
Ariranha	80 a 90 (130 eleitorado democrático)	300
Barretos	200	800
Bebedouro	± 420	1.200
Brodoski	250	250
Cajobi	150	370
Catanduva	100 a 120	380
Cravinhos	216	300
Colina	200	600
Inácio Uchôa	40	150
Jardinópolis	2/3 do eleitorado	1/3
Nova Granada	120	300
Olímpia	80	600
Pindorama	300	450
Ribeirão Preto	500	1.500
Rio Preto	200 a 250	600 a 300
São Joaquim	200 a 250	700
Sertãozinho	300	600
Tanabi	120	300
Taquaritinga	180 a 200	700

Com estes questionários, o partido procurava ter clareza de suas reais possibilidades; pelos resultados obtidos, veremos que essas respostas foram demasiado otimistas. Sem dúvida, o partido procurava se organizar e se preparar adequadamente para as eleições.

Para as eleições estaduais foram escolhidos dois candidatos pelo 1º Distrito, Antônio Feliciano e Gama Cerqueira; pelo 2º, Henrique Bayma; pelo 3º, Augusto Ferreira de

Castilho; pelo 4º, Amadeu Amaral; pelo 5º, Cardoso de Melio Netto; pelo 6º, Luís Augusto de Queiroz Aranha; pelo 7º, Vicente Pinheiros; pelo 8º, João Silveira de Melo [16]; pelo 9º, Orozimbo Loureiro e pelo 10º, Zoroastro Gouveia [17]

Este Congresso foi muito significativo para deixar às claras os componentes de duas alas no partido: "uma elitista, conservadora, desvinculada dos problemas sociais", e outra "progressista, mais crítica, preocupada com os problemas populares". Essa é a perspectiva de Nogueira Filho que se identificava com a segunda corrente [18]; é preciso que, através das manifestações dessas duas alas, na vida do partido, identifiquemos o significado desse "elitismo conservador" e desse "progressismo". A primeira manifestação clara das duas vertentes ocorreu com a escolha dos candidatos às eleições de fevereiro de 1928, durante o III Congresso.

Havia um "chapão" que deveria ser apresentado ao Congresso, como chapa única, para ser votada, isto é, havia uma manobra da cúpula para fazer ganhar seus candidatos. Do "chapão" faziam parte, entre outros: Waldemar Ferreira, J.J. Cardoso de Mello Neto, Gama Cerqueira, Reinaldo Porchat; a este grupo estavam ligados Francisco Morato e Moraes Barros. Sairam candidatos, como vimos, seis nomes do "chapão" e quatro nomes mais "populares": Antônio Feliciano, Vicente Pinheiro, Zoroastro Gouveia e Augusto Ferreira de Castilho. Destes, Vicente Pinheiro e Zoroastro Gouveia venceram dois membros do grupo mais 'elitista" respectivamente, Waldemar

Ferreira e Sampaio Vidal. O primeiro venceu por 22 a 14 e o 2º por 34 a 24 votos. A esse último grupo estavam ligados Marrey Júnior, Paulo Nogueira Filho, Elias Machado e Joaquim Celidônio Filho, entre outros.

Nesse III Congresso foram ainda eleitos como candidatos ao senado estadual os seguintes nomes: Antônio Alves da Costa Carvalho, Antônio Barbosa Ferraz Júnior, Nicolau do Couto Escher, Edmundo Borges Carneiro, Rubião Meira, Manfredo Antônio da Costa e Saturnino de Carvalho.

Paulo Duarte também assinalava a existência de dois grupos opostos no partido, aparecendo como crítico implacável do grupo adversário. Para ele, havia no Partido Democrático "alguns elementos irriquietos, sem ideal, ambiciosos" que desejavam, acima de qualquer princípio, o poder. Estes elementos conseguiam adeptos pela sua demagogia, fazendo em torno de si, muito barulho e publicidade: "o metal pobre dessa facúndia de magazine, em contato com o polo negativo das mentes ingênuas do interior ou do pernosticismo mulato de arrabalde, produzia a faisca que incendiava o aplauso e o entusiasmo de uma multidão-gasolina, à cata do pretexto para pegar fogo" (19).

Nessa linha de argumentação indicava que esse grupo sentia-se prestigiado por membros do Diretório Central, salientando-se a figura de Paulo Nogueira Filho. Afirmava que, no III Congresso, para a escolha dos candidatos às eleições estaduais, esse grupo tentou eleger seus candidatos: "(...)

no pleito de 1928, foi que aquele conjunto de saltimbancos políticos — a favela do Partido, como era chamado — principiou de fato a por as manguinhas de fora, embora, desde tempo, viesse com negaças de domínio" (20)

Nossa pesquisa demonstrou a impossibilidade de colocar uma linha divisória entre o grupo mais "popular" e o outro "elitista". Não houve propostas concretas do grupo "preocupado com os problemas sociais"; a única, como veremos, foi a encaminhada por Marrey Júnior sobre a "questão social", de âmbito bastante limitado, em 1932. Nogueira Filho, que se considerava "progressista", nunca apresentou ao partido proposições alternativas, no que se refere às questões sociais, educacionais, etc.
nha lançado propostas mais avançadas mesmo do ponto de vista político que não encontrassem respaldo no grupo dirigente assim chamado "conservador". Há muito mais uma continuidade entre as posições advogadas pelos dois grupos indistintamente, que uma ruptura ou divisão significativa.

O que ocorreu, do nosso ponto de vista, foi um choque entre duas perspectivas de arregimentação política. Nogueira Filho e Marrey Júnior (21) podem ser tomados como exemplos daqueles que no Diretório Central entendiam que o partido precisava crescer, conseguir adeptos, qualificar os eleitores. A postura de Nogueira Filho na luta pela organização e eficiência do partido, pela implantação de um jornal como arma de propaganda, indicavam seu desejo de conseguir adeptos.

Por outro lado, havia um grupo mais ligado a fazer política à "moda antiga", isto é, aliciamento de eleitores, voto de cabresto, cooptação de fazendeiros ricos. Vimos exemplos dessa postura em cartas de Moraes Barros e Abreu Sodré. Mas a eles, juntava-se o grupo de professores da Faculdade de Direito que entendiam a política como privilégio dos iluminados, como lugar reservado às elites. As atitudes tomadas pelo Diretório C ral, suas leis orgânicas mostravam tal posição.

Assim, o que constatamos eram duas maneiras de ver e de fazer política; uma fechada, elitista, que não estava disposta a perder o mínimo controle a respeito das decisões sobre os destinos do partido. A outra, mais aberta, mais dinâmica, anunciando uma forma mais popular de fazer política.

Em suma, indicamos a inexistência de dois blocos com propostas diferentes do ponto de vista econômico e social. O grupo mais "popular" reconhecia a complexidade da sociedade em que vivia e conferia importância política a outros setores sociais, para além da classe dominante. Lembremos aqui os temas, já mencionados, abordados pelo *Diário Nacional*, exatamente sob a direção de Nogueira Filho e Marrey Júnior, ou ainda, a presença de Everardo Dias no jornal democrático. A "questão social", mesmo que de forma paternalista, foi levada ao VIII Congresso do partido por Marrey Júnior. Entendemos que esse grupo foi o defensor da abertura da agremiação à entrada de todos os oposicionistas, fato que não modificava seu enquadramento dentro das balizas ideológi

cas da classe dominante.

Os resultados das eleições de 1928 nao corresponderam às expectativas do partido; não foi eleito nenhum candidato do Partido Democrático ao Senado estadual e para deputado apenas foram vitoriosos, Gama Cerqueira e Antônio Felicia no, com, respectivamente, 6.174 e 4.019 votos no primeiro turno pelo 1º Distrito; Luís Aranha, com 2.812 votos, no 1º turno

vo-

tos, no 1º turno, pelo 8º Distrito; Orozimbo Loureiro, com 2.092 votos, no 1º turno, pelo 9º Distrito; Zoroastro Gouveia, com 4.644 otos, no 1º turno, pelo 10º Distrito [22]. Os demais nao alcançaram o número de votos suficientes.

Uma avaliação parcial do quadro político do Partido Democrático pode ser aferida por alguns elementos fornecidos pelos resultados das eleições.

No 1º Distrito, a vitória [23] de Antônio Feliciano demonstrava sua popularidade na cidade de Santos — onde fora vereador — e regiões próximas. Gama Cerqueira tinha mais prestígio na cidade de São Paulo, de cujos votos dependeu sua vitória [24]. Henrique Bayma, no 2º Distrito, que abarcava uma grande parte do vale do Paraíba (até Taubaté) perdeu por não ter penetração suficiente na região. Augusto Ferreira de Castilho, filho de tradicional família do Vale, não teve chances no 3º Distrito — que compreendia a região do Vale, de Pindamonhangaba até o Estado do Rio pois tra-

balha politicamente na região de Pirajuí. Além disso, enfrentou candidatos muito fortes do Partido Republicano Paulista,como José Rodrigues Alves (os Rodrigues Alves tinham um reduto poderoso em Guaratinguetá), Alfredo Marcondes Machado e Plínio Salgado. Amadeu Amaral perdeu no 4º Distrito — que tinha sede em Itu por nao ter raízes fortes na zona.

O 5º Distrito, com sede em Botucatu, avançando pela Sorocabana até Presidente Wenceslau, considerado o mais difícil eleitoralmente por Paulo Nogueira Filho, assistiu derrota do candidato democrático que perdeu para alguns nomes de "famílias" de prestígio do Partido Republicano Paulista: Luís de Toledo Piza Sobrinho, Luís Rodolfo Miranda e Jaime Leonel, todos vitoriosos.

Luiz de Queiroz Aranha venceu (o 2º mais votado no 1º turno) no 6º Distrito que tinha sede em Campinas e onde o candidato era fazendeiro; Campinas e região apresentavam um núcleo razoavelmente forte do Partido Democrático. No 7º Distrito, com sede em Mogi-Mirim, venceu — o segundo mais votado no 1º turno — Vicente Pinheiro, natural de São José do Rio Pardo, que tinha prestígio na zona. No 8º Distrito venceu o candidato do Partido Democrático, Pedro Krahenbuhl, advogado em Piracicaba, em primeiro lugar no 1º turno, tendo mais votos do que, por exemplo, João Sampaio do Partido Republicano Paulista.

Orozimbo Loureiro também conseguiu vencer no 9º Distrito, onde tinha penetração (especialmente em Jaú) e em que

nomes conhecidos do Partido Republicano Paulista, como Alfredo Ellis Júnior, Dagoberto Sales, Manuel Lacerda Franco e Hilário Freire concorreram. No 10º Distrito, com sede em Ribeirao Preto, venceu Zoroastro Gouveia, homem também com penetração na região (especialmente Jabocaticabal), concorrendo com Francisco Junqueira (grande fazendeiro) Rafael Luís Pereira de Souza e Artur Aguiar Whitaker.

É preciso que se esclareçam as indicações de 1º e 2º turnos, sua definição pode ser entendida a partir de uma explicação oferecida pelo próprio Diretório Central a um democrático de São Carlos, que pedia informações sobre as eleições municipais, que se realizariam em outubro de 1928. Explicava o Diretório Central:

"O processo eleitoral é o mesmo das eleições de deputados estaduais. No 1º turno elegem-se todos os que obtiverem o quociente, que se determina dividindo o número de eleitores que comparecem ao pleito pelo número de vagas. No 2º turno são eleitos, para preencher as vagas restantes, os que obtiverem maioria de votos.

Cada eleitor tem direito a um só voto no 1º turno, ao passo que no 2º turno tem direito a tantos votos quantas sejam as vagas, sendo que não é permitido o acúmulo de votos em um só nome" (25).

Numa outra carta para Laranjal, advertia o Diretório Central: "Pela lei eleitoral do Estado, os partidos em

minoria só podem eleger os seus candidatos pelo 1º turno". Pelo 2º turno, poder-se-iam apresentar candidatos mas que nao seriam eleitos, pois, "para tanto, era indispensável que tivéssemos a maioria do eleitorado" (26). Esta divisão em primeiro e segundo turnos constituia-se em mais um dos elementos que facilitavam a eleição de candidatos situacionistas (27)

As eleições de 1928 contaram, ainda, com uma particularidade importante. O Bloco Operário e Camponês (B.O.C.), braço parlamentar do Partido Comunista, apoiou os candidatos do Partido Democrático. Justificando essa atitude — posteriormente criticada pelo Partido Comunista como oportunista (28) — afirmava o manifesto de 28 de fevereiro de 1928 do B.O.C.: "(...) Iniciada, porém, a propaganda, fomos colhidos de surpresa em meio dela, pela arbitrária repressão policial desencadeada contra os elementos que se encontravam à frente do B.O.C.. Presos dois oradores após um comício de propaganda, ameaçados de prisão alguns outros, detidos vários militantes operários, varejadas pela polícia duas ou três associações, o terror assim desencadeado no seio da classe operária, impossibilitando-nos toda atividade, é que dá motivo presente atitude que assumimos diante dos trabalhadores de São Paulo e do público em geral". Decidiam participar das eleições, apoiando os candidatos do Partido Democrático e justificavam sua escolha: "Entre dois partidos políticos nao proletários, um, governamental, oligárquico, conservador e reacionário, que nada garante aos trabalhadores e só os ameaça com a cadeia, o flagício e a deportação, e outro, na opo-

sição, popular, democrático e liberal, que promete ao proletariado liberdade de reunião e associação, defendendo-o nas ocasiões precisas entre dois partidos nessas condições, não nos é dado titubear" (29).

Paulo Nogueira Filho, ao narrar esse episódio, afirmava que o B.O.C. retirou a candidatura de Nestor Pereira Júnior pelo 1º Distrito, em favor dos candidatos democráticos, sem precisar a situação que "obrigou" o B.O.C. a apoiar os candidatos do Partido Democrático. Este era mais um dos argumentos usados pelo autor para vincular uma ala da Partido Democrático à luta pela transformação do partido numa "agremiação popular a serviço da democracia brasileira", deixando de ser simplesmente o partido dos "médicos, advogados, engenheiros, industriais, comerciantes e fazendeiros" (30).

Ainda que essa afirmativa do autor possa ser imputada ao desejo de ver o partido mais progressista e mais democrático do que ele na verdade fora, acreditamos que, com muita pertinência, Nogueira Filho indicava o movimento de abertura do partido. Para consolidar sua existência, para conseguir votos, era preciso abrir suas portas para aqueles descontentes, independentemente de sua posição de classe. O grande embate do partido consistiu exatamente no movimento contraditório de abraçar todos os oposicionistas, e, ao mesmo tempo, não permitir que a cúpula conservadora perdesse o controle nas decisões do destino do Partido Democrático.

Até fevereiro de 1928, indubitavelmente o partido

crescera, elegera deputados federais e estaduais. O aparato do Partido Republicano Paulista para desmantelar a oposição nas eleições de 1928 tinha sido uma demonstração de que a "situação" se preocupava com a possibilidade de êxito do Partido Democrático. Nas eleições de 1927, a postura mais distante da direção do Partido Republicano Paulista com relação ao novo partido, deve ser entendida a partir da pequena penetração e pouca importância que lhe atribuía a "situação". Obtido um relativo êxito com a vitória de 3 deputados federais e com o continuado crescimento de diretórios pelo interior, acrescido dos contatos no plano nacional (31), decidiu a cúpula perrepista atuar energicamente a fim de impedir que o Partido Democrático conseguisse outras vitórias nas urnas. Além da violência e da fraude durante o pleito, a justiça também deu ganho de causa ao Partido Republicano Paulista em vários processos eleitorais movidos pelo Partido Democrático. Uma das decisões foi relatada por Nogueira Filho que, indignado, transcrevia a sentença da Suprema Corte da Justiça, entendendo esta que no Distrito de Perdizes, Capital, não tinha havido crime, porque a falsificação alegada pelo Partido Democrático não prejudicara nenhum dos candidatos: "Esta suprema instância já decidiu que a fraude, de qualquer natureza, praticada pela mesa eleitoral, bem como a falsificação das atas eleitorais importam em crimes cometidos no exercício de funções públicas e com abusos destas, sendo, portanto, aplicável o preceito do art. 339 do Código de Processo Criminal, por força do qual, consoante jurisprudência corrente e pacífica, fica excluída a aplicação de penas criminais, quando da prevaricação ou omissão do funcionário público nao re-

sultar qualquer prejuízo público ou particular (ac. 506 de 4 de outubro de 1924)" (32).

Continuava a sentença, indicando que como Marrey Júnior fora vitorioso, não alterariam em nada os 1.160 votos dos eleitores democráticos que compareceram à 4ª seçao de Perdizes.

Houve eleições em outubro de 1928 para juiz de paz, vereador e prefeito. Na Capital, Marrey Júnior foi lançado, pelo Partido Democrático, para disputar a prefeitura. Os candidatos democráticos a vereador da cidade de São Paulo perfaziam 50 nomes; destes, 42 estavam ligados ao grupo "elitista" do partido e os oito restantes, ainda que mais "populares", não representavam os interesses de qualquer agrupamento trabalhista (33).

A indicação de candidatos a vereadores para a Câmara Municipal de São Paulo foi feita, como de hábito, por escrutínio secreto; o número de votos de cada delegação de distrito era proporcional aos resultados obtidos pelos candidatos democráticos nas eleições estaduais. Assim, é possível verificar a força política do Partido Democrático nos bairros da Capital. O mais importante era o do Bom Retiro com direito a 16 votos; seguiam-se Santa Cecília com 11; Bela Vista, com 10; Lapa, com 9; Sé, com 8; Penha e Brás, com 7; Perdizes e Santa Efigênia, com 6; Belenzinho e Consolação,com 5; Moóca, com 4; Vila Mariana e Ipiranga, com 3; Freguesia do Ó, Jardim América e Osasco, com 2; e Butantã, com 1 (34)

As eleições para prefeito de São Paulo foram tumultuadas por uma tentativa, por parte do Partido Republicano Paulista, de impedir a sua realização. Este apresentou uma emenda constitucional ao Legislativo paulista, pela qual cassava-se a autonomia de São Paulo e estabelecia-se a nomeaçao do prefeito pelo Presidente do Estado.

Este fato levou Marrey Júnior, na Câmara Federal, a formular um projeto requerendo a intervenção do Governo Federal em São Paulo para que "a autonomia do Estado fosse respeitada". Mas o projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Justiça e Constituição da Câmara Federal e foi posteriormente retirado.(35)

Uma possível vitória de Marrey Júnior pareceu ao Partido Republicano Paulista uma ameaça direta a seu poder e como o projeto que alterava a Constituição tinha uma tramitação demorada — foi promulgado a 8 de julho de 1929 — os perrepistas se decidiram por outra proposta casuística. Foi promulgada a 19 de outubro de 1928, portanto, antes das eleições, a lei estadual nº 2293 que restringia a qualquer tem-

Estava demonstrada a preocupação com uma eventual vitória do candidato democrático.(36)

No entanto, as eleições para prefeito e vereador se realizaram e, na cidade de São Paulo, não foi eleito um vereador democrático sequer, vencendo, ainda, o candidato perrepista a prefeito, derrotando facilmente seu opositor: José

Pires do Rio obteve 25.692 votos e Marrey Júnior, 8.534 (37)

Os democráticos acusaram o Partido Republicano Paulista de ter levado a fraude a extremos nunca vistos; a derrota em São Paulo foi atribuída à corrupção e à arbitrarieda de (38) O clima foi tenso em todo o Estado. No interior, os democráticos conseguiram fazer um pequeno número de vereadores em algumas cidades (39)

Cidade	Vereadores do P.D.
São José do Rio Pardo	6
Campinas	4
Santos	3
Pederneiras	2
Laranjal	2
Tietê	2
Jundiaí	2
Araçatuba	1
Ariranha	1
Botucatu	1
Birigui	1
Colina	1
Casa Branca	1
Itajobi	1
Jardinópolis	1
Monte Aprazível	1
Rio Claro	1
Presidente Prudente	1
Várgem Grande	1

Depois das eleições de outubro de 1928, os ânimos de alguns democráticos estavam exaltados e inconformados com os resultados. A insatisfação pode ser captada por uma in-

tervenção no IV Congresso do Partido Democrático, realizado em dezembro de 1928, de um membro que propunha a criação de "Câmaras Democráticas", paralelas às Câmaras Municipais, compostas pelos vereadores eleitos mas, segundo o partido, esbulhados em seus direitos. A proposta foi rejeitada (40)

É significativo que nesse Congresso tivesse sido aprovada por unanimidade uma moção de um congressista de Jaú, propondo que se telegrafasse ao "bravo capitão Luís Carlos Prestes", enviando-lhe, e a todos os "patriotas exilados" nas repúblicas do sul, as saudações dos democráticos paulistas (41)

A maioria da cúpula, todavia, mantinha uma posição moderada; logo após as eleições de outubro de 1928, traçava o roteiro que deveria ser seguido: "1) intensificar, imediatamente, os serviços de alistamento eleitoral e propaganda; 2) manter a atual Comissão da Capital nas funções que vinha exercendo. (...) Dentro de poucos dias serao dados à publicidade os detalhes da campanha a se iniciar em todo o Estado em prol das idéias do Partido Democrático". (42).

Assim, terminava o ano de 1928 para o Partido Democrático; depois de uma crença formalizada nos métodos legais para a tomada do poder, os democráticos começavam a por em dúvida essa prática. Encerrava-se uma fase do partido; em 1929, iniciava-se a etapa das alianças políticas e da discussão sobre a viabilidade da luta armada.

2. As articulações do Partido Democrático a nível nacional

O Partido Democrático de São Paulo, ainda que dirigido fundamentalmente para as questões estaduais, procurou ultrapassar os limites regionais e estabelecer contatos a nível nacional.

A fundação do Partido Democrático do Distrito Federal, a 17 de maio de 1927, foi a primeira manifestação concreta dessa tentativa de articulação mais ampla. Matos Pimenta, do Partido Democrático do Distrito Federal, narrava em um artigo para o *Diário Nacional* as peripécias de sua fundação. Dizia que à reunião de instalação do partido compareceram apenas 17 pessoas, causando um certo desânimio aos presentes. No entanto, depois de uma divulgação pelos órgãos da imprensa carioca, o partido contava, em 7 dias, com mais de 3.000 adesões, atestando, assim, segundo o jornalista, o entusiasmo pela nova agremiação; esta lutava pela moralização dos costumes políticos e pela reforma das instituições vigentes. Seu lema podia ser resumido nas palavras de ordem "Verdade e Justiça" (43)

A independência relativa entre os Partidos Democráticos criados pode ser evidenciada pela manifestação de alguns democráticos paulistas que viam o núcleo do Rio de Janeiro como radical. Na verdade, o grupo do Rio contava com alguns elementos mais agressivos que manifestavam uma maior preocupação com as questões sociais (44) De seu Diretório

faziam parte, entre outros, o jornalista Matos Pimenta, Ferdinando Laboriau, Otávio da Rocha Miranda, Paulo Otoni de Castro Maia e Guimarães Natal.

O partido, no entanto, teve efêmera duração e pequena penetração, sucedendo-se os desentendimentos com o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Democrático Nacional, do qual falaremos adiante.

Criaram-se outros núcleos do Partido Democrático em diversos Estados, como Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e Pernambuco, com pequena repercussão e curta existência. Assinava o manifesto do Partido Democrático de Santa Catarina, publicado no *Diário Nacional* a 4 de dezembro de 1927, entre outros, o futuro líder do PSD catarinense, Nereu Ramos. Em Pernambuco, o incipiente núcleo contava com o nome de Carlos de Lima Cavalcanti, o do Ceará com Fernandes Távora e o do Maranhão tinha como presidente Domingos Américo.

Os democráticos de São Paulo, em seus pronunciamentos, exaltavam sempre as figuras oposicionistas de Rui Barbosa e, particularmente, a de J.F. Assis Brasil. Para eles, a campanha de Rui tinha sido um exemplo a ser seguido pelos políticos que desejavam um Brasil novo. Da mesma forma, Assis Brasil [45] era tido como um outro modelo respeitado de oposicionista; militava na Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, fruto do acordo das oposições gaúchas depois da luta armada de 1923. Nascida em São Gabriel, em janeiro de 1924,

congregava a Aliança, o Partido Federalista de Raul Pilla, tradicional defensor do parlamentarismo e o Partido Republicano Democrático, surgido em 1908, sob a liderança de Assis Brasil [46]. Este núcleo gaúcho, aliado ao Partido Democrático de São Paulo deram substância ao Partido Democrático Nacional.

As ligações entre oposicionistas gaúchos e paulistas já podiam ser consideradas próximas em julho de 1927, quando Assis Brasil, Batista Luzardo e Plínio Casado acompanharam as caravanas do Partido Democrático pelo interior do estado. Dizia O ESP em editorial serem eles "homens de bem" que davam ao Brasil cotidianamente a "lição de que a política não é incompatível com a moral" e que para ser bom político não era preciso despojar-se "das insígnias de cavalheiro" A vida desses parlamentares era, para o jornal, uma "página aberta e luminosa de civismo e elegância moral". Como os democráticos acreditavam que era preciso mudar os homens para que mudasse o país, nada mais significativo do que tomar naturalmente, segundo sua ótica — exemplos de políticos impolutos e honestos, para justificarem a possibilidade real de reforma política [47]

O Partido Democrático Nacional reuniu-se pela primeira vez em agosto de 1927. Compareceram à sua primeira reunião representantes da Aliança Libertadora (Assis Brasil e Batista Luzardo), do Partido Democrático do Distrito Federal (Otávio da Rocha Miranda e Castro Maia) e do Partido Democrático de São Paulo (Paulo Prado e Paulo Nogueira Filho). Ao

encontro também estiveram presentes Adolfo Bergamini e Maurício de Lacerda, ambos elementos independentes que hipotecavam seu apoio à nova agremiação, sem, no entanto, estabelecerem, nesse momento, um compromisso de filiação partidária (48)

Constitui-se o Partido Democrático Nacional como partido nacional a 21 de setembro de 1927, permanecendo, todavia, os núcleos regionais autônomos e independentes. Compunham seu Diretório Provisório, Assis Brasil (Aliança Libertadora), Paulo de Moraes Barros (Partido Democrático/São Paulo), Adolfo Bergamini (deputado pelo Distrito Federal), Francisco Morato (Partido Democrático/São Paulo), Marrey Júnior (Partido Democrático/São Paulo), Plínio Casado (Aliança Li-

sendo

lançado a público seu programa. Bergamini, assim, integrava-se no Partido Democrático Nacional; entretanto, Maurício de Lacerda jamais o faria (49).

A aproximação entre paulistas e gaúchos se estreitou e teve expressão nacional por ocasião do Congresso das Oposições, em março de 1928, em Bagé. Nesse Congresso, houve dois acontecimentos principais, do ponto de vista da oposição: a Aliança Libertadora se transformou em Partido Libertador, integrando-se a nova agremiação no Partido Democrático Nacional. Sua autonomia no âmbito regional estava, entretanto, preservada. Assis Brasil, numa entrevista ao *Diário Nacional* à época do Congresso, assim se expressava com relação aos democráticos paulistas: "Considero especialmente que os dois grandes Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul não

poderão, basicamente, deixar de congregar suas energias para o mesmo fim. O êxito do nosso Congresso deve-se, naturalmente, ao amadurecimento da opinião entre os oposicionistas, mostrando claramente que as suas divisões só eram úteis ao adversário de todos" (50)

A análise do O ESP sobre o Congresso das Oposições nos esclarece a respeito de algumas questões em debate. Afirmava o jornal, em editorial, que receava que o espírito sectário de alguns prejudicasse o acordo em torno de um só programa, pois havia, fundamentalmente, duas correntes na oposição. Uma colocava a questão política em primeiro plano, havendo grupos que advogavam o presidencialismo e outros o parlamentarismo; a segunda corrente privilegiava a questão social, dividida entre "socialistas mitigados até comunistas vermelhos" (51)

Entretanto, dois dias depois anunciavam que o espírito de conciliação vencera em Bagé e os pontos de divergência foram deixados para o futuro. O objetivo dos oposicionistas circunscrever-se-ia à luta para transformar a representação em uma realidade e a justiça no baluarte dos direitos civis. Propunham-se, ainda, a batalhar pela reforma das instituições políticas (52)

O Partido Democrático Nacional, na perspectiva do *Diário Nacional*, fazia proselitismo sem fins imediatistas e eleitoreiros: Desde dezembro de 1927, manifestava publicamente a intenção de efetuar uma "cavarana democrática" aos Esta

dos do Norte e Nordeste do país. Esta, todavia, só se realizou em agosto de 1928; houve uma "Semana Democrática" no Rio de Janeiro para "solenizar" a partida da caravana. Composta por Assis Brasil, Maurício Lacerda (não era do partido), Simões Lopes Filho (Rio Grande do Sul), Dante Delmanto (*Diário Nacional*/São Paulo), Marcelino Ritter (O ESP/São Paulo), Roberto Macedo (Rio de Janeiro), Davidoff Lessa (Santa Catarina), Nereu Ramos (Santa Catarina), a caravana visitou Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará (53).

Além de comícios efetuados em diversas capitais, essa caravana notabilizou-se por certo cunho oficial, já que foi recebida por vários presidentes de Estado, como o de Pernambuco e o do Maranhão, que até mesmo deu-lhe as boas vindas a bordo do navio em que viajavam (54).

A descrição dos fatos por Paulo Nogueira Filho mais uma vez desnudava as ambiguidades dos democráticos; ao mesmo tempo em que o autor citava Maurício de Lacerda para demonstrar o cunho "revolucionário" dos democráticos, afirmando que este "fazia a apologia de Luís Carlos Prestes às escâncaras, prometendo a esperança vermelha da revolução para breve", também dizia que "é certo que as aproximações protocolares entre membros da caravana e alguns governadores não agradavam aos setores mais radicais, democráticos e revolucionários" (55)

Outro momento de participação do Partido Democráti

co a nível nacional ocorreu com a proximidade das eleições para a presidência da República e a formação da Aliança Liberal em 17 de junho de 1929 entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em 25 de julho de 1929, o Partido Libertador deu seu apoio à Aliança Liberal [56] e em 21 de agosto de 1929, como veremos, o Partido Democrático Paulista se comprometeu com os candidatos da Aliança Liberal. O Partido Democrático do Distrito Federal dividiu-se com relação à questão, criticando especialmente os métodos de escolha dos candidatos aliancistas.

O apoio do Partido Democrático aos candidatos da Aliança Liberal e a participação de alguns de seus elementos na conspiração que desembocaria no movimento de 1930 indicavam as articulações e ligações do Partido Democrático a nível nacional

Em setembro de 1929, o Partido Democrático Nacional, sem grande entusiasmo, deu apoio à candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa; realizou seu primeiro Congresso, ocasião em que foi aprovada sua Lei Orgânica e efetuadas algumas pequenas alterações em seu programa [57]. O Partido Democrático Nacional, entretanto, desaparecia pouco tempo depois.

Qual a perspectiva do Partido Democrático paulista com relação a formação de um partido a nível nacional? Dois

editoriais de O ESP dão-nos uma visão clara do que pensava uma forte corrente dentro do partido. Para o jornal, o ideal seria a formação de uma liga e não de um outro partido, pois as ligas constituíam, segundo eles, o quadro mais apropriado para as batalhas políticas e sociais, pois eram organizadas tendo em vista uma determinada campanha e um objetivo próximo. Os partidos (de oposição), de outro lado, se fundavam para o combate de todos os dias, para organização definitiva dos homens que não se "ajeitavam" nas fileiras governamentais. Daí, deduziam os editorialistas a necessidade de uma organizaçao partidária regional, sem a qual seriam irrealizáveis as ligas transitórias que se formassem (58)

Para o jornal o contato das oposições, como ocorreu no Congresso de Bagé era importante para estreitar os laços de solidariedade nacional, formando uma rede oposicionista para conter os abusos de poder e refrear os assomos de revolta (59)

O regionalismo paulista pode ser captado também pela interpretação da situação nacional feita por um dos ideólogos do Partido Democrático, Júlio de Mesquita Filho. Em seu livro *A Crise Nacional*, o autor demonstrava que a São Paulo cabia um lugar de vanguarda na direção polítia nacional.

"Segundo Júlio de Mesquita Filho, o sistema político brasileiro deveria evoluir no sentido de uma República Confederada, a fórmula política que melhor se adaptava aos países de vasto território. Na defesa dessa concepção, estabe-

leceu comparaçoes entre a situação do Brasil em 1925 e a dos Estados Unidos na época da Independência, procurando apontar semelhanças entre ambos. Argumentava que, na época da Independência, a União norte-americana se encontrava em condições muito semelhantes às do Brasil na década de 20, pois, naquele tempo, algumas unidades do vasto domínio anglo-saxão tinham atingido extraordinária capacidade política, contrastando com o resto da ex-colônia britânica que permanecia em estado embrionário. Com a Independência, concedeu-se autonomia àqueles Estados, e à medida que as outras frações da imensa região iam atingindo maturação política o número de suas estrelas ia aumentando. Dizia, ainda, o representante do jornal que no Brasil, até aquela data (1925), as várias unidades da Federação guardavam grande disparidade entre si, sendo que três ou quatro delas viram seu progresso material crescer desmedidamente, enquanto as outras permaneciam no mesmo estágio em que se encontravam no período colonial. Por esse motivo, fora um erro terem-se conferido, na Constituição de 1891, as mesmas prerrogativas constitucionais a Estados como Amazonas, Ceará e São Paulo, que tão grande desproporção apresentavam entre si no grau de evolução.

São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, segundo Júlio de Mesquita Filho, estavam, para os outros Estados da União do Brasil, como os treze Estados da primitiva Federação norte-americana para o conjunto dos territórios da antiga colônia inglesa no período da Independência. Portanto, essas unidades federativas, e dentre elas São Paulo em especial, porque se encontrava em estágio mais evoluído, já ha-

viam atingido aquele grau de maturação política indispensável para que se tornasse possível a democratização do regime" (60)

O Partido Democrático, durante sua existência, procurou estabelecer contatos fora do Estado, pois tinha clareza de que São Paulo, isolado, não era capaz de promover a reforma do poder instituído. No entanto, entendia que a São Paulo cabia o papel de vanguarda nesse processo.

Em suma, a perspectiva dos democráticos a respeito de um partido nacional passava pelo lugar privilegiado e hegemônico que São Paulo deveria ocupar na sua direção.

De toda forma, as circunstâncias históricas objetivas da década de 1920 não permitiram a constituição de um partido nacional. A organização federativa do Estado, a relativa autonomia das unidades estaduais, a "tradição" política brasileira, além das efetivas dificuldades de comunicação e transportes, tendo em vista a imensidão do território nacional, foram fatores concretos que dificultaram a organização de um partido nacional.

3. Das alianças à tomada do poder

Para o Partido Democrático, a primeira grande questão do ano de 1929 consistia na tomada de posição relativa às eleições para a presidência da República a serem realizadas

no ano seguinte. Três candidaturas eram aventadas no seio do partido: Getúlio Vargas, Antônio Carlos e um candidato próprio. Aguardava-se a realização do Congresso Geral do Partido Democrático para que se tomasse uma posição oficial (61)

Outro debate importante era travado entre os que defendiam uma postura moderada, "pacifista" e outros a minoria — que entendiam ser necessário ir às últimas conseqüências e fazer a "revolução", isto é, pegar em armas para derrubar o governo.

A incerteza e a ambigüidade da posição do partido podem ser avaliadas por duas notas por ele emitidas. A primeira, um comunicado da Secretaria Geral do Partido Democrático de 14 de março de 1929, afirmava que o "apego ao domínio da lei, horror ao emprego de remédios externos, nos obrigam (ao partido) a realçar nossos direitos ante a consciência dos juízes para justificar o emprego dos últimos recursos legais. E, desta feita, embora em número limitado e em casos realmente berrantes, são condenados, pela primeira vez, meia dúzia de falsários como os de Santa Cruz do Rio Pardo e anuladas as eleições como as de Jacareí" (62)

Assim, demonstrava essa corrente a correçao de uma tomada de posição pacifista, salientando a crença na lei e na justiça e a pugna pela evolução contínua dos processos democráticos.

Por outro lado, um comunicado anterior do Partido

Democrático, do dia 6 de fevereiro, era bem mais contundente. Dizia: "Se persistirem os abusos, violências e fraudes, o povo terá de coagir os usurpadores a entrar dentro da lei; e como os usurpadores é que têm em mãos os instrumentos da legalidade, torna-se evidente que só pela força é que poderá se restabelecer a normalidade constitucional. A revolução não pode ser programa de um partido, mas em dadas circunstâncias pode ser medida de necessidade impreterível" (63)

Deste modo, de maneira explícita, os dois grupos do partido debatiam a estratégia para a tomada do poder; a possibilidade da utilização da força estava colocada como questão concreta aos democráticos.

O V Congresso do Partido Democrático se reuniu em agosto de 1929 e votou o apoio do partido aos candidatos da Aliança Liberal — Getúlio Vargas e João Pessoa — abdicando da idéia de indicar um candidato próprio. Um mês antes, um comunicado do Partido Democrático, no *Diário Nacional*, anunciara, com simpatia, os pontos de vista do partido, — vale dizer, do Diretório Central da agremiação — com relação ao candidato gaúcho; afirmava que o Partido Democrático "só poderia acompanhar uma candidatura que trouxesse entre os princípios a defender, o voto secreto, o direito de representação das minorias e a defesa do café, esta de acordo com a maneira que o partido entenda, deva ser feita" (64) Com relação à "anistia ampla e imediata", tema importante e obrigatório, aceitavam que ficasse como reivindicação posterior.

O ponto de vista do partido foi vencedor no Congres

so; por 341 votos a favor e 3 (três) contra, Getúlio Vargas e João Pessoa foram consagrados como candidatos dos democráticos paulistas [65]; ainda que a votação fosse tão significativa, as posições divergentes continuaram. O Conselheiro — falecido em 23 de abril de 1929 — havia, a princípio, se inclinado por uma candidatura própria do Partido Democrático, na figura de Assis Brasil; depois, a instâncias de Francisco Morato, convenceu-se da propriedade do apoio do Partido Democrático aos candidatos da Aliança Liberal [66] No entanto, não havia unanimidade de pontos de vista, existindo no partido o esboço de uma corrente anti-aliancista, liderada por Paulo Duarte e Afonso Martins Ribeiro. Contava Paulo Duarte: "A corrente que não cria nos chefes da aliança a envergadura de arcarem com as sérias conseqüências da luta, dentro de pouco tempo era grande minoria, motivo por que o Congresso se tornou uma quase formalidade" [67].

Ainda, segundo o mesmo autor, as duas correntes em basavam suas posições em argumentos muito diversos. A favorável ao apoio indicava a proximidade de objetivos: "(...) sendo o alvo partidário o programa democrático, se impunha como dever a adesão a qualquer corrente que surgisse nesse sentido. Ora, a Aliança Liberal era uma força que nascia ca paz de antecipar de muito, a efetivação do fim que conservara na luta, havia já alguns anos, as hostes oposicionistas de São Paulo". [68]

A corrente antagônica desconfiava, em princípio, de nomes como Antônio Carlos, que, ainda segundo o mesmo autor,

defendera todas as arbitrariedades de Artur Bernardes. Sua adesão à "causa democrática", ter-se-ia dado depois de repudiado por Washington Luiz; ironizava Paulo Duarte que, assim, "o presidente de Minas caiu nos braços do povo". Ainda que tivesse adotado em seu governo medidas consideradas democráticas, como por exemplo, o voto secreto nas eleições, Antônio Carlos, na verdade, era "lobo com pele de cordeiro" (69)

Quando se referia a João Pessoa, lembrando o seu passado, indicava que "o valente nordestino salientou-se pela quase-aversão a todo gesto de rebeldia contra os governantes, sentimento que se concretizava na sua severidade aos processos militares contra-revolucionários" (70). A desconfiança com relação a dois de seus líderes emergia como razão principal da oposição à Aliança; ainda desta vez, a atuação dos homens alcançava uma importância maior que a indicação de um programa.

Paulo Duarte mostrava, ainda, uma divisão na Aliança com relação à luta armada. Destacava três posições; alguns elementos do Partido Democrático Nacional (do Rio, em particular) defendiam a idéia de que perdidas as eleições, pela violência e pela fraude, o movimento deveria ultrapassar o âmbito legal; os Democráticos e os Libertadores acreditavam que as eleições de 1º de março de 1930 eram uma das fases preparatórias da revolução; os encabeçadores da Aliança, isto é, Republicanos rio-grandenses, Minas Gerais e Paraíba eram totalmente contrários à luta armada (71)

Voltando ao âmbito interno do Partido Democrático, é possível fazer um balanço de seus debates, já às vésperas das eleições, acompanhando as sessões do VI Congresso do Partido, em janeiro de 1930. Joaquim Sampaio Vidal, secretário-geral, fez o relatório dos fatos ocorridos entre o último Congresso (agosto de 1929) e o presente. Afirmava: "As eleições de 30 de outubro de 1928 de tão triste celebridade, das quais já tivemos ocasião de relatar as principais ocorrências, constituiram, pela brutalidade do golpe uma razão a mais para a continuação da luta. A muita gente pareceu que o terceiro pleito disputado havia esgotado nossas energias. Aquele primeiro momento de revolta, de que todos nós fomos possuídos diante do inédito de 30 de outubro, sucedeu período de calmaria (...)" (72)

Continuava o relator assinalando que a secção jurídica do partido prestar a assistência a 105 democráticos, libertando 91 da prisão; além disso, tinham sido distribuídos 1 milhão de impressos de propaganda. Deu notícia do I Congresso do Partido Democrático Nacional, ocorrido a 3 de setembro de 1929, ao qual compareceram representações de 18 Estados (73).

Fazendo uma apreciação dos representantes democráticos na Câmara Federal, em meio a muitos apartes elogiosos, salientou a atuação de Francisco Morato que apresentara um projeto de anistia ampla e incondicional aos "revolucionários de todos os tempos".

Depois do relatório do Secretário, os discursos e moções se sucederam, declarando Cardoso de Mello Neto que o Partido Democrático era o único partido de oposição na República que conseguira chegar a um VI Congresso. Depois de criticar o Partido Republicano Paulista e a oligarquia teceu muitos louvores a Vargas e enalteceu os paulistas pelo seu alto espírito público, pois tinham tido a coragem de apoiar um candidato gaúcho ao invés do paulista Júlio Prestes; entendia que o Partido Democrático assim agindo valorizava as idéias e nao os homens.

Em seguida, efetuaram-se as eleições secretas para o terço do Diretório Central e para os candidatos do Partido Democrático ao Senado e Câmara Federais. Foi indicado para Senador, o General Antônio Cândido Rodrigues (único nome); para deputado federal, pelo 1º Distrito, Marrey Júnior (que havia recusado ser reeleito, mas que acabou por aceitar a indicação). O 1º Distrito, o mais importante, fora palco de uma eleição em que se confro am, mais uma vez, as duas alas do partido: a mais "conservadora" e a mais 'popular", vencendo a segunda com Marrey Júnior por 191 votos contra 15 dados a Cardoso de Mello Neto. No 2º Distrito, venceu Francisco Morato, no 3º, por unanimidade, Paulo de Moraes Barros e no 4º, Antônio Feliciano (do grupo de Marrey Júnior).

Posteriormente, uma moçao de apoio ao Congresso dos Lavradores foi aclamada veementemente; seu apresentador, Moraes Barros discorreu sobre as "desgraças da lavoura" e pediu providências para o café; condenou a atuação do Banco do

Estado e do Instituto do Café pedindo "representação eficiente" para o Instituto, afastada, segundo ele, desde o decreto legislativo de 26 de outubro de 1926. Pedia,ainda, apoio irrestrito à lavoura e aos lavradores.

Também, nesse Congresso, Tito Lívio Brasil, representante de Presidente Prudente se manifestara, apoiando Vargas e João Pessoa; invocando Antônio Carlos, dizia: "Sim, senhores congressistas, façamos a revolução, partido consciente e organizado que somos, antes que o povo a faça" (74)

O sentido de "revolução" no discurso desse democrático deve ser pensado com cuidado, pois pode ser entendido tanto como um apelo às armas, quanto simplesmente a defesa de uma transformação política comandada pela mudança dos homens no poder. Já que o congressista apoiava Vargas e Pessoa, aceitava as regras do jogo eleitoral, acreditava na possibilidade da vitória e propunha reformas políticas, deve ser esta a revolução a que alude (75)

Marrey Júnior em seu discurso, agradecendo o apoio recebido, apresentava o pleito de março de 1930 dividido em dois campos opostos: em um, o povo e, no outro, a oligarquia e os profissionais desabusados. Francisco Morato proclamava o fim do "caciquismo e o advento de novos tempos".

Em suma, por essas manifestações pode-se conhecer os bastidores do Partido Democrático as vésperas das eleições de 1930.

Terminadas as eleições, constatou-se a vitória da chapa governista, obtendo os candidatos da Aliança Liberal, aproximadamente, 50.000 votos em São Paulo. Nenhum dos candidatos democráticos ao Senado e à Câmara Federal foram eleitos. A fraude campeou (76) O *Diário Nacional* afirmava em 2 de abril de 1930: "A ignomínia de 1º de março repete-se agora. As Juntas Apuradoras que em todas as capitais se reunem, com raras exceções, agem com o mesmo despudor com que os cabos eleitorais manipularam, à sua feição, os livros eleitorais. Não se sabe que mais esperar, tais e tantos os atos de servilismo praticados justamente por aqueles que desejaríamos apontar ao povo como paradigmas da dignidade... Mas, alguma coisa nos diz que será a derradeira farsa eleitoral a que assistimos. O povo não o permitirá, decerto, porque ja deu mais de uma prova de sua independência" (77).

A descrição de Nogueira Filho, em suas memórias, pretende demonstrar o espírito ardoroso, combativo e revolucionário do núcleo paulista oposicionista. Para este autor, a partir da derrota fraudulenta de março de 1930, o conformismo fora varrido das hostes democráticas e a indignação tomara conta dos democráticos em geral (78)

Alguns elementos do Partido Democrático integraram-se desde esses meses na conspiração revolucionária. O autor afirmava que seu grupo pertencia ao setor comandado diretamente por Siqueira Campos. Em maio de 1930, com o desaparecimento deste, o núcleo conspirador paulista ficou sem o seu aglutinador, sendo sua morte lamentada profundamente pe-

los oposicionistas (79)

Em São Paulo, os "ardores revolucionários" arrefeciam; contudo, com o assassinato de João Pessoa, um novo sopro de ânimo atingiu os militantes democráticos, indignados com o ocorrido. Nogueira Filho narrava de forma bastante reveladora a posição do Partido Democrático: "Ninguém mais, no meu grupo, duvidava de que, desta feita, se a Revolução organizada demorasse, o povo a faria a seu modo. Trabalhávamos em São Paulo atendendo ao que os chefes liberais nos solicitavam, agasalhando militares, distribuindo o escasso armamento que nos chegava às mãos e arregimentando o setor civil" (80)

Mais uma vez, está indicado o comprometimento do Partido Democrático com a "revolução" e, mais ainda, a reiterada preocupação com a possibilidade de que o "povo" fizesse a "outra" revolução.

Um emissário de João Neves da Fontoura, um dos articuladores da conspiração, procurou Francisco Morato, presidente do Partido Democrático, para passar instruções antes da eclosão do levante armado; as tarefas foram distribuídas entre o grupo de democráticos cientes da movimentação clandestina.

Nogueira Filho seguiu para o sul do país ao encontro de Assis Brasil; foi lá que teve a notícia de que "explodira a Revolução" (81) Embarcou com Getúlio Vargas e o "co

mando revolucionário" [82] no trem que se dirigia para o norte em busca da tomada da Capital da República.

Enfim, estava vitoriosa a "revolução" pela qual o Partido Democrático lutara; tinha tido uma parcela de responsabilidade por esse resultado, trabalhando politicamente pelo acerto entre os "revolucionários" sulistas e o governo perrepista de São Paulo, que aceitou sem resistência a derrota. A "oligarquia carcomida" fora derrubada e, segundo as esperanças democráticas, "novos tempos" estavam nascendo. Contudo, os "novos tempos" não se mostraram tão afinados com a antiga oposição paulista quanto ela almejara.

4. A "revolução" do Partido Democrático

Como entender a posição do Partido Democrático nos episódios que culminaram com a derrubada de Washington Luiz do poder? As declarações aparentemente contraditórias dos militantes do partido, ora aceitando a "revolução", ora rejeitando-a, precisam ser compreendidas numa perspectiva mais ampla e abrangente.

Em primeiro lugar, retomemos a posição da agremiação a respeito da temática "revolução", à época de sua consolidação, nos anos de 1927 e 1928.

O *Diário Nacional*, em seu primeiro editorial, anun

ciava as diretrizes fundamentais do Partido Democrático, reportando-se, também, à questão da "revolução". Dizia o jornal: "Seja qual for o aspecto por que se contemple a situação geral do país, interna e externa, lá vamos tombar no mesmo julgamento: a sua maior necessidade vital é de natureza política. Ou tornamos às fontes doutrinais do regime, ou mantemos o constante zelo de nos retemperarmos nas verdades essenciais da Democracia, ou então resignemos, calados, a todas as revoluções, a todos os desmandos, a todos os excessos demagógicos, a todos os esfacelamentos..." (83)

- Nessa perspectiva, opõe-se democracia/revolução, aparecendo esta numa enumeração ao lado dos desmandos, excessos demagógicos e esfacelamentos. A democracia surgia como único remédio possível no combate às revoluções, entendida nesse arrazoado como oposição à ordem e à paz. Quem buscava esse aprofundamento "nas fontes doutrinais do regime" era o Partido Democrático que "vai afirmando e praticando serenamente os direitos elementares do cidadão, direitos que são deveres — deveres de sinceridade, deveres de devotamento, deveres de legalidade, deveres de paz e de ordem".

O ESP, defensor das propostas do Partido Democrático, também se pronunciava sobre o tema, em um editorial de março de 1928. Salientando a importância da existência das oposições, declarava estar convencido de que ou se constituia em São Paulo uma valente agremiação oposicionista (como o Partido Democrático), ou então, iria tudo, mais cedo ou mais tarde, cair no torvelinho de um movimento revolucionário. A

tolerância do povo estava esgotada, continuava o editorialis ta,e não era possível que permanecessem os desmandos, as vio lências, os abusos, as dilapidações de dinheiros públicos e as injustiças sem uma tremenda reação do povo. Este se nao se fizesse dentro da lei, por via dos partidos arregimenta— dos, far-se-ia, fora da lei, por via das armas (84).

Em novembro de 1928 repetia o jornal a mesma idéia, quando apresentava "as oposições organizadas em partidos re- gulares como as válvulas de segurança contra as explosões re volucionárias". Nos dois editoriais, os partidos de oposi— ção eram entendidos como o antídoto das revoluções; as opi- niões divergentes, o descontentamento, as reivindicações di- versas deviam ser canalizadas através de um mecanismo legal, para os partidos políticos de oposição. O Partido Democráti co era visto como via única para revigorar as instituições vigentes e colaborar na sua transformação, pois pregava e se pautava pela democracia (85).

Essas tomadas de posição não revelavam qualquer sim- patia pela idéia de uma adesão à "revolução" (86); quando nos referimos à "revolução", entendemos por ela tão simplesmente a opção pela luta armada para a consignação de determinadas mudanças. Esta a perspectiva vigente na década de 1920, do ponto de vista da ideologia dominante.

Levy Cerqueira em seu livro *Pela Democracia*, com- posto por artigos escritos em 1927 e 1928, referia-se à mes- ma problemática. Para o autor, as revoluções Francesa e Rus

sa deviam servir como advertência aos nossos políticos, pois via o germe das revoltas armadas nos descaminhos do poder instituído; considerava o momento nacional de suma gravidade, vislumbrando a possibilidade de uma explosão popular de conseqüências imprevisíveis. A salvação, entretanto, despontava com o fortalecimento do Partido Democrático: "contra o perigo da reação armada, contra o processo das reivindicações político-sociais estribadas na desorientação das multidões sequiosas por desferir um golpe audaz e violento na situação que apoia os governos divorciados da opinião pública, surge o Partido Democrático disposto a pleitear a regeneração dos costumes políticos e sociais do país, no terreno calmo das idéias, de modo a se construir um Brasil uno, grande e forte, sem grandes e pequenas unidades, irmanadas todas num mesmo ideal, unidas pelos vínculos indissolúveis de língua, de costumes, de aspirações e de tradições comuns" (87).

O Partido Democrático respondia, assim, às questões vitais da década, apresentando uma alternativa diversa da defendida por Prestes (88), pelo tenentismo (89) ou ainda pelo movimento operário vinculado ao anarquismo ou ao recentemente criado Partido Comunista (90).

A fração da burguesia ilustrada paulista defensora desta solução para o país pensava-se "moderna e atuante" e entrava nas lides políticas para atingir os fins já explicitados.

Pela própria origem de classe e pela ideologia que

a informava, tal alternativa estava fadada a ser extremamente conservadora e elitista. Seu objetivo primeiro consistia na manutenção da ordem burguesa vigente, na defesa da propriedade privada, na crítica aos meios considerados ilegais, na crença da paz social pela harmonização dos interesses opostos. Assim, desnudava-se a verdadeira face do Partido Democrático de São Paulo: mudar para conservar.

Entretanto, a postura diante da "revolução" mudou depois das eleições municipais de 1928, quando a atitude arbitrária do Partido Republicano Paulista contribuiu para que o Partido Democrático pusesse em dúvida explicitamente, pela primeira vez, a eficácia da linha evolucionista, reformista e pacifista. A fraude tinha ultrapassado os limites previsíveis e Francisco Morato, numa entrevista para os jornais, deixava entrever o estado de ânimo dos democráticos de São Paulo. Depois de narrar os episódios em Piracicaba, sua região eleitoral, de criticar acremente a atitude omissa de Júlio Prestes diante da violência policial, concluia: "A minoria vai assumir uma titude mais enérgica do que a orientação até agora adotada. Vínhamos procedendo com inexplicável moderaçao. De ora em diante, porém, seremos mais enérgicos, discutindo todos os assuntos políticos que passarem pelo Congresso. Na semana próxima, a começar de terça ou quarta—feira, iniciaremos uma série de discursos expondo à Nação o caso de São Paulo e a espécie de homem que o sr. Washington Luiz quer colocar na presidência da República. Estamos vendo que é impossível solucionar o problema político dentro da ordem. Temos feito todos os esforços para regenerar os costumes polí-

ticos e moralizar a República pelos processos constitucionais. Mas o governo fecha todas as portas, impede-nos todos os meios de que poderíamos nos utilizar baseados na Constituição. Só nos deixa um, que ele sabe qual é" (91).

Paulo Nogueira Filho que, em sua autobiografia, se considerava revolucionário de primeira hora, depois de sua participação em março de 1928 no Congresso das Oposições, fez contatos com Assis Brasil e outros grupos oposicionistas, inclusive militares, todos advogados de uma trilha "revolucionária". Quando voltava para São Paulo, dizia ele, restava a grande interrogação: "... a burguesia que eu integrava, em São Paulo, economicamente satisfeita naquele outono de 1928, aceitaria os riscos de uma rebelião armada? Afinal, com a oligarquia no governo, não estava provado que nao corriam risco os privilégios das elites abastadas? A revolução vitoriosa, ao contrário, nao poderia aboli-los?" (92).

O autor, nessas palavras, identificava claramente a situação, mostrando que uma revolução poderia levar a abismos insondáveis, não condizentes com o interesse da classe dominante. Portanto, traduzia a mesma perspectiva anteriormente indicada pelos editoriais do *Diário Nacional* e d'O ESP, qual seja, nada mais adequado à burguesia do que a ordem, a paz, o equilíbrio, porque seus opostos eram desconhecidos e perigosos, correndo-se o risco de perder seu controle e sua direção.

As críticas, já referidas, de Paulo Duarte a Paulo

Nogueira Filho, podem também ser entendidas por esse ângulo. Nogueira Filho, numa atitude pessoal, prometera uma quantia grande de dinheiro aos exilados no Prata; no entanto, sua posição não tinha o sustentáculo que ele julgava ter; a promessa jamais foi cumprida, porque efetivamente o Partido Democrático não estava comprometido com a luta armada. E esse foi o argumento mais utilizado por Vargas e seu grupo para nao entregar o poder aos democráticos paulistas. Nas suas memórias, Nogueira Filho — como outros autores — na reconstituição dos acontecimentos, pretende identificar o Partido Democrático aos vitoriosos de 1930 e indicar o quanto foram injustiçados.

Depois das eleições de outubro de 1928, em que as fraudes, acobertadas pelo Estado, dominaram os candidatos democráticos, houve um descontentamento que procurou ser canalizado — por alguns membros do partido — para a "revolução". Mas, também, nesse momento, ainda que houvesse grande insatisfação, permaneceu intocada a linha mestra do Partido Democrático: legalismo, pacifismo e evolucionismo.

A adesão à Aliança Liberal e a campanha pela vitória da chapa aliancista demonstravam, mais uma vez, a mesma trilha. Só mesmo no segundo semestre de 1930, o Partido Democrático assumiu luta pelas armas; de toda forma, de longe, sem um comprometimento total e absoluto (93)

Isso tudo nos leva a concluir que o Partido Democrático acabou por aceitar a luta armada, a chamada "via re-

volucionária", por se ver envolvido nas próprias malhas de sua postura oposicionista. A situação nacional caminhou numa tal direção que não era mais possível recuar. Os compromissos assumidos nacionalmente não permitiam uma volta atrás. O partido nunca foi "revolucionário" por iniciativa própria, por definição de programa; ele, simplesmente, não teve escolha num determinado passo de sua história. E, por isso mesmo, sua participação reticente, desconfiada no movimento liderado por Getúlio Vargas. Depreende-se daí, ainda, a situação dos anos que se seguiram a 1930, repletos de ambigüidades, de avanços, recuos, de apoio e de desconfiança aos líderes no poder.

Portanto, o comportamento coerente com tal proposição foi exatamente o demonstrado pelo partido: indecisão de se aliar aos "revolucionários", de maneira total e irrestrita, avanços e recuos com relação ao desencadeamento da luta armada, depois de perdidas as eleições de 1930.

A posição do Partido Democrático, tão criticada pelos grupos "revolucionários", de pequena colaboração com a "revolução" deve ser entendida como fruto da própria dúvida e indecisão de assumir essa posição. O Partido Democratico nasceu no próprio bojo do movimento social, pressionado pelo avanço das reivindicações operárias e pequenos burgueses, da formação de um partido com diretrizes radicais, o Partido Comunista, em 1922, e do impacto da luta armada empreendida pelos jovens tenentes rebeldes. Surgiu como uma tentativa de organização político-partidária legal, reformista e pacifis-

ta, como outra via possível para fazer frente à situação de crise político-social.

Os acontecimentos, tanto a nível estadual — a própria experiência política e eleitoral do partido — quanto a nível nacional, levaram o Partido Democrático de roldão nas vagas "revolucionárias". Foram, por isso mesmo, "revolucionários" pouco convictos, sem muita crença naquilo que faziam.

Para o Partido Democrático, as alternativas para a "revolução" estavam dadas; a "sua" revolução não era a mesma proposta pelos tenentes e muito menos por Prestes depois do manifesto de adesão ao comunismo. O Partido Democrático temia os perigos de uma "outra" revolução — uma "revolução popular" — cujas rédeas pudessem escapar do círculo estrito de dominação das frações da classe dominante. Combatia tais revoluções e temia, acima de todas, a revolução — ainda que não estivesse inscrita nas propostas mencionadas — que questionasse os alicerces do mundo burguês, que propusesse a socialização da propriedade privada e a hegemonia proletária.

A opção entre pegar em armas — correndo certos riscos — e adotar uma postura pacifista — permitindo que a classe operária tentasse "bolchevizar" o país — consistiu no seu grande dilema no fim dos anos 20. Depois de assumir uma posição definida, como partido, favorável à lutar armada, propunha alterações muito restritas quando chegasse ao poder. Fundamentalmente deviam ser mudados os homens, moralizados os costumes, coibidos os arbítrios, reparadas as injustiças. Com isso,

ria a

NOTAS

1) Dados retirados do Anuário Estatístico do Brasil, ano V, 1939-1940

2) Para esse mesmo período, nas mesmas eleições para presidente, o número de votantes no país todo era o seguinte:

1894.....	300.000	(2,2 % da população)
1898.....	500.000	(2,7 %)
1902.....	600.000	(3,4 %)
1906.....	300.000	(1,4 %)
1910.....	600.000	(2,8 %)
1914.....	600.000	(2,4 %)
1918.....	400.000	(1,5 %)
1922.....	800.000	(2,9 %)
1926.....	700.000	(2,3 %)
1930.....	1.900.000	(5,7 %)

1969", in Luso-Brazilian Review, vol. VII, nº 2, dezembro 1970.

3) Mesmo assim, J. Love considera que "se tomarmos a participação eleitoral como um índice grosseiro de mobilização política, São Paulo fez rápidos avanços do Império até a queda do sistema federal em 1937. Foram contados 31.000 votos válidos na eleição governamental de 1892. Isto já era mais de duas vezes o volume de votos nas eleições parlamentares de 1886; e os votos nas eleições municipais de 1936 foram de 485:000, ou 15,5 vezes os números de 1892. Desde que o número de habitantes cresceu 4,7 vezes entre 1890 e 1934, a participação eleitoral aumentou — irregularmente — três vezes mais depressa que a população". São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937. Stamford, Stamford University Press, 1980, p. 140.

4) Pelo quadro abaixo, podemos acompanhar a preponderância eleitoral das diversas zonas paulistas em 1892 e 1936:

DISTRIBUIÇÃO DO VOTO EM SÃO PAULO POR ZONA, 1892 e 1936

(percentagem)

Zona	1892	1936	Diferença	Diferença na participação da população: 1890-1934
Capital	8 %	19 %	11 %	11 %
Vale do Paraíba	30 %	9 %	- 21 %	- 17 %
Central	18 %	16 %	- 2 %	- 10 %
Mogiana	17 %	15 %	- 2 %	- 2 %
Baixa Paulista	5 %	11 %	6 %	- 2 %
Araraquarense	5 %	11 %	6 %	12 %
Alta Paulista	—	6 %	- 6 %	9 %
Alta Sorocabana	10 %	8 %	- 2 %	2 %
Baixa Sorocabana	5 %	2 %	- 3 %	- 3 %
Litoral Sul	3 %	4 %	1 %	1 %

Apud: LOVE, J. - op. cit., p. 141.

5) Ver A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.

6) Narrava Paulo Duarte que fora nomeado para Itapetininga um juiz, amigo e protegido de Júlio Prestes, para a vara privativa do serviço eleitoral. "Por isso, no alistamento, brotaram coisas deste quilate: ao requerimento em que um professor alegava como profissão, a de lente da Escola Politécnica, foi dado o despacho: 'Prove a existência da Escola Politécnica'! A um outro, nas mesmas condições de um funcionário do Banco do Brasil, mais este: 'Prove a existência do Banco do Brasil'! Única explicação do absurdo: estes cidadãos tinham sido conduzidos por um alistador do Partido Democrático...". Que é que há?, s/ed., s.d., pp. 54-55.

7) Carta de Armando D'Alessio de 05/10/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 54 do A.P.D.

8) Ver AMARAL, Amadeu - "A verdade do voto", in O voto secreto. São Paulo, Livraria Liberdade, 1927, p. 292.

9) O voto a descoberto colocava, evidentemente, o eleitor numa situação muito difícil. Um relatório das eleições de 1927 em Ribeirão Preto relatava alguns problemas enfrenta

dos pela oposição: "se nos é permitida uma conclusão diremos que o pleito de 24 (de fevereiro) evidenciou ainda uma vez a necessidade do voto secreto: podemos garantir que a maior parte dos eleitores do Partido adverso teria votado na chapa democrática se não houvesse conhecimento do seu voto. Além disso, pudemos verificar, durante o trabalho de propaganda e, depois, na ocasião do pleito, que o melhor eleitor, o de consciência cívica mais esclarecida e mais ardente, o de maior coragem e independência, não é, como se supõe geralmente, o presumível eleitor do alto senso, o capitalista, o fazendeiro, o bacharel, etc. ..., mas o operário, o empregado no comércio, os alfaiates, sapateiros, dentistas, farmacêuticos, médicos, enfim, os que vivem de seu trabalho cotidiano livre". Carta de Ribeirão Preto de 14/03/1927. A.I.H.G.S.P., pacote 36 do A.P.D.

10) Cf. Ata do I Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 6 do A.P.D.

11) A divisão em distritos com respectivas localidades está no A.I.H.G.S.P., pacote 13 do A.P.D. e também no *Correio Paulistano* de 26/02/1927, p. 5. Os resultados do pleito para deputado foram retirados das seguintes fontes: 1º Distrito, O ESP de 28/03/1927, p. 3; 2º Distrito, O ESP de 29/03/1927, p. 6; 3º Distrito, O ESP de 30/03/1927, p. 6; 4º Distrito, O ESP de 31/03/1927, p. 7; para senador, *Correio Paulistano* de 01/04/1927 e 31/03/1927, p.4.

12) Cf. Ata do II Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 6 do A.P.D.

13) Ver A.I.H.G.S.P., pacote 13 do A.P.D.

14) As sedes distritais eram:

1º Distrito -	Capital	6º Distrito	Campinas
2º " -	Taubaté	7º "	Mogi-Mirim
3º " -	Guaratinguetá	8º "	Limeira
4º	Itu	9º "	São Carlos
5º " -	Botucatu	10º "	Ribeirão Preto

15) Ver A.I.H.G.S.P., pacote 13 do A.P.D.

16) Este candidato foi depois substituído por Pedro Krahenbuhl, por impedimento legal.

17) Cf. Ata do III Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 6 do A.P.D.. O Partido Republicano Paulista apresentava por distrito tantos candidatos quantos fossem os lugares, enquanto o Partido Democrático centrava suas forças em um só nome; apenas no 1º Distrito disputou com dois nomes. As vagas eram pelo menos em número de 5 por distrito, sendo 60 o número total de lugares na Câmara.

18) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit, 1º vol., pp. 198 e segs.

19) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 148.

20) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 149.

21) Paulo Nogueira Filho e Marrey Júnior tinham suas bases eleitorais na cidade de São Paulo; ambos disputavam a condição de "chefe" dos distritos do Bom Retiro, Santa Cecília, Bela Vista e outros. Marrey Júnior sempre foi o mais bem sucedido nessa competição; por isso mesmo, Paulo Nogueira Filho nunca conseguiu sair candidato a um cargo público pelo 1º Distrito, só o fazendo pelo Partido Constitucionalista, em 1934, quando Marrey Júnior estava em campo político oposto.

22) Os resultados para o 1º Distrito foram retirados de O ESP de 20/03/1928, p. 4; 6º Distrito, O ESP de 13/03/1928, p. 8; 7º Distrito, O ESP de 18/03/1928, p. 8; 8º Distrito, O ESP de 16/03/1928, p. 8; 10º Distrito, O ESP de 17/03/1928, p. 8.

23) A vitória de um candidato democrático significava ter conseguido pelo menos colocar um nome em meio a vários do Partido Republicano Paulista.

24) Votação total no litoral (1º Distrito):

1º turno	Cirilo Júnior	3.125 (PRP)
	Antônio Feliciano	1.836 (PD)
	Alberto Cintra	1.244 (PRP)
	Sá Pinto	396 (PRP)
	Armando Prado	280 (PRP)
	Orlando Prado	54 (PRP)

Resultado geral do 1º Distrito:

1º turno -	Gama Cerqueira	6.160 (PD)
	Cirilo Júnior	5.685 (PRP)
	Sá Pinto	4.648 (PRP)

Armando Prado	4.502 (PRP)
Alberto Cintra	4.184 (PRP)
Antônio Feliciano	4.018 (PD)
Orlando Prado	3.317 (PRP)
Sampaio Viana	2.656 (PRP)

Fonte: O ESP de 20/03/1928, p. 4.

25) Carta de São Paulo para São Carlos de 04/08/1928. A.I. H.G.S.P., pacote 52 do A.P.D.

26) Carta de São Paulo para Laranjal de 13/08/1928. A.I. H.G.S.P., pacote 52 do A.P.D.

27) "O eleitor votava em uma cédula só, que continha duas partes distintas. Na parte superior ou primeiro turno, o voto era uninominal e na parte inferior ou segundo turno, o voto era dado sob a forma de escrutínio de lista, podendo conter tantos nomes quantos fossem os lugares a preencher, podendo o nome votado em primeiro turno ser repetido uma vez dentre os do segundo turno. Desta forma a diferença fundamental entre o sistema de doi escrutínios e o de dois turnos é que neste o pleito se realizava integralmente no mesmo dia. Eram considerados eleitos em primeiro turno os vereadores que obtivessem o quociente resultante da divisão do número de eleitores presentes pelo número de vereadores a se eleger. Em segundo turno os mais votados até o número restante de vagas. Lei 1.103 de 1907". "Pela lei 1.186 de dezembro de 1909 era adotado o sistema de dois turnos nas eleições de deputados estaduais". TELAROLLI, Rodolfo - A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República. Tese de Doutoramento apresentada ao Depto. de História da F.F.L.C.H. da USP, 1981, pp. 426 e 428 (mimeogr.).

28) Cf. PEREIRA, Astrogildo - Ensaios históricos e políticos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 109 e segs.

O manifesto do BOC de 22/02/1928 foi publicado no *Diário Nacional* em 23/02/1928, p. 3.

30) Ver NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 207.

31) Mais adiante, neste mesmo capítulo, apresentaremos essas ligações a nível nacional.

32) Ver NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., pp. 278-279.

33) Ver NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 290.

34) Ver NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 289.

35) Cf. Anais da Câmara Federal, vol. 12, 1928, projeto nº 245 (Justiça, 83 de 1928); ver também NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., pp. 310 e segs.

36) Cf. TELAROLLI, Rodolfo - op. cit., pp. 176 e segs.

37) Cf. *Correio Paulistano* de 13/11/1928, p. 4.

38) Como exemplo de fraude, citemos o relatório apresentado pelo democrático de São Bernardo; descrevendo os acontecimentos, afirmava: "(...) As mesas não se organizaram regularmente, senão em São Caetano, com prejuízo para o Partido Democrático. As listas de chamada foram objeto de segredo. Não foram publicadas nem mesmo afixadas em lugar algum... Tudo isso, porém, é de somenos importância, em face do que se passou em Santo André, nas 7ª e 8ª sessões, reunidas, de caso pensado, numa única. Nessas duas sessões depois de, contra a expressa disposição legal, proceder-se a duas chamadas, veio da sala fronteira um braçado de títulos e cerca de cincoenta indivíduos desconhecidos. Nesse momento, da mesa acercou-se o funcionalismo municipal, inclusive o Prefeito, que se postou de pé, junto à urna, ao mesmo passo que seu secretário particular tomava posição igual ao lado esquerdo da mesa. Viu-se então o espetáculo extraordinário de, chamado o eleitor pelo título, nenhum daqueles desconhecidos acudir, sendo necessário que um funcionário municipal guiasse cada um dizendo — Fulano, vai e assina Fulano. Lançado o nome indicado no livro próprio, o secretário particular do Prefeito passava três envelopes fechados às mãos deste que os exibia dizendo para os fósforos: 'Veja bem, são três cédulas somente, são as suas', e, ato contínuo, ele próprio as metia na urna!" (Fósforo era o indivíduo que votava em lugar de outro eleitor, que podia estar desaparecido, ter mudado de cidade, ou mesmo, estar morto). Relatório das eleições de outubro de 1928. A.I.H.G.S.P., pacote 15 do A.P.D.

O Partido Democrático publicou, em 1929, o teor dos recursos eleitorais que impetrou junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, relatando as fraudes nas eleições de vereadores na Capital de São Paulo. No Cambuci, instalou-se clandestinamente uma seção em uma casa particular na rua Lavapés, entrando os membros do Partido Republicano Paulista, longe da vista dos fiscais democráticos, pelos fundos do edifício (p. 7). Nas Perdizes, o edifício onde se votava estava repleto de "centenas e centenas de guarda-civis... armados em grande número, revólver bem à vista, assim como para mostrar ao povo que a democracia tem que ser isso mesmo" (p. 19). Cf. As fraudes nas eleições de vereadores na Capital de São Paulo. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1929. A.I.H.G.S.P., pacote 15 do A.P.D.

39) Cruzamos os dados encontrados em O ESP de 01/11/1928, p. 8; 02/11/1928, p. 4; 03/11/1928, p. 2; 04/11/1928, p. 2; 23/11/1928, p. 8, com os do *Correio Paulistano* de 06/11/1928, p. 3. Pelos resultados apenas de O ESP, podemos ainda citar: Altinópolis (3 vereadores), Santa Cruz do Rio Pardo (3 vereadores), São José dos Campos (3 vereadores), Promissão (3 vereadores) e São Bernardo do Campo (1 vereador). A diferença entre os dados apresentados pelos dois jornais deve-se ao fato de muitos candidatos considerados eleitos pela oposição não terem sido proclamados vencedores pela "situação".

40) Cf. Ata do IV Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 6 do A.P.D.

41) Cf. Ata do IV Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 6 do A.P.D.

42) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 324.

43) Cf. *Diário Nacional* de 16/07/1927, p. 3.

44) Um inimigo do Partido Democrático, jornalista do Partido Republicano Paulista, afirmava que o Partido Democrático do Rio de Janeiro fazia "coro à gritaria de conhecidos agitadores, de demagogos da polpa de Maurício de Lacerda e de Bergamini...". MOREIRA, Rangel - Em face da Revolução. São Paulo, s/ed., 1930, p. 94.

45) Assis Brasil "foi membro do Partido Republicano Rio-Grandense desde a época de sua fundação (1882), sendo inclusive o primeiro deputado republicano a ser eleito para a assembléia provincial do Rio Grande do Sul em 1884. Com o advento da república foi eleito para a Assembléia Nacional Constituinte e depois encarregado juntamente com Ramiro Barcelos e Júlio de Castilhos, da elaboração do projeto da carta constitucional rio-grandense. Porém quem o fez inteiramente de acordo com os princípios positivistas foi Júlio de Castilhos. Foi essa carta constitucional de 1891 que levou Assis Brasil para a dissidência, retirando-se logo depois da vida política rio-grandense e colocando-se a serviço do corpo diplomático brasileiro". Voltou à política em 1908 como um dos fundadores do Partido Republicano Democrático. Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta M. - A luta oligárquica no Rio Grande do Sul na República Velha. O movimento das oposições na conjuntura de 1921/1923. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de História da F.F.L.C.H. da USP, São Paulo, 1978, p. 24 (mimeogr.).

46) Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta M. - op. cit., pp. 95 e segs.

47) Cf. O ESP de 13/07/1927, p. 3.

48) Cf. *Diário Nacional* de 17/08/1927, p. 1.

49) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 191.

50) Cf. *Diário Nacional* de 08/03/1928, p. 3.

51) Cf. O ESP de 06/03/1928, p. 3.

52) Cf. O ESP de 08/03/1928, p. 3.

53) Cf. *Diário Nacional* de 21/07/1928, p. 5.

54) Em novembro de 1927, efetuou-se uma visita da caravana democrática a Minas Gerais. Integrada por Assis Brasil, Plínio Casado, Batista Luzardo e Francisco Morato, o grupo esteve em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Palmeiras. Essa excursão, na verdade, consistiu de algumas palestras aos estudantes, e, fundamentalmente, de visitas oficiais como as realizadas ao presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, ou ainda ao bispo de Juiz de Fora. Daí o sub-título que o *Diário Nacional* apresentava na matéria sobre a visita a Minas: "Governo, povo, clero, estudan—

tes e famílias confraternizaram na mais entusiástica acolhida aos ilustres brasileiros que percorreram os caminhos perlustrados pelo grande Rui nas suas memoráveis campanhas". Cf. *Diário Nacional* de 30/11/1927, p. 1.

55) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., pp. 296-297.

56) Cf. CARONE, Edgard - A República Velha (Evolução Política). Rio de Janeiro, Difel, 1974, p. 408.

57) Organizaram-se duas comissões nas reuniões preparatórias do Congresso; uma de Regimento, composta por Joaquim Pimenta, Heitor Freitas, Fernandes Távora, Nereu Ramos, Joaquim Sampaio Vidal, João da Mata e Correia Lima; e outra, de Ordenação Interna, integrada por Adalberto Correa, Café Filho e Paulo Duarte. Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 377. O programa do Partido Democrático Nacional continha, praticamente os mesmos itens do manifesto/programa do Partido Democrático Paulista, ainda que mais desenvolvidos.

58) Cf. O ESP de 29/05/1927, p. 3.

59) Cf. O ESP de 06/03/1927, p. 3.

60) Cf. MESQUITA FILHO, Júlio de-- A crise nacional. Reflexões em torno de uma data. São Paulo, Seção de Obras de "O ESP", 1925, pp. 44 e segs. Apud CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia - op. cit., pp. 26-27. Outras manifestações a respeito da posição de superioridade de São Paulo dentro do conjunto da nação também estão presentes nos livros de Paulo Duarte e Leven Vampré, como veremos no Apêndice deste trabalho.

61) Num comunicado do partido do dia 6 de fevereiro, dizia-se o seguinte: "Em uma proclamação que fez ler no último Congresso desta capital, em dezembro do ano passado, acentuou o conselheiro Prado que só ao Congresso Geral caberá resolver acerca da atitude do Partido no problema da sucessão presidencial, podendo, entretanto, antecipar que, em hipótese nenhuma, os democratas hão de levar às urnas um nome que não aceite os princípios fundamentais do seu programa. É o mesmo que tem pregado o chege gaúcho Assis Brasil em suas excursões eleitorais". Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., p. 31.

62) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 349.

63) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., p. 32.

64) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit.; 1º vol., p. 368.

65) Cf. Ata do V Congresso Extraordinário do Partido Democrático de 31/08/1929. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 1 do A.P.D.. Entre os itens do programa da Aliança Liberal destacamos: "defesa do voto secreto, para garantir a representatividade popular; designação de juízes para presidir às mesas eleitorais, medida que visava dificultar a fraude, tão comum nas eleições; exigência de medidas econômicas que protegessem outros produtos de exportação (além do café); defesa da anistia aos revolucionários; referência à questão social e à necessidade de um Código de Trabalho". Apud FORJAZ, Maria Cecília Spina Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930). São Paulo, Livraria Editora Polis, 1978, p. 70.

66) Esta é a versão de DUARTE, Paulo - op. cit., pp. 29—30. Alguns dos nossos entrevistados minimizaram a atuação de Antônio Prado, afirmando que o velho Conselheiro não tinha mais a mesma acuidade e lucidez políticas de outros tempos. No entanto, para os eleitores sua palavra era decisiva; daí a necessidade, por parte de seus correligionários mais próximos, de seu convencimento e anuência diante de determinadas diretrizes partidárias.

67) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., p. 35.

68) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., p. 24.

69) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., p. 26. Essa desconfiança com relação a Antônio Carlos também era compartilhada por outros grupos de São Paulo. Veja-se por exemplo o jornal *A Folha da Manhã*. Cf. MOTA, Carlos Guilherme & CAPELATO, Maria Helena - História da *Folha de São Paulo* (1921-1981). São Paulo, Impres, 1980, p. 43.

70) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., p. 28.

71) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., p. 37.

72) Cf. Ata do VI Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 6 do A.P.D.

73) Há um exagero da parte do Secretário Geral do Partido Democrático com relação ao número de representações presentes ao I Congresso do Partido Democrático Nacional. Como

vimos anteriormente o partido logo depois deixou de existir.

74) Cf. Ata do VI Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 6 do A.P.D.

75) Paulo Duarte interpretava da mesma forma a frase de Antônio Carlos, figura a quem criticava acerbamente. Destacava que esse político era muito coerente: sua frase "revela bem o espírito lépido do seu autor: adaptava-se a diversas interpretações, desde a prática, pelos meios legais, dos princípios democráticos até a de fazer tombar, pelas armas, o sólio do seu truculento adversário". Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., p. 25.

76) Maurício Lacerda declarava: "Só vejo fraudes, só vejo escândalos, só vejo crimes, só vejo vergonhas, e a conduta revoltante de um poder da República aos pés de outro, nu tristeza". Cf. *Diário Nacional* 27/04/1930.

77) Cf. *Diário Nacional* de 02/04/1930.

78) Os democráticos sempre demonstraram a maior preocupaçao em provar que conspiraram, tramaram, que se arriscaram e por isso mesmo "mereciam" o poder depois de 1930. Nogueira Filho citava outro autor para testificar a açao dos democráticos: "O Partido Democrático ia contribuir eficientemente na aventura armada que Siqueira Campos concebera, sendo que Paulo Nogueira Filho, Paulo Duarte, Joaquim Celidônio, Elias Machado, Francisco Mesquita, Almei da Prado, Tarboux Quintela, Mendes Teixeira e Aureliano Leite receberiam missões arriscadas no dia do levante. A atividade de Siqueira Campos era febril... Júlio de Mesquita Filho era posto a par de tudo". OLIVEIRA, Nelson Tabajara de - 1924 - A Revolução de Isidoro. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, pp. 185 e 189. Apud NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., p. 453.

79) No *Diário Nacional* de 11/05/1930, em artigo assinado, Pedro Ferraz do Amaral assim se referia a ele: "Era dos mais capazes. Era dos mais competentes. Diante de sua valentia, diante de sua coragem nunca desmentida, os mais valentes se curvaram, os mais corajosos se rendiam".

80) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., pp. 480-481.

81) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., pp. 482 e segs.. Outubro de 1930, na nossa perspectiva, nao se constituiu em uma Revolução, já que não se alteraram as estruturas econômico-sociais do país; por isso mesmo, usamos sempre o termo revolução entre aspas.

82) O "grupo de comando", segundo Paulo Nogueira Filho, era composto por: Osvaldo Aranha, Góes Monteiro, Miguel Costa, Virgílio de Melo Franco, João Alberto Lins e Barros, Newton Estilac Leal, Alcides e Nelson Etchegoyen, Amaral Peixoto, Hercolino Cascardo, Pinheiro de Andrade, Cícero Góes Monteiro, Ricardo Holl, Maurício Cardoso, Adalberto Correa e Luís Aranha. Completavam esse grupo outros elementos civis e militares. Entre os demais núcleos da "Coluna Mestra da Revolução" destacavam os de Assis Brasil, João Neves, Raul Pilla, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e Batista Luzardo. O "chefe supremo" era Getúlio Vargas. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., pp. 510-511.

83) Cf. *Diário Nacional* de 14/07/1927, p. 3.

84) Cf. O ESP de 10/03/1928, p. 3.

85) Cf. O ESP de 03/11/1928, p. 3.

86) Nessa mesma linha de análise, salientamos um artigo de Mário Pinto Serva, um dos ideólogos do Partido Democrático, sobre a gênese das revoluções. Para o autor, ela deve ser buscada nos maus governos; citava como exemplos clássicos, a França do Antigo Regime e a Rússia Czarista. Aqui no Brasil, foram também os maus governos os grandes responsáveis pelos surtos armados de 1922, 1923 e 1924. Cf. *Diário Nacional* de 23/11/1927, p. 3. Num outro artigo, como que complementando o pensamento de Mário Pinto Serva, João Arruda, professor da Faculdade de Direito e também um dos ideólogos do Partido Democrático, escrevia: "Estou de acordo... em que se deve evitar a revolução, um mau meio de se corrigir os desmandos do governo. Mas assevero em aditamento que, às vezes, rarissimamente, é certo, triunfa a revolta, não obstante todos os recursos de que dispõe o governo criminoso, fementido e fedifrago

(sic): é a lição da História. O fato capital é o seguinte: só vejo um meio para se conseguir que não haja no Brasil o tremendo e inevitável desabafo pelas armas, e é a sustentação do Partido Democrático. Se ele sucumbir (quod omen die avertant) surgirá imediatamente... a revolução!!! Mantenha o governo a válvula de segurança".Cf. *Diário Nacional* de 19/02/1928, p. 1.

87) Levy Cerqueira, defensor do Partido Democrático em Minas Gerais, publicou estes artigos no interior e em Belo Horizonte, no *Diário da Manhã* e no *Estado de Minas*. Cf. CERQUEIRA, Levy - Pela Democracia. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas "Alba", 1931, p. 30.

88) Luís Carlos Prestes, em entrevista publicada, definia a revolução pela qual passaria o país inevitavelmente:"Nós, militares, já demos o que tínhamos que dar. Já abrimos o caminho e apontamos o rumo dos sublevamentos regeneradores. Hoje compete ao povo concluir essa obra e livrar-se do organismo parasitário implantado no Brasil pela política das oligarquias. Essa revolução, de natureza popular, é fatal, se bem que não possamos fixar-lhe data, ela terá que defluir naturalmente de uma situação todos os dias agravada pelos erros políticos, pela desorientação econômica, pelas aventuras monetárias, pela apertura de vida das classes proletárias". Cf. *Diário Nacional* de 29/11/1928. Prestes pregava abertamente a revolução armada e popular, considerando-a inevitável. Os militares tinham se constituído numa espécie de vanguarda da revolução e, esta, com a participação efetiva do povo, viria inexoravelmente. Em outra entrevista, ele falava da necessidade da eliminação do feudalismo no campo brasileiro e dos latifúndios improdutivos e do descalabro dos impostos inter-estaduais, tarefas da revolução que se avizinhava. Em suma, em 1928, Luís Carlos Prestes pensava numa revolução diversa daquela postulada por outros grupos das oposições partidárias. Cf. *Diário Nacional* de 19/04/1928.

89) Juarez Távora, em nome do tenentismo, no manifesto contra a adesão de Prestes ao comunismo, defendia o seu projeto de revolução: "Nós, os da velha guarda revolucioná-

ria, acreditamos que o mal nao reside apenas na deficiência dos homens — mas, sobretudo, na perniciosa mentalidade ambiente que a prática defeituosa de uma Constituição, divorciada das realidades da vida nacional, permitiu surgir, medrosa, na aurora do regime, e agravar-se, intoleravelmente, sob o consulado dos últimos governos. O remédio contra essa diátese política não pode consistir, pois, logicamente, na simples substituição dos homens. ... Impõe-se, portanto, como base de nosso saneamento político, a eliminação dessa atmosfera de corrupção que nos envolve... Esse diagnóstico impõe, por si mesmo, o remédio exigido pelo caso: — Reforme-se, criteriosamente, a Constituição. Reforme-se uma, duas, vinte vezes — se tantas forem necessárias, para conseguir adaptá-la à mentalidade do povo cuja vida social e política ela deve espelhar como um padrão. ... Nacionalizar a nossa Constituição — isto é, torná-la capaz de ser bem executada pela elite deficiente que possuímos — eis o remédio prático para os nossos males". Cf. TÁVORA, Juarez - Memórias. Uma vida e muitas lutas. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, 1º vol., pp. 349 e segs. Apud: FORJAZ, Maria Cecília S. - op. cit., pp. 98-99.

90) A revolução defendida pelo Partido Comunista enquadrava-se dentro da perspectiva democrático-burguesa, que se realizaria através de uma aliança entre a burguesia nacional, setores da pequena burguesia e a classe operária. Vejam-se alguns dos itens do programa do Partido Comunista: "a) nacionalização da terra e divisão dos latifúndios; b) nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas; c) abolição das dívidas externas; d) liberdade de organização e imprensa; e) direito de greve; f) legalidade para o PCB; g) jornada de 8 horas, lei de férias, aumento de salários e outras melhorias para os trabalhadores". Cf. SILVA, Hélio - 1930 - A Revolução traída. São Paulo, Civilização Brasileira, 1966, p. 141.

91) Cf. *Diário Nacional* de 06/11/1928, p. 3.

92) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 230. Continuava, nesse mesmo sentido, afirmando que ao voltar a São Paulo saindo da "fogueira revolucionária do Prata",

caira numa "câmara frigorífica". "No Partido era agora evidente o predomínio da idéia de que se impunha insistir no processo evolucionista. Aos imponderáveis de uma revolução, afirmava a grande maioria, seria ainda preferível persistir na prática eleitoral". Op. cit., 1º vol., pp. 237-238.

Nossa análise no tocante à revolução preconizada pelo Partido Democrático converge com a que foi feita por Edgar De Decca: "A proposta política do Partido Democrático incorpora o temário da revolução, sem contudo assumi-la. Em outras palavras, fazer a revolução era tarefa de um sujeito político, os "revolucionários", e estar ao lado dela significava angariar simpatias no interior do acordo tácito das oposições ao Partido Republicano". DECCA, Edgar De - 1930 - O silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasileiense, 1981, p. 88.

SEGUNDA PARTE:

"Tudo por São Paulo unido"

1. Da bandeira pela democracia à bandeira por São Paulo

Os desentendimentos entre o Partido Democrático e o "comando revolucionário" patentearam-se desde o início. Já no trem que trazia os vitoriosos para o Rio de Janeiro, Nogueira Filho lamentava a postura generalizada contra São Paulo. Na sua perspectiva, tal atitude não passava de um "vírus paulistófobo" (1)

Em contrapartida, do ponto de vista dos "revolucionários" gaúchos, São Paulo representava apenas a "velha e tradicional oligarquia", traduzindo, portanto, todos os males.

co, afirmavam alguns líderes gaúchos, mais cedo ou mais tarde se comporia com o Partido Republicano Paulista, promovendo ainda desta vez, a unidade política do Estado. Por isso, o governo de São Paulo nao podia ser entregue aos democráticos.

A luta pela posse do poder tomou proporçoes irreconciliáveis. O Partido Democrático julgava-se com pleno direito de governar São Paulo, e o "comando revolucionário", respaldado por Vargas, pensava de forma oposta. Os democráticos queriam que Francisco Morato fosse o escolhido; no entanto, ainda que os boatos e os conchavos iniciais indicassem que seria ele o eleito, como é sobejamente conhecido, Vargas indicava o tenente João Alberto Lins e Barros para o car

go de interventor militar em São Paulo.

O primeiro secretariado "pós-revolução" foi anunciado pelo *Diário Nacional* a 31 de outubro. Poucos foram os nomes ligados diretamente ao Partido Democrático, mas nenhum era visto como "inimigo" do partido (2)

O partido saudou o novo secretariado, aceitando as regras do jogo e congratulando-se com todos os patriotas pela vitória da "revolução"; sua atitude demonstrava cautela, além da admissão implícita de que o Partido Democrático era, em verdade, o parceiro menor da aliança "revolucionária" vencedora (3). Ao "chefe supremo", Getúlio Vargas, estava reservado o direito de organizar o governo de São Paulo; ao segundo escalão, cabia concordar com a escolha, vindicando tão somente sua colaboração na luta pela "queda das oligarquias". Destarte, o partido mantinha ambições de poder e esperava vê-las concretizadas.

Os diretórios municipais debatiam-se com a questão das prefeituras; pela primeira vez, desde 1889, o Partido Republicano Paulista caíra e os democráticos, que conheciam de perto o significado de ser oposição, reivindicavam agora os lugares de mando. No entanto, o Diretório Central, através do *Diário Nacional* de 3 de novembro de 1930, decidiu por cobro ao "ardor possessivo do poder público" e, assim, se manifestava: "O Partido Democrático não pleiteará o preenchimento das vagas que se estão dando. Dá esta explicação ao público em geral e a seus correligionários, esperando que todos cola

borem neste propósito, bem compreendendo a alta razao deste procedimento. E comunica que, em reunião ontem realizada, do Diretório Central, os seus membros que ocupam cargos na administração participaram ter deixado as funções que exerciam na alta direção do Partido, passando-as a seus substitutos" (4).

Algumas cidades do interior, onde o Partido Democrático tinha um núcleo respeitável, passaram a ter prefeitos democráticos; delegados de polícia comprometidos com o Partido Republicano Paulista foram também substituídos por elementos ligados ao partido vitorioso. No entanto, permanecia a diretriz de que o correligionário que exercesse um cargo de mando deveria deixar suas funções no Partido Democrático.

Em novembro, foi criada a Legião Revolucionária em São Paulo, assinando seu manifesto, João Alberto, Miguel Costa e Mendonça Lima. Propunha-se a Legião, como é conhecido, defender o ideário tenentista e lutar contra a "oligarquia dos Partidos Republicanos". Em São Paulo, três membros do Partido Democrático foram convidados para integrar a Comissão Diretora da Legião: Paulo Nogueira Filho, Elias Machado e Joaquim Celidônio Filho, integrando sua Comissão Administrativa. Dos três, apenas o primeiro negou o convite. A Legião originou uma grande celeuma no interior, pois os núcleos do Partido Democrático não tinham clareza se deviam pertencer a ela ou se Partido Democrático e Legião Revolucionária eram politicamente excludentes.

O *Diário Nacional* continuava apoiando João Alberto que, de Delegado Militar, passara a Interventor Político. O partido estava inquieto, abrigando igualmente inconformados rebeldes com a perda do governo paulista e esperançados conciliadores que acreditavam num possível arranjo com o poder. O *Diário Nacional* (5) encontrava-se entre estes últimos e, no dia 25 de novembro de 1930, proclamava que a escolha do interventor recaira na pessoa de "um dos mais distintos oficiais do exército revolucionário, (...) um brasileiro digno de todos os títulos de acatamento dos seus cidadãos". Prosseguia dizendo que nao era exagero "afirmar que a simples designação desse alto mandatário do Governo Provisório viria a exercer a mais benéfica influência na orientação administrativa do Estado que, de certo modo, se ressentia até então da falta de unidade e firmeza" (6).

Mas os desentendimentos entre o Partido Democrático e o Interventor tenentista cresciam e, a 3 de dezembro, Vicente Rão demitia-se do cargo de Chefe de Polícia. Da parte do governo ele foi acusado de ter uma atuação pautada por "certo espírito de partidarismo" que o tornava incompatível com o cargo.

Em solidariedade para com Vicente Rão, demitia-se o secretariado "democrático", conhecido posteriormente como o "dos 40 dias". Mas o Partido Democrático perseguia firmemente o caminho da conciliação e não rompeu com João Alberto. Declarava a 7 de dezembro: "Em face do delicado momento histórico que atravessamos e da obrigação que a todos incumbe de

concorrer para o restabelecimento da normalidade política, c conômica c social, só visando aos supremos interesses da coletividade, deliberou o Partido Democrático, por intermédio de seu Diretório Central, prestar colaboração ao Governo Provisório do Coronel João Alberto. O Partido não se preocupa com nenhum posto na alta administração pública; aconselha e exorta, entretanto, aos seus amigos e correligionários a nao recusarem ao Estado de São Paulo e ao País os serviços que lhes possam prestar ou em que porventura venham a ser investidos" (7)

Essa situação instável gerava a necessidade de definições mais claras; um grupo de militantes pediu a convocação de um Congresso do partido. Assim abriram-se, a 2 de fevereiro de 1931, as primeiras sessões do VII Congresso do Partido Democrático.

A primeira e longa discussão travada referia-se ao apoio do partido ao interventor; delineava-se uma disputa entre a moção, apresentada por Lázaro Maria da Silva, de congratulações ao interventor de São Paulo, e outra , encabeçada por Antonio Feliciano, que propunha uma ratificação da declaração do Partido Democrático de 7 de dezembro.

A moção de Lázaro Maria da Silva,contendo 34 assinaturas, congratulava-se com o interventor nos seguintes termos: "Propomos que o VII Congresso do Partido Democrático se congratule com sua Excia., o Senhor Coronel João Alberto Lins e Barros, d.d. Interventor de nosso Estado, fazendo votos pa

ra que o seu governo seja coroado do mais patriótico e feliz êxito" (8).

Antônio Feliciano propunha uma moçao mais ampla que nao se cingia simplesmente a um manifesto de congratulação: "O Partido Democrático de São Paulo, em sessão solene do seu congresso ratifica a declaração que fez o Diretório Central em 7 de dezembro de 1930, de prestar a colaboração do partido ao governo provisório do Coronel João Alberto, declaração assim concebida...". E transcrevia a declaração anteriormente citada (9)

Havia uma diferença, talvez não muito clara, entre as duas moçoes: a primeira, muito cautelosa, indicava uma certa desconfiança para com o interventor; a segunda conciliava inteiramente, ou numa outra interpretação, acreditava muito fortemente na "Revolução".

vado o substituto do Senhor Antônio Feliciano ficando prejudicada a moçao do Senhor Lázaro Maria da Silva" (10). Paulo Nogueira Filho apresenta uma versao diferente do episódio, afirmando ter havido uma "votação simbólica" da moçao e insistindo nas divergências dentro do partido com relação ao apoio à interventoria de João Alberto. Para ele, muitos dos democráticos já não aceitavam o interventor depois da renúncia do secretariado dos 40 dias (11) A bem da verdade, a ata do Congresso não traz uma só linha de crítica às duas moçoes apresentadas. Vicente Pinheiro e Júlio Marcondes se

manifestaram contra a moçao de Antônio Feliciano, sem, no entanto, tecerem críticas expressas ao interventor.

Na verdade, a narrativa de Nogueira Filho reconstrói a trajetória do Partido Democrático procurando conferir ao partido uma imagem batalhadora, inconformada e intransigente na defesa de determinados princípios. Daí, sua ênfase nos aspectos mais intimoratos de certos setores da agremiaçao, salientando sempre seu desapego ao poder e disposição de luta diante das injustiças.

Ainda que as relações entre o Partido Democrático e o governo estadual não fossem das mais cordiais, preservava-se a figura de Getúlio Vargas, que recebeu uma moção de solidariedade apresentada por Marrey Júnior e aprovada por unanimidade. Dizia que o Congresso "congratula-se com a Nação pela nova era oriunda da vitória pelas armas do movimento revolucionário e protesta inteira solidariedade ao governo provisório da República sob a chefia do eminente Senhor Getúlio Vargas" (12).

Enquanto Nogueira Filho procura indicar no seu relato que, já no mês de fevereiro, os democráticos tinham posição forte e coesa tomada contra João Alberto e desconfiança com relação a Getúlio Vargas, as evidências parecem nao lhe dar razão. Nesse mesmo congresso foi aprovada ainda uma moção, fechando um longo discurso de Reinaldo Porchat, nos seguintes termos: " reconhecendo que é inevitável um período de poder discricionário, afirma (o Partido Democrático) a

sua confiança na obra reformadora dos governos de São Paulo e do Brasil, convicto de que lhes poderão, dentro do tempo indispensável, colocar o país em condições de reintegrar-se no regime constitutcional representativo conforme a índole e as tradições do povo brasileiro" (13). A moção foi aclamada e depois votada por unanimidade. O autor citado afiança que isso se deveu à eloqüência do orador, provocando, na platéia atônita e surpresa, "aos poucos um arrebatamento pelas palavras cintilantes do orador que, com tato sutil e rara elegância, lhe tocara cordas sensíveis" (14).

Parece-nos argumento fortuito, construído através do tempo, para justificar uma atitude diversa do que, na verdade, ocorreu. Havia, é evidente, descontentamento mas não preponderante a ponto de se descrer da possibilidade de um acordo com Getúlio Vargas e até mesmo com João Alberto para se chegar a um final feliz no "caso de São Paulo".

Uma manobra do grupo mais combativo e menos conservador do Partido Democrático conseguiu uma mudança na organização do Diretório Central; pela Lei Orgânica vigente, o Diretório Central tinha 12 membros e a mudança aprovada pelo Congresso aumentava este número para 28, dos quais dez eleitos com mandato de 1 ano pelos Diretórios Municipais e Distritais (correspondendo a cada um dos 10 distritos eleitorais do Estado). Os 18 restantes, renovado anualmente um terço (1/3), seriam eleitos pelos votos gerais.

Nas eleições para preencher o número de cargos va

gos, conseguiram eleger membros do grupo mais "popular", como Paulo Nogueira Filho, Marrey Júnior, Joaquim Celidônio Filho, Elias Machado, Antônio Feliciano, Antônio Soares Lara, Vicente Pinheiro entre outros [15].

Segundo Nogueira Filho, o grupo que encabeçou a proposta dessa reforma da Lei Orgânica do Partido pretendia "ampliar, ao máximo, as bases democráticas da vida partidária. Realizado este primeiro objetivo, aspiravam à revisão do programa do Partido para dar-lhe um cunho de maior colorido social" [16].

Alguns nomes do grupo mais "conservador" como Gama Cerqueira não foram reeleitos para o Diretório. Aureliano Leite (também constatando a existência de duas correntes dentro do Partido Democrático) explicava a derrota de Gama Cerqueira porque este pertencia "à ala branca da corrente". "O momento vermelho fez esquecer seus inestimáveis serviços como deputado e presidente da agremiação" [17].

Essa ampliação do Diretório Central podia ser considerada como democrática, pois aumentava o número de representantes na direção do partido, tentando furar a muralha sólida das eternas reeleições dos mesmos nomes. Nesse sentido foi uma ampliação, mas nao nos esqueçamos de outras mudanças ocorridas na lei (como foi visto anteriormente) expressivas de uma crescente burocratização (a criação da Comissão Executiva, por exemplo, ignorada por Nogueira Filho) e a concentração de poderes nas mãos do Diretório Central.

É significativa a apresentação de uma emenda à Lei Orgânica assinada por Leven Vampré, que propunha, muito autoritariamente, que a mesa do Congresso selecionasse as moções políticas a ela encaminhadas; apenas as consideradas adequadas seriam lidas ao plenário e votadas. Essa emenda, indicadora do conservadorismo de certos grupos do partido, não foi aprovada, mas suscitou muita discussão.

Ainda nesse Congresso foram apresentados dois recursos de Diretórios Municipais, o de Guaratinguetá e o de Sorocaba, em que os reclamantes não aceitavam o Diretório Municipal reconhecido pelo Diretório Central. Segundo eles, os membros dos diretórios não representavam os verdadeiros democráticos das cidades e, o que era mais grave, eram antigos perrepistas. Travou-se um áspero debate entre Eduardo Jacobina, responsável pelo recurso de Guaratinguetá, e Cardoso de Mello Neto, acusado de acobertar os perrepistas ligados aos Rodrigues Alves (Cardoso de Mello Neto era casado com uma filha de Rodrigues Alves). O plenário do Congresso deu ganho de causa aos Diretórios Municipais (105 a 101 para Guaratinguetá e grande maioria para Sorocaba) contra a resolução do Diretório Central. Foi, sem dúvida, uma vitória democrática e um alerta para a cúpula do Partido Democrático.

Este foi o último Congresso do Partido antes da formação da Frente Única. O seguinte ocorreu às vésperas do movimento de 1932, quando a questão fundamental era a luta por São Paulo, contra Vargas, e não mais os problemas internos do partido. Durante o VII Congresso ocorreram discussões rele-

vantes, particularmente do ponto de vista da democracia interna da agremiação; no entanto, tudo se dissolveu nesse ano de 1931 e no de 1932 numa luta que uniria antigos inimigos irreconciliáveis na batalha por "São Paulo unido".

O acontecimento mais importante da vida do partido no primeiro semestre de 1931, foi, contudo, seu rompimento oficial com o interventor, no começo de abril. A situação vinha se deteriorando, vinham crescendo os desentendimentos. Quando se tenta compreender o rompimento, nota-se que havia dois pontos significativos: o primeiro consistia na própria disputa pelo poder e o segundo referia-se à crença de que João Alberto tinha simpatias pelo comunismo e estava abrindo um precedente perigoso com suas atitudes muito "paternais" com relação à classe operária. Este ponto nos parece fundamental, pois as diversas frações da classe dominante, representadas no Partido Republicano Paulista e no Partido Democrático, confirmavam a mesma postura e apresentavam justificativas semelhantes nas suas investidas contra João Alberto.

Os interesses de São Paulo, invocados por todos, traduziam, em verdade, os interesses da classe dominante, que os apresentavam como os interesses de todas as classes, transmutados no interesse paulista. A passagem para uma perspectiva regionalista se fez através de uma série de argumentos em que São Paulo era mostrado como um manancial de riquezas que despertara a cobiça dos "revolucionários". Os paulistas estavam sendo obrigados a assistir ao "saque" por elementos "estranhos" — de sua riqueza construída e conquistada com

muito sacrifício. De um lado, a perda da direção do Estado, que significava a perda do controle das decisões fundamentais sobre as diretrizes econômicas e políticas, levava a classe dominante à exasperaçao. De outro, as tímidas simpatias do interventor pela classe operária eram assumidas como possibilidade de quebra dos mecanismos de dominação sobre o proletariado, que tinham sido, na República que findara, sempre tão eficazes. Em pouco tempo, agravada a crise por acontecimentos menores e pessoais, constatava-se uma certa aproximação entre os líderes do Partido Democrático e do Partido Republicano Paulista e uma união contra o inimigo comum: o tenentismo, na figura do interventor. No Partido Democrático estabeleceu-se uma grande celeuma, especialmente nos núcleos do interior — como veremos mais adiante através da correspondência dos diretórios a respeito dessas mudanças nas diretrizes da agremiação.

Depois de cinco meses, a "revolução" tão esperada e festejada não mais correspondia, em São Paulo, aos anseios dos democráticos. Acompanhemos os elatos que explicavam a oposição entre o Partido Democrático e João Alberto.

No manifesto do Partido Democrático, publicado nos jornais dos dias 5 e 6 de abril, a justificativa do rompimento alicerçava-se em críticas à administração de João Alberto: " a incompetência administrativa, o desmantelamento dos serviços públicos, a manutenção da Legião Revolucionária, a entrega de quase todos os cargos, particularmente as Prefeituras, a agentes militares da confiança do Interventor, o es

banjamento dos dinheiros do povo, a multiplicação de departamentos caríssimos e desnecessários, a criação da Repartição de Censura à Imprensa, a preterição sistemática dos filhos de São Paulo e de outros grandes vultos da terra por elementos de fora, a expansão das idéias comunistas, a infiltração do pensamento soviético, o desamparo do comércio e da indústria, o contraste entre a vida de fausto que levam os governantes e de miséria que padecem os sem trabalho, a iminente divisão do Estado em dez circunscrições que, confiados a militares, verão sumir os últimos remanescentes da autonomia municipal; tudo nos adverte que o que o governo planeia é enraizar-se para sempre nestas paragens e destruir o belo patrimônio moral e econômico que os paulistas a tanto custo e com tanta pertinácia acumularam" (19).

O manifesto, exemplar na defesa clara dos interesses da classe dominante, constitui um precioso documento. O medo ao comunismo também estava presente, mais fortemente ainda porque relacionavam as Legiões Revolucionárias com o bolchevismo. As críticas feitas a João Alberto eram semelhantes — retirando-se as relativas ao comunismo e as diferenças sociais — às anteriormente feitas ao Partido Republicano Paulista, isto é, má administração, corrupção sistemática e cerceamento da liberdade.

Quando Nogueira Filho declarava que o documento "exprimia os anseios das camadas sociais, sem distinções de credos e classes que se rebelavam contra a ocupação militar" (20), estava elegendo os interesses defendidos pela classe dominan

te como aqueles que deveriam ser defendidos pela sociedade como um todo; além disso estes valores eram concebidos como os "únicos", alcançando o estatuto de universais. Dessa forma, os interesses de classe foram camuflados através de uma esplêndida retórica que criou os "interesses de São Paulo", a "honra ultrajada de São Paulo", os "direitos de São Paulo" (21)

Na nossa perspectiva, este ano de 1931 foi decisivo para o Partido Democrático, pois marcou o início de sua desestruturação e conseqüente extinção. Foi o momento da superação da sua tênue bandeira democrática e de sua substituição pela bandeira por São Paulo. O Partido, assim, deslocava o eixo de sua crítica, isto é, não se apresentava mais como o opositor das "oligarquias carcomidas", das suas mazelas e da sua corrupçao, e sim como o crítico da nova situação que ele mesmo defendera anteriormente. Em outras palavras, o "novo", o "revolucionário", o "ideal" pelo qual se tinha lutado, na prática revelava-se o "antigo", o "anti-revolucionário"; os "ideais" se esfumavam na prática política de homens ambiciosos e corruptos.

Um partido que alicerçou suas críticas, construiu sua prática na luta contra um outro partido, o Partido Republicano Paulista, que consubstanciava, segundo ele, tudo o que havia de "carunchado" na República Velha, nao podia vir a fazer uma aliança com o seu antigo inimigo, sem pagar um preço muito alto. Além disso, quando as críticas ao Partido Republicano Paulista, inimigo do passado, assumiam idêntica cono-

tação que as feitas aos "revolucionários", todos se igualavam. Não havia mais distinção entre Partido Republicano Paulista, isto é, "as oligarquias funestas", e os "revolucionários" de 1930. Nessa medida, o partido perdeu sua base ideológica de sustentação. O rompimento definitivo com os "revolucionários" de 1930 foi feita em janeiro de 1932 e a aliança com o Partido Republicano Paulista em fevereiro do mesmo ano. Mas o divórcio e o novo casamento já estavam anunciados nesse abril de 1931. A aliança se fez em nome da manutenção de interesses econômicos e sociais que, aparentemente, eram diversos, mas que convergiam na hora do perigo, isto é, no momento em que se suspeitou de uma possível mudança nas relações entre classe dominante e classes dominadas.

tre João Alberto e o Partido Democrático indicava que São Paulo fora invadido porque constituía uma presa muito cobiçada; sua riqueza atraíra os interesses dos "revolucionários" que passaram a disputá-la a todo custo (22).

São Paulo sofrera uma invasão. O Partido Democrático, usando o termo invasão, estabelecia um divisor de águas entre São Paulo e o resto do Brasil e, mais que isso, entre a causa pelo qual sempre lutara e a causa "revolucionária" vitoriosa em 1930. Quem invade é inimigo e não aliado.

Além da crítica à ambição pessoal do interventor paulista, o autor acima citado o acusava de ligações com o comunismo. Narrava um episódio ocorrido durante o secreta—

riado dos 40 dias, quando exercera importante função na Delegacia de Ordem Política e Social: "encarregado de estudar o arquivo do D.O.P.S., ali encontrei uma abundante documentação, proveniente de agentes especializados do Sr. Laudelino de Abreu, que trabalhavam não só no Brasil como também, especialmente, nas Repúblicas do Prata. Farta prova colecionava essa documentação de que os srs. João Alberto, Siqueira Campos, Miguel Costa, Luís Carlos Prestes e outros estavam de pleno acordo na implantação do bolchevismo no Brasil" (23)

Continuava o autor declarando que João Alberto no governo de São Paulo tentou por em prática esse "bolchevismo", dividindo fazendas, executadas pelo Banco do Estado, em pequenos lotes e os entregando a soldados de batalhões irregulares dissolvidos (24).

Renato Jardim, defensor do Partido Republicano Paulista e crítico do Partido Democrático, em seu livro *A invasão de São Paulo*, não se distancia muito de Paulo Duarte nos seus argumentos contra João Alberto. Em primeiro lugar, usava também o termo invasão. Em segundo lugar, acusava João Alberto de ser corrupto e ter "assaltado" desabusadamente o Tesouro do Estado desde os primeiros dias de governo (25) Além disso, demonstrava sua preocupaçao com a posição de João Alberto com relação aos operários que, no seu entender, ultrapassara os limites permitidos. Afirmava ele que João Alberto decretara medidas socialistas, como obrigatório aumento de salário e diminuição de horas de trabalho nas fábricas (26)

É possível, portanto, estabelecer uma identificação entre os argumentos apresentados pelos democráticos, no seu manifesto e nos depoimentos pessoais, e aqueles utilizados pelo representante do Partido Republicano Paulista, anunciando, de uma certa forma, a futura aliança contra Getúlio Vargas.

Em verdade, João Alberto tomara medidas muito débeis de favorecimento ao operariado, como, por exemplo, um aumento de cinco por cento em seus salários. Além disso, estariam os patrões "obrigados" a lhes garantir 40 horas semanais de trabalho no mínimo. Quanto à divisão das fazendas, mencionada por Paulo Duarte, nao passava de um exagero do autor.

Mas o que assustou a classe dominante foi a tentativa de legalização do Partido Comunista em São Paulo. Para o interventor, o comunismo estava em decadência e não apresentava qualquer perigo. De forma muito diferente pensava a classe proprietária que via no comunismo uma real ameaça ao sistema vigente. Tanto é assim que, após a queda de João Alberto, em julho de 1931, os comunistas, que durante seu governo não foram perseguidos pela polícia, passaram a ser caçados pelos governantes paulistas (27)

Voltando às dissensões entre João Alberto e o Partido Democrático, as perseguições por parte da polícia recrudesceram, ligadas à conspiração da Força Pública. Alguns democráticos foram presos; o fosso entre João Alberto e o Partido, já instransponível, agora se aprofundava, contando com

várias perseguições concretas e algumas prisões efetivas.

Essas prisões relacionavam-se com um movimento conspiratório com fortes ligações entre a Força Pública e grupos do Partido Democrático. Os vínculos entre o Coronel Joviniano Brandão, então comandante da Força Pública, subordinado, assim, ao General Miguel Costa, Secretário da Segurança, com o General Isidoro Dias Lopes, Comandante da Região Militar, eram mantidos, naturalmente, em segredo. A Força Pública não pretendia romper com a "revolução", apenas derrubar o interventor João Alberto, considerado *persona non grata* a São Paulo. O papel do General Isidoro consistia em nao atacar a Força Pública, quando esta se levantasse. Entre os contatos civis desses militares estavam elementos democráticos, como Paulo Duarte, Francisco Mesquita, Joaquim Sampaio Vidal e outros [28]. O levante, ocorrido a 28 de abril, não passou de uma tentativa abortada; houve uma série de desencontros e o Coronel Joviniano Brandão terminou por dar ordens, no mesmo dia, para que os revoltosos depusessem as armas e se entregassem.

Os principais líderes foram presos e já em julho, anistiados, tendo em vista a pequena expressao do movimento. O comunicado de João Alberto sobre o episódio é sucinto: "Hoje, pela manhã, devido à intrigas políticas e boatos tendenciosos, houve em um dos corpos da Força Pública ligeiro movimento de insubordinação (...). O General Miguel Costa assumiu o comando geral da Força Pública, sendo prontamente presos os militares insubordinados. A vida na cidade não sofreu

a menor alteração" (29)

No entanto, o levante da Força Pública e sua identificação com alguns grupos do Partido Democrático, levaram o governo de João Alberto, na madrugada de 29 de abril, a tomar atitudes radicais: lacrou a sede do partido e fechou o *Diário Nacional*, que ficou sem circular por um mês. Também foram fechados os jornais "*A Platéia*" e "*O Povo*". No dia vinte e nove de abril, era preso Aureliano Leite, que descreve pormenorizadamente o evento em seu livro *Memórias de um Revolucionário* (30)

Na interpretação dos democráticos, Vargas, de forma maquiavélica, queria derrubar São Paulo; Aureliano Leite, Paulo Duarte e Nogueira Filho insistem em seus relatos dos acontecimentos, no fato de Vargas não aceitar a idéia de que os paulistas continuassem a ter peso político no cenário nacional. Seu objetivo consistia na conquista, pelos gaúchos, da hegemonia política do país, alijando os tradicionais aliados, São Paulo e Minas (31)

Do ponto de vista de sua estratégia, o Partido pouco debatia questões políticas específicas dos interesses democráticos. O âmbito da luta ultrapassara esses limites para alcançar os foros de uma batalha regional contra o poder federal; todo o empenho, agora, desenvolvia-se em prol da salvaçao de São Paulo das "garras dos invasores".

Nogueira Filho sempre se refere aos Legionários de

forma crítica, da mesma forma como o fizera com o Partido Republicano Paulista; em maio de 1931, assim os julgava: "Os motivos da aversão dos democráticos aos legionários e seu chefe assentavam em raízes penetrantes. Mais do que qualquer raciocínio frio e perfeito, um sentimento profundo separava-os. A convicção geral era de que entre os dois campos, o democrático e o legionário, existia um abismo intransponível" (32)

Os campos estavam novamente divididos, nao mais entre democráticos e perrepistas, mas sim entre democráticos — representando São Paulo — e legionários — representando os "invasores". Todos os autores democráticos contemporâneos aos eventos encaminhavam suas análises nessa direção.

Para eles, Vargas agia por impulsos pessoais, movido por uma "paulistofobia" explicável apenas pela psicologia. Nunca admitiram que as lutas e contendas políticas, nesse ano, se baseassem em propostas sociais diversas. Os legionários, de um lado, defendiam uma política que propunha benefícios concretos às classes trabalhadoras, e, de outro, nao aceitavam o domínio de São Paulo na política federal, que, a seu ver, significava tão somente os interesses do café. As proposições aí consignadas se diluíam e se dissolviam na ótica dos autores mencionados, pois que atribuiam a Vargas e seus aliados, um desesperado desejo de humilhar São Paulo e de colocá-lo de joelhos. As divergências do ponto de vista social raramente foram explicitadas ou discutidas por esses autores.

Mais uma vez, o próprio Nogueira Filho indica elementos para a análise desses meses. Afirmava ele que o discurso do Presidente, de 4 de maio de 1931, repercutiu de forma muito diversa dentro do próprio partido. Nesse discurso, Vargas reiterava sua disposição de continuar pondo em prática uma política social em prol das aspirações dos trabalhadores, defendendo a integração entre as classes. Além disso, anunciava suas pretensões vagamente nacionalistas com relação à economia e salientava a importância do papel do Estado. Segundo autor citado acima, o Partido Democrático tinha duas alas, a esquerdista "em geral, satisfeita com as linhas mestras dos rumos traçados por Vargas, havendo, porém, dúvidas a respeito de sentenças que não definiam os limites da política socializante do governo, em relação aos extremistas bolchevista e fascista". E a "outra ala, a liberal, mostrava-se alarmada mais com certos aspectos sociais do discurso do que com algumas diretrizes políticas que julgava perigosas". (33)

O grupo mais afinado com Vargas era o de Marrey Júnior, do qual faziam parte Antônio Feliciano e Vicente Pinheiro, entre outros. Esse comprometimento permaneceria, pois que, em outubro de 1932, o grupo romperia com o Partido Democrático, compondo-se com o governo.

A questão política central até o movimento de 1932 consistiu na luta entre São Paulo e o governo federal. A insistência na fórmula de um "interventor civil e paulista", como solução para o impasse criado pela interventoria João Alberto, preencheu todo o debate político. A questão partidá-

ria passou a um plano muito secundário, operando-se uma metamorfose com relação aos anos anteriores a 1930. Os democráticos, paradoxalmente, batiam na mesma tecla que seu atual opositor político, Vargas, que entendia as exigências da política e o "facciosismo" dos partidos como obstáculos à rápida resolução dos problemas brasileiros.

Nogueira Filho louvava a nova atitude do Partido no intuito de, "com profunda sabedoria, porfiar menos em campo aberto, como entidade política, para permitir que seus elementos de escol pudessem agir em benefício da causa democrática tanto nos subterrâneos em que se reuniam os autonomistas radicais quanto nos bastidores movediços do governo provisório" (34)

O que o autor chama de "autonomistas
na verdade, separatistas. O separatismo paulista tem-se constituído em verdadeiro tabu na historiografia brasileira. Não se toca no assunto, especialmente os autores mais próximos de uma história oficial. Entretanto, o separatismo foi um movimento de larga repercussão em São Paulo, estando profundamente enlaçado com o movimento de 1932 (35)

Assim, a sociedade paulista, ou melhor, algumas frações da classe dominante e seus aliados ideológicos das classes médias, movimentaram-se abertamente pela volta da constitucionalidade e, clandestinamente, pelo separatismo. Seguiu-se a uma circular de entidades de classes — Instituto de Engenharia, Sociedade de Medicina e Cirurgia e Instituto da Or

dem dos Advogados — que propunha a restauração do regime constitucional no Brasil, a fundação da Liga de Defesa Paulista, organização que pretendia lutar pela autonomia de São Paulo. Lia-se no seu manifesto assinado por homens do Partido Democrático (por exemplo, Paulo Duarte), por muitos do Partido Republicano Paulista (por exemplo, Abelardo Vergueiro César) e outros independentes, o seguinte: "Sem penetrar no âmbito em que operam as arregimentações partidárias que poderão manter intactas suas fórmulas ideológicas e autônomas as suas atividades, a Liga de Defesa Paulista surge, como entidade à parte, alheia a preocupações eleitorais e preceitos de partido político. Por todas as formas de ação e propaganda, será um estímulo para o desenvolvimento do espírito paulista" (36). Seus objetivos indicavam a autonomia de São Paulo como meta final a ser alcançada.

Também as mulheres paulistas — "mães e esposas, noivas e irmãs" — manifestaram-se no mais tradicional "espírito" regionalista, relembrando o episódio da Guerra dos Emboabas e conclamando os homens paulistas a lutarem pela "autonomia" de São Paulo.

Em oposição, foi lançada a "Liga pela Constituição e pela Ordem" que congregava os adeptos do interventor paulista, solidarizando-se com João Alberto e propondo também a constitucionalização. Dessa forma, o centro do debate político passou a ser a constitucionalização e a autonomia do Estado. Em torno desses temas polarizavam-se as opiniões, cada grupo procurando capitalizar e obter dividendos políticos

(37).

No mês de maio, o General Isidoro foi substituído pelo General Góes Monteiro no comando da 2ª Região Militar, fato importante do ponto de vista das forças em jogo; era uma derrota para o grupo paulista. Mas, uma primeira vitória, na perspectiva dos democráticos, foi alcançada com a renúncia de João Alberto, que lançou um manifesto de despedida ao povo paulista, a 12 de julho.

A nomeaçao do novo interventor ainda demorou algum tempo. Cogitou-se, em primeiro lugar, do nome de Plínio Barreto que chegou a ser nomeado por Getúlio Vargas, mas acabou vetado pelos tenentes que desencavaram um artigo seu contra os "18 do Forte" intitulado "Heróis? Não!". Depois de vários episódios, Plínio Barreto não aceitou o cargo; importante é assinalar, ainda desta vez, o alheamento às questões político-partidárias em que se colocava o Partido Democrático. O *Diário Nacional*, em 16 de julho de 1931, advertia que "desde o memorável manifesto de abril (de rompimento com o interventor), o Partido Democrático transferiu a questão governamental da esfera partidária para a esfera paulista. E assim agindo, tem a certeza de que não falha aos seus altos propósitos" (38). Essas declarações se referiam ao fato de Plínio Barreto ter afastado o partido de qualquer vinculação a ele e a seu futuro governo.

A 24 de julho de 1931, uma das principais revindicaçoes dos democráticos havia sido alcançada: era nomeado o

novo interventor "civil e paulista", Laudo de Almeida Camargo. A princípio, o Partido Democrático apoiou o novo interventor, pois este se propôs governar "acima das disputas partidárias. Todavia, o partido pressionou-o para que as prefeituras do interior fossem entregues aos democráticos. Não sendo atendido, manifestou-se, reservadamente, pela substituição de Laudo de Camargo por um nome do Partido Democrático.

O interventor acabou por renunciar a 13 de novembro do mesmo ano, por se solidarizar com o Secretário da Fazenda demissionário — de seu governo, Numa de Oliveira, de quem o grupo de Miguel Costa e João Alberto queria a cabeça.

Nesse momento, o Partido Democrático silenciou, omitindo-se de qualquer pronunciamento de seus líderes (ou de editoriais do *Diário Nacional*) favoráveis ao interventor demissionário. Francisco Morato procurou dissuadir os estudantes da Faculdade de Direito de uma manifestação de protesto, alegando a grave situação de São Paulo (39).

Houve, no entanto, um comício promovido pelos estudantes, além do lançamento de um manifesto por parte da Liga de Defesa Paulista contra as "pressões sofridas" pelo ex-interventor. Enquanto isso, o Partido Democrático se defendia, pelo seu jornal, de acusações de ter contribuído para a queda de Laudo (40) e se preocupava com o nome do futuro governante de São Paulo (41) Mas as esperanças democráticas se esboroaram, quando da nomeação do Coronel Manuel Rabelo, outro militar, para assumir a interventoria do Estado.

Durante esse segundo semestre de 1931, o Partido Republicano Paulista começava a se rearticular e provar que ainda era uma importante força política. Em entrevista a "*O Jornal*" de 11 de setembro de 1931, Sílvio de Campos já afirmava que poderia haver uma frente única em São Paulo, a exemplo do Rio Grande do Sul, se todos quisessem aderiar ao Partido Republicano Paulista; além disso, estabelecia uma distinção entre a Legião Revolucionária e o Partido Republicano Paulista, assegurando que nenhuma figura de prestígio do Partido Republicano Paulista havia aderido à Legião. Sua observação se devia às contínuas denúncias de que perrepistas, oportunisticamente, haviam entrado em grande número para a Legião.

A Legião, por sua vez, até pela voz de seus inimigos, crescia em São Paulo. Em setembro, realizou-se o seu primeiro Congresso, ao qual compareceram mais de mil delegados. Seu líder máximo era Miguel Costa, que permanecia à frente da Força Pública.

O Partido Democrático continuava dividido; havia aqueles que acreditavam num possível acordo político com Getúlio Vargas, convictos de que o interventor interino, Manuel Rabelo, poderia ser substituído por um civil, paulista, possivelmente um democrático simpatizante ou mesmo militante. Nesse grupo destacava-se a figura de Marrey Júnior. Outros, inteiramente incompatibilizados com a Legião em São pois que esta, segundo eles, caminhava muito para a esquerda — organizavam a resistência ao governo central, não

vendo qualquer probabilidade de conciliação. Deste grupo salientavam-se, entre outros, Júlio de Mesquita Filho, Cezário Coimbra, Marcos Mélega, Paulo Duarte, Elias Machado e o próprio Nogueira Filho.

Em suma, a trajetória do Partido Democrático, após a vitória do movimento de outubro de 1930, foi marcada por uma ambigüidade notável. O partido esteve, nos primeiros meses, muito próximo do poder de fato, mas jamais pode usufruí-lo inteiramente. Os desentendimentos surgiram rapidamente, desembocando na ruptura com o interventor paulista. A virada política fundamental da agremiação em 1931 e que apenas se aprofundou em 1932, consistiu na substituição da bandeira pela democracia pela bandeira por São Paulo. As divergências partidárias eram entendidas como temas menores — anteriormente enfrentados como os magnos problemas paulistas — e, desse modo, relegados a um plano secundário. Os interesses econômicos e sociais defendidos pela classe dominante de São Paulo se transformaram na grande batalha de toda a sociedade paulista; particularmente as classes médias interiorizaram esses valores como se fossem seus e o grito de "tudo por São Paulo" se espalhou pela sociedade como o único caminho de salvação e de regeneração nacionais.

2. O poder contraditório

Enquanto na "grande política o Diretório Central do partido se defrontava com o interventor e o presidente pro

visório, na "pequena política", o Diretório Central via-se questionado numa outra direção.

No interior, após o 24 de outubro de 1930, o Partido Democrático, no entendimento dos membros de seus Diretórios Municipais, estava no poder, isto é, teria acesso às Prefeituras. A correspondência entre os Diretórios Municipais e o Diretório Central, nestes meses finais de 1930 e nos primeiros meses de 1931, trazia à tona todas as pequenas questões que envolveram o partido na época, fazendo brotar explicitamente todas as contradições da prática política do Partido Democrático.

O primeiro problema colocado constituía-se na questão do oportunismo e adesismo imediatos. Derrotado o Partido Republicano Paulista, vitorioso o Partido Democrático, perguntava-se: quem vai aderir? O Diretório Central determinou que os Diretórios Municipais se reorganizassem. Nessa medida, como proceder? Era o que indagavam os Diretórios Municipais.

Por exemplo, de Serra Negra, em 18 de novembro de 1930, escrevia o correligionário, solicitando as "instruções seguintes":

"a) Para as eleições de Diretório deverá ser convidado para dela comparticipar todo o eleitorado em geral?

• tão somente, além dos elementos declarados do nos-

so partido em particular, todas as pessoas independentes ou de idéias democráticas em geral?

c) Finalmente, se a essa eleição deverão concorrer em forma facciosa exclusivamente elementos do nosso Partido?" (42)

Respondendo a uma outra consulta, no mesmo sentido, de um membro de Porto Ferreira, o Diretório Central dava suas diretrizes: "Quanto à sua pergunta sobre, se os membros do antigo Partido Republicano Paulista podem assinar nas listas de adesão ao Partido, a Comissão acha que sim, desde que não sejam elementos que tenham pactuado com fraudes eleitorais" (43)

Os Diretórios Municipais se viam divididos entre a ceitar os oportunistas — e com isso expandir seus núcleos —. e dar vazão ao rancor acumulado durante os anos em que amargaram as perseguições dos membros do partido governista não ampliando largamente o número de democráticos. Mas, a "disciplina" partidária, melhor entendido, a dependência em que sempre estiveram com relação ao Diretório Central, os impelia a esse tipo de consulta e à aceitação do comando dos "chefes" da capital.

Do ponto de vista do Diretório Central, distante das questiúnculas interiorianas, interessava naturalmente o maior número possível de adesões para, ampliando as bases, conseguir respaldo para suas lutas nos níveis estadual e fe-

deral. Todavia, essa abertura indiscriminada acarretou graves problemas, pois se, num primeiro momento, o partido cresceu com a entrada de "revolucionários" de última hora, acabou por perder algumas de suas antigas bases inconformadas com tal fato.

Essa diretriz de ampliação prosseguiu durante todo o ano de 1931, antes da formação da Frente Única (Partido Democrático-Partido Republicano Paulista), em fevereiro de 1932. Em dezembro, firmava o Diretório Central que: "no momento, o principal trabalho consiste em angariar adesões, atraindo para o Partido elementos estranhos, mesmo do Partido Republicano Paulista, contanto que sejam bons e sinceros, aproveitando-os até o diretório, se possível" (44). Mais ainda, advogando a entrada no partido indistintamente de todos os "bons elementos" locais, determinavam: "os nossos outros companheiros que, não compreendendo ou não desejando colaborar nesse sentido, devem deixar-se ficar à margem" (45)

Em dezembro de 1930, os próprios legionários — depois tão hostilizados podiam entrar para o Partido Democrático e vice-versa. Em resposta a uma carta de Birigui de 11 de dezembro de 1930, Paulo de Moraes Barros respondia: "não haverá inconveniente que nossos correligionários façam parte da Legião, desde que se verifiquem declarações peremptórias de fonte oficial, de que a Legião nao tem qualquer objetivo político partidário" (46)

A Legião Revolucionária aparecia muito enigmatica-

mente, pelo menos, a princípio, aos olhos dos políticos do interior. Era muito difícil estabelecer uma oposição entre a Legião Revolucionária, fruto da "revolução", e o Partido Democrático, que apoiara e vencera a "revolução". Se estavam todos irmanados na mesma causa, como compreender a oposição? A carta de Guará de 29 de março de 1931 traduzia essa inquietação; o missivista perguntava: "Há incompatibilidade em assinar-se qualquer lista da Legião ou dar-lhe apoio? A Legião é um partido político antagônico ao Partido Democrático? Devemos agir com discreção ou abertamente?" (47)

Até o rompimento com João Alberto, a Legião não era vista como inimiga. Era tolerada, admitindo o Diretório Central que os democráticos pudessem participar da mesma, pois

bros do Diretório Central fizeram parte, no início, dos quadros da Legião. Contudo, em poucos meses, mudou a situação, tendo em vista o rompimento com João Alberto e a identificação da Legião com o Interventor. Bem o demonstrava essa mudança — não tão transparente para todos — uma carta de Ibitinga, em que o correligionário, afirmando não querer "fazer intriga", descrevia a situação em sua cidade: "Quando da indicação dos membros para constituir o Diretório Democrático, daqui foram destacados (sic) alguns dos mais graduados para que, quando viessem formar a Legião se apresentassem para tal. Até aí estava certo, pois o Governo estava de acordo com os Democráticos. Mas creio que agora a cousa mudou, pois estão em franca oposição, mas os democráticos daqui não mudaram as suas idéias" (48). E a "intriga" que ele nao "queria fazer"

continha a denúncia de que todos os membros do Diretório, menos o presidente e o vice, haviam entrado para a Legião.

Outros tinham uma perspectiva crítica com relação ao dissídio entre a Legião e o Partido Democrático; entendiam que quem ganhava com isso era o velho Partido Republicano Paulista. Assim se expressava o democrático de Olímpia: "O Governo Revolucionário deveria compreender que o Partido Republicano Paulista, como velha raposa que é, atira legionários contra democráticos, seguindo a velha política de dividir para reinar, com o fito de se tornar árbitro da situação. E vai conseguindo... Não será conveniente dar o sinal de alarme e nos colocarmos de sobreaviso?" (49).

Os dirigentes do partido, no entando, já nesse momento (abril de 1931) estavam mais próximos do Partido Republicano Paulista do que dos Legionários tenentistas. A justificativa ideológica de que os paulistas, "revolucionários" ou não, estavam unidos pelo mesmo ideal da defesa da "honra" de São Paulo, traída e submetida pelo arbítrio de militares "estranhos" ao sólo bandeirante, começava a se engendrar.

A classe dominante paulista — nela enquadrados os dirigentes democráticos — elaborava a distinção maniqueísta: de um lado, São Paulo invadido e humilhado, e de outro, os invasores militares. Os tenentes e a Legião representavam os invasores, abrindo à brecha para a futura aliança com o Partido Republicano Paulista. No interior, contudo, essas construções ideológicas custaram a chegar e a oposição aos

antigos aliados demorou a ser aceita e em muitos casos nunca o foi. Especialmente porque a luta contra o novo alvo implicava a aliança com o Partido Republicano Paulista, este sim, inimigo ferrenho dos democráticos interioranos.

Havia, fundamentalmente, para os democráticos do interior, a questão do poder local, das prefeituras e delegacias. Logo após a vitória de outubro de 1930, onde o Partido Democrático fosse forte deveria fazer o prefeito, onde

1930) deveria aceitar um elemento neutro. Em verdade, essa era a expressão da tibieza e da insegurança do partido; de um lado, fazendo malabarismos para manter o apoio do interventor, de outro, não tendo força suficiente para, a partir das bases, pressionar para que houvesse prefeitos democráticos em todo o interior. Há uma imensa quantidade de cartas de democráticos, reclamando enfaticamente pelo fato das prefeituras, delegacias, etc., estarem em mãos de homens do Partido Republicano Paulista, preteridos os democráticos.

É preciso levar em conta que o Partido Republicano Paulista não seria derrubado tão facilmente; um partido vigoroso como ele não se deixaria abater sem antes manobrar e conchavar para não deixar o poder. O Partido Republicano Paulista e seu desejo de "estar eternamente no poder, nem que para isso cometesse indignidades" (50), foram objeto de várias cartas de democráticos; entre elas, a de Itápolis, de janeiro de 1931: "Para evitar as manobras dos perrepistas locais que se apegam ao poder com unhas e dentes, solicito, com

empenho, os seus bons ofícios no sentido de fazer com que es se senhor (o prefeito perrepista nomeado pelo interventor) nos procure caso não seja possível fazer julgar sem efeito essa nomeação a fim de ser nomeado um dos indicados já pelo partido" (51) Lembrava ainda o autor que Itápolis era importante reduto perrepista e tinha um deputado feito por Júlio Prestes.

A luta pelo poder no interior teve desdobramentos diversos e, em geral, os militantes do Partido Democrático mostravam-se inconformados com o fato do interventor indicar homens ligados ao partido vencido para os cargos de mando; no mais das vezes imputavam ao Diretório Central do partido grande parte da responsabilidade pelos problemas surgidos. Por exemplo, um democrático de Boituva, que ficou indignado porque havia suspeita de que um político do Partido Republicano Paulista seria nomeado para sub-delegado da cidade, dizia:

na cartilha do Partido Republicano Paulista e é esse o defeito; se era para o Partido Republicano Paulista mandar não havia necessidade de revolução..." (52)

Há outra carta irada de um correligionário de Porto Ferreira que depois de afirmar ironicamente que a nomeaçao do prefeito da cidade era "um prêmio, muito justo, aos seus merecimentos como partidário extremado do Júlio Prestes, que no dia 1º de março percorria as casas de eleitores democráticos distribuindo ameaças de perseguições futuras", vociferava mais adiante: "... se em outras localidades as nomeaçoes

obedeceram o (sic) mesmo critério: Viva o Partido Republicano Paulista e seus desmandos". Terminava sua carta declarando que como a ele, revolucionário de 1924, não faltava brio, deixava o partido (53).

Para entender o emaranhado contraditório típico da postura do partido nos três primeiros meses de 1931, é preciso destacar que o Partido Democrático vivia uma situação quase irremediável.

Ao mesmo tempo estava no poder — não rompera com João Alberto e constituía
que apoiara a "revolução" — e também efetivamente não estava, pois não fazia parte do governo. Não tinha força política, pois nem recebia apoio concreto do governo federal ou estadual, nem tinha respaldo significativo vindo de suas bases, para empurrá-lo a exercer o poder de fato, já que não tinha o de direito. Daí mesmo, as respostas ambíguas do Diretório Central a seus correligionários, como atestava esta carta de 7 de fevereiro de 1931, para São Carlos: "Nós, os diretores do Partido, conseguimos a nomeação de nossos correligionários para prefeito, em diversas localidades do Estado, com grande sacrifício, vencendo inúmeros obstáculos, visando exclusivamente colocar os nossos amigos do Interior em situação melhor" (54). Fato que, evidentemente, nem sempre conseguiram, como demonstrava a carta dos membros do Diretório Municipal de Jacareí em que apresentavam renúncia coletiva e acusavam o Diretório Central nestes termos: "(...) se Jacareí está sendo, hoje, governada por um indivíduo inepto, deve-se exclusi

vamente ao Diretório Central, e, além de tudo, pelo que se observa, esse Diretório ainda faz questão de conservar no cargo um Prefeito que nao conta com o apoio do povo (...)" (55).

Mais uma vez, a contradição está presente. O Diretório Municipal atribuia ao Diretório Central poderes de quem estava à frente da administração do Estado; no entanto, o partido não possuia tal importância, pois encontrava-se marginalizado dos centros de decisão mesmo antes do rompimento com o interventor. Como exemplo podemos citar a carta endereçada pelo Diretório Central a Santo Amaro em que se lia: "Em resposta ao seu pedido de 6 do corrente, para que a Secretaria do Partido certificasse, de modo a fazer fé, por quem havia sido feita a indicação do Dr. Francisco Ferreira Lopes para a Prefeitura dessa localidade, vimos informar-lhe que a Secretaria Geral do Partido não pode satisfazer ao seu pedido, eis que as indicações para prefeitos eram feitas Secretaria do Interior, cujos arquivos não estão à nossa disposição" (56).

Contudo, jamais aceitou o Partido Democrático tal situação, pois acreditava que ainda seria possível fazer algum tipo de composição que o aproximasse do poder efetivo. E, portanto, podia-se nessa perspectiva entender a ambigüidade e as insinuações do discurso do Diretório Central; e, conseqüentemente, a confusão no interior.

Com relação à pequena parcela de poder que o Partido Democrático possuia, isto é, a posse de algumas prefeitu-

ras do interior, assumia o partido uma postura ambivalente, determinando a norma a ser seguida pelos correligionários do interior: "(...) não se deve acumular o cargo de prefeito municipal com o de qualquer outra função política. Os nossos correligionários nomeados prefeitos devem licenciar-se dos cargos políticos que exercem (no Diretório Municipal do Partido)" (57).

Por que tal desvinculação? Por que tal purismo? Note-se que o Diretório Central procurou com essa medida incompatibilizar o cargo de prefeito com o de membro do Diretório Municipal do Partido. Portanto não permitiu a identificação precisa entre o Partido Democrático e o poder constituído. Assim, poderia continuar a reivindicar a direção do governo de São Paulo já que estava alijado dele?

A ligação muitas vezes realizada entre a Legião Revolucionária e o Partido Republicano Paulista aumentava os problemas de compreensão da situação política interiorana. Como já vimos, se para alguns democráticos estabelecia-se uma relação entre Legião Revolucionária e Partido Democrático, para outros ocorria exatamente o oposto. De Monte Aprazível, escrevia o missivista que a Legião Revolucionária nao tinha repercussão na cidade "contando os seus livros de adesões com pouquíssimas assinaturas, a maior parte de pessoas da situação decaída perrepista, que está procurando se infiltrar" (58). De Itápolis, o democrático indicava que a Legião Revolucionária era composta, na cidade, por "perrepistas vermelhos" (59). Numa resposta do Diretório Central ao Diretó-

rio Municipal de São Bento do Sapucaí, assinalava-se que membros do Diretório Municipal confundiam a Legião Revolucionária com a "escória do Partido Republicano Paulista" (60). Também, de Ibiti, o correligionário contava que antigos membros do Partido Republicano Paulista tinham aderido à Legião, mas esclarecia, muito curiosamente, que em Ibiti havia duas legiões: "(...) a Legião Revolucionária segunda, composta dos P. R. P. vermelhos (sic) e chefiada pelo conhecido Major Paes Leme, Delegado de Polícia local, sendo a primeira organização da Legião Revolucionária composta de alguns ex-democráticos, democráticos descontentes, sob chefia de Walfrido Rolim, estando ambas vivendo de confusões e em completo dissídio" (61).

É preciso, ainda, mostrar um pouco mais a fraqueza e indeterminação do partido nesse ano de 1931, dividido entre o desejo de chegar ao poder, conciliando ao máximo para tanto, e a obrigatoriedade de identificar seus inimigos e de lutar contra ele. A dificuldade estava em que o objeto desejado encontrava-se exatamente nas mãos do inimigo, a quem se combatia e com quem se conciliava. Que partido suportaria tal jogo? Os sustentáculos sociais dos núcleos do interior foram se deteriorando e se perdendo nas inúmeras possibilidades abertas pelo labirinto político. Do ponto de vista ideológico, na medida em que o partido, ainda que confusamente, fundia sua bandeira de luta pela democracia na bandeira de luta por São Paulo, afastava-se cada vez mais de suas antigas metas e seus mais caros objetivos.

Quando, enfim, deu-se o rompimento com o interventor, muitos Diretórios Municipais se solidarizaram com o Diretório Central. Este expediu um comunicado padronizado em forma de resposta que, depois de agradecer o apoio dos correligionários dos núcleos do interior, dizia: "certos de que encarnamos, no momento, a causa de São Paulo, mais alta do que a dos Partidos, aqui ficamos esperando sua eficaz colaboraçao para conseguirmos a vitória de nosso ideal que é a reintegração de São Paulo dentro de si mesmo" (62)

Além disso, o rompimento levou o partido a expedir um comunicado determinando que todos os democráticos que exercessem cargos administrativos no governo, se exonerassem imediatamente. O *Diário Nacional* publicou, então, os nomes daqueles que pediram suas demissões. Nem todos o fizeram, mas a maioria acatou a ordem do Diretório Central. Num comunicado do Partido Democrático assinado por Francisco Morato, afirmava o partido que "dos 160 prefeitos democráticos, cento e dezesseis se demitiram em movimento de solidariedade com o Partido, tendo já alguns deixado as funções e aguardando outros a nomeação de seus substitutos; do remanescente, uma dúzia bandeou-se e os demais, mantêm-se em silêncio" (63).

Finalmente, estavam fora do poder, mas apenas no nível estadual, porque o rompimento com Getúlio Vargas não se efetivara. Todavia, as esperanças renasceram com a renúncia de João Alberto, em julho de 1931. Numa carta ao Diretório Municipal de Jaú, o Diretório Central declarava: "A oportunidade para a reorganização de nossos diretórios, que VV.

SS. acham ainda um pouco prematuro, diante dos receios e apreensões de que se acha possuída a população, pela atitude de certos elementos, a Comissão Executiva apressa-se em lhes comunicar que, felizmente, já se estão desfazendo as nuvens negras que ensombravam os horizontes políticos de nossa terra, tudo levando a crer que, dentro em breve, nossa vida política retomará o ritmo de outrora, estando, portanto, bem próximo àquela oportunidade" (64).

Note-se ainda, em fins de 1931, a resposta de Paulo Moraes Barros a uma carta de Guará, em que o missivista interrogava o Diretório Central a respeito de uma possível frente com a Legião Revolucionária naquela cidade. Moraes Barros replicava aconselhando manter "boas relações de camaradagem até que o Partido Democrático decida em definitivo" (65).

O casuismo do Partido Democrático mais uma vez ficava evidenciado com essa resposta, que coincidia com uma pequena trégua com Miguel Costa. Este teve um desentendimento com a cúpula governamental e o Partido Democrático, oportunisticamente, tentava aproveitar-se desse disputa. A resposta a uma carta do Diretório Municipal de São Bento do Sapucaí procurava esclarecer o ponto de vista do Diretório Central: "Não há fusão ou liga com agremiação alguma. O que houve em relação ao General Miguel Costa é o seguinte: — Nós pugnamos para que São Paulo seja entregue a um interventor paulista e civil. Assim também agora quer o General Miguel Costa. Daí o fato de, neste passo, estarmos trabalhando de comum acordo ... Podem, pois ficar tranqüilos. Estaremos sempre ao lado

de nossos companheiros, em qualquer emergência... Pedimo-lhes que guardem reserva sobre o assunto desta carta, porque nao deve transpirar aí por fora essas questões..." (66).

Em suma, essa era a situação do Partido Democrático no interior nesse conturbado ano de 1931. Como fecho, interessante mostrar o final de uma carta de um democrata de Garça, escrita em outubro de 1931, em que demonstrava seu cuidado com a rearticulação e crescimento do partido. Sugeria que fosse aberto um livro onde se registrassem todas as adesões "daqueles que espontaneamente queiram enfileirar—se ao nosso lado; só assim veremos como muitos daqui terão que definir-se, pois alguns são democráticos convictos, outros idem desanimados; outros, legionários disfarçados em democráticos e finalmente alguns perrepistas com vestes de Democratas" (67)

Em resumo, na "pequena política", as contradições presentes na luta política desse ano de 1931 afloravam com todo seu vigor. Nos casos assim chamados de secundários ou de "menores", pode-se, entretanto, acompanhar de maneira inteiramente explícita, as ambigüidades enfrentadas pelos democráticos do Diretório Central, empenhados em camuflar, através de um discurso ideológico articulado e coerente, as mazelas e oportunismos do jogo pelo poder. Aí, nesses tramas tão diretas e tão claras, desnudava-se o movimento duplo de conciliação e embate com o Partido Republicano Paulista, seu velho inimigo, e também com o tenentismo, seu mais recente opositor.

3. A reconciliação dos velhos inimigos: P.D. e P.R.P.

Quando a Partido Democrático, depois de uma última entrevista com o Presidente, em janeiro de 1932, convenceu-se de que Vargas não atenderia aos seus reclamos políticos, decidiu pelo rompimento definitivo.

No manifesto, mais uma vez, estampavam-se os mesmos argumentos: "a nobreza bandeirante" submetida "ao jogo de adventícios cobiçosos"; a falta de cumprimento das promessas por parte de Vargas, em oposição à boa vontade, à paciência e à política de paz dos paulistas; a tentativa do Partido Democrático de mudar o rumo da "mentalidade dominante", e a atitude do governo federal agindo em direção contrária. Lamentava o Partido Democrático: "Tudo baldado, tudo em vão; continuamos oprimidos sob o entrosamento de uma política sinístra, que procura, por um lado, abater o imaginário orgulho e invejada opulência de São Paulo e, por outro, submergir nos destroços de nossa grandeza a obra carinhosa das gerações passadas" (68).

Afirmando que a voz dos democráticos era a voz do patriotismo, historiavam os passos dos "revolucionários" desde 22 a 1924, até a vitória de 1930; criticavam os posteriores abusos da interventoria João Alberto e os desmandos no Instituto do Café, e concluiam: "São Paulo que pela cultura e gênio de seus filhos, pela opulência de sua riqueza, pelo número de sua população, pela feracidade de seu solo, pela gran

deza de seu comércio, indústria e lavoura, pelo brilho de suas letras, pelo progresso vertiginoso de suas campinas e povoados, pelo prestígio de sua interferência preponderante e contínua na formação de nossa nacionalidade; São Paulo, que podia reivindicar, não um primado em que nao pensa, mas uma paridade de tratamento no seio da Federação, nao tem sequer uma voz ou representante no conclave da Ditadura e, além disso, vê os seus filhos afastados das posições oficiais, os cargos de sua jurisdição cometidos a beneficiários de fora e o seu Governo entregue aos caprichos de forasteiros".

Provava-se que São Paulo nao era pusilânime, evocando sua história desde as bandeiras e terminavam conclamando:

"Entregue-se aos Estados o governo dos Estados; venha a Constituinte; e estaremos salvos.

Para atingir este duplo escopo, o Partido Democrático desfralda sua bandeira de combate, ao lado do pavilhão de São Paulo e do Brasil, conclamando as energias de seus conterrâneos e patrícios para uma ação conjunta, em defesa da causa comum.

Tudo pelo Brasil; tudo pela Constituinte; tudo por São Paulo redimido". (13 de janeiro de 1932).

A 19 de janeiro de 1932, o Partido Republicano Paulista lançava seu manifesto; na verdade, muito mais claro e

direto, constituia um libelo contra a ditadura e contra a "revolução", pondo em relevo o fato de que o Partido Republicano Paulista jamais morrera. Começava pela história do partido, sua missão de "evangelizar a República", sua tarefa de erigir as instituições democráticas e seu triunfo como "um dos maiores obreiros da grandeza do Estado". Prosseguia acusando a ditadura e afirmando: "Parecendo trazer no bojo a moralidade, o poder omnímodo e a fortuna, não trazem, de fato, as ditaduras mais que o favoritismo, a servidão e a miséria" ... "O país reclama outro regime"... "A ditadura não lhe deu até hoje, e jamais lhe dará, nada que o indenize da perda de liberdade". Terminava o manifesto: "Reenceta, pois, a sua atividade (o Partido Republicano Paulista) como a começou, há mais de sessenta anos, isto é, batalhando com denodo pela democracia e pela República, sem prejuízo da união, da concórdia e da paz entre todos os brasileiros... Mas que ninguém se inquiete: não é senão o paládio da liberdade o que vai o Partido Republicano Paulista erguer, mais uma vez, pela palavra e pelo voto, dentro da ordem, nos luminosos horizontes de São Paulo" (69)

Tudo se encaminhava para a Frente Única, composta pelo Partido Democrático e pelo Partido Republicano Paulista, desenlace fatal dos acontecimentos anteriores. O manifesto da Frente Única, de 16 de fevereiro de 1932, propunha "a pronta reconstitucionalização do país e a restituição a São Paulo da autonomia de que há 16 meses se acha esbulhado... Cedemos à força irresistível da opinião pública; cedemos contentes e resolutos".

Insistindo que os dois partidos manteriam seus "programas de atividade cívica e quadros partidários" e a autonomia de seus diretórios, acrescentava: "Os filhos de Piratininga nunca andaram apartados nos lances de adversidade. Nada há agora que nos separe. A luta entre nós, neste momento, seria uma como querela de família em horas de trevas e opróbios" (70)

Repetia-se, assim, na história política de São Paulo, um velho fenômeno; nos momentos de crise, os grupos políticos, ainda que antagônicos, se uniam. Tal fato já ocorrera com as chamadas dissidências do Partido Republicano Paulista que sempre contornaram suas diferenças em função de um "ideal mais alto": São Paulo. Em 1932, entendemos que a "união sagrada" se fez por questões fundamentalmente de cunho político e social. A manutenção da ordem social, a identificação do tenentismo com o comunismo, o desejo de garantir a qualquer custo a hegemonia política no âmbito das decisões nacionais constituíram-se nos fatores determinantes da aliança incondicional. Naturalmente a roupagem ideológica a envolver estes anseios — uma vez ou outra explicitados apelava, acima de tudo, para o espírito regionalista.

A Frente Única, todavia, nao se fez sem oposições dentro do Partido Democrático; o grupo de Marrey Júnior assumia uma postura contrária à Frente, tendo adeptos também no *Diário Nacional*. Nogueira Filho, em seu relato, defendia ardentemente a união dos dois partidos e, na tarefa de justificá-la, usava um argumento de difícil aceitação: "Não era

preciso um estudo profundo, mas tão somente desapaixonado, para se observar que em São Paulo ocorria um fenômeno de vontade geral, cujos ditames se concretizavam com poder irrepri

Que, a massa paulista, desde que se tornara consciente de si mesma, em hipótese alguma se deixaria dominar por homens em cujo espírito sobrevivessem resquícios de mentalidade dominante nas feitorias de escravos" (71)

Na sua perspectiva, a democracia dominara o Partido Republicano Paulista e era de tal força o movimento das bases que estas teriam condições de impor suas diretrizes aos líderes. Estas observações não são acompanhadas de qualquer demonstração e não é possível aceitá-las tão simplesmente.

Afirmava, ainda, que o Partido Democrático nao poderia ter fugido a esta "união sagrada" sob pena de perder seus correligionários. A Frente Única representava "um ditame do povo paulista". A correspondência entre os Diretórios Municipais e o Diretório Central vem provar, na verdade, a oposição tenaz, particularmente no interior, à concretização da aliança com os perrepistas.

A situação política permanecia tensa; em março foi nomeado um outro interventor "civil e paulista", Pedro de Toledo, que substituiria o Cel. Manuel Rabelo. Contudo, os autonomistas não se aquietavam e insistiam em não mais acreditar na possibilidade de um político civil governar sem a interferência dos tenentes "outubristas e esquerdistas". O desenlace já parecia inevitável nesses meses. O Partido Demo-

crático, dissolvido na Frente, lutava impávido pela autonomia desta entidade abstrata: São Paulo.

Os episódios de maio de 1932 indicavam claramente as divisões internas do Partido Democrático, e, ao mesmo tempo, a disposição irredutível de enfrentar o governo federal. A escolha do secretariado de Pedro de Toledo transformou-se num embate límpido entre as duas posições do partido. A maioria do Diretório Central desejava uma composição com o Partido Republicano Paulista, fazendo brotar daí um secretariado que "representasse" São Paulo, isto é que fosse fruto das indicações da Frente Única; não admitiam qualquer negociação com o grupo tenentista "revolucionário". De outro lado, Marrey Júnior, Antônio Feliciano, Vicente Pinheiro e seu grupo nao aceitavam esse acordo com o Partido Republicano Paulista e insistiam num arranjo com os "revolucionários" (72).

A maioria venceu e a 23 de maio foi anunciado o novo secretariado, dele fazendo parte três importantes nomes do Partido Democrático: Waldemar Ferreira, Joaquim Sampaio Vidal e Armando de Salles Oliveira.

Após os acontecimentos do empastelamento dos jornais "revolucionários", *A Razão* e *Correio da Tarde*, da tentativa de invasão da sede do Partido Popular Paulista (resultado da Legião Revolucionária) e da morte dos quatro estudantes "constitucionalistas" (M.M.D.C.), a conspiração crescia, dela participando alguns dos líderes do Diretório Central e muitos dos militantes do partido. Fundou-se uma organização

para-militar, uma milícia civil que ficaria depois conhecida como MMDC.

As divergências dentro do Partido Democrático obrigaram o partido, para evitar especulações, a publicar um comunicado oficial em 2 de junho de 1932, no qual se procurava eliminar toda e qualquer dúvida a respeito da posição do Partido Democrático; este permanececia fiel ao seu pacto com a Frente Única e mantinha seu apoio irrestrito ao governo de São Paulo. Assinavam o documento representantes dos dois grupos em choque. O acerto de contas far-se-ia apenas depois de terminado o levante paulista (73).

O grupo opositor, fora da Frente Única, que prestigiava Vargas, era constituído pelo Partido Popular Paulista, liderado por Miguel Costa. O proletariado também demonstrava simpatias pelo governo nascido depois de 1930. Os próprios defensores de 1932 não deixaram de constatar a ausência do operariado na conspiração e na luta armada de julho a setembro de 1932 (74).

Às vésperas da eclosão do levante, o Partido Democrático reuniu-se para seu VIII Congresso, instalado a 5 de julho. Desde fevereiro de 1931, o Partido não se reunia. Presentes estavam os membros dos dois grupos que preconizavam soluções diversas para "o caso de São Paulo".

O discurso de saudação do presidente do partido, Francisco Morato, na sessão inaugural do VIII Congresso, nos

oferece alguns dados importantes para a avaliação dos ânimos às vésperas do 9 de julho [75]. Começava por requerer ao Partido Democrático a glória de ter desfraldado a bandeira da Constituinte já no VII Congresso, em fevereiro de 1931. Depois, relatava o rompimento do partido com João Alberto, sempre movidos por grandes sentimentos e guiados pelo lema "de que São Paulo havia de ressurgir tocado do mesmo sopro com que concorreu para a formação histórica do Brasil".

A vida do Partido Democrático, ainda nas palavras de seu presidente, daí por diante, fora das mais penosas: críticas e enxovalhamento. Assim se passara até o rompimento com Getúlio Vargas, quando, mais uma vez, guiados por sentimentos de "alto civismo" e "grande coragem", diziam tão, que nao vínhamos apenas clamar por São Paulo uno e indivisível, porque São Paulo estava uno e indivisível, mas bradar pelo Brasil, pela Constituinte, mas com São Paulo redimido".

Esse fora o momento aprazado para que o Partído Democrático recolhesse a "bandeira de combate partidário", para que se colocasse na penumbra e esquecesse as lutas "entre irmaos e filhos de uma só terra". E, assim, com esse espírito surgiu a Frente Única que não era uma fusão de partidos e sim uma "conjugação de forças partidárias", uma "conjugação de bandeiras", indicava Morato.

Passou-se a lutar contra aqueles que se alvoroça-

ram em torno da "riqueza da autonomia e da hegemonia" de São Paulo. A Frente Única, ainda segundo Morato, foi uma atitude de habilidade política, porque a "ditadura" iria lançar o Partido Republicano Paulista contra o Partido Democrático.

Depois de exaltar a Tríplice Aliança (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e a solidariedade do Partido Democrático ao General Isidoro Dias Lopes terminava retoricamente: "(...) rogo, mais uma vez, aos meus correligionários de São Paulo que se ponham à altura dos nossos ideais à altura do nome do nosso partido e saibam proceder, neste momento, com aquela calma e com aquela energia que caracteri

causas da justiça, mas que, sobretudo, caracterizam os grandes homens".

foi aprovado, ainda, o programa do Partido Democrático que se constitui num documento extemporâneo, pois surgiu no momento em que o partido formava com o Partido Republicano Paulista a Frente Única, já no período de clara desestruturação da agremiação. Além disso, estava-se em meio à conspiração que desencadearia o movimento de 1932; e, também, este programa era lançado praticamente junto com o do Partido Republicano Paulista (o primeiro desde o manifesto de 1870) (76)

Podemos acompanhar os itens do programa:

I - Princípios,

II - Órgãos políticos fundamentais;

III Formação e função dos órgãos políticos fundamentais;

IV Federalismo;

V - Declaração de direitos;

VI - Economia;

VII - Trabalho;

VIII Higiene social;

IX Ensino;

X Justiça.

Do ponto de vista político, além da defesa de democracia, do federalismo e da autonomia municipal, havial algumas peculiaridades, como, por exemplo, a defesa do voto direto (secreto e feminino) apenas para as Câmaras de Deputados; para a presidência da República, as eleições seriam indiretas, realizadas pelo Congresso Nacional. O congresso seria formado pela Câmara dos Deputados mais um Conselho Federal que substituiria o Senado e seria eleito pelas Assembléias Estaduais à razão de 3 por Estado. Advogavam, ainda, a constituição de um Conselho Técnico que serviria junto aos ministérios e que seria eleito pelas associações de classe (77)

O programa pugnava por uma lei contra a usura, contra os contratos leoninos e contra os monopólios de generos de primeira necessidade, salientava a defesa da propriedade privada e a garantia dos direitos individuais.

Com relação à questão social, em verdade, estava muito próxima das propostas do núcleo do Belenzinho (já cita

das): salário mínimo, igualdade de salários sem distinção de sexo, direito de associação de operários e patrões, sindicalismo livre, magistratura especial para o trabalho, leis reguladoras de seguros sociais, aposentadoria, efetividade das férias anuais remuneradas, etc.

No tangente à economia, o programa defendia em primeiro lugar o desenvolvimento da produção de matérias primas e de sua exploração industrial, seguindo-se a nacionalização das minas e fontes de calor e energia com tendência para a nacionalização das respectivas indústrias. Defendia-se o crédito à pequena agricultura e ao comércio, incremento ao cooperativismo e à supressao gradual dos impostos de exportação; ainda, o incremento à multiplicação das pequenas propriedades agrícolas, formação de núcleos coloniais, imigração selecionada e imposto progressivo sobre as terras não aproveitadas. Propunha proteção de emergência à lavoura do café, a mais ampla liberdade comercial e uma legislação bancária ao lado da exigência de garantias efetivas com relação aos bancos estrangeiros.

No item higiene social, defendiam a regulamentação médica e policial do meretrício, do consumo de bebidas alcoólicas, instituição de cursos públicos de higiene social e do exame pré-nupcial, além do desenvolvimento da educação física e dos esportes.

Quanto ao ensino, preconizavam o ensino primário obrigatório e gratuito, ensino técnico em todos os níveis, in

clusive a criação de Universidades do Trabalho. O último item, o da justiça, propunha a independência da magistratura e a unidade de processo para toda a União, além da supressao das Justiças de Paz.

Reportando-nos, em seguida, ao programa do Partido Republicano Paulista, o primeiro ponto a ser salientado era o da semelhança entre os dois programas. O do Partido Republicano Paulista era mais simples, mais direto, menos detalhado, mas não apresentava grandes diferenças com o do partido oposicionista. O programa estava assim dividido:

I - Organização política;
II - Organização eleitoral;
III - Organização administrativa;
IV - Organização educacional;
V - Organização econômica.

Nas questões políticas, destacam-se duas diferenças: a permanência do Senado e a inexistência dos Conselhos Técnicos. Na organização administrativa, saliente-se a preocupação com o funcionalismo público e a proposição de seu estatuto.

No referente à educação, propunham um sistema completo de instrução e educação popular,(primário) e ensino técnico; e no último item advogavam a organização de um plano geral para o desenvolvimento da eugenia no Brasil (78).

Sobre a organização social, ainda que menos extensas, encontravam-se muitas das reivindicações do movimento operário anterior a 1930, salvo salário mínimo e sindicalismo livre; acrescentavam a admissão de conselhos técnicos, ou de representação de classes como entidades meramente consultivas e não como órgãos ativos de organização política e explicitavam a necessidade de desenvolver uma contra-propaganda e repressao ao comunismo.

Na seção organização econômica, propunham a revisao radical das tarifas alfandegárias (para atingir um meio termo entre o livre-cambismo e o protecionismo), redução e substituição graduais dos impostos de exportação, estímulo ao parcelamento da propriedade agrária, fundação de bancos regionais, combate aos "trusts" e aos "dumpings" e incentivo ao desenvolvimento das cooperativas.

Interessante é constatar que *O Estado de São Paulo* diz a respeito dos dois programas; o jornal, que esteve pre ao lado do Partido Democrático, defendendo-o desde seu início, afirmava a 12 de junho de 1932: "Desejamos assinalar também que há, entre os programas dos dois partidos paulistas, pontos de contacto significativos. São em maior número, talvez, entre eles, as idéias comuns que as idéias divergentes. É que ambos, cada um com ligeiras nuanças distintivas, refletem o pensamento geral do povo paulista... Qualquer deles pode ser aceito pelo homem da rua. Vê-se, por ambos, que existe unidade no pensamento paulista" (79).

Para compor seu programa o partido solicitou de seus membros o envio de sugestões à comissão de redação (nomeada pelo Diretório Central): Vicente Rão, Marrey Júnior, Cardoso de Mello Neto, Henrique Bayma e Vicente Pinheiro.

Houve várias manifestações individuais, com propostas em geral conservadoras, preocupadas com a manutenção da ordem social e o perigo da infiltração comunista. Enfatizava-se, ainda, a necessidade do combate ao jogo, à bebida e à prostituição.

Um extenso abaixo-assinado, organizado pela "Liga Paulista pró Estado Leigo no Brasil", protestava contra a inclusão no ante-projeto do programa de um item que reconhecia e declarava a Igreja Católica como a da maioria do povo brasileiro. Alegando que esta atitude atentava contra a liberdade de pensamento, os assinantes conseguiram a eliminação dessa proposta no programa definitivo, onde mencionava-se, apenas, a garantia da liberdade de cultos (80).

Já nos referimos anteriormente à proposta sobre a questão social enviada pelos núcleo do Belenzinho e do qual falaremos no próximo capítulo com mais vagar.

Numa direção inteiramente oposta, Renato Kehl, autor do folheto *Educação Eugênica* e presidente da Associação Eugênica de São Paulo (81), enviou sugestões à Comissão para que se estudasse a inclusão de alguns itens sobre eugenia no programa do Partido Democrático. Ainda que o "espírito euge

nico" nao tivesse sido incorporado ao programa, note-se que há um título com o nome "Higiene Social", em que eram defendidas algumas das idéias dos eugenistas brasileiros da época, que se distinguiam pelo extraordinário conservadorismo, elitismo e racismo. As propostas que estavam no folhetinho começavam pela necessidade do exame pré-nupcial, passavam pela imigração selecionada e chegavam à esterilização dos fracos e medíocres (encontrados de forma particular, segundo o autor, entre as classes trabalhadoras). Acrescente-se que também o programa do Partido Republicano Paulista propunha o desenvolvimento da eugenia no Brasil.

Este programa do Partido Democrático não teve qualquer repercussão imediata para o partido, na medida em que, imediatamente após, eclodia o movimento de 1932, encaminhando-se a agremiação para a sua dissolução.

Como é conhecido, houve uma certa precipitação por parte de algumas lideranças e o movimento de 1932 eclodiu a 9 de julho. Os dois partidos paulistas empenharam-se, unidos, na luta contra o governo federal. Três meses depois, estava perdida a guerra e, para o Partido Democrático, perdida também a paz. Muitos de seus líderes — ao lado de nomes do Partido Republicano Paulista e de alguns jornalistas — foram presos e exilados (82). O *Diário Nacional* não resistiu financeiramente e cerrou suas atividades.

Todavia, o episódio marcante que contribuiu para a derrocada final do partido foi o manifesto de Marrey Júnior,

de 17 de outubro de 1932, publicado, no dia seguinte, no *Diário de São Paulo*; nele, o líder anunciava seu desligamento do Partido Democrático e, mais grave, acusava sua liderança de, ao lado do Partido Republicano Paulista, fomentar a luta armada, ainda que soubesse, desde o princípio, que São Paulo nao teria condições de sustentá-la. O longo manifesto estava dividido em três partes: na primeira, Marrey Júnior discorria sobre sua vida política, na segunda, descrevia os acontecimentos que precederam o movimento de 9 de julho e, na terceira, encaminhava algumas soluções para o futuro.

No final do manifesto, Marrey Júnior aconselhava: "O Partido está naturalmente abatido. O gigantesco esforço que ele constituiu para a revolução de 1930 não será, porém, coisa que se perca. Ele precisa ressurgir sob outros moldes e constituindo, mais uma vez, a guarda avançada nas conquistas em benefício coletivo" (83).

Apresentava também seu pedido de demissão do Diretório Central do partido. Seu manifesto foi lido por José Augusto Costa numa reunião dos Diretórios Distritais do partido onde, segundo a notícia publicada no *Diário de São Paulo*, os presentes aplaudiram longamente o nome de Marrey Júnior.

A esse manifesto, seguiu-se, de imediato, a resposta sucinta do Diretório Central do Partido que declarava estar "estarrecido" diante da leitura do manifesto e lamentava o fato desse documento vir à luz no instante em que nove mem

bros do Diretório Central estavam presos. Terminava, pateticamente, exclamando: "A cair, súplices, perante o vencedor, preferimos ficar de pé, com São Paulo" (84).

Muito criticado por sua atitude, Marrey Júnior recebeu, entretanto, dentro do próprio partido a solidariedade de alguns membros do Diretório Central e do Conselho Consultivo; entre eles, Vicente Pinheiro, Antônio Soares Lara, Antônio Feliciano, Adelino Sabino de Castilho Pereira, Octávio da Costa e outros. Também muitos membros dos Diretórios Distritais da Capital se despediram do partido. No interior, no entanto, a solidariedade maior foi a apresentada ao Diretório Central que combateu o gesto de Marrey Júnior (85).

Na verdade, o partido depois disso cada vez assumirá um lugar político menos significativo. Isso pode ser demonstrado pela composição da Chapa Única por São Paulo Unido, lançada para as eleições de 3 de maio de 1933, com vistas Constituinte: dos 22 candidatos, apenas quatro pertenciam ao Partido Democrático, enquanto que sete eram do Partido Republicano Paulista e os demais apresentados pela Liga Eleitoral Católica, Federação dos Voluntários e Associação Comercial de São Paulo (86). Dos candidatos da Chapa Única foram eleitos 17, contando-se entre eles, os quatro candidatos do Partido Democrático Henrique Bayma, A.C. Abreu Sodré, J.J. Cardoso de Mello Netto e Carlos de Moraes Andrade. Dos outros 5 eleitos fora da Chapa Única, três eram do Partido da Lavoura e dois do Partido Socialista (um era Zoroastro Gouveia, ex-importante figura do Partido Democrático).

Na Constituinte, salientou-se o papel da bancada paulista e não dos membros do Partido Democrático; a bancada mais uma vez falava em nome dos "interesses de São Paulo".

4. A oposição descaracterizada

Tomemos, ainda desta vez, as repercussões da frente Partido Democrático-Partido Republicano Paulista na política do interior. Parece-nos que foi lá, nas cidades interioranas, que a oposição entre democráticos e perrepistas era mais marcada e mais intensamente vivida. As disputas eram personalizadas em torno dos "chefes" locais que tinham um grau de poder limitado mas eficaz.

A correspondência indica, antes de 1932, algumas tentativas de aproximação entre elementos do Partido Republicano Paulista e do Partido Democrático todas, enfaticamente, contestadas pelo Diretório Central. Usaremos apenas, um exemplo, entre outros encontrados, por ser muito claro e direto. O Diretório de Santa Isabel escrevia ao Diretório Central a 8 de março de 1928, portanto pouco depois das eleições estaduais de 24 de fevereiro. Transcrevemos vários trechos, ainda que longos, dessa carta, tendo em vista sua importância:

"Antes das eleições de 24 de fevereiro último, duas espécies de acordo foram tentados junto a nós pelo diretório

adverso. O primeiro visava a constituição de um diretório misto, composto de 5 membros de cada lado e para formar unanime em torno do governo. Foi repelido inlimine. O segundo era para se não fazer trabalho eleitoral fazendo-se atas a moda Partido Republicano Paulista, dando-se uma votação que se combinasse a cada partido, oferecendo eles um mínimo de cem (100) votos ao nosso candidato. Não admiti discussão sobre tal assunto... Agora em viagem de Santa Isabel para esta, terça feira última, o Sr. Promotor Público tornou ao assunto de um acordo entre os partidos locais". O missivista continua declarando que tinha que consultar o Diretório Central e seus amigos do Diretório Municipal e que ele, pessoalmente, aceitaria uma "fórmula que tendesse à eleição de uma Câmara Municipal composta de elementos de ambas as facções desde que os governistas anuam a alguns pontos do nosso programa de ação local. No âmbito estadual e federal, os dois partidos guardariam inteira autonomia e se bateriam co-

A esta carta, o Diretório Central respondeu longamente, tomando posição contrária a qualquer tipo de aliança e assinalando que não era possível "transigir com os adversários". Prosseguia a carta: "O Partido Democrático é um partido reformador; que se propõe regenerar o caráter político nacional, dando combate sem tréguas aos prevaricadores, aos que se assenhoream do Poder Público em benefício próprio que, em vez de cuidarem dos interesses do povo, se tornam opressores desse mesmo povo. Com tal propósito, nao pode entrar em entendimento com os que se acham vinculados a essa

instituição prejudicial à coletividade e que o Partido vem combatendo e que só deixará de combater, quando a houver aniquilado completamente" (88).

Essa carta marcava bem o momento de força do partido, o momento de seu crescimento e consolidação. No entanto, quatro anos mais tarde, depois da "vitória de Pirro" em 1930, o partido entrava pelo caminho que o levaria ao desaparecimento. A aliança com o Partido Republicano Paulista, por São Paulo, ainda que tivesse muitos adeptos, fez com que ele desaparecesse enquanto partido coerente com sua proposta ideológica. Seus principais suportes caíram por terra e a aliança foi a dissolução ou a solvência do partido nesse lema tão amplo e tão vago, a "união sagrada" por São Paulo.

Assim, democráticos fervorosos do interior se manifestavam contrários à Frente. Escrevia um, dizendo ter ficado extremamente decepcionado, quando soube da assinatura da Frente Única: "(...) sempre tive para mim que idealistas nunca se afastam de seu itinerário luminoso, traçado só em suas convicções, nunca mesclam seus esforços aos de politiqueiros comuns... nada vi que pudesse abafar em mim a repulsa pelos que nos achincalharam em 1º de março e em muitas outras ocasiões, pelos que foram buscar-me, altas horas da noite, de meu lar humilde e honesto, para conduzir-me à prisão, pelo simples e único crime de verberar o procedimento infame dos exploradores do povo. Se São Paulo tem sido achincalhado, nunca o foi mais do que por essa horda que ora se une, nao sei com que intuito, ao Partido Democrático... Volto à obs-

curidade de onde apenas saí com a esperança de ser útil, ao pobre povo, mais uma vez traído". (89)

Outro democrático afirmava preferir ver São Paulo "sacrificado ao último, que fazer aliança com os falsificadores de eleição, com os ladrões de votos e opressores do povo". Ainda este preconizava: "São já muitos os eleitores que

julgamos que o Partido Democrático, além do acordo da frente única, está, já, identificado com o perrepismo, com que não podemos em absoluto concordar" (90)

Nesta última carta, já se constatava o esvaziamento do partido e sua identificação com o Partido Republicano Paulista. Era impossível, do ponto de vista ideológico, reorganizar outra plataforma programática para o Partido Democrático de São Paulo. O partido se esgotava em si mesmo.

Estes sao exemplos de que a Frente Única se constituiu menos de um apelo das bases, e muito mais, de uma imposição da cúpula do Partido Democrático, que aceitou o acordo com a liderança perrepista. Os historiadores oficiais que sempre apresentam o levante de 1932 como o momento exponencial da "glória e do martírio" de São Paulo, fazem calar seus opositores. Havia, não apenas os discordantes fora da Frente Única (legionários, proletariado), como também dentro do próprio Partido Democrático e, provavelmente, do Partido Republicano Paulista.

O Diretório Central também recebeu dos Diretórios Municipais cartas de apoio e solidariedade diante da decisão da Frente Única, como a que se segue: "Queiram novamente aceitar os nossos cumprimentos pela brilhante vitória do povo Paulista, realizando a sua finalidade política com a formação da frente única" (91).

Quando dos eventos da formação do secretariado de Pedro de Toledo, alguns diretórios do interior igualmente se mostraram favoráveis, como, por exemplo, o de Paraibuna: "Congratulamo-nos com VV. Excias. pela feliz solução do caso de São Paulo, em que os nossos ilustres companheiros tiveram papel saliente, de relevo inconfundível. A impressão aqui pela organização do secretariado foi a melhor possível". Continuava o missivista contando que houve festa na cidade em rigozijo pelo evento, mas que foi estragada por "elementos sem significação política do Partido Republicano Paulista" que arrancaram a placa da praça que tinha o nome do "inolvidável João Pessoa". Fato que mais uma vez demonstrava os antagonismos não resolvidos entre democráticos e perrepistas (92)

A correspondência durante o levante de 1932 nao é numerosa e, em geral, se constituem em manifestações favoráveis a São Paulo.No entanto,o "caso" Marrey suscitou reações que iam do elogio irrestrito à crítica acesa. Os que se solidarizavam com Marrey Júnior, freqüentemente, não faziam considerações de ordem política e simplesmente se demitiam. Há apenas uma carta explosiva em que o democrático após tecer muitos elo-

gios à figura de Marrey Júnior, confessava: "Fui, sou e serei contra qualquer acordo onde entrem perrepistas (a "lepra do Brasil") e repito a frase dita em presença de muitos no salão do Partido, quando da formação do conchavo da tal de frente única, que se meu pai fosse perrepista, eu teria o prazer de ser filho natural". Terminava exclamando: "Viva Marrey Júnior" (93)

Na correspondência sobre a formação da Chapa Única por São Paulo encontramos sempre elogios à sua constituição. Nessa época, o partido só congregava aqueles que aceitavam as diretrizes do Diretório, pois os críticos já tinham deixado a agremiação. Todavia, a carta que vinha do Diretório Municipal de Piracicaba começava assim: "Conquanto contrário, em princípio, à formação de uma chapa única de candidatos paulistas à Constituinte, o diretório de Piracicaba, consideração a situação do Estado na política nacional, concorda e se manifesta solidário com V. Excias. diante da atitude assumida, aceitando a inclusão dos candidatos democráticos na lista única a ser apresentada ao eleitorado" (94). A

Piracicaba, pois ainda que contrários à proposta do Diretório Central, manifestavam sua solidariedade a ele.

Da mesma forma, podemos captar a confusão dos democráticos de Barretos que se dirigiam ao Diretório Central, aceitando a idéia da Chapa Única, enquanto faziam críticas aliança com o Partido Republicano Paulista: "Quanto ao final da mesma circular, em que pede para manifestarmos sobre a a-

tuação da direção do Partido no tocante às negociações para a organização da Chapa Única, os democráticos de Barretos só opõem restrições à nova aliança, que por essa forma se cria, com o Partido Republicano Paulista, mesmo que tudo se haja feito sob a inspiração do lema: 'unidos para o bem de São Paulo'" (95). As diferenças com o perrepismo estavam mais uma vez presentes; contudo a submissão às diretrizes partidárias, emanadas da cúpula, era forte demais e acabava por ser a dominante.

5. O legado do Partido Democrático

A descaracterização do partido chegou a tal ponto que este perdeu sua razão de existir no final de 1933.

Despontava o novo interventor Armando de Salles Oliveira, como o aglutinador das chamadas forças democráticas paulistas. O último congresso do partido não poderia ter sido mais melancólico. Todas as vozes eram pela extinção da agremiação. Retomemos alguns trechos do discurso de Abreu Sodré que depois de afirmar que o Partido Democrático oferecia "o sacrifício de seu glorioso nome", aceitando sua renúncia como partido, declarava:

"Assim, meus senhores, o papel do Partido Democrático e o mais nobilitante. O 9º Congresso é, realmente, na feliz frase de nosso Secretário-Geral, o Congresso da Vitó—

ria. Não da vitória material, porquanto esta não nos seduziria, habituados que estamos a recusar e a abandonar posições e vantagens, para zelar, acima de tudo, pela ideologia que nos congregou, defendendo-a, em todos os transes, numa luta enérgica, aberta, que não tinha tréguas" (96).

O partido se extinguiu quando seus quatro deputados, eleitos pela Chapa Única, ainda estavam em trabalhos no Rio, discutindo a Constituição.

Desaparecia o Partido Democrático, mas seus principais líderes, em sua maioria, continuaram na vida política e tiveram uma trajetória semelhante; oito deles se encontravam entre os fundadores, em 1934, do Partido Constitucionalista, que se organizou em torno da figura do interventor Armando de Salles Oliveira. Eram eles: Paulo de Moraes Barros, Gama Cerqueira, Waldemar Ferreira, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Netto, Cardoso de Mello Netto, Joaquim Sampaio Vidal e Henrique Bayma, elegendo-se todos, deputados federais e estaduais, pela nova sigla (97).

O Partido Constitucionalista pode ser entendido como uma continuação do Partido Democrático, ao qual juntou-se a "ala jovem" do Partido Republicano Paulista. A agremiação que devia seu nome ao movimento de 1932 correspondeu aos novos arranjos efetuados na política paulista; depois da Frente Única, reforçada com o movimento de 1932 e a Chapa Única à Constituinte, o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista estabeleceram fortes laços, a ponto do novo parti

do conseguir aglutinar novos quadros, antes pertencentes ao Partido Republicano Paulista.

Dos demais nomes do Diretório Central do extinto Partido Democrático, Reinaldo Porchat havia abandonado a política sem, no entanto, indispor-se com o grupo (foi nomeado reitor da USP, por Armando de Salles Oliveira, em 1934). Mairey Júnior havia rompido com o partido em 1932; Luís de Queiroz Aranha e o Conselheiro Antônio Prado tinham sido colhidos pela morte.

Francisco Morato, presidente do Partido Democrático por tanto tempo, foi relegado a um plano secundário nos quadros do novo partido e abandonou inteiramente a política, a partir do episódio que se segue. Aureliano Leite, num artigo depois da morte de Morato, narrava: "(...) Mas, nessa altura, entregue o governo de São Paulo ao inolvidável Armando de Salles Oliveira, pensou-se em preparar o Estado para lances de maior vulto, substituindo-se essa agremiação (PD) acrescida de outros grupos políticos pelo Partido Constitucionalista. Urdido o projeto, entendeu-se como conveniente, talvez devido a certa intransigência do velho chefe, aposentá-lo de maneira honrosa e bela, elegendo-o presidente perpétuo do partido fundado em 1926. 'Presidente perpétuo' de uma entidade que ia enrolar bandeira, no dia seguinte...". Assim findou a carreira política do ex-monarquista Francisco Morato (98)

Do núcleo do Diretório Central, quatro ex-democrá-

ticos estavam entre os nomes que criaram a União Democrática Nacional — Waldemar Ferreira (do primeiro diretório nacional), Paulo Nogueira Filho (que mais tarde passaria para o Partido Social Progressista), Prudente de Moraes Neto e Henrique Bayma. Outros elementos do Partido Democrático também se incorporaram à União Democrática Nacional, depois de terem militado no Partido Constitucionalista: Cezário Coimbra, Antônio Carlos de Abreu Sodré, Carlos de Moraes Andrade, Aurelia no Leite, Pedro Ferraz do Amaral, Henrique de Souza Queiroz, Marcos Mélega e o "grupo do Estadão", liderado por Júlio de Mesquita Filho.

Dos demais membros, Gama Cerqueira falecera em 1936 e Paulo de Moraes Barros em 1940; Joaquim Sampaio Vidal entrou para o Partido Social Democrático, pelo qual se elegeu deputado à Constituinte de 1946. Cardoso de Mello Netto se indispôs com o grupo, na época do golpe de 1937, quando se aproximou de Vargas.

. . . .

Marrey Júnior percorreu um caminho político diverso do de seus companheiros de Diretório Central; foi Secretário da Justiça em 1943, durante o Estado Novo, após ter feito parte do Conselho Administrativo do Estado, também depois de 1937. Elegeu-se vereador e deputado estadual pelo partido que Vargas idealizara, o Partido Trabalhista Brasileiro. No mesmo caso, estava Antônio Feliciano, deputado estadual pelo Partido Democrático, que acompanhou Marrey Júnior nas suas posições antes e depois da eclosão do movimento de 1932. Rompendo com os democráticos, Feliciano também aceitou um car-

go, ao tempo do Estado Novo, no Departamento Administrativo do Estado. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático, sendo eleito deputado em 1945, 1950, 1958 e 1962, além de ter sido prefeito de Santos.

O Partido Democrático se extinguira, deixando um legado político-ideológico que teve continuidade com o Partido Constitucionalista, com a União Democrática Brasileira, de efêmera duração e, finalmente, depois de 1945, União Democrática Nacional.

Tal legado pode ser melhor entendido nas observações contidas em um editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, de 11 de março de 1934, que via no Partido Constitucionalista, "a afirmação de que o paulista não perdeu a sua confiança nos processos evolutivos e julga ser cedo ainda para que se possam considerar aquisições definitivas, pelo menos no terreno social, os frutos nas mutações bruscas. Caminhamos fora do nosso tempo? É que, com Renan, somos de opinião que em matéria de doutrina política precisamos ter a coragem de parecermos fora da moda se quisermos que o futuro nos dê razão" (99)

NOTAS

1) "Foi dolorosíssimo o que testemunhei. Ecoavam nas ruas, nos quartéis, nos comboios vozes como essas: 'ataque a São Paulo; ofensiva contra São Paulo; avanço geral sobre as fronteiras de São Paulo; invasão a São Paulo; ocupação de São Paulo'". NOGUEIRA FILHO, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista. O Partido Democrático e a revolução de 1930. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1965, pp. 514-515.

2) O secretariado era o seguinte: José Maria Whitaker, Fazenda; José Carlos de Macedo Soares, Interior; Plínio Barreto, Justiça; Francisco Paes Leme de Monlevade, Viação; Henrique de Sousa Queiroz, Agricultura; Vicente Rão, Chefia de Polícia; J.J. Cardoso de Mello Netto, Prefeitura Municipal.

3) O comunicado oficial do Diretório Central do Partido Democrático, de 30 de outubro de 1930, dizia: "Congratulando-se com seus patriotas pela vitória da Revolução, o P.D. comunica aos seus correligionários que o governo constituído para administrar o Estado sob a regência provisória dos secretários e prefeito municipal foi organizado pelo eminente chefe, presidente Dr. Getúlio Vargas, a inteiro contento nosso e com a nossa colaboração". Apud: NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., p. 584.

4) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., pp. 589-590.

5) O *Diário Nacional* durante sua existência conviveu com posições divergentes em sua direção. O Diretório Central não aprovava alguns editoriais considerados "provocativos" e a edição de certas notícias entendidas como "inconvenientes". Cf. entrevista à autora, de Pedro Ferraz do Amaral, redator-chefe do *Diário Nacional*, muito ligado a Paulo Nogueira Filho.

6) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., p. 608.

7) Nota do Partido Democrático publicada a 09/12/1930 nos

jornais paulistas.

8) Ata do VII Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro nº 6 do A.P. D.

9) Ata do VII Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro nº 6 do A.P. D.

10) Ata do VII Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro nº 7 do A.P. D.

11) NOGUEIRA FILHO, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista. A guerra cívica de 1932. 1º vol. Ocupação Militar. Rio de Janeiro, José Olympio, pp. 23 e segs.

12) Ata do VII Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro nº 7 do A.P. D.

13) Ata do VII Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro nº 7 do A.P. D.

14) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 27.

15) Ata do VII Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro nº 7 do A.P. D.

16) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 20.

17) LEITE, Aureliano - Memórias de um revolucionário. Revolução de 1930. Pródomos e conseqüências. São Paulo, s/ed., 1931, p. 215.

18) Ata do VII Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro nº 6 do A.P. D.

19) Manifesto do Partido Democrático in *Diário Nacional* de 06/04/1931; transcrição incompleta in NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., pp. 73 e segs.

20) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., pp. 74-75.

21) Também Paulo Duarte tem em seu livro uma passagem muito próxima da citada; em 1931, o Partido Democrático passava a lutar pela causa paulista. DUARTE, Paulo — Que é que há?, s/ed., s/d., p. 168.

22) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., pp. 118-119.

23) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., pp. 120-121.

24) Cf. DUARTE, Paulo - op. cit., pp. 122-123.

25) Cf. JARDIM, Renato - A aventura de outubro e a invasão de São Paulo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/ d., p. 164.

26) Cf. JARDIM, Renato - op. cit., p. 172.

27) Cf. DULLES, John W. Foster - Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, pp. 365 e segs.

28) Antes mesmo de eclodir o movimento, muitos democráticos foram presos; Paulo Duarte impacientava-se com a falta de decisão do partido. Afirmava ele em seu diário do dia 20 de abril: "O Partido neste instante decisivo, permanece na mesma pasmaceira de antigamente. É o cúmulo (...). A minha esperança é Naná (Isidoro), pois do Partido, a não ser o grupinho composto por Chico (Francisco Mesquita), Zorico (Cezário Mota), Sodré (Antônio Carlos de Abreu Sodré), o mais é uma tristeza". Transcrito por NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 98.

29) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., pp. 107-108.

30) Cf. LEITE, Aureliano - op. cit., pp. 189 e segs.

31) Nogueira Filho transcreve em seu livro uma passagem do mineiro Afonso Arinos de Melo Franco que oferece a seguinte explicação para a atuação de Vargas: "A crise mineira não era mais que simples reflexo ou projeção da mudança geral que Vargas e os colaboradores gaúchos pretendiam (e conseguiram) impor ao cenário político nacional, a fim de destruída a hegemonia mineiro-paulista, assegurar pelo maior tempo possível, o predomínio do Rio Grande... Lindolfo Collor, que encontrei exilado em Paris, no segundo semestre de 1932, desvendou-se esse plano, narrando reuniões e conversas havidas em Porto Alegre, em que o assunto era conscienciosamente debatido antes de 3 de outubro". NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 117.

32) Cf NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 124.

33) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 125.

34) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 155.

35) O movimento separatista teve grande repercussão e inúmeros simpatizantes. Muitos elementos do Partido Democrático foram separatistas, como também figuras conhecidas do Partido Republicano Paulista. Chegou-se a publicar um jornalzinho clandestino *O Separatista*, do qual saíram 3 números.

36) Cf. manifesto da Liga de Defesa Paulista in NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 134.

37) A "Liga pela Constituição e pela Ordem" era desqualificada por Nogueira Filho, que ao se referir às assinaturas dos manifestantes assinalava que se compunham "entre outros, de uma dezena de professores, de intelectuais, de 3 ou 4 dezenas de ultramilionários e de expoentes dos mais em evidência na grã-finagem paulista, de mistura com nomes inexpressivos". NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 131.

38) Cf. *Diário Nacional* de 16/07/1931, p. 3.

39) Cf. anotações de Áureo de Almeida Camargo, filho e secretário particular do interventor. Arquivo particular de Áureo de Almeida Camargo

40) Dizia o editorial de o *Diário Nacional* de 18 de novembro de 1931: "Em face da nova crise paulista, em alguns órgãos da imprensa desta capital e do Rio, duas increpações se fizeram contra a agremiação democrática: acusaram-na de haver concorrido para a renúncia do sr. Laudo de Camargo e atribuiram-lhe um possível 'cansaço de ostracismo'". Defenderam-se dessas acusações, afirmando terem sempre apoiado o interventor.

41) No primeiro editorial depois da queda de Laudo de Camargo, o jornal não lamentou sua saída, nem se solidarizou com ele. A grande preocupação do editorial era quem substituiria o ex-interventor. E pedia que Getúlio Vargas

ouvisse os paulistas antes de nomear alguém: "As correntes revolucionárias e liberais do Estado há de ser dado pois, quando mais não seja, o direito de opinar" (14 de novembro de 1931).

42) Carta de Serra Negra de 18/11/1930. A.I.H.G.S.P., pacote 40 do A.P.D.

43) Carta de São Paulo para Porto Ferreira em 31/03/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

44) Carta reservada do Diretório Central para Faxina de 02/12/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

45) Carta de São Paulo para França de 16/10/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

46) Carta de São Paulo para Birigui de 11/12/1930. A.I.H.G.S.P., pacote 52 do A.P.D.

47) Carta de Guará de 29/03/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42, do A.P.D.

48) Carta de Ibitinga de 09/03/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

49) Carta de Olímpia de 26/04/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

50) Carta de Mirassol de 18/07/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

51) Carta de Itápolis de 13/01/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

52) Carta de Boituva de 16/12/1930. A.I.H.G.S.P., pacote 40 do A.P.D.

53) Carta de Porto Ferreira de 25/12/1930. A.I.H.G.S.P., pacote 40 do A.P.D.

54) Carta de São Paulo para São Carlos de 07/02/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

55) Carta de Jacareí de 26/02/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

56) Carta de São Paulo para Santo Amaro de 15/01/1931. A.I.

H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

57) Carta de São Paulo para Chavantes de 15/01/1931. A.I.H. G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

58) Carta de Monte Aprazível de 25/01/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

59) Carta de Itápolis de 19/02/1931.
42 do A.P.D.

60) Carta de São Paulo para São Bento do Sapucaí de 07/12/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

61) Carta de Ibiti de 20/04/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

62) Como exemplo, a carta de São Paulo para Grama de 15/05/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

63) NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., p. 101.

64) Carta de São Paulo para Jaú de 12/10/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

65) Carta de São Paulo para Guará de 16/12/1931. A.I.H.G.S. P., pacote 53 do A.P.D.

66) Carta de São Paulo para São Bento do Sapucaí de 07/12/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 53 do A.P.D.

67) Carta de Garça de 30/10/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

68) O manifesto de rompimento do Partido Democrático com o interventor foi publicado nos jornais paulistas e transcrito em JARDIM, Renato - op. cit., pp. 266 e segs., e em NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 1º vol., pp. 334-335 (incompleto).

69) Manifesto do Partido Republicano Paulista em JARDIM, Renato - op. cit., pp. 285 e segs.

70) Manifesto da Frente Única transcrito em JARDIM, Renato op. cit., pp. 293 e segs., e em NOGUEIRA FILHO, Paulo op. cit., 2º vol., pp. 383 e segs.

71) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., pp. 9-10.

72) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., pp. 183 e segs.

73) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., 2º vol., p. 238.

74) CAPELATO, Maria Helena - O movimento de 1932: a causa paulista. São Paulo, Brasiliense, 1981. Ver particularmente o item: "Uma presença incômoda em 32: a classe operária e suas organizações", pp. 65 e segs.

Documentos sobre o VIII Congresso.
23 do A.P.D.

76) O ante-projeto do programa e o programa do Partido Democrático aprovado no VIII Congresso estão no A.I.H.G.S.P., pacote 23 do A.P.D.; o programa do Partido Republicano Paulista está em *O Estado de São Paulo* de 11/06/1932, p. 5.

77) Eli Diniz destaca — dentro de um quadro mais amplo, no início dos anos trinta — no ante-projeto do programa do Partido Democrático elementos que enfatizam o papel da tecnocracia e da liderança técnica no lugar da liderança política na condução dos negócios públicos. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 105-106.

78) Sobre eugenia do Brasil, ver LUIZZETTO, Flávio V. — Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da F.F.L.C.H. da USP, 1975 (mimeogr.), pp. 18 e segs.

79) Ver editoriais de *O Estado de São Paulo*, de 12 de julho e dos dias seguintes, quando foram comentados cada um dos itens principais dos dois programas.

80) O abaixo-assinado está no A.I.H.G.S.P., pacote 23 do A.P.D.

81) O folheto está no A.I.H.G.S.P., pacote 23 do A.P.D.

82) Do Partido Democrático foram presos, em 1932: Francisco Morato, Paulo de Moraes Barros, Joaquim Sampaio Vidal, Waldemar Ferreira, F.E. Fonseca Teles, Prudente de Mo-

raes Neto, Francisco Mesquita, Cezário Coimbra e Aurelia no Leite.

83) Manifesto publicado no *Diário de São Paulo* de 18/10/1932.

84) Cf. *O Estado de São Paulo* de 19/10/1932.

85) Ver documentos sobre o "caso Marrey" no A.I.H.G.S.P., pacote 17 do A.P.D.

86) Alguns nomes indicados para a Chapa Única tinham pertencido anteriormente ao Partido Democrático: A.A. Barros Penteado, José de Almeida Camargo e José Ulpiano Pinto de Souza. Para as indicações do candidato ver GOMES, Angela Maria de Castro, LOBO, Lúcia L. e COELHO, Rodrigo B. Marques - "Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização" in GOMES, Angela Maria de Castro (coord.) - Regionalismo e centralização política. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 274.

87) Carta de Santa Isabel de 08/03/1928.
te 38 do A.P.D.

88) Carta de São Paulo para Santa Isabel de 14/03/1928. A. I.H.G.S.P., pacote 52 do A.P.D.

89) Carta de Chavantes de 24/02/1932. A.I.H.G.S.P., pacote 44 do A.P.D.

90) Carta de Chavantes de 22/02/1932. A.I.H.G.S.P., pacote 44 do A.P.D.

91) Carta de Bananal de 06/06/1932. A.I.H.G.S.P., pacote 44 do A.P.D.

92) Carta de Paraibuna de 27/05/1932. A.I.H.G.S.P., pacote 44 do A.P.D.

93) Carta de São Paulo de 27/10/1932. A.I.H.G.S.P., pacote 54 do A.P.D.

94) Carta de Piracicaba de 04/04/1933. A.I.H.G.S.P., pacote 44 do A.P.D.

95) Carta de Barretos de 29/03/1933. A.I.H.G.S.P., pacote 44 do A.P.D.

96) Documentos do IX Congresso. A.I.H.G.S.P., paCote 24 do A.P.D.

97) Dados retirados das pastas de *O Estado de São Paulo*.

98) Cf. LEITE, Aureliano - "Presidente do I.H.G. conta vida de Morato" in *O Estado de São Paulo* de 19/11/1967.

99) Editorial de *O Estado de São Paulo* de 11/03/1934.

III - POLÍTICA E SOCIEDADE:

"Mudar para Conservar"

1. O partido e os interesses econômicos

Nesta terceira parte do trabalho, discutiremos o significado de um partido de oposição na década de 1920. A relação entre os interesses de classe e o Partido Democrático se constitui em tema obrigatório, neste passo da análise. Alguns estudiosos já apresentaram o partido como representante da burguesia do café, outros como representante da fração da burguesia financeira e, ainda, outros como um lídimo porta-voz do anti-industrialismo.

Em primeiro lugar, estabeleçamos as relações en-

divergências do Partido Democrático com a política econômica oficial.

a) O Café

Alguns autores identificam o nascimento do Partido Democrático com dissenções em torno da política do café. Vejamos o quadro da situação cafeeira nesses anos; entre 1925 e 1929, os preços do produto se mantiveram elevados em virtude da política de defesa permanente sustentada, no Estado de São Paulo, pelo Instituto do Café. Este fora criado em dezembro de 1924, para responder aos interesses da burguesia cafeicultora paulista, com a finalidade da defesa do produto.

As margens de lucro dos cafeicultores foram altas, fato que se traduziu na ampliação contínua do plantio dos cafezais, até 1929, quando o Instituto teve fundos (através de recursos do Banco do Estado de São Paulo e de empréstimos estrangeiros) para financiar a compra do café aos produtores (1)

Com a depreciação cambial de 1927, levada a efeito por Washington Luiz, os preços internos do produto elevaram-se, satisfazendo também essa medida à burguesia cafeeira. Divergências de interesses podem ser estabelecidas entre a fração de classe paulista e a de outros Estados como Minas, Rio Grande, etc.; todavia, em São Paulo, a burguesia cafeeira não contestou a política econômica estadual e federal até 1929 (2)

Por isso, nao e razoável concluir que o Partido Democrático tenha surgido como fruto de disputas em torno da política oficial com relação ao café; muito menos pela direção do Instituto. Nesse particular, lembremo-nos de que sua direção estava constituída por um conselho de cinco membros: a presidência ficava com o Secretário da Fazenda, a vice-presidência com o Secretário da Agricultura; dois nomes eram indicados pela lavoura e um pela Associação Comercial de Santos.

Em outubro de 1926, houve uma alteração nessa composição que não agradou aos oposicionistas. O Secretário da Fazenda passou a ter a direção suprema do Instituto, sendo

criado um conselho consultivo com atribuições fiscais sob a presidência do mesmo, a vice-presidência do secretário da Agricultura e mais três membros nomeados pelo Presidente do Estado. O Partido Republicano Paulista passava a ter um poder maior e praticamente exclusivo na direção do Instituto (3).

Porém essa mudança foi posterior à fundação do Partido Democrático e apareceu criticada, por exemplo, no discurso de Paulo de Moraes Barros, no VI Congresso do Partido, em janeiro de 1930, quando então pedia "representação eficiente" para o Instituto, afastada, segundo ele, desde o decreto legislativo de 26 de outubro de 1926, momento em que os "politiqueiros" substituíram os técnicos (4)

Bóris Fausto, que advogou a idéia do surgimento do Partid Democrático (5) em função de desentendimento no Instituto do Café, em trabalho mais recente, afirma: "Em primeiro lugar, a defesa permanente foi iniciada como uma operaçao regional que, a princípio, não sofreu restrições de fundo em São Paulo, apesar das divisões no espectro político e das fricções entre o Estado e os grupos de interesses. Tão ligado quanto o Partido Republicano Paulista ao setor agrícola, o Partido Democrático absteve-se de atacar o esquema até o início de 1929, discutindo apenas a ausência de fiscalização das despesas do Instituto e a forma de sua direção" (6)

O partido se apresentava, na verdade, como defensor dos fazendeiros; em 1926, seu Conselho Consultivo formou

uma Comissão de Agricultura que "tendo em vista a defesa dos interesses das classes agrícolas, em que, mais que em quaisquer outras, ainda assentam as forças econômicas do País", indicava um programa a ser defendido por aqueles membros do partido que se elegessem representantes do povo. Por esse documento, assinado por três figuras representativas do Partido Democrático (Henrique de Souza Queiroz, Fábio de Camargo Aranha e Alcides Penteado), propunham-se algumas alterações para a política do café, como por exemplo "reforma do sistema tributário vigente, realizando distribuição equitativa entre todas as classes tributáveis" (7).

Além disso, defendiam a "organização de defesa comercial da produção agrícola, sempre que possa ser praticada, como e o caso já comprovado do café, respeitando a autonomia das organizações de classe, assegurada pela representação sempre que justificada". Está claro o apoio à proposta fundamental de encaminhar a política do café na medida em que o cerne da questão, isto é, a política de defesa permanente do produto, não era atacada. Propugnavam, ainda, pelo restabelecimento de uma "Carteira Agrícola no Banco do Brasil", pelo desenvolvimento de vias férreas de penetração pelo Estado e também inter-estaduais, pelo reflorestamento e pela organização de um Instituto de Biologia Vegetal e Entomologia Aplicada. Advogavam, enfim, a formação de cooperativas agrícolas, questão muito debatida na década (8). Assim, não encontramos qualquer proposta discordante ou inovadora com relação à agricultura.

As divergências, até a crise de 1929, nao foram fundamentais; tomemos, por exemplo, um longo artigo do *Nacional*, em 1927, onde um jornalista comentava uma entrevista de Júlio Prestes, presidente do Estado. O artigo criticava a sobrecarga de impostos de que era vítima a lavoura do café, "a única sacrificada". Entendia ainda o articulista que, para fazer frente à concorrência estrangeira, impunha-se o barateamento da produção, reduzindo-se seus custos. De forma incisiva, advogava a diminuição da carta tributária sobre o café e defendia a ampliação de créditos à lavoura. Havia uma semelhança notável entre essas idéias e aquelas defendidas por Júlio Prestes na entrevista; convergiam, assim, as opiniões do Presidente do Estado e as de seus comentadores do *Diário Nacional* (9).

O partido, através de seu jornal, também se voltou contra a direção do Instituto do Café que, desde outubro de 1926, como vimos, estava inteiramente nas mãos do grupo do Partido Republicano Paulista; advertia que era preciso a volta dos "verdadeiros" representantes da lavoura e da praça de Santos ao Instituto. Suas críticas eram endereçadas, mente, ao mal emprego das verbas, utilizadas em benefício particular de alguns fazendeiros, em detrimento do bem da lavoura em geral. Era urgente, segundo o jornal, a moralização do Instituto do Café (10)

Em suma, até às vésperas da crise de 1929, nao houve oposição básica entre o Partido Democrático e a política cafeeira governamental; aconteceram, apenas pequenas divergências.

Em dezembro de 1929, os fazendeiros, inquietos com a crise, promoveram um Congresso dos Lavradores, convocado por uma de suas associações, a Liga Agrícola Brasileira (LAB). Seus objetivos eram fazer a crítica da política de valorização do café, cujos efeitos sentiam naquele momento pedir a manutenção dos preços do produto e um maior controle por parte dos fazendeiros na direção do Instituto do Café. Nessa ocasião, os líderes da LAB, entre eles Afrodísio Sampaio Coelho, Antônio de Queiroz Telles, Luís Figuera de Melo e Luís Bueno de Miranda, sugeriram a fusão das três associações de agricultores existentes — Liga Agrícola Brasileira (LAB), Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) e Sociedade Rural Brasileira (SRB) — numa única entidade, para melhor defender seus interesses.

bates no Congresso dos Lavradores e as discussões em algumas associações agrícolas, constatamos a ausência de unicidade no encaminhamento de soluções para a crise.

Em abril de 1930, havia uma proposta da Associação Comercial de Santos, ao Secretário da Fazenda, no sentido de trocar, em Santos, os cafés considerados "baixos" por outros considerados "finos"; caberia ao Instituto dar a solução que desejasse a esses cafés "baixos", sugerindo-se a própria queima. A Sociedade Rural Brasileira manifestou-se contra o projeto da Asscciação Comercial e afirmava estar estudando um novo plano a ser proposto ao Instituto. No seu arrazoado, dizia a Sociedade: "(...) os interesses da Lavoura Cafeeira

paulista sao antagônicos, neste caso, aos defendidos pela Associação... Nem vale afirmar que todos, ou quase todos (os comissários) possuam fazenda de café, como diz a digna Associação Comercial de Santos. Diremos nós, que apenas pequena parte das lavouras de São Paulo pertence a comissários e que a maioria dos fazendeiros não são comissários". Assinavam o memorial da lavoura, Luís V. Figueira de Melo, Clóvis Soares de Camargo e Cel. Vicente Dias Júnior.(11)

Numa das seções da Sociedade Rural Brasileira, por exemplo (publicadas no *Diário Nacional* em junho de 1930), encontramos pelo menos três propostas diferentes para a saída

1) De Antônio de Castro Prado, apoiado por Luís Figueira de Melo, que propunha dar entrada em Santos a toda safra de 1929, para restabelecer a confiança, valorizar a propriedade agrícola, animar o capital para o custeio e restabelecer o ritmo dos negócios regulares.

2) De Henrique de Souza Queiroz, que afirmava concordar com uma proposta — elaborada por Osvaldo Sampaio, Alberto Whately, Otaviano Alves de Lima e outros — de destruição parcial das safras. Posicionava-se contra medidas radicais, tais como o sacrifício de toda uma colheita.

3) De Sílvio Penteado, que propugnava pela erradicação das velhas lavouras em benefício das novas (12).

Tudo isso significa que, diante da crise, não é possível estabelecer-se um divisor de águas entre elementos do Partido Democrático e do Partido Republicano Paulista, mostrando que estes têm uma proposta e, aqueles, outra. No já citado Congresso de Lavradores, em dezembro de 1929, a mesa definitiva da Assembléia ficou assim organizada: Otaviano Alves de Lima, membro da futura Federação das Associações da Lavoura; Fábio de Camargo Aranha, do Partido Democrático; Alfredo Pujol, do Partido Republicano Paulista; Teodoro Quartim Barbosa, do Partido Democrático, e Horácio Sabino (sem vinculação partidária) (13)

Um outro exemplo, a proposta defendida na Sociedade Rural Brasileira por Henrique de Souza Queiroz, que era do Partido Democrático, foi elaborada por Otaviano Alves de Lima (já citado), Alberto Whately, genro de Francisco Schmidt, membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista entre 1931 e 1936, e Osvaldo Sampaio (sem identificação). Nesse momento, nas associações de agricultores é que se tratava o debate com relação ao café. O Congresso dos Lavradores foi convocado pela Liga Agrícola Brasileira, contando com o apoio da Sociedade Paulista de Agricultura e da Sociedade Rural Brasileira, e não pelos partidos políticos (14). De início, no discurso de abertura, Afrodísio de Sampaio Coelho conclamava a todos que esquecessem as divergências partidárias e se concentrassem na luta pela busca de soluções para o produto. Atitude tradutora de uma visão de que a política partidária, às vezes, deve apartar-se dos interesses econômicos.
congresso tiveram atuação importante nomes do Partido Repu—

blicano Paulista e do Partido Democrático e da futura Comissão de Organização da Lavoura que, em 1931, se opôs à política de Vargas.

Logo após o movimento de 1930, um editorial do *Diário Nacional* condenava a atuação de uma Comissão de cafeicultores que conferenciou com Vargas, no Rio de Janeiro, aventando soluções para a crise, entre elas a obtenção, para a lavoura paulista, de novos mercados, como a União Soviética e o Oriente Próximo. Para o jornal, tal solução de nada valia, pois, mesmo a preços baixíssimos, a exportação de café em 1930 não aumentara, o que significava, segundo eles, que o consumo "não se alargará senão gradativa e lentamente". Acusavam os membros dessa comissão de não serem legítimos representantes da lavoura, pois Otaviano Alves de Lima era torrador, presidente da Sociedade dos Cafés Paulistas de Buenos Aires. Joaquim Cândido de Azevedo era negociante, presidente da Cooperativa Brasileira de Café para o Oriente Próximo e o major Godofredo Franco de Faria era um estudioso de Ciências Econômicas e aviador das Forças Armadas (15)

Durante o ano de 1931, as propostas se dividiram, grosso modo, em dois blocos: o primeiro, razoavelmente satisfeito com a política econômica de Vargas (queima dos estoques de café e imposição da taxa de 15 shillings por saca exportada) e o segundo que se opunha tenazmente a ela. De maneira geral, a Sociedade Rural Brasileira, que havia se reorganizado nesse ano com a fusão das antigas associações de lavradores, apoiava o governo federal. Em oposição, estava um

grupo de fazendeiros que se aglutinou em torno da figura de João Alberto, formando a Comissão de Organização da Lavoura, em agosto de 1931, depois transmutada na Federação das Associações da Lavoura. Essa Federação da Lavoura organizou-se a partir da fundação, no interior do Estado, durante o primeiro semestre de 1931, de cooperativas regionais de café, fruto do desespero da crise. Para um primeiro congresso compôs-se uma Comissão de Organização, que depois mudaria o nome para Federação das Associações da Lavoura Paulista.(16)

Em janeiro de 1931, João Alberto havia reorganizado o Instituto do Café, concedendo aos fazendeiros uma maior participação no órgão; em junho, cinco dos seis postos de direção estavam nas mãos dos fazendeiros. Este grupo acabou por dar origem à já citada Federação dos Lavradores, opondo-se à Sociedade Rural Brasileira.

O manifesto da Comissão de Organização da Lavoura, em agosto de 1931, portanto depois da queda de João Alberto, fazia críticas à política de José Maria Whitaker, ministro da Fazenda; não aceitava os preços (muito baixos) pagos pelo Governo Federal aos estoques de café, atacava os banqueiros — Whitaker era visto como seu porta-voz —, a dependência aos empréstimos externos e a taxa-ouro imposta sobre o café, propondo a gradual eliminação de todas as taxas sobre a exportação (17).

A Federação dos Lavradores, já constituída, tendo como patrono o ex-interventor João Alberto, pressionou, em

novembro de 1931, no sentido da queda do secretário da Fazenda do Estado, Numa de Oliveira, afinado com a política de Whitaker. A queda do secretário e do Ministro da Fazenda acarretou a demissão do então interventor, Laudo de Camargo, causando uma crise política (18).

As eleições para o Instituto do Café, em dezembro de 1931, espelhavam as disputas entre os grupos representados nas Associações Agrícolas, a Sociedade Rural Brasileira, de um lado, e a Federação, de outro. Os resultados das eleições demonstraram um certo equilíbrio entre os dois grupos; foram eleitos dois nomes da chapa organizada pela Sociedade Rural Brasileira: Oscar Thompson e Teodoro Quartim Barbosa; dois nomes da chapa da Federação: Gustavo Avelino Corrêa e Afrodísio Sampaio Coelho; para presidente foi eleito um candidato independente, Luís Américo de Freitas (19).

Mas o Instituto perdia sua importância; em maio de 1931, o governo federal criara o Conselho Nacional do Café, transformado, em fevereiro de 1933, em Departamento Nacional do Café, retirando-se, assim, das mãos dos Estados, a direção da política do café.

A que conclusões podemos chegar a partir do exposto? Em primeiro lugar, a de que, durante o fim de 1929 e o ano de 1930, muitas proposições apareceram com a finalidade de debelar a crise. O palco desse debate foi, de preferência, as Associações de Fazendeiros (20). No âmbito do Partido Democrático, o que se fez, principalmente até as eleições

de março de 1930, foi tentar apresentar a crise como responsabilidade exclusiva do Partido Republicano Paulista, culpando-o pelo fracasso da política de defesa. Usaram de todos os recursos para mostrar que não era possível mais continuar-se a apoiar o candidato do governo, Júlio Prestes, quando a crise ocorrera por imprevidência governamental.

Estamos salientando o fato das soluções econômicas para a crise não estarem sendo encaminhadas pelos partidos políticos e, sim, pelas Associações, onde conviviam homens dos dois partidos, Partido Democrático e Partido Republicano Paulista, além de nomes que comporiam a ala oposicionista, em matéria de política econômica, ao governo de Vargas, em 1931; nomes como o de Otaviano Alves de Lima, Afrodísio Sampaio Coelho e Luís V. Figueira de Melo (o primeiro a combatê-la no jornal *Folha da Manhã* e os dois últimos na Federação dos Lavradores).

Otaviano Alves de Lima, já mencionado, acumulou muitas funções em sua vida: foi fazendeiro, comerciante, ligado à exportação do café, diretor-superintendente da Empresa *Folha da Manhã* (1931 a 1934), diretor do Banco Noroeste (1924-1925) e presidente da Cooperativa de Cafeicultores do Estado de São Paulo. Afrodísio Sampaio Coelho era genro do ex-presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, e foi presidente da Liga Agrícola Brasileira, cuja atuação na década de 1920 se pautou por uma atitude mais crítica em relação à política do café. Luís V. Figueira de Melo foi muito ativo durante o período da crise, pertencera também à Liga Agrícola

Brasileira e participou ao lado de Afrodísio, de Luís Bueno de Miranda e de Antônio de Queirós Telles (Partido Republicano Paulista), da Comissão da Liga para organizar o Congresso dos Lavradores de 1929.

b) Os bancos

Alguns autores apresentam o Partido Democrático como defensor dos interesses financeiros, em oposição ao Partido Republicano Paulista que, fundamentalmente, expressaria os interesses dos fazendeiros (21). A identificação dessas posições seria possível particularmente depois da crise de 1929, quando houve propostas nitidamente discrepantes para a resolução dos problemas da lavoura do café.

Essa identificação baseia-se fundamentalmente no fato de José Maria Whitaker ser considerado como homem do Partido Democrático e de ter desenvolvido, na pasta da Fazenda, uma política favorável aos interesses dos banqueiros com prejuízo dos produtores de café (22).

Repensemos essas relações. Em primeiro lugar, Whitaker jamais teve vinculação partidária com o Partido Democrático (23), entretanto, mais importante que isso, são considerações de outra ordem. Até 1930, o Partido Democrático nunca demonstrou uma posição contrastante com a política financeira do governo. Nas várias comissões técnicas —

Obras Públicas, Indústria e Comércio, Agricultura, Política Financeira — o partido se batia pela estabilidade do câmbio e pela ampliação do crédito. Todos os relatores das Comissões salientarem esses dois pontos. Nessa medida, o Partido Democrático não se distanciava da política financeira de Washington Luís, que depois de assumir o governo desvalorizou a taxa cambial em 1927, e a manteve estável até 1929. A defesa do equilíbrio orçamentário indicada pelos democráticos não constituia, ainda, um ponto de contestação ao regime vigente (24).

Por outro lado, já nos referimos anteriormente à incidência de banqueiros nos dois partidos; na verdade, havia um número muito grande de banqueiros no Partido Republicano Paulista (36 %) e um número menor no Partido Democrático (8%), tomando-se os principais nomes dos Comitês de Direção das agremiações.

Em 1901, dos cinco nomes da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista — Bernardino de Campos, Rodrigues Alves, Campos Sales, Cerqueira César e Prudente de Moraes — dois estavam ligados a bancos; outros quatro nomes vinculados politicamente aos anteriores tinham relações diretas com os bancos: Antônio de Pádua Sales e Rubião Júnior eram associados ao Banco do Comércio e Indústria; Lacerda Franco e Bernardino de Campos ao Banco União; Frederico de Abranches ao Banco de São Paulo; e Campos Sales ao Banco de Crédito Real (25).

Em 1932, os principais bancos de São Paulo eram: o Banco do Estado de São Paulo, dirigido por José Martiniano Rodrigues Alves, Genésio Pires e José Neves Lobo; o Banco Comercial do Estado de São Paulo, dirigido por Erasmo Assunção e José Maria Whitaker; o Banco do Comércio e Indústria, dirigido por Numa de Oliveira e Ernesto Ramos; o Banco de São Paulo, dirigido por Gastão Vidigal, e o Banco Noroeste de São Paulo, dirigido por Wallace Simonsen e B. Manhães Barreto (26).

Os nomes acima indicados, na sua grande maioria, não possuiam vinculações políticas com o Partido Democrático, tendo, em contrapartida, ligações fortes com o Partido Republicano Paulista, como Erasmo Assunção ou Gastão Vidigal.

Na medida em que os Partidos Democrático e o Republicano Paulista, durante os anos de 1931 e 1932, politicamente se aproximaram, constituindo a Frente Única e, conjuntamente, hostilizaram a Federação dos Lavradores, crítica ferrenha do "banqueirismo", conclui-se que a oposição fundamental não se fazia entre esses dois partidos.

A oposição explícita e definida à política econômica e financeira de Vargas concentrou-se em torno da Federação dos Lavradores, que daria origem, em 1933, ao Partido da Lavoura, tutelado pelo então interventor federal, Waldomiro Lima. De seu programa para as eleições à Constituinte, constavam os seguintes itens: 1) combate ao banqueirismo e à agiotagem; 2) luta pela moratória e contra a usura; 3) condenação das altas tarifas que desfavoreciam a exportação dos gran

des produtos, principalmente o café; 4) supressão imediata e radical de todos os impostos e taxas de exportação; 5) recusa do exercício de funções públicas por parte de brasileiros representantes de credores e de banqueiros estrangeiros; 6) defesa dos verdadeiros interesses econômicos do Brasil e de São Paulo (27).

Com essas observações, estamos concluindo que o Partido Democrático não representava uma determinada fração da classe dominante paulista; a tese por nós sustentada indica que do ponto de vista dos interesses econômicos não havia distinção básica efetiva entre o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista. Em suma, procuramos demonstrar que no partido coexistiam interesses agrários, comerciais e financeiros, ocorrendo o mesmo com o partido da situação.

c) A indústria

O Partido Democrático tem sido caracterizado como anti-industrialista; o argumento fundamental que sustenta esta afirmação consiste no apoio dado pelo Partido Republicano Paulista, em 1928, ao projeto de majoração das tarifas de tecidos, enquanto que o Partido Democrático tomou posição contrária e votou contra o projeto na Câmara Federal (28).

Para nós, a trajetória do partido coloca em dúvida tal caracterização; além disso, a questão do anti-industria-

lismo precisa ser pensada no quadro mais amplo da sociedade paulista da década de 1920.

Tomemos, em primeiro lugar, os pareceres das Comissões Técnicas do Partido Democrático. A Comissão de Indústria e Comércio propunha as seguintes medidas com relação à indústria:

"I - Estabilização do câmbio.

II - Revisão da Tarifa das Alfândegas no sentido de se estabelecer um critério uniforme para a proteção aduaneira à produção nacional, tornando tal proteção moderada para todas as explorações, mas suficiente para assegurar o desenvolvimento econômico do país.

III - Organização do crédito, mediante restabelecimento do redesconto bancário.

IV - Abolição do imposto sobre a renda.

V - Reforma da lei de quebras, no sentido de serem coibidos os abusos que atualmente se verificam em concordatas e falências".

Segue-se aos itens, longa justificativa de cada um deles: a questão das tarifas, que nos interessa mais de perto — já que sua crítica pelo partido tem sido o principal argumento dos que entendem o Partido Democrático como anti-industrialista — foi apresentada nos seguintes termos: "(...) Seria

ocioso discutir a tese protecionista, depois de se terem desenvolvido no país tão variadas produções à sombra de uma proteção aduaneira, nem sempre bem orientada. O fato é que possuimos hoje grandes explorações, tanto industriais como agrícolas, nas quais se empregaram capitais avultadíssimos, que representam parcela considerável da riqueza nacional, e que desapareceriam se se suprimissem as barreiras alfandegárias existentes. Não há livre-cambista que possa pretender aniquilar essas produções, cuja ruína importaria na ruína econômica do país e na implantação da anarquia social. Mas a proteção, necessária para a defesa desse grande patrimônio, deve ser organizada sem excessos lesivos dos interesses do consumo e estendido com critério uniforme a todas as explorações existentes" (29).

Pelo que afirma a Comissão, composta por José Ferreira de Oliveira, Renato Maia e Samuel Augusto de Toledo, podemos inferir que não havia por parte de seus membros um anti-industrialismo marcado e nem mesmo uma postura definitiva anti-tarifas protecionistas. Também, não encontramos aí um projeto de industrialização para São Paulo e para o Brasil; existe a constatação do crescimento da indústria como fato consumado e, a par disso, uma proposta de possíveis acertos com relação às tarefas.

A Comissão de Finanças do Partido Democrático também se pronuncia a respeito das tarifas protecionistas para a indústria nacional. Opinavam seus membros que se devia "(...) reprimir, para aos poucos debelar, o protecionismo

que, não visando o bem geral, importe o lucro de poucos com o sacrifício de todos e, conseqüentemente, defendendo, no mesmo passo, esse regime quando, inculcando ao livre cambismo, proteção a certa classe, em verdade signifique um dos fundamentos da prosperidade do país" (30).

Essa posição era mais restritiva que a anterior, ainda que aceitasse a possibilidade da defesa de certas tarifas protecionistas quando visassem a prosperidade do país. Sem dúvida, era um critério vago e de difícil delimitação; o próprio partido, internamente, não se definia de forma homogênea com relação às tarifas protecionistas. Reiteramos, ainda desta vez, a ausência de um projeto industrializante para o país, ao lado de uma tolerância benevolente no que se refere à indústria já instalada.

Ao lado dos trabalhos das Comissões, tomemos o *Diário Nacional* e acompanhemos sua posição a respeito da indústria. Em março de 1928, exatamente à época da formação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o órgão do Partido Democrático, em dois editoriais, conclamava o comércio e a indústria a entrarem para o partido.

O primeiro editorial iniciava saudando a intenção do comércio e da indústria do Rio de Janeiro de intervir nos negócios políticos. Continuava mostrando que o Partido Democrático de São Paulo consignava as mesmas aspirações do comércio carioca: "indicar para as classes produtoras o lugar a que têm direito na direção do negócio público". Caracteri

zavam o Partido Democrático: "O Partido Democrático se constitui, principalmente, de representantes das classes produtoras, unidos á juristas e professores das escolas superiores, animados de inteligência e esclarecido espírito evolucionista, compatível com a boa compreensão do progresso social, de modo a se aliarem a todas as classes que cooperam no desenvolvimento harmônico da sociedade e ao povo geral" (31).

Na ótica do jornal, pois, o Partido Democrático pretendia ser fundamentalmente o partido das classes produtoras sem qualquer omissão; aliava-se também ao "povo em geral", mas na própria construção e ordenação das idéias, esse era o parceiro menor.

Diante de tal quadro, prosseguia o editorialista, só restava aos representantes do comércio e da indústria entrarem para o partido, já que muito difícil seria a articulação de um Partido do Comércio e Indústria: "Resta, pois, como única possibilidade política para as classes produtoras, o Partido Democrático, que para elas, como para as outras classes, reivindica o direito de participação no governo" (32).

O Partido Democrático tinha por finalidade política primeira a tomada do poder; nesse sentido, como já assinalamos, procurava ampliar seus quadros. No momento em que o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) começava a se organizar como órgão específico da indústria, o Partido Democrático tentou compor com os industriais. Cumpre notar que em março de 1928, o *Diário Nacional* ouviu, com a maior simpa

tia, numa entrevista, Octávio Pupo Nogueira a respeito da formação do CIESP (33).

Pupo Nogueira foi membro do Partido Democrático, tendo dele se desligado em outubro de 1928. Transcrevemos alguns dos trechos da carta enviada a seu primo, Paulo Nogueira Filho, em que se despedia do partido: "A minha situação no meio das classes conservadoras obriga-me a desligar-me do forte Partido que você fundou... Compreende o caro e cativante amigo que, servindo gente que tudo tem a perder com competições políticas e sendo traço de união forçado entre esta gente e os poderes públicos, sinto-me cada vez mais constrangido em pertencer ao Partido Democrático, mesmo de modo platônico" (34).

Esta carta deixava entrever a situação da fração da burguesia industrial inteiramente dependente do poder político vigente. A carta de demissão coincidia com os ajustamentos dos industriais com o Partido Republicano Paulista para que este votasse favoravelmente no caso da majoração das tarifas protecionistas para os tecidos importados.

Retomemos a trajetória do Partido Democrático: desde o início faziam parte de seu Diretório Central, elementos que tinham interesses econômicos ligados à indústria. Em seu manifesto estava a declaração implícita da defesa da indústria, ao lado do comércio e lavoura. O partido contava ainda, em seus quadros, com outros industriais como o próprio Pupo Nogueira. Em março de 1928, concitava o comércio e a

indústria a entrarem para o partido como oposicionistas, lutando para que a minoria se fizesse ouvir e representar.

A indústria, no entanto, permaneceu fiel ao situacionismo, fazendo acordos e estabelecendo alianças. Isto, para nós, não significa, do ponto de vista ideológico, que o Partido Republicano Paulista propugnasse pela industrialização, enquanto que o Partido Democrático se obstinava numa posição anti-industrialista. Assim, entendemos que havia um discurso anti-industrialista que muitas vezes estava presente na ideologia de setores da burguesia agrária ou das classes médias. A "vocação agrarista" se constituiu num dos pilares ideológicos de sustentação de uma certa visão de mundo da classe dominante.

Tomemos o exemplo da Sociedade Rural Brasileira, como vimos, não identificada ao Partido Democrático que, em 1926, afirmava "que a elevação das tarifas alfandegárias é lesiva à lavoura". No mesmo documento da defesa dos industriais lê-se que um diretor da Sociedade Rural "chegou a afirmar categoricamente que indústrias de tal vulto, que tão de perto dizem respeito à prosperidade da nação, estão dissociados do povo e não merecem o pequenino favor que pedem neste momento dos poderes públicos..." (35).

Os autores que estudam o período indicam que esta visão agrarista da classe dominante era compartilhada pelas classes médias que viam na indústria brasileira apenas preços mais altos e qualidade inferior, quando comparadas às es

trangeiras. Na argumentação da Sociedade Rural Brasileira, trabalhava-se com a associação da lavoura aos interesses do "povo" em contrapartida aos interesses defendidos pela indústria.

Outro tema difundido pelos agraristas era o das indústrias "artificiais". Esta discussão, iniciada no século XIX, foi retomada por Joaquim Murtinho, que verberava contra as indústrias "artificiais" que viviam, segundo ele, dos favores do Estado, tinham qualidade inferior e preço superior à indústria estrangeira.

Em 1919-1920, a questão voltou a ser discutida intensamente a partir de um projeto apresentado por Homero Batista contra as indústrias artificiais (36). Nesse mesmo sentido, no fim da década (1929), situava-se uma outra petição da Sociedade Rural Brasileira contra a indústria nacional de juta, utilizada pela lavoura para acondicionamento de seus produtos, particularmente o café. A matéria prima era importada da Índia e a Sociedade Rural Brasileira acusava a indústria nacional de preços altos e má qualidade (37).

As críticas de Renato Jardim, do Partido Republicano Paulista, ardente adversário do Partido Democrático, em 1931, coincidiam com as acima mencionadas. Atacava a indústria nacional da juta que, no seu entender, articulava-se aos interesses financeiros do banqueiro Whitaker, vinculado, segundo o autor, ao Partido Democrático. Em suma, tanto a Sociedade Rural Brasileira quanto Jardim somavam seus brados

contra a indústria assim denominada de "artificial".

Na base desse discurso ideológico, havia frequentemente um conflito de interesses, como no caso da juta, em que as diferenças entre fazendeiros e industriais eram claras. Na nossa perspectiva, antes e durante a existência do Partido Democrático, havia um anti-industrialismo que perpassava a sociedade. Esta vocação agrária de São Paulo e do Brasil pode ainda ser identificada de uma outra forma. Citando dois defensores do Partido Republicano Paulista, Cincinato Braga e novamente Renato Jardim, podemos demonstrar como a lavoura eleita como a produção fundamental, ocupava todo o espaço de suas preocupações.

De Cincinato Braga exemplificamos com seu *Magnos Problemas Brasileiros*, composto por artigos primeiramente publicados em *O Estado de S. Paulo*, na década de 1920. Num artigo intitulado "Aumento do rendimento do trabalho paulista" dedicava-se exclusivamente à inventariar os problemas do trabalho da terra, ignorando o trabalho industrial. Num outro artigo sobre as "Câmaras Municipais", atribuía às mesmas, a função primordial de estimular a produção; quando desenvolvia seus argumentos, entende-se que se referia unicamente à produção agrária. Defendendo sempre o café, acusava ser execrável a tributação sobre a exportação do mesmo (38).

Renato Jardim, em seu libelo contra o Partido Democrático, não tem dúvidas ao afirmar: "O lavrador paulista é o homem de todas as classes: o médico, o engenheiro ou o ad-

vogado, que reuniu economias, ou que, filho de lavradores, tem interesses na lavoura e para ela se volta; é o negociante do interior, cuja aspiração é fazer-se proprietário agrícola, e é, o próprio colono que, hoje operário, é amanhã, com escala pelo pequeno comércio, o fazendeiro e o patrão. Por outro lado, o mesmo indivíduo, lavrador, como tal conhecido, é também o comissário da praça de Santos, o sócio das organizações bancárias, o capitalista que tem os capitais disponíveis aplicados em ações das companhias industriais, empresas de estradas de ferro, empresas telefônicas e outras" (39).

O universo ideológico do autor balizava-se pelo mundo agrícola, pelo campo, onde estavam todas as riquezas e para onde se voltavam todas as aspirações e sonhos de grandeza dos homens. A terra, a fazenda, o campo constituiam, para ele, o centro nevrálgico da vida nacional.

Em suma, concordamos com a idéia de que havia divergências entre as frações da classe dominante; as justificativas ideológicas presentes nos discursos dos contemporâneos eram até mesmo antagônicas. O Partido Democrático conviveu com muitas dessas divergências e antagonismos dentro da própria agremiação. Muitas idéias veiculadas por membros do partido estavam espalhadas pela sociedade e não se distinguiam por serem características próprias dos democráticos. Nessa medida, sustentamos que o Partido Democrático não tinha, homogeneamente, como partido, uma postura marcadamente anti-industrialista.

2. O partido e a questão operária

Diante do que foi exposto acima, coloca-se, de imediato, a questão: por que, então, a formação de um partido de oposição? Que fatores teriam levado o partido a se organizar, e mais ainda, a se manter e a lutar pelo poder?

Como já observamos anteriormente, pensamos que o Partido Democrático surgiu com um projeto específico para fazer frente ao movimento social que avançava "perigosamente", podendo por em risco as estruturas político-sociais vigentes. A relação entre classe dominante e classe dominada estava colocada de forma límpida pelo governo (sustentado pelo Partido Republicano Paulista): a dominação se exercia através da repressão pura e simples. Os oposicionistas paulistas viam o problema sob outro ângulo, como passaremos a discutir.

A emergência, com todo seu vigor, da questão social na década de dez e, principalmente, na década de vinte, trouxe à tona a discussão sobre a problemática. A solução oficial apresentada na plataforma presidencial de Washington Luiz para o governo de São Paulo e depois reiterada — de que a repressão era a arma principal em seu combate — marcava uma via de encaminhamento do problema [40]. A perspectiva anarquista ou socialista encontrava-se no outro extremo, alarmando e amedrontando a classe dominante, particularmente depois da vitória socialista na Rússia e de outras tentativas revolucionárias na Europa.

Havia, no entanto, algumas propostas intermediárias

de grande repercussão entre setores da classe dominante, de modo particular, entre os democráticos. Referimo-nos, por exemplo, à proposta de Charles Gide, que encaminhava como solução para as divergências entre o capital e o trabalho, o surgimento do produtor independente e do cooperativismo, à época denominado cooperatismo.

Sampaio Dória, em São Paulo, e F. Contreiras Rodrigues, no Rio Grande do Sul — tradutor e divulgador de Gide — abraçaram suas idéias e procuraram difundí-las no Brasil (41). A repercussão pode ser notada, por exemplo, pela menção ao incentivo do cooperativismo presente nos programas de junho de 1932, do Partido Democrático e também do Partido Republicano Paulista, além de que as Comissões Técnicas do Partido Democrático sempre se referiam à necessidade da criação e desenvolvimento de cooperativas no Estado e no país.

Vale a pena transcrever aqui as medidas preconizadas por Sampaio Dória depois de analisadas as várias saídas para a luta entre capital e trabalho:

"O Estado deve promover os meios de se generalizar o regime do 'produtor independente', mediante leis que favoreçam:

1º) o acionato obreiro;

2º) os bancos populares de crédito industrial e agrícola;

3º) as cooperativas de produção e consumo (42);

4º) a educação maternal, primária e profissional.

Como nem sempre é possível, exequível ou conveniente o só regime do produtor independente, o Estado deve assegurar as condições sociais de êxito no exercício da liberdade profissional, intervindo nas relações do trabalho como o capital, mediante a garantia destes princípios:

1º) Fixação do salário mínimo em número próximo de horas, menor que o dia médio de trabalho, de modo que não haja miséria no lar do operário diligente e econômico;

2º) Limite máximo do dia de trabalho pela capacidade de resistência individual, a critério do trabalhador;

3º) Proibição do trabalho aos menores e limitação do trabalho dos adolescentes, para lhes assegurar o desenvolvimento físico e a educação;

4º) Repouso hebdomadário de 24 horas mínimas, abrangendo sempre que possível o domingo;

5º) Preparação técnica que, aumentando a renda do trabalho, dê ao operário a consciência e o poder de se bastar a si próprio;

6º) Proibição de empresas que não atendam às condições higiênicas nos prédios e nos instrumentos de trabalho;

7º) Igualdade de pagamento, sem distinção de sexos ou idades, aos mesmos trabalhos;

8º) Interdição do trabalho nas oficinas às mulheres um mês antes e um mês depois do parto, sem que percam os seus salários;

9º) Supressão do trabalho noturno, que não for absolutamente necessário, e, no inevitável, vedar o emprego das mulheres e das crianças.

10º) Responsabilidade do capital pelos acidentes do trabalho, mediante seguro ou caução obrigatórios;

11º) Interferência direta do Estado no custo de vida como:

a) o combate aos trusts e açambarcamentos que encareçam as mercadorias;

b) medidas que aproximem produtores e consumidores, suprimindo intermediários inúteis;

c) o amparo legal aos inquilinos contra a ganância dos senhorios;

d) favores à construção de casas higiênicas, para aluguéis cômodos;

e) a distribuição dos impostos, de sorte que não agravem e existência dos que vivem do trabalho de cada dia;

f) animação ao trabalho agrário, com atrair braços para a lavoura, distribuindo sementes adaptadas, expurgadas e selecionadas, organizando postos de experimentação, abrindo estradas, e medidas congêneres;

g) em suma, tudo o que melhore as condições gerais de vida, sempre que as iniciativas e as posses

individuais sejam deficientes;

12º) O poder público deve socializar, com ou sem privilégio, os serviços que, a cargo de particulares, não ofereçam segurança necessária, como correios, ou serviços que, confiados a particulares, não tenham a extensão e eficiência requeridas pelo progresso nacional, como a educação pública" (43).

Para o autor, com estas medidas poderia o operário, além de ter uma vida saudável e ser bem remunerado, chegar até a se enriquecer, transformando-se, portanto, num produtor independente. Assim era o movimento preconizado por Dória, baseado em Gide, de horizontalização da sociedade; evidentemente, critérios tais como parcimônia, honestidade, produtividade eram importantes para determinar os escolhidos a escalarem os degraus da ascensão econômica e social.

Esta visão do problema foi decisiva nas propostas sociais do Partido Democrático; o reformismo social, a noção da possibilidade da harmonização do todo social, a ênfase nas qualidades individuais, a saída pela não violência, a indicação do acesso à propriedade privada por um grande número de indivíduos, a existência da solidariedade entre as classes e o papel de árbitro justo e responsável desempenhado por parte do Estado informaram o universo liberal reformista dos anos vinte. Nessa vertente inserem-se os democráticos do partido oposicionista de São Paulo.

Já a Igreja Católica dava sua contribuição para o

debate da questão social na década de 1920, através de uma postura bastante conservadora. Afirmando que a questão social se resolvia "sem a igualdade de riquezas" e com "o integral cumprimento das obrigações contraídas pelo operário, que jamais lesará o patrão em seus bens e na sua pessoa", faziam algumas reivindicações tais como:

a) limitação das horas de trabalho e fixação de repousos essenciais;

b) fixação do salário mínimo;

c) criação das corporações operárias ou mistas;

d) interferência do Estado, "não perturbando, senão amparando a vida das corporações cristãs".

Com essas medidas e a "volta aos costumes cristãos sem os quais não há salvação possível", a proposta católica marcava, assim, uma outra saída possível para o problema, criticando, nesse mesmo passo, "as teorias subversivas e as reivindicações violentas" (44).

Os comunistas também tinham, na década de 1920, uma plataforma de reivindicações concretas para a classe operária. O Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1928, apresentava o seguinte programa com relação à legislação social:

"Os itens a seguir constituirão os pontos principais da atividade parlamentar dos candidatos do Bloco Operário em matéria de legislação social, na oficina, no comércio,

nos transportes, no subsolo, na lavoura:

a) máximo de oito horas de trabalho diário e 44 horas semanais, e redução a seis horas diárias nos trabalhos malsãos;

b) proteção efetiva às mulheres operárias, aos menores operários, com a proibição do trabalho a menores de catorze anos;

c) salário mínimo;

d) contratos coletivos de trabalho;

e) o seguro social a cargo do Estado e do patronato, contra o desemprego, a invalidez, à enfermidade, a velhice;

f) enérgica repressão ao jogo e ao alcoolismo;

g) licença às operárias grávidas, de sessenta dias antes e sessenta dias depois do parto, com pagamento integral dos respectivos salários;

h) extinção dos serões e extraordinários;

i) descanso hebdomadário em todos os ramos do trabalho, na indústria, no comércio, nos transportes, na lavoura;

j) proibição da dormida nos locais de trabalho;

l) água filtrada nas fábricas e oficinas;

m) saneamento rural sistemárico, visando à regeneração física e moral do trabalhador agrícola, à higienização das condições de trabalho e habitação na lavoura, assistência médica gratuita aos

doentes pobres;

n) fomento e facilidades às cooperativas operárias de consumo e às cooperativas de produção na pequena lavoura" (45).

A primeira manifestação pública da parte de elementos do Partido Democrático com relação ao problema (46) ocorreu quando Marrey Júnior, Carlos de Moraes Andrade, Bertho Condé, Oscar Drumond e Elias Machado foram nomeados por João Alberto para integrar uma Comissão — logo depois dissolvida — encarregada de "resolver" a questão operária. Em 16 de novembro de 1930, a Comissão lançava um documento contendo as "reivindicações adotadas e aconselhadas para serem convertidas em lei":

"1º) que o trabalho tenha um tratamento humano, não sendo mais considerado como mercadoria ou gênero de comércio;

2º) que o salário deve consistir na justa remuneração do trabalho fixado no sentido de garantir um nível conveniente de vida ao operário (salário mínimo), promovendo-se a adoção da participação deste nos lucros da indústria;

3º) que o salário da mulher e da criança venha a ser igual ao do homem empregado em trabalhos idênticos, de forma a diminuir a afluência da mulher e suprimir a da criança à oficina ou fábrica;

4º) que se estabeleça um sistema de assistência moral e material ao trabalhador, principalmente no sentido de assegurar-lhe habitação condigna, aposentadoria e monte-pio à sua família" (47).

Esse mesmo documento foi apresentado por Marrey Júnior no plenário do VII Congresso do Partido Democrático em fevereiro de 1931, precedido, entretanto, de seis considerandos, a saber:

1) não ser mais possível demorar a solução da questão social;
2) a invasão comunista que ameaça a sociedade de completa ruína;
3) a conveniência de vir-se em auxílio das classes proletárias;
4) ser a harmonia entre patrões e operários a lei fundamental da vida econômica;
5) a inserção, no programa do Partido Democrático, da obrigação de pugnar por todas as medidas que interessem à questão social;
6) não considerar a revolução de outubro a questão social como questão de polícia (48).

Por outro lado, houve manifestações vindas da base do Partido Democrático; o Diretório Distrital do Belenzinho encaminhou à Comissão de redação do programa do Partido Demo

crático, em 1932, um documento em que se propunham soluções para a questão social:

"Os abaixo-assinados, membros do Partido Democrático atendendo ao apelo feito pelo Diretório Central bem por este apresentar as seguintes sugestões:

1º) O Partido Democrático passará desta data em diante a denominar-se Partido Democrático Social;

2º) Questões proletárias:

a) Oito horas de trabalho;

b) Afastamento de todo e qualquer trabalho dos menores de 16 anos;

c) Afastamento completo das mulheres nos trabalhos em máquinas que constituem perigo;

d) Idem, quando em estado de gravidez, nos prazos de 60 dias antes, e 60 dias depois do livramento; percebendo entretanto nesses dois períodos 50 % dos salários;

e) Salário mínimo, e igual salário para igual trabalho;

f) Em caso de doença perceberá o operário o mesmo salário mínimo;

g) Férias anuais;

h) Instalações higiênicas, chuveiros, lavatórios, aspirador, etc., em todas as fábricas, oficinas e indústrias;

i) Reconhecimento dos sindicatos operários por

parte dos patrões por lei;

j) organização de tribunal especial para as questões que se suscitarem entre patrões e operários de qualquer espécie;

k) Semana inglesa obrigatória;

l) Pagamento por quinzena obrigatório;

m) Cumprimento rigoroso das leis de acidentes no trabalho;

n) Seguro de vida obrigatório, assistência à velhice e acidentes, para toda e qualquer classe de trabalhadores" (49).

Pretendemos, com o que foi exposto, salientar o fato de que o problema social colocado pela situação de exploração da classe operária estava sendo debatido por diversos grupos na década de 1920. As propostas do Partido Democrático — ambas posteriores a 1930 — resultavam desse debate; a de Marrey Júnior recebeu "influências" das expostas por Sampaio Dória e a do núcleo do Belenzinho se relacionava com a do BOC.

O próprio programa do Partido Democrático, de 1932, absorveu quase que inteiramente, no item sobre o trabalho, as "sugestões" do núcleo do Belenzinho. Mas este dado deve ser entendido em sua inteira dimensão, pois à mesma época, o Partido Republicano Paulista lançava seu programa, dedicando um grande espaço às reivindicações operárias. Não nos escape o fato de que, na sua grande maioria, o que estava inscrito nos programas dos dois partidos já eram conquistas efeti-

vas da classe operária, reconhecidas por lei depois de 1930. Dessa maneira, essas manifestações simpáticas ao proletariado estavam defasadas no tempo, ocorrendo apenas depois de consumadas tais aspirações operárias.

Uma questão, assim, se coloca: teria havido por parte da classe operária adesão ao partido? A documentação sobre o assunto nos permite apenas indicar a existência de um Diretório Distrital de São Paulo, o do Belenzinho, que encaminhou o documento acima citado. É possível que houvesse outros núcleos operários nos demais Diretórios de bairros mais populares; não há, infelizmente, documentação escrita a esse respeito. Mas a demonstração do Belenzinho nos defrontou com a existência concreta de grupos operários — evidentemente, minoritários — no Partido Democrático.

Nessa medida, a agremiação oposicionista pode ser entendida como defensora da classe operária? Para responder, façamos uma retrospectiva das posições do Partido Democrático com relação ao proletariado.

Em primeiro lugar, tomemos a discussão sobre a chamada "lei celerada", proposta pelo Executivo e emendada por Anibal Toledo, em julho de 1927. Por essa lei a classe operária sofreria uma série de sanções, o comunismo deveria ser combatido e a liberdade de imprensa coibida.

Tal lei foi alvo de críticas constantes por parte dos democráticos que votaram contra a mesma na Câmara Fede-

ral. De início, uma análise superficial nos faria supor que os democráticos, condenando essa lei que se voltava contra o comunismo e contra a "ebulição" operária, estivessem encampando a luta dos trabalhadores. Francisco Morato, em seu discurso contra o projeto de lei enumerava suas razões, condenando, de início, o comunismo: "(...) não podemos deixar de conceder o nosso apoio aos poderes públicos na vigilância contra o perigo dessa onda que, lá das eminências do Kremlin, assopra o anarquismo eslavo pela superfície de toda a terra e, por outro, que não queremos também deixar de salientar a repulsa que causam em nós as doutrinas e os intentos da chamada Terceira Internacional de Moscou" (50).

Se o orador se punha a favor da repressão ao comunismo por que os três deputados democráticos não votaram a favor do projeto? Porque este só podia ser votado no todo sem quaisquer destaques e dele constava uma outra parte que atingia diretamente a luta oposicionista em geral: a liberdade de imprensa. Segundo o jurista Morato, pela Constituição, só podia haver com relação à imprensa medidas repressoras e não preventivas, isto é, podia-se divulgar através da imprensa toda e qualquer idéia cujo autor, posteriormente, poderia receber sanções (multa, prisão) caso passasse dos limites impostos pela manutenção da ordem (51). Mas o direito da livre manifestação estava garantido pela lei máxima do país e, nesse sentido, o Partido Democrático se punha contra o projeto de lei.

Em suma, exatamente por ser oposição e ter necessi

dade de resguardar seus direitos de livre associação e expressão, foi que o Partido Democrático assumiu uma posição combativa no que se referia ao projeto de lei. A ênfase do discurso de Morato se concentrava na luta pela liberdade de imprensa.

Num outro artigo, o projeto de lei propunha que se agravassem as penas aos trabalhadores pela participação em greves proibidas e por crimes de aliciamento de operários, além da inafiançabilidade para tais sanções. O deputado concordava com a primeira parte do artigo, acrescentando que era justa a mudança da pena (de 1 a 3 meses para de 6 meses a 1 ano e de 2 a 6 meses para de 1 a 2 anos), "... pois as penas existentes no direito positivo criminal eram insuficientes; havia necessidade de aumentá-las e isto podia ser feito sem se incorrer na pecha ou censura de querer perseguir ou ofender o proletariado" (52). Todavia, era, segundo sua opinião, inadmissível a abolição do pagamento da fiança. Não podemos deixar de notar que Morato não atacava o que havia de substancial na lei, ou seja, a prisão por incitamento ou aliciamento de operários e ficava naquilo que era tangencial, a exigência da possibilidade do pagamento da fiança. Do ponto de vista operário, problema menor, já que dificilmente teriam dinheiro suficiente para tal pagamento; era a visão "formalista" do jurista burguês.

O *Diário Nacional* também atacou o projeto de lei tanto em editoriais como em outros artigos. Um editorial defendia a idéia de que o Executivo, usando como pretexto o

"perigo comunista" pretendia investir contra as oposições legais e fazê-las calar. O título do editorial — Fascismo — esclarecia a intenção do jornalista de clamar contra a arbitrariedade do poder instituído. E terminava mostrando que, em verdade, a questão social, identificada pelo presidente da República como questão de polícia, fora transmutada numa questão política, isto é, numa questão contra a oposição política (53).

A problemática central dos democráticos com relação à "lei celerada" girava em torno da questão política; como oposição organizada e legal, com um jornal diário funcionando e criticando o governo, a ênfase dos argumentos se dirigia à defesa do direito de sobrevivência da oposição e da luta preventiva contra possíveis arbitrariedades do poder executivo. A questão operária, sua luta, suas reivindicações, não eram postas em destaque na discussão dos democráticos. Havia consenso de que a classe operária tinha direito a se manifestar mas dentro dos limites estreitos da lei; não se levantava a possibilidade do "excesso de zelo" no cumprimento da lei com relação aos trabalhadores; saindo dos limites impostos, os trabalhadores mereciam o castigo pois que a ordem social devia permanecer intocada. A questão social, neste caso, aparecia apenas como pano de fundo do problema central, o da liberdade de pensamento e expressão. Não despontavam como defensores da classe operária e sim, como defensores de alguns princípios liberais burgueses.

Outro fator indicativo de uma aparente ligação en-

tre a classe operária e o Partido Democrático consistiu no apoio do BOC ao partido nas eleições de fevereiro de 1928. Esse fato foi usado ideologicamente de acordo com determinados interesses, por exemplo, Nogueira Filho o utilizou para mostrar o quanto o Partido Democrático se aproximava da classe operária. Como já foi indicado, se houve oportunismo político do BOC, segundo a percepção do Comitê Central do Partido Comunista, houve também, por parte do Partido Democrático, que nessa época de sua existência não recusava o apoio de qualquer setor político. Nogueira Filho usa esse argumento para compor uma imagem do Partido Democrático, ou construir sua memória identificada às aspirações proletárias. Mas a trajetória do partido não indicava tal aproximação, além desse episódio eleitoral, casuístico e passageiro.

O mesmo Nogueira Filho atribui também a uma carta de Assis Brasil um outra "prova" da postura do Partido Democrático com relação à classe operária, isto é, da mudança do partido de uma postura elitista para uma mais popular. Entretanto, o texto da carta do líder gaúcho nos leva a conclusões bastante diversas. Antes que tudo, Assis Brasil levou oito meses para responder à consulta do operário Albino Aguiar de Oliveira, "figura de destaque dos meios trabalhistas de Porto Alegre", que, numa longa carta de 4 de junho de 1927, indagava se o programa do Partido Democrático tratava da "proteção direta das classes operárias do Brasil e se, em face do proletariado brasileiro, a nova corrente política consignava as bases de uma proteção eficiente do trabalho".

A resposta, lacônica, segundo o próprio Assis Brasil, declarava em algumas linhas que o Partido Democrático Nacional "não poderá deixar de ser o mais extremoso defensor dos interesses do trabalho em geral. O bem estar do trabalhador é a primeira condição para o rendimento do trabalho de que depende a prosperidade da nação. (...) O governo tem a obrigação de evitar todo gênero de exploração injusta do trabalhador, assim como deve assegurar-lhe a higiene, a educação e a assistência no tempo da invalidez" (54). Tal carta não imprimia ao partido uma característica de crítico social ou de arauto das aspirações operárias; definia, no máximo, uma posição que indicava uma postura sensível aos problemas do mundo do trabalho. Mas não podemos concluir, como o faz Nogueira Filho, que a partir dessa carta de Assis Brasil e do apoio do BOC ao partido, os democráticos estivessem enveredando por uma trilha "popular" do ponto de vista político e social.

Há, todavia, uma questão pendente. Partido Republicano Paulista e Partido Democrático teriam a mesma postura diante da classe operária e de suas reivindicações? Pensamos que as diferenças afloram facilmente; na perspectiva do poder instituído, enquanto nas mãos do Partido Republicano Paulista, a classe operária não era reconhecida como força política e social com direitos a serem reivindicados. A situação do proletariado, na ótica oficial, era considerada satisfatória, muito diferente do quadro europeu, onde "grassava a luta de classes". Aqui, a harmonia estava presente, já que as condições de vida dos operários eram bastante razoá-

veis. O remédio prescrito para acalmar as atitudes de alguns rebeldes, estrangeiros em geral, que, "injustamente" brandiam contra o poder, ia da surra, passava pela prisão (Cambuci ou mesmo Clevelândia) e podia terminar com a expulsão do país.

O Partido Democrático entendia o problema de forma diversa; em primeiro lugar, reconhecia a justeza de algumas reivindicações operárias e aceitava o fato de não ser a vida dos trabalhadores o que dizia a voz oficial. O *Diário Nacional* ocupava-se do problema operário, noticiando greves, ouvindo os trabalhadores, fazendo artigos sobre seu cotidiano.

A posição do jornal pode ser captada neste artigo, assinado por "Macróbio", em que responsabilizava a polícia pelo desaparecimento de dois operários: "(...) Ele (o caso) mostra a falta de garantias do homem do povo. Sendo operários, concorrendo com a força de seus braços para a nossa comodidade, para a fabricação de produtos indispensáveis à nossa existência, aqueles homens, cuja única fortuna é a saúde e a disposição para o trabalho, não tem sequer o direito de reclamar justiça" (55). Continuava atacando o Partido Republicano Paulista que lhes negava os direitos garantidos na Constituição, portanto, direitos legais.

Num editorial de 1929, a respeito da greve dos gráficos, clamava o editorialista contra o "governo policial" comandado pelo Partido Republicano Paulista. A respeito da tão citada frase de Washington Luiz sobre a questão social/

questão de polícia, afirmava o jornal: "A frase, como aliás acontece com todos os rompantes nacionais, desde o de Pedro I no Ipiranga até a S. Excia., ecoou por todas as capitanias, e as várias filiais da oligarquia nacional adotaram-na, imediatamente, como lema administrativo. E eis as polícias bem militarizadas em campo sob as ordens de delegados escolhidos expressamente para a efetivação do programa do Sr.Washington Luiz" (56).

A esse Estado policial, o Partido Democrático contrapunha o Estado de Direito; os operários como cidadãos brasileiros tinham direitos assegurados pela Constituição e podiam lutar por eles, dentro da lei e da ordem. Deveriam,ainda, alistar-se nos partidos políticos — no caso, no Partido Democrático —, para, exercendo o direito do voto, colocarem seus representantes no Legislativo. Afirmava um editorial do *Diário Nacional*: "Para a causa operária, o direito de greve é uma arma formidável; negaram-lhe esse direito o atual presidente da República e o atual presidente de São Paulo. Resta ainda à classe obreira uma arma também poderosa: o voto. Por meio dele, o operariado poderá mudar a mentalidade oficial por uma outra que saiba respeitar as prerrogativas a que tem direito" (57).

O comunismo não era durante a década de 1920 o fantasma tão amedrontador como se configurou na dácada seguinte; a oposição denunciou sua utilização como argumento político, mostrando que o situacionismo apresentava-o sempre como justificativa para seus atos "ditatoriais" e repressivos (58).

Nos primeiros anos da década de 1930, nota-se, claramente, uma postura anti-comunista generalizada entre os democráticos, mudança essa gerada por alguns determinados fatores.

Um fato, para nós, merece ser lembrado de forma especial: a adesão de Luís Carlos Prestes ao comunismo. O comunismo tinha, a partir desse momento, um grande e respeitado líder, conhecido em todo o território nacional. Não se tratava mais de um ou outro líder imigrante, estrangeiro, portanto, com pequena penetração política fora de seu círculo restrito. Prestes empunhara a bandeira da "revolução" que estava por ser feita. A mudança de Prestes para o comunismo colocava-o como possível dirigente de uma outra revolução, a revolução proletária. A atitude do herói da Coluna repercutiu fortemente nos meios burgueses a ponto de despertar nestes um crescente medo do comunismo e de seu envolvimento com a classe operária. O "Cavaleiro da Esperança" tinha sido alvo de manifestações calorosas por parte dos oposicionistas paulistas, que o tratavam como líder respeitável. Essa virada do antigo capitão, aliada a uma série de medidas tomadas aqui em São Paulo por João Alberto, já em 1931, levantaram a suspeita de uma ligação mais efetiva entre tenentismo e comunismo. O perigo vermelho tomou corpo, não se livrando da pecha de vermelho o próprio presidente provisório Getúlio Vargas e seu ministro Osvaldo Aranha. Tal suspeita, logo reforçada pelas manifestações operárias durante o ano de 1931 — cada vez mais fortemente identificadas ao comunismo — uniram oposição e situação numa luta comum contra o comunismo.

Quando das manifestações operárias em São Paulo, logo após outrubro de 1930, o *Diário Nacional* deixava claro, em seus artigos, os limites ideológicos da postura dos democráticos, diante da crescente "inquietação" operária. Indagavam a razão de levantar-se o proletariado "(...) hoje feroz, exigindo a reivindicação imediata e integral de seus direitos, hoje que uma aurora nova de condescendência e de justiça se lhes abre com a visão verdadeiramente democrática de nossos novos dirigentes que lhes permitem o sagrado direito de organizarem em sindicatos e em partidos, isto é, pleitearem, pelos trâmites legais, por meio de seus representantes no futuro legislativo, as compensações que todo o mundo civilizado lhes reconhecem?" (59).

O jornal respondia a essa pergunda num outro artigo, apresentando como razão — tantas vezes invocada posteriormente —, a infiltração de elementos estranhos ao proletariado. O articulista, que se considerava batalhador da causa operária, deplorava o "espírito de radicalismo" que tomava conta da classe. Concluía: "E, lamentando a exaltação, que acreditamos efêmera, sentimo-nos muito a gosto para pedir do operário de São Paulo que mantenha a tradição elevada de bom sendo e de patriotismo, que caracteriza o operário brasileiro, elevando-o no conceito universal e que demonstre, uma vez mais, que é senhor de virtude raríssima, que é saber esperar e saber transigir" (60).

Os operários, na concepção dos democráticos, podiam e deviam reivindicar, mas dentro dos parâmetros da lei

e da ordem, que eram satisfatórias, e, antes de tudo, precisavam também "saber esperar e saber transigir". A visão tutelar dos democráticos deve ser salientada ao lado da inquietação de que qualquer manifestação operária extrapolasse os rígidos limites da estrita manutenção da ordem social.

3. O significado político da oposição

No regime político brasileiro da Primeira República, o poder não ultrapassava o círculo estrito de alguns grupos, a legislação eleitoral dificultava, a qualquer preço, a ascensão de elementos estranhos ao conjunto de "notáveis" (61) do Partido Republicano Paulista e a participação política efetiva da sociedade era muito restrita. Nesse quadro, qual o papel de um partido de oposição?

O Partido Democrático durante a maior parte de sua existência ambicionou o poder e lutou por conquistá-lo, tentando derrubar o Partido Republicano Paulista. Através de meios "ilegais", isto é, pelas armas, chegou ao poder, sem conseguir, entretanto, exercê-lo de fato. Voltou novamente à oposição, aliado a seus antigos inimigos e desta outra vez, com pleno envolvimento e dedicação, entregou-se à luta armada para derrocar o governo federal instituído.

Nessa reconstituição histórica, colocam-se algumas questões: a primeira indaga da importância política do Parti

do Democrático no processo de derrota do Partido Republicano Paulista.

Seria incorreto pensar que a oposição em nada contribuiu para a derrota do partido situacionista; o Partido Democrático ajudou a solapar as forças perrepistas, de 1926 a 1930, desgastando sua imagem, chamando a sociedade à participação política, difundindo a temática da democracia, desnudando o arbítrio, a injustiça, a fraude eleitoral comandados pelo Partido Republicano Paulista e criticando a atitude policial do Estado diante da luta operária.

É óbvio que o partido não teve condições de torpedear, sozinho; a situação, a ponto de derrotá-la. Foi uma composição nacional que apelou às armas, a responsável pela queda do velho Partido Republicano Paulista. No entanto, a existência dessa oposição organizada contribuiu para a vitória dos "revolucionários" de outubro de 1930, em São Paulo; além disso, em grande parte, respondeu pela encarniçada luta política desencadeada em São Paulo, depois da vitória de outubro. Foi essa oposição alijada do poder pelos "revolucionários" que deu substância e contribuiu para organizar a resistência paulista aos avanços do governo federal; a culminância desses fatos, o levante de 1932, contou com o papel preponderante da antiga oposição.

Por outro lado, a ampliação dos horizontes democráticos, na década de 1920, parece-nos tarefa significativa. Isto não implica o fato de que a conduta política do Partido

Democrático se pautasse por práticas estritamente democráticas. Já vimos que, na verdade, do ponto de vista da democracia interna, a agremiação se enredou nas próprias malhas "oligárquicas" (62) na condução das diretrizes partidárias. Sua prática durante as eleições também demonstrou a pequena preocupação com o proselitismo e a conscientização política dos trabalhadores em geral. Desenvolveu sua missão pedagógica liberal apenas entre grupos de classes médias.

Todavia, do ponto de vista da luta ideológica, o partido contribuiu para a difusão de algumas bandeiras como a do voto secreto e da participação eleitoral; a palavra de ordem Pela Democracia ganhou foros nunca antes alcançados em São Paulo. É preciso que se saliente que a democracia preconizada pelo Partido Democrático tinha contornos bem definidos; era uma democracia com participação limitada em que o lugar privilegiado destinava-se aos grupos ilustrados da burguesia paulista, que estava fora do círculo do poder.

Às classes médias caberia um lugar subordinado nessa aliança, ficando praticamente excluída a classe operária urbana, a quem, no máximo, dirigiam-se alguns olhares paternais. O trabalhador rural, por seu "atraso", não entrava nas cogitações do partido, servindo apenas como massa de manobra nas operações eleitorais "coronelísticas".

Entretanto, do nosso ponto de vista, a contribuição mais efetiva e mais significativa desse partido oposicionista foi ter sido capaz de engendrar um projeto alternativo

de dominação social. A perspectiva de que, em certas circunstâncias conceder — dentro de limites precisos — era mais eficaz que reprimir, se contrapunha à postura vigente defendida pelo Partido Republicano Paulista.

Sem dúvida, Getúlio Vargas — a quem o partido se oporia — foi o governante capaz de, numa perspectiva diversa entretanto, levar avante essa prática. Mas, na década de 1920, o partido havia proposto uma outra alternativa à dominação social prevalescente. Isto não supõe que essa proposição tenha ido além de determinadas balizas ideológicas; pelo contrário, manteve-se elitista e conservadora. Soube, o Partido Democrático tentar colocar o movimento social que avançava, dentro de balizas — mais brandas, é verdade — inteiramente condizentes com o universo ideológico da classe dominante. Seu objetivo era, ao diagnosticar a possibilidade de avanço do movimento social, antepor-se a ele, fazendo concessões para que, na sua essência, o sistema fosse preservado e a dominação da classe proprietária se mantivesse dentro da paz, da harmonia e da ordem burguesa.

Concluindo, concordamos com MacPherson, quando afirma que "(...) a principal função do sistema partidário concretamente desempenhada nas democracias ocidentais desde o advento da franquia democrática tem sido a de amenizar o conflito de classes ou, se preferirmos, moderar e conciliar um conflito de interesses de classe de modo a salvar as instituições da propriedade existentes e o sistema de mercado eficaz" (63) Consideramos que o Partido Democrático cumpriu plenamente esse papel dentro do sistema partidário da Primeira República brasileira.

NOTAS

1) Ver FURTADO, Celso - Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, especialmente capítulos XXX e XXXI.
2) Ver AURELIANO, Liana Maria - No limiar da industrialização. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981, especialmente capítulo I.
3) Ver FAUSTO, Bóris - "Expansão do café e política cafeeira" in FAUSTO, Bóris (org.) - História geral da civilização brasileira. Tomo III, O Brasil Republicano, 1º vol., São Paulo, Difel, 1975, pp. 239-240.
4) Cf. Ata do VI Congresso. A.I.H.G.S.P., Livro de Atas nº 6 do A.P.D.
5) Ver FAUSTO, Bóris - "A Revolução de 1930", in Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difel, 1971, p. 235.
6) Ver FAUSTO, Bóris - "Expansão do café e política cafeeira", in op. cit., p. 239.
7) Cf. Relatório da Comissão de Agricultura. A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.
8) Cf. Relatório da Comissão de Agricultura. A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.
9) Cf. *Diário Nacional* de 24/06/1927.
10) Cf. *Diário Nacional* de 03/09/1927; ver também 08/09/1927.
11) Cf. *Diário Nacional* de 03/04/1930.
12) Cf. *Diário Nacional* de 19/06/1930.
13) Cf. *Diário Nacional* de 03/12/1929; a mesa provisória do Congresso estava composta por: Alfredo Pujol, Fábio de Camargo Aranha, Luís Bueno de Miranda, Cezário Coimbra, Octaviano Alves de Lima, Alberto de Oliveira Coutinho, Luís Figuera de Melo e Teodoro Quartim Barbosa.
14) Cf. *Diário Nacional* de 23/11/1929. Outro exemplo pode ser encontrado nas Comissões nomeadas pela Sociedade Rural Brasileira para organizar o Congresso dos Lavradores, pela Liga Agrícola Brasileira, Afrodísio Sampaio Coelho, Antônio de Queirós Teles, Luís Figueira de Melo, Luís Bueno de Miranda; pela Sociedade Rural Brasileira, Teodoro Quartim Barbosa, Alberto de Oliveira Coutinho, Cezário

Coimbra, José Procópio Ferraz; e pela Sociedade Paulista de Agricultura, Artur Diedericksen e Oscar Thompson. Alguns destes nomes pertenciam ao Partido Democrático, como Cezário Coimbra ou Quartim Barbosa; outros ao Partido Republicano Paulista, como Artur Diedericksen, e outros iriam se filiar à Comissão de Organização da Lavoura (ligada politicamente a João Alberto), como Afrodísio Sampaio Coelho.

15) Cf. *Diário Nacional* de 10/12/1930.

16) Ver LOVE, Joseph - São Paulo in the Brazilian Federation 1889-1937. Stanford, Stanford University Press, 1980, pp. 219 e segs.

17) Cf. *Diário Nacional* de 23/08/1931.

18) Não se pode estabelecer uma relação direta entre o Partido Democrático, José Maria Whitaker, Numa de Oliveira e Laudo de Camargo. Já vimos, anteriormente, as gestões desenvolvidas pelos democráticos, no sentido de indicar um nome do partido para o lugar do interventor demissionário. A esse respeito, Paulo Nogueira Filho citava uma carta de Francisco Morato em que este se pronunciava de forma pouco simpática a maneira de agir do ex-ministro da Fazenda, por ocasião dessa crise. Nogueira Filho explicava: "Por fim, a insinuação referente ao Dr. José Maria Whitaker resultava das reservas que sempre existiram, embora elegantemente veladas, entre a direção do Partido e o chamado grupo político José Carlos Macedo Soares, ao qual se pensava pertencesse o Ministro da Fazenda. O engano residia em que nunca existiu, politicamente organizado, um grupo José Carlos e muito menos, por um instante sequer, o Dr. Whitaker, assoberbado com as tarefas de sua pasta, realizou qualquer incursão no terreno político-partidário". NOGUEIRA FILHO, Paulo - A guerra cívica 1932. 1º vol. Ocupação Militar, pp. 85-86. Por outro lado, Numa de Oliveira era simpatizante do Partido Democrático — responsável por vários empréstimos de seu banco ao partido —, ainda que não assumisse a vinculação publicamente. Cf. Entrevista de Hermann de Moraes Barros à autora.

19) Ver NOGUEIRA FILHO, Paulo - op. cit., p. 294.

20) As conclusões de Joseph Love mostram que as três associações, A Liga Agrícola Brasileia, a Sociedade Rural Brasileira e a Sociedade Paulista de Agricultura, pugnavam, muitas vezes, pelos mesmos objetivos, como ocorreu na luta pela defesa permanente do café; ressalta também que os dirigentes algumas vezes eram os mesmos, ainda que não simultaneamente. Afirma Love: "Não encontrei qualquer clara correlação entre essas associações agrícolas e os partidos políticos dos meados dos anos 20". Indica que a Liga Agrícola Brasileira era a mais descontente com o governo e que alguns de seus membros ajudaram a formar o Partido Democrático, como Cândido Rodrigues; mas Gabriel Ribeiro dos Santos, também presidente da Liga Agrícola Brasileira, permaneceu no Partido Republicano Paulista e, como tal, foi secretário da Agricultura de 1924 a 1927". Cf. LOVE, Joseph - op. cit., p. 226.

21) Para Maria Hermínia Tavares de Almeida "a diferenciação e o conflito de interesses não foi de molde a opor a burguesia industrial, de um lado, e as demais frações da burguesia cafeeira de outro. Ao contrário, enquanto os industriais e a maioria dos cafeicultores continuaram solidários e ambos fiéis à sua representação política aglutinada no Partido Republicano Paulista, setores primordialmente vinculados às atividades financeiras (e, em menor medida, grupos ligados à lavoura) engrossaram ou ampliaram os suportes sociais do Partido Democrático" (grifos nossos). ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945). Tese de Doutoramento apresentada ao Depto. de Ciências Sociais da F.F.L.C.H. da USP, 1978, p. 85 (mimeogr.).

22) "A política econômica de 1931 contemplou os interesses cafeeiros, ainda que diferencialmente: a lavoura foi mantida num certo patamar, mesmo que baixo; os bancos receberiam melhor tratamento, evitando-se conseqüências desastrosas para todos. Não os contemplou integralmente, nem poderia fazê-lo". AURELIANO, Liana Maria - No limiar da industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 114.

23) Nos documentos pesquisados e nas entrevistas realizadas, comprovamos a desvinculação partidária de José Maria Whi

taker (ver também nota 18).

24) Cf. Relatório das Comissões Técnicas. A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.

25) Cf. LOVE, Joseph - op. cit., p. 113.

26) Ver NOGUEIRA FILHO, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista. A Guerra Cívica 1932. 3º vol. Povo em armas. 2º tomo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, p. 467.

27) Cf. O ESP de 03/05/1933.

28) Cf. FAUSTO, Bóris - A revolução de 1930. Historiografia e História. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 33.

29) Cf. Relatório da Comissão de Indústria e Comércio. A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.

30) Cf. Relatório da Comissão de Finanças. A.I.H.G.S.P., pacote 5 do A.P.D.

31) Cf. *Diário Nacional* de 23/03/1928.

32) Cf. *Diário Nacional* de 24/03/1928.

33) Cf. *Diário Nacional* de 28/03/1928.

34) Carta de São Paulo de Octávio Pupo Nogueira de 20/10/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 46 do A.P.D.

35) Ver NOGUEIRA, O. Pupo - Em torno das tarifas aduaneiras, pp. 55-59. Apud CARONE, Edgard - O pensamento industrial no Brasil (1880-1945). São Paulo, Difel, 1977, pp. 506-509.

36) Ver CARONE, Edgard - A República Velha. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1972, pp. 84 e segs.

37) Ver NOGUEIRA, O. Pupo - op. cit., pp. 91-112. Apud CARONE, Edgard - op. cit., pp. 510 e segs.

38) BRAGA, Cincinato - Problemas brasileiros; magnos problemas econômicos de São Paulo. 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1948; ver sobre este político, a tese de SALIBA, Elias Thomé - Ideologia liberal e oligarquia paulista; a atuação e as idéias de Cincinato Braga, 1891-1930. Tese de Doutoramento apresentada ao Depto. de História da F.F.L.C.H. da USP, 1981 (mimeogr.), especialmente o capítulo IV, "O projeto de uma nova civilização agrícola e o seu desenvolvimento".

39) Ver JARDIM, Renato - op. cit., p. 125.

40) Ver plataforma de Washington Luiz in CASALECCHI, José Ênio (org.) - As plataformas políticas dos candidatos a presidência do Estado de São Paulo na Primeira República. Araraquara, Boletim de Economia e História nº 1, 1978, pp. 76 e segs.

41) DÓRIA, A. de Sampaio - A questão social. São Paulo, Oficina Gráfica Monteiro Lobato, 1922; RODRIGUES, F. Contreiras - A questão social e o Partido Democrático Nacional. Rio de Janeiro, Tipografia do Anuário do Brasil, 1928

42) Até mesmo o BOC tinha em seu programa, como verificamos, um item sobre o desenvolvimento do cooperativismo, o que demonstrava como tal proposta foi encampada indistintamente por diversos setores políticos. As virtudes do cooperativismo, segundo Charles Gide eram: 1- Viver melhor;

plificar as rodagens, suprimindo os intermediários inúteis; 5- combater a venda de bebidas; 6- interessar as mulheres nas questões sociais; 7- emancipar o povo pela educação; 8- reconstituir uma propriedade coletiva; 9- facilitar a todos o acesso à propriedade; 10- fixar o justo preço; 11- suprimir o lucro; 12- abolir os conflitos. Citado por DÓRIA, Sampaio - op. cit., pp. 179 e segs.

43) Cf. DÓRIA, Sampaio - op. cit., pp. 370-372.

44) Citando a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, Sampaio Dória apresentava esse resumo das propostas católicas. Cf. DÓRIA, Sampaio - op. cit., pp. 147-148.

45) Cf. PEREIRA, Astrojildo - Ensaios históricos e políticos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 118-119.

46) Marcos Mélega apresentara anteriormente ao Conselho Consultivo do Partido Democrático um projeto sobre aposentadorias e pensões dos trabalhadores: "funcionários bancários, comerciários e agrícolas, empregados de hotéis, 'chauffeurs', criados, etc.;". Não se referia a operarios. Os beneficiados se aposentariam com 30 anos de serviço ou 60 anos de idade e deviam contribuir mensalmente com uma certa porcentagem dos ordenados recebidos. Cf. *Diário Nacional* de 14/07/1929.

47) Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo - O Partido Democrático e Revolução de 1930. São Paulo, José Olympio, 1965, vol., p. 598.

48) Papéis referentes ao VII Congresso. A.I.H.G.S.P., pacote 22 do A.P.D.

49) Cf. propostas apresentadas ao VIII Congresso. A.I.H.G.S.P., pacote 23 do A.P.D.

50) Cf. *Diário Nacional* de 30/07/1927.

51) Nas palavras de Francisco Morato: "O pensamento é este: quanto à liberdade das associações estas estão presas a ordem jurídica e contra elas a lei faculta ao Executivo os meios preventivos; em relação à liberdade de pensamento, não há meio preventivo, há meio repressivo". O projeto de lei, segundo o deputado, agia sobre a liberdade de imprensa por meios repressivos. *Diário Nacional* de 30/07/1927.

52) Cf. *Diário Nacional* de 30/07/1927.

53) O editorial indicava que a ameaça do perigo comunista constituía-se numa artimanha para que se atingissem outros fins. Perguntava o editorialista: "Demais, onde está, onde pára, em que consiste deveras esse perigo comunista, que de repente nos ressurge sob o gesto seco e imperativo do Poder? ... Esse perigo já nos apareceu uma vez, ao tempo da guerra... Apareceu, mas nunca se viu de perto. Acredita-se mesmo que não passou de mera alucinação... voluntária. O que não impediu que servisse de pretexto a umas tantas proezas ditatoriais...". *Diário Nacional* de 19/07/1927.

54) Cf. *Diário Nacional* de 16/02/1928.

55) Cf. *Diário Nacional* de 13/03/1928.

56) Cf. *Diário Nacional* de 16/04/1929.

57) Cf. *Diário Nacional* de 05/09/1929.

58) Dizia o *Diário Nacional* de 28/07/1927: "Não sao os comunistas que constituem calamidade pública". Notar a diferença com relação a declarações posteriores.

59) Cf. *Diário Nacional* de 16/11/1930.

60) Cf. *Diário Nacional* de 25/11/1930.

61) A utilização da noção de "notáveis", para os efeitos deste trabalho, pretende, simplesmente, designar as figuras

proeminentes do partido situacionista. Fica, pois, advertido que tal uso não implica definir o Partido Republicano Paulista como um "partido de notáveis", segundo a clássica concepção proposta pela Sociologia Política de Max Weber.

62) As conclusões de Robert Michels sobre domínio oligárquico dentro dos partidos políticos são, a nosso ver, inteiramente pertinentes, quando se analisa a estrutura e a dinâmica internas do Partido Democrático. . A aceitação desta realidade não significa, contudo, que devamos conferir à oligarquização dos partidos o caráter de uma autêntica lei social, como pretendeu o autor acima.

63) Cf. MacPHERSON, C.B. - A democracia liberal. Origens e evolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 69.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rigor, as conclusões desta pesquisa foram sendo apresentadas no decorrer da análise. Não cremos ser necessária a reiteração daquilo que foi demonstrado; apenas salientaremos alguns aspectos dos problemas levantados.

O Partido Democrático constituiu-se como partido político (não simplesmente como associação de interesses), lutou pela conquista do poder, fez a mediação entre grupos de interesse e o Estado e atuou sobre a sociedade. Respondeu às questões de seu tempo com um projeto político-social que correspondia a uma determinada postura e a uma certa visão de classe.

O partido foi criado por um grupo da classe proprietária, ao qual se aliaram setores ponderáveis das classes médias e uma parcela ínfima de trabalhadores. O grupo dirigente, representante da classe dominante, jamais abriu mao da condução das diretrizes fundamentais da agremiação; nesse sentido, o Partído Democrático não foi o porta-voz das classes medias, que tiveram, na agremiação, um lugar subordinado.

Foi, sem dúvida, um partido conservador, com uma plataforma ideológica embasada nos fundamentos liberais — a legitimidade da propriedade, a igualdade jurídica, o individualismo e a liberdade (de associação e expressão). O extraordinário moralismo do Partido Democrático — campanhas contra o jogo, as bebidas alcoólicas e a prostituição consti

tuía outro traço de seu universo ideológico. O anti-comunismo ferrenho e sua identificação com a classe operária se apresentam, na verdade, como traço característico da classe dominante brasileira, que vê nesse regime uma ameaça real às estruturas econômico-políticas burguesas.

Suas ambições políticas ultrapassaram os limites regionais, avançando para o plano nacional, onde, a partir de alianças, tentaram alcançar o poder. Sempre, no entanto, sob a égide de São Paulo, Estado em que o "progresso e a cultura" tinham atingido um grau desconhecido por outras regiões brasileiras, e que, portanto, lhes garantia esse lugar privilegiado.

Para finalizar, enfatizamos que o projeto político-social pensado pelo Partido Democrático constituiu-se na fórmula mais adequada encontrada pela classe dominante para apagar e neutralizar os antagonismos sociais e as oposições de classe. A história política brasileira viu reacender esses mesmos propósitos no partido político que foi, nesse aspecto fundamental, o continuador do finado Partido Democrático, a

I - DOCUMENTAÇÃO

- Arquivo do Partido Democrático (A.P.D.) localizado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (A.I.H. G.S.P.).

  Arquivo do jornal O Estado de São Paulo.

- Arquivo Aureliano Leite existente no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

  Arquivo Áureo de Almeida Camargo (particular).

- Arquivo do Estado de São Paulo (D.A.E.S.P.).

  Jornais:

  Diário Nacional

  O Estado de São Paulo

  O Correio Paulistano.

II - ENTREVISTAS

Benedito Pires de Almeida (Tietê)

Caio Prado Júnior

Hermann de Moraes Barros

Italo Savelli (São Carlos)

Paulo Duarte

Pedro Ferraz do Amaral

Rubens Borba de Moraes

III - BIBLIOGRAFIA

ABENDROTH, Wolfgange & LENK, Kurt (org.) - Introducción a la ciencia política. Barcelona, Editorial Anagrama, 1971.

ALBUQUERQUE, J.A. Guillon (org.) - Classes médias e política no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945). Tese de Doutoramento a presentada ao Depto. de Ciências Sociais da F.F.L.C.H. da USP, 1978 (mimeogr.).

ALMOND, G.A. & POWELL, G.B. - Comparative politics: a developmental approach. Boston, Little Brown and Company, 1966.

ALTHUSSER, Louis - Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa, Editorial Presença, 1974.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martines - A luta oligárquica no Rio Grande do Sul na República Velha. O movimento das oposições na conjuntura de 1921/1923. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de História da F.F.L.C.H. da USP, 1981 (mimeogr.).

AURELIANO, Liana Maria - No limiar da industrialização. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

BAER, Werner - A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979.

BARROS, João Alberto Lins e - Memórias de um revolucionário. A marcha da Coluna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1954, 2a. edição.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita - A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BOEHRER, George C.A. - Da monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

BORGES, Vany Pacheco Getúlio Vargas e a oligarquia paulis-

ta. História de uma esperança e muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.

CANO, Wilson - Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977.

CAPELATO, Maria Helena - O movimento de 1932. A causa paulista. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia - O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, F. Henrique - O modelo político brasileiro. São Paulo, Difel, 1972.

CARONE, Edgard - A República Velha. Evolução política. São Paulo, Difel, 1972.

CARONE, Edgard - A República Velha. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1972.

CARONE, Edgard - A República Nova (1930-1937). São Paulo, Difel, 1974.

CARONE, Edgard (org.) - O tenentismo. São Paulo, 1975.

CASALECCHI, José Ênio As plataformas políticas dos candidatos à Presidência do Estado de São Paulo na Primeira República. Araraquara, Boletim de Economia e História, nº 1, 1978.

CASTRO, Sertório de - A República que a Revolução destruiu. Rio de Janeiro, Freitas Bastos e Cia., 1933.

CERQUEIRA, Levy - Pela democracia. Em torno do "Partido Democrático" de São Paulo. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas "Alba", 1931.

CERRONI, Umberto - "Para una teoria del partido político", in Teoria marxista del partido político. Cordoba, Pasado y Presente, 1973.

CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho - Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e

Terra, 1978.

DEAN, Warren - A industrialização de São Paulo. São Paulo, Difel/Edusp, 1981.

DECCA, Edgar de - 1930 O silêncio dos vencidos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

DIAS, Evérardo - História das lutas sociais no Brasil. São Paulo, EDAGLIT, 1962.

DINIZ, Eli - Empresário, estado e capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DÓRIA, A. de Sampaio A questão social. São Paulo, Oficina Monteiro Lobato e Cia., 1972.

DUARTE, Paulo - Que é que há. São Paulo, s/ed. e s/d.

DULLES, John W. Foster - Anarquistas e comunistas no Brasil.

DUVERGER, Maurice - Os partidos políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

FAORO, Raymundo - Os donos do poder. Porto Alegre, Ed. Globo/Edusp, 1975.

FAUSTO, Bóris - Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo, Difel, 1976.

FAUSTO, Bóris (org.) - História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III., O Brasil republicano. 1º vol. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1975.

FAUSTO, Bóris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil republicano. 2º vol. Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo, Difel, 1977.

FAUSTO, Bóris - A Revolução de 1930. Historiografia e História. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Bóris - Pequenos ensaios de história da República (1889-1945). Cadernos Cebrap nº 10, 1972.

FERNANDES, Florestan - A revolução burguesa no Brasil. São Paulo, Zahar, 1975.

FONTOURA, João Neves da - Memórias. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porto Alegre, Ed. Globo, 1963.

FORJAZ, Maria Cecília Spina - Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930). São Paulo, Livraria Editora Polis Ltda., 1978.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo - História e teoria dos partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - "As idéias estão no lugar", in Cadernos de Debate, nº 1, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976.

FRANCO, Virgílio A. de Mello - Outubro, 1930. Schimidt Editor, 1931.

FURTADO, Celso - Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

GOMES, Angela Maria Castro e outros - Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980.

GRAMSCI, Antônio - Maquiável. A política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antônio - Obras escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

HUNTINGTON, Samuel P. - Ordem política nas sociedades em mudança. São Paulo, Edusp, 1976.

IANNI, Octavio - Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

JARDIM, Renato - A aventura de outubro e a invasão de São Paulo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d.

JARDIM, Renato - Um libelo a sustentar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.

LACERDA, Carlos Depoimento. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

LAFER, Celso - O sistema político brasileiro. São Paulo, Perspectiva, 1975.

LA PALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (ed.) Political parties and political development. Princeton, Princeton University Press, 1969.

LASKI, Harold J. - O liberalismo europeu. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1973.

LEAL, Victor Nunes - Coronelismo, enxada e voto. 2a. ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Aureliano - Memórias de um revolucionário. Revolução de 1930. Pródomos e conseqüências. São Paulo, s/ed., 1931.

LENK, Kurt & NEUMANN, Franz (eds.) - Teoria y sociologia criticas de los partidos políticos. Barcelona, Editorial Anagrama, 1980.

LEVI, Darrel E. - A família Prado. São Paulo, Cultura 70 - Livraria e Editora S/A, 1977.

LEVINE, Robert M. - O regime de Vargas. Os anos críticos 1934-1938. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1970.

LIMA SOBRINHO, Barbosa - A verdade sobre a revolução de outubro de 1930. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1975.

LOVE, Joseph L. - São Paulo in the Brazilian Federation - 1889-1937. Stanford, Stanford University Press, 1980.

LOVE, Joseph L. - "Political participation in Brazil, 1881-1969", in Luso-Brazilian Review, vol. III, nº 2, dez. 1970.

LUIZETTO, Flávio V. Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de História da F.F.L.C.H. da USP, 1975 (mimeogr.).

MACAULAY, Neil - A coluna Prestes. São Paulo, Difel, 1977.

MacPHERSON, C.B. - A teoria política do individualismo possessivo - de Hobbes a Lock. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.

MacPHERSON, C.B. A democracia liberal. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MARX, Karl - La ideologia alemana. Montevidéu, Ediciones Pueblos Unidos, 1966.

MARX, Karl - Contribuição à crítica de economia política. Lisboa, Estampa, 1971.

MESQUITA FILHO, Júlio de - Política e cultura. São Paulo, Livraria Martins Editora S.A., 1969.

MESQUITA FILHO, Júlio de - A crise nacional. Reflexões em torno de uma data. São Paulo, Secção de Obras de "O ESP", 1925.

MICHELS, Robert - Political parties. New York, The Free Press, 1966.

MILIBAND, Ralph - Marxism and politics. Oxford, Oxford University Press, 1977.

MORAES, Evaristo de Da monarquia para a República (1870-1889). Rio de Janeiro, Athena Editora, s/d.

MOREIRA, Rangel - Em face da revolução. São Paulo, s/ed., 1930.

MOTA, Carlos Guilherme - Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo, Ed. Ática, 1977.

MOTA, Carlos Guilherme & CAPELATO, Maria Helena História da *Folha de S. Paulo* (1921-1981). São Paulo, IMPRESS, 1980.

MOTA, Lourenço Dantas (coord.) - A história vivida (I). São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, 1981.

MOTTA, Paulo Roberto - Movimentos partidários no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

NEUMANN, Sigmund - Modern political parties. Chicago, The University of Chicago Press, 1956.

NOGUEIRA FILHO, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930. São Paulo, José Olympio, 1965.

NOGUEIRA FILHO, Paulo - A guerra cívica 1932. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, 1966, 1967, 1971 (4 volumes).

PEREIRA, Astrojildo - Ensaios históricos e políticos. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio M.S. - Política e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

PRADO, Nazareth - Antônio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1929.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1976.

RAMOS, Plínio de Abreu - Os partidos políticos e o Estado Novo. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.

RODRIGUES, F. Contreiras - A questão social e o Partido Democrático Nacional. Rio de Janeiro, Tip. do Anuário do Brasil, 1928.

ROSSANDA, Rossana - "De Marx a Marx: clase y partido", in Teoria marxista del partido político 3. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1974.

SAES, Décio Azevedo Marques de - Industrialização, populismo e classe média no Brasil. Caderno nº 6, I.F.C.H. da UNICAMP.

SAES, Décio Azevedo Marques de - O civilismo das camadas brasileiras na Primeira República (1889-1930). Caderno nº 1, I.F.C.H. da UNICAMP, 1973.

SAES, Décio Azevedo Marques de - "Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação", in Estudios Rurales Latinoamericanos, vol. 1, nº 3.

SAES, Flávio Azevedo Marques de - A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira (Um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo). Tese de

Doutoramento apresentada ao Depto. de Ciências Sociais da F.F.L.C.H. da USP, 1979 (mimeogr.).

SALIBA, Elias Thomé - Ideologia liberal e oligarquia paulista; a atuação e as idéias de Cincinato Braga, 1891-1930. Tese de Doutoramento apresentada ao Depto. de História da F.F.L.C.H. da USP, 1981 (mimeogr.).

SANTA ROSA, Virgínio - O sentido do tenentismo. 3a. ed.,São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, José Maria dos - A política geral do Brasil. São Paulo, J. Magalhães, 1930.

SCHWATZMAN, Simon - São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo, Difel, 1975.

SERVA, Mário Pinto - Problemas brasileiros. São Paulo, Livraria Liberdade, 1929.

SILVA, Hélio - 1930, a revolucão traída. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Hélio - 1931 - Os tenentes no poder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Hélio - 1932 - A guerra paulista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, Hélio - 1933 - A crise do tenentismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

SILVA, Sérgio - Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SIMONSEN, Roberto C. - A evolução industrial do Btasil e outros estudos. São Paulo, Cia. Editora Nacional e Editora da USP, 1973 (Brasiliana - vol. 349).

SOARES, José Carlos de Macedo - Justiça. Paris, s/ed., 1925.

SOUZA, M. do C. Campello de - Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, M. do C. Campello de - "O processo político-partidário na Primeira República", in Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difel, 1968.

TÁVORA, Juarez - Uma vida e muitas lutas. A caminhada no Altiplano. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

TELAROLLI, Rodolfo - A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República. Tese de Doutoramento apresentada ao Depto. de História da F.F. L.C.H. da USP, 1981 (mimeogr.).

VACHET, André - La ideologia liberal. Madrid, Editorial Fundamento, 1972 (2 volumes).

VAMPRÉ, Leven - São Paulo, terra conquistada. São Paulo, Sociedade Impressora Paulista, 1932.

VÁRIOS AUTORES - Homens de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1955.

VÁRIOS AUTORES - O voto secreto. São Paulo, Livraria Liberdade, 1927.

WEFFORT, Francisco O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WOLFE, Alan e outros - A questão da democracia. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1980.

APÊNDICE

A VISÃO DOS CONTEMPORÂNEOS

O Partido Democrático foi alvo de críticas e louvações, de ódio e paixão por parte dos políticos, seus contemporaneos. Apresentaremos aqui, resumidamente, algumas dessas opiniões. Escolhemos depoimentos de representantes do Partido Republicano Paulista, do tenentismo e também manifestações de simpatizantes democráticos. A maior parte desses livros foi escrita nos anos próximos aos eventos, o que empresta a esses documentos um significado mais intenso. Outros, publicados posteriormente, são mais elaborados e procuram passar uma imagem mais bem construída a favor ou contra o partido.

Renato Jardim em seus dois livros, *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo* e *Um libelo a sustentar* [1] fez a defesa do Partido Republicano Paulista e responsabilizou o Partido Democrático pela "derrota" de São Paulo. Condenava a "revolução" de 1930 e acusava os democráticos de terem contribuído para a "rendição" de São Paulo diante dos "invasores" gaúchos.

Louvando o Partido Republicano Paulista, associava a riqueza, o crescimento e o progresso de São Paulo à açao benéfica dos perrepistas. De outro lado, apresentava os democráticos como um pequeno grupo inexperiente de "idealistas" que desejavam "servir" à política, perdidos entre um sem número muito maior de "descontentes de toda espécie da política dominante; entre os seus fundadores e seus dirigentes so-

bressaiam figuras a que chamaria José Américo, o trêfego tenente civil, 'políticos suspeitos e carcomidos'" (2).

Afirmava que a oposição poderia ser útil ao bom andamento do governo "a despeito da falta de um programa diferente no campo das idéias políticas (no gênero, só aparecia a do 'voto secreto') e a despeito da heterogeneidade da sua composição" (3). Entretanto, segundo o autor, a ação educativa a que a agremiação se propôs durou pouco. Logo "descambou", partindo para invectivas pessoais e apaixonadas através da imprensa e "socorreu-se de todos os meios, habituais nos políticos sem escrúpulos, para canalizar para os seus candidatos votos conscientes ou inconscientes, reais ou irreais" (4) Mais adiante, completava suas críticas, afirmando que o Partido Democrático "iria vender São Paulo, e a preço vil, preço que afinal nem pago foi!" (5)

Renato Jardim desencadeou em seu livro uma série de acusações pessoais, no velho estilo, contra alguns membros do Partido Democrático; os mais visados foram Paulo de Moraes Barros, Marrey Júnior e Aureliano Leite. Em *Um libelo a sustentar*, ele retomava e reforçava todas as incriminações pessoais que passavam em geral pela covardia, pelo oportunismo e pela corrupção. Suas acusações eram ferinas e suscitaram respostas públicas de pelo menos dois membros do Partido Democrático: Marrey Júnior e Aureliano Leite.

Sua avaliação do Partido Democrático era demolidora; o partido nao tinha um programa inovador, nao possuia ele

mentos de proa em sua agremiação, não contribuira em nada para o "progresso" de São Paulo. Pelo contrário, "traíra" a terra paulista, entregando-a aos "invasores". No entanto, aceitava, sem maiores reparos, a Frente Única (Partido Republicano Paulista-Partido Democrático). O rompimento do Partido Democrático com Getúlio Vargas era apresentado em termos de disputa pelo poder. Dizia Jardim: "São Paulo pertencia-lhes (ao Partido Democrático) de direito. Haviam cooperado na 'revolução' com o objetivo único de terem para si o governo do Estado. Já começavam a julgar, ante a espoliação de que eram vítimas, que o movimento de outubro falira, e que o país estava sendo a desgraçada presa de uma súcia de malandros" (6)

Procurava dissociar o Partido Republicano Paulista do termo oligarquia, afirmando: "O Partido Republicano Paulista é o partido das 'classes conservadoras' de São Paulo, e em São Paulo as 'classes conservadoras' são a sua população mesma... o quase exclusivo eleitor paulista é o lavrador de café. Em torno dele, em plena comunhão de interesses e aspirações, o negociante, o pequeno industrial, o artesão, o operário agrícola, socialmente tributários dele, e assim os elementos da chamada 'classe liberal'... A própria grande indústria (...) está nas fileiras do velho partido (...). O Partido Republicano Paulista que, por assim dizer, com o governo se confunde — governo que tem eleitoralmente essa origem — não é classificável como 'oligarquia'.

Nessa concepçao, pouco espaço social sobrava para

um partido de oposição que deveria apenas dar o "tempero" à situação. Assim..." (7).

***

Rangel Moreira, em *Em face da Revolução* (8), criticava o novo governo de Getúlio Vargas, que considerava fruto de uma "revolta militar" (9) referindo-se sempre negativamente aos democráticos.

Seus ataques também eram pessoais e seus alvos favoritos, Francisco Morato e Mafrey Júnior. Espicaçava outros nomes, mas com menor veemência. O Partido Democrático estava composto, ao lado desses líderes, por "um grupo numeroso de rapazes. Alguns bem dotados de inteligência, alguns possuidores de cultura jurídica, alguns bons amigos e excelentes cidadãos. Mas, todos into eran es todos violentos, todos capazes de praticarem os mesmos erros, apontados na conduta de seus inimigos. Em seguida, fechando o bando reformista, todos os descontentes do Partido Republicano Paulista, generais aposentados por invalidez, oficiais cansados de esperas pelo ingênuo desejo de conhecerem outras vozes de mando" (10)

Criticava os homens, repudiava o programa do Partido Democrático, que dizia ser vago e mais "apropriado ao Exército da Salvação"; afirmava que os democráticos só queriam o poder e tinham obtido algum êxito nas urnas "graças à lisura do Partido Republicano Paulista" (11). Aderiram aos vencedores de 1930, para cuja vitória em nada concorreram (12) sim

plesmente para satisfazerem o antigo desejo de governar, de manejar os dinheiros do Estado e de dispor de empregos públicos (13).

O partido era desqualificado inteiramente no libelo de Rangel Moreira, desde seus homens, passando pelo seu programa e finalmente pela sua ação. Atribuía ao Partido Democrático os mesmos erros imputados ao Partido Republicano Paulista, não lhe reconhecendo qualidade alguma que merecesse ser apontada. O partido, em sua concepção, desejava, acima de tudo, o poder, fazendo tudo para conquistá-lo.

Em suma, os ataques perrepistas ao Partido Democrático centrava-se nos homens e nas suas ações. De modo particular, a articulação dos democráticos com os "revolucionários" era condenada, salientando-se seu papel na "rendição" de São Paulo aos vencedores de 1930.

Note-se, ainda, que os perrepistas associavam a riqueza de São Paulo ao partido dominante, justificando com isso os meios utilizados para alcançá-la. Não faziam qualquer tipo de defesa com relação às acusações em geral endereçadas ao Partido Republicano Paulista. Pelo contrário, como se isso fizesse parte da política, apontavam no Partido Democrático as masmas mazelas encontradas no Partido Republicano Paulista, retirando, assim, qualquer justificativa para a existência de um partido de oposição.

***

Numa outra perspectiva, os tenentes, aliados a princípio e inimigos depois da vitória de 1930, procuravam, de forma geral, empalidecer a ação do Partido Democrático na conspiração e na eclosão do movimento para assim justificar seu alijamento do poder. João Alberto, inimigo irreconciliável dos democráticos, em *Memórias de um revolucionário* (14), publicado em 1954, afirmava que o Partido Democrático não era visto com simpatia pelo quartel general dos revolucionários, porque demonstrara pouca colaboração durante a fase preparatória da "revolução" e nos momentos decisivos de outubro.

O autor se isentava de qualquer postura ambiciosa, declarando estar apenas cumprindo "seu dever de revolucionário" ao assumir o governo de São Paulo. Em contrapartida, o Partido Democrático era visto como ávido pelo poder, jogando com todas as armas para atingir esse objetivo.

Apresentava muito sucintamente o desagrado de Miguel Costa quando ele fora nomeado delegado militar e declarava: "Não se julgava (Miguel Costa) preterido por mim, que o investira no comando da tropa, logo no começo das operações. Conformou-se com a situação" (15). Vargas o nomeara porque: "(...) eu era um dos elementos revolucionários mais prestigiados junto ao governo provisório: a minha investidura na interventoria, longe de significar um ato de força hostil aos brios paulistas, representava, muito pelo contrário, uma oportunidade para integrar São Paulo na ordem revolucionária nascente" (16)

Os desentendimentos entre o Partido Democrático e o interventor foram de tal ordem, como vimos, que mais de 20 anos depois, João Alberto mantinha uma posição hostial ao Partido Democrático. Na mesma medida, Júlio de Mesquita Filho, na resenha que fez do livro de João Alberto, publicada em O ESP [17], criticava acerbamente a figura do tenente-interventor.

Nessa resenha, Júlio de Mesquita Filho lamentava que, num volume de 250 páginas, João Alberto dedicasse apenas oito à sua atuação frente ao governo de São Paulo. Continuava apontando suas fracas qualidades para o exercício de tal posto já que "nascido e criado no Nordeste, habituado vida primitiva daquela infeliz região e ao primarismo das populações do Sul, o sr. João Alberto era um gritante anacronismo a perambular pelos salões dos Campos Elíseos" [18].

Censurando a passagem do livro em que o ex-tenente considerava o episódio da interventoria como "um grande conflito entre oficiais revolucionários e políticos do Partido Democrático", Júlio de Mesquita Filho afirmava que essa incompreensão dos acontecimentos podia ser atribuída ao fato de João Alberto ser um "espírito formado num meio distante pelo menos cinquenta anos do grau de evolução social que já havíamos atingido, sem prática nenhuma dos homens e da coisa pública" [19].

Entendendo o autor que a nomeação de João Alberto correspondia a um plano mais amplo de afastar São Paulo do

poder decisório nacional, analisava: "Era ainda evidente que a execução do sinistro plano dependeria acima de tudo da maneira como em face dele se comportassem os paulistas. Exercendo praticamente, e desde 1889, a hegemonia política na Federação; era extremamente duvidoso que viessem a consentir, sem reação, no aviltamento das instituições e no predomínio da horda rio-grandense sobre o País. É então que surge em cena como figura de primeiro plano da política nacional, o Sr. João Alberto" (20).

Contrapondo o São Paulo do Partido Democrático ao Rio Grande do Sul de Getúlio Vargas, notava o autor que João Alberto reservara apenas vinte ou trinta linhas à luta entre ele e o Partido Democrático, entendida pelo autor como "uma simples explosão da desmedida ambição dos democráticos". Na sua linguagem cáustica, segundo o jornalista, o que se passou foi "um choque entre o Brasil organicamente diferenciado e o Brasil horda. Em outras palavras, era a civilização e a barbárie que tornariam a medir-se em terras do Atlântico Sul" (21)

Nessa mesma linha de raciocínio, ironicamente desculpando João Alberto pela falta de compreensão dos eventos, anunciava: "Assim, era natural que lhe escapasse o sentido real do que à sua volta se desenrolava, o drama resultante do embate entre a fronteira e o Nordeste, de um lado, e a ordem, a disciplina social e o progresso, de outro. Nascido sob o signo do padre Cícero e criado na admiração de Antônio Silvino e Lampião, o determinismo social do meio em que transcor-

reu a sua juventude o impeliria a aproximar-se de Getúlio Vargas, homem da horda — parente próximo dos seus êmulos platinos, de Facundo, de Francio, de Rodriguez, Urquiza e Artigas" (22).

Finalizando, podemos constatar também a perspectiva de Júlio de Mesquita Filho sobre o Partido Democrático. Afirmava ele: "(...) seria exigir demais do jovem coronel, julgá-lo capaz de compreender o papel que, na evolução política do País, representou a agremiação fundada pelo Conselheiro Antônio Prado e Júlio de Mesquita" (23)

Elaborando um esboço da história do Partido Democrático, indicava suas origens dissidência republicana de 1898, passando pelo apoio a
guras e chegando até a Liga Nacionalista. E concluía: "Estes os fatos, esta a realidade, estes os homens que o Sr. João Alberto, em seu livro, pretende fazer passar por meros ambiciosos, sequiososo por posições e em conflito com os militares. Vistos com isenção, os fatos são a própria história da República naquilo que ela tem de mais elevado, de mais puro. Os homens, que neles aparecem, os mais intransigentes depositários do espírito democrático, do que a campanha republicana desde os seus primórdios até os nossos dias teve de mais desinteressado. Sem eles, 22 e 24 não passariam de duas sedições militares, do mesmo modo que não se compreenderia

A ação cotidiana, pertinaz, desse pugilo de obstinados é que deu substância ideológica àqueles dois movimentos. Sem ela, a História nacional não registraria a vitória de 23

de outubro, pois São Paulo unido, Itararé seria instransponível. É o que a Revolução de 32 tornou discutível" (24).

***

O trabalho muito citado de Virgílio de Mello Franco, *Outubro 1930* (25), apresenta uma visão mais cautelosa a respeito do Partido Democrático. O autor centrou suas observaçoes a respeito do partido nas relações deste com a "revolução". Resguardava-se de opiniões pessoais a respeito dos democráticos, indicando a posição dos "revolucionários" gaúchos sobre os políticos paulistas.

Depois de considerar que a todos os membros da Aliança Liberal a solução lógica para o governo de São Paulo seria Francisco Morato, apontava que da mesma forma não pensavam os "revolucionários". Morato era por eles acusado de ter trabalhado pouco pelas eleições de 1930 e de não ter querido contestar os diplomas dos deputados do Partido Republicano Paulista. Assim, São Paulo afastava-se da "revolução". Citava ainda um episódio envolvendo os democráticos que acabou se constituindo num equívoco "invencível". Desde 1926, afirmavam os tenentes, um membro do Partido Democrático fora a Buenos Aires, entrara em contato com Luís Carlos Prestes, prometera recursos e nao cumprira (26)

Por esses motivos todos, "entre os chefes do Partido Democrático e os da revolução estabeleceu-se, assim, o trágico desencontro que via de regra preside às relações dos homens de pensamento com os de açao . A conspiração democrá

tica teve muita semelhança com a Inconfidência Mineira. Os poetas de Vila Rica conspiravam com o Tiradentes por conspirar, mas este conspirava com aqueles para agir" (27)

Essa comparação de Mello Franco não deixava de ser ferina, reforçando a perspectiva dos tenentes, pois os democráticos apareciam como homens de gabinete que pensavam, tramavam, mas que nao queriam se comprometer através das açoes.

O governo de São Paulo nao fora entregue aos democráticos, segundo o autor, pelas razoes acima mencionadas, além do fato de Miguel Costa, o paulista da Coluna, não aceitar Morato no governo, por este não merecer a confiança integral da "revolução". Acrescentava, no entanto, que "aos chefes revolucionários faltava não só tolerância como o senso político necessário para levar a bom termo as negociações" (28)

***

Juarez Távora, nas suas memórias escritas mais de 40 anos após os acontecimentos (29), referia-se muito brevemente ao Partido Democrático. Apresentava uma "enumeração sintética" dos fatos que marcaram o processo de incompatibilização progressiva dos políticos de São Paulo com o tenentismo.

Explicava os desentendimentos entre os democráticos e os tenentes nos seguintes termos: "O fato de São Paulo haver-se constituído no mais forte centro de resistência às forças revolucionárias mobilizadas nos Estados do sul, duran

te a campanha militar — agravado por algumas desgraçadas circunstâncias, entre as quais avulta a morte de Siqueira Campos, ainda na fase de preparação do movimento — constitui-se em fermento ativo da agravação desse desentendimento inicial, entre os democráticos paulistas e os elementos mais radicais do movimento outubrista — nomeadamente, os chamados Tenentes" (30)

Na sua narração sobre o movimento de 1932, preocupava-se em justificar a recusa do comando de uma brigada ormada por unidades da polícia e voluntários de alguns Estados do norte por três razões, entre elas, a de não querer dar novo pretexto aos paulistas, "para me considerarem inimigo de São Paulo" (31).

Em 1933, quando da escolha por Vargas do novo interventor paulista o autor declarava ter feito "restrições à escolha do Dr. Armando de Salles Oliveira, então assentada, por julgá-lo demasiadamente ligado à mentalidade do grupo diretor de *O Estado de S. Paulo*, órgão extremamente apaixonado contra a ala Tenentista' da Revolução de 1930" (32)

***

João Neves de Fontoura, republicano gaúcho, batalhador do movimento de outubro, desentendeu-se posteriormente com Getúlio Vargas e apoiou o levante paulista de 1932. Nas suas memórias (33) referia-se aos democráticos de São Paulo em diversas situações; louvava a atuação dos deputados do Partido Democrático na Câmara Federal, da qual fazia tam-

bém parte, como oposicionista ao governo de Washington Luiz.

Deteve-se depois no episódio Morato e a intervento paulista. Para o autor, "no fundo da controvérsia, tudo procedia da situação de preeminência, reclamada depois da queda do governo, pelo Partido Democrático de São Paulo. Ele tinha sido nosso aliado na campanha presidencial, e lutara com denodo" (34)

Havia uma certa resistência da parte de Vargas e uma férrea oposição de João Alberto e Miguel Costa. Segundo Neves da Fontoura, Miguel Costa não era "um guloso de posições", mas já João Alberto "ostentava todos os traços de um homem público, que em plena juventude via inesperadamente abertos à sua frente os mais belos caminhos" (3

Ainda que o partido contasse com "um belo estado-maior composto de figuras de primeira ordem", os "revolucionários" faziam "uma distinção em benefício próprio entre os revolucionários autênticos (os de 1922 a 1926) e nós, os de 1930" (36)

Segundo o autor, essa discriminação já se delineara e fora mantida julgando-se os "revolucionários autênticos" com o privilégio de por e dispor dos destinos do Brasil. "O Clube 3 de Outubro, que não tardou a instalar-se (...) no Rio, constituiu o símbolo da odiosa divisão, que tamanhos males causou ao país" (37)

Assim, com a interferência do próprio João Neves, Francisco Morato abriu mao da interventoria paulista a partir de uma sugestão do autor, de desvincular o problema do Secretariado já constituído, da nomeação do líder do Partido Democrático (38)

João Neves demonstrava sua simpatia pelos democráticos paulistas, procurando fazer uma descrição dos fatos em que despontava, em alguns momentos, suas desinteligências com Vargas e os tenentes.

Os democráticos convictos também escreveram sobre o partido. Comecemos por Aureliano Leite que, em suas *Memórias de um revolucionário*, declarava ser o Partido Democrático o responsável pela irradiação para todo o Brasil do "germe de um regime novo e humano de liberdades e garantias" (39).

O Partido lutara contra o Partido Republicano Paulista que não podia ser identificado com São Paulo — "São Paulo é São Paulo. O perrepismo é perrepismo. Repelem-se como a água e o óleo" (40) Nessa luta contra o perrepismo que, na verdade, representava o governo instituído, compuseram-se o Partido Democrático com a Aliança Liberal dispostos a ir até o fim, isto e, a pegar em armas para derrubar os "oligarcas".

No entanto, lamentava o autor: "A nossa pequena agremiação revolucionária dentro do Partido Democrático, pelos

modos, passou a não lhes (dos demais conspiradores) merecer nenhuma atenção. Estavam fortíssimos, com certeza, e nao precisavam de nós. Ou nós não valíamos coisa nenhuma... Ou seria ainda para, isolando os elementos do Partido Democrático, excluir São Paulo do movimento? E com que intenções? Não sei responder" (41)

Vitorioso o movimento, o Partido Democrático desentendeu-se com o interventor e, novamente, voltou à oposição ao governo de São Paulo. Aureliano Leite, criticado por Renato Jardim no livro já citado, defendia-se das acusações de volubilidade, afirmando estar sempre com a "opinião pública" de São Paulo: "Os paulistas manifestaram-se contra os rebeldes de 1924: eu com eles. Entrada a legalidade revoltaram-se contra seus ódios: eu com eles. Organizada a campanha contra o perrepismo, evoluída ela para a Revolução, alistei-me de novo na forma da opinião pública. E trabalhei dentro e fora da lei por seus ideais. Vingada a vitória, um grupo de revolucionários apossa-se de São Paulo. E, repelido pela população, quer escravizá-la. Ora, eu, que teria tudo desse grupo, mas não aceitei, porque sinto nas minhas veias o sangue de paulistas, porque devo a São Paulo o nada que sou, eu, para estar com São Paulo, repelios e combato-os em todo o terreno nobre. Onde a minha volubilidade?" (42)

Esta narrativa de Aureliano Leite é exemplar, pois indica não apenas sua trajetória pessoal, como a de muitos outros filiados ao partido; além de resumir o próprio cami-

nho do partido.

***

Leven Vampré, em seu *São Paulo, terra conquistada* (43) fez a crítica da "revoluçao" e a defesa de São Paulo.

Identificando o Partido Democrático com o que "havia de melhor" em São Paulo, deixava fluir seu regionalismo elitista nas seguintes considerações: "No dia em que o Brasil tiver alguns 'São Paulo' deixará de ser a grande naçao habitada por uma população mesquinha, no dizer do publicista norte-americano, para começar a ser a aurora de um outro Brasil, que nós paulistas sonhamos e do qual constituímos sozinhos a primeira célula" (44)

Inconformado com a perda do governo por parte dos paulistas, vale dizer, dos democráticos, responsabilizava os gaúchos que para sustentar o sonho da hegemonia da política rio-grandense no Brasil, tudo fizeram para enfraquecer São Paulo. Além disso, declarava que Vargas e Osvaldo Aranha consideravam um perigo entregar São Paulo ao Partido Democrático, porque isto representaria o fortalecimento dos libertadores no sul e a eclipse do partido republicano: "Por essa idéia provinciana se cometeram os erros máximos da revolução" (45)

***

O livro de Paulo Duarte, *Que é que há* (46), sem dúvida é o mais polêmico entre aqueles que fizeram a defesa

do Partido Democrático. Escrito em maio de 1931, o autor nao deixara de criticar seus próprios companheiros de agremiaçao.

Recapitulando a história de São Paulo, demorava-se em mostrar a formação do "tipo paulista" que, passados os se culos, conservava o destemor do bandeirante, a resignação e a tenacidade do jesuíta mais a feição romanesca e gloriosa do gaúcho. Mas "chegou o imigrante para depauperar o cruzamento comprometido pela transfusão espúria de um sangue amargurado nos troncos e nas senzalas". O imigrante, com sua ambição aventureira e ausência de sentimento pátrio, deixou sua "Isso tudo, infiltrado da infinita fauna parasitária, de toda a patologia tropical e de uma ignorância generalizada, cozinhou, ao ardor do clima quente, a atual argamassa paulista". O perrepismo modelou essa argamassa se constituindo na expressão de uma época. O próprio "(...) fazendeiro, classe única que verdadeiramente representava a família paulista, acomodou-se no bem estar que o grao vermelho proporcionava. Ficou preguiçoso e indolente. Foi perdendo a memória das glórias passadas" (47)

Diante desse quadro funesto, "a luta contra as oligarquias" era fundamental. E o Partido Democrático pretendia exatamente pugnar por essa causa, fazendo renascer os verdadeiros valores e rejuvenescer os quadros políticos. Para o partido, entrou uma mocidade com "espírito de sacrifício" e "pureza de princípios". Todos se irmanaram na certeza da "necessidade absoluta de se modificarem os costumes, sustendo a decadência oriunda da corrupçao política e dos

desregramentos administrativos" (48)

O Partido Democrático batalhara por esses"ideais", aderindo à "revolução" como única saída possível diante do quadro nacional. Paulo Duarte, à época em que escrevia o livro, já desencantado com os outubristas, procurava entender as razões que levaram o partido a perder o governo; entre elas, destacava a falta de coesão partidária interna e a falta de apoio ao nome de Francisco Morato, por parte dos paulistas. "Dessas correntes civis, fora do Partido, por sentimento ou motivos outros, uns murmuravam, as escondidas, contra o chefe democrático, outros poucos, com algumas condições de substituí-lo, impugnavam-no abertamente, e uns terceiros, mais numerosos, dentre os quais membros do Partido, que davam-se indiferentes e calados, esquecidos de que nao era o partidário ou o correligionário se não a própria sorte de São Paulo que estava em jogo" (49)

Por outro lado, a riqueza e a opulência de São Paulo despertaram a cobiça e a ambição dos vitoriosos gaúchos que utar o governo paulista. E, assim, o Partido Democrático amargava, de novo, as agruras da oposição política (50)

Nas suas críticas ao Partido Democrático, o autor identificava as falhas na agremiação com uma certa desorganização do próprio partido e, especialmente, com alguns elementos "irrequietos e sem ideal", atuando de forma leviana. Comparando o Partido Democrático com o Partido Republicano Pau-

lista, afirmava: "... de um lado, aparecia o Partido Republicano Paulista, composto de um grande agrupamento corrompido, uma pequenina elite boa e uma massa restante incolor. De outro, se salientava o Partido Democrático, formado de uma pequena nata ótima, um grande agrupamento corrompido e, no restante, uma massa perfeitamente sem cor" (51) Continuava indicando, muito curiosamente, que a diferença entre os dois partidos consistia no fato do Partido Democrático ser orientado quase que exclusivamente pela parte boa, enquanto que o Partido Republicano Paulista se guiava pela massa corrupta, guardando-se, em ambos os casos, as poucas exceçoes.

***

Os livros de Paulo Nogueira Filho (52), muito citados no nosso trabalho, contituiram fonte obrigatória para os estudiosos do partido. O autor fazia, do início ao fim, a defesa ardorosa do Partido Democrático, justificando suas falhas e enaltecendo suas conquistas. As falhas eram apresentadas como pontos menores na trajetória gloriosa da agremiação, só superada, na sua opinião, pela "guerra cívica de 1932".

É importante que se assinale o fato da absorção, por parte de muitos estudiosos do partido, da perspectiva ideológica do autor. Paulo Nogueira Filho recompõe a imagem do Partido Democrático como uma agremiação progressista, revolucionária, preocupada com as questões sociais. A ação do grupo considerado pelo autor como elitista foi sempre minimizada, enquanto que a atuação do grupo progressista e revolu-

cionário, valorizada ao extremo. Além disso, o que fica ressaltado era a extraordinária abnegação dos democráticos, seu idealismo, seu desprendimento, sua falta de ambição, seu menosprezo às honrarias fáceis e, antes de tudo, seu desapego ao poder. A política dos democráticos se passava sempre nas alturas dos ideais e das glórias eternas, desvinculadas do "materialismo" pequeno e momentâneo.

***

Para finalizar essas manifestações a respeito do Partido Democrático, é relevante acrescentar aqui as observações feitas por Carlos Lacerda em seu *Depoimento* sobre o início da União Democrática Nacional: No começo ela era uma conspiração, não um partido. Depois começou a ser articulada em São Paulo através das ligações com o Julinho e com o pessoal de lá. Mas o grupo de São Paulo, do Partido Democrático, tinha aos nossos olhos um matiz muito reacionário: Waldemar Ferreira, Vicente Rao... uma gente, para o nosso gosto, muito reacionária até então. A posição do Partido Democrático Paulista era muito conservadora, muito regional. Combatiam o Getúlio menos pelos efeitos maléficos que ele pudesse ter nacionalmente, do que pelo fato de que aos paulistas a Revolução de 30 soou como uma tentativa de destruir a influência de São Paulo na Federação, o que realmente aconteceu" (53).

NOTAS

1) Ver JARDIM, Renato - A aventura de outubro e a invasão de São Paulo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d. e Um libelo a sustentar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.
2) Ver JARDIM, Renato - A aventura de outubro e a invasão de São Paulo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d., p. 130.
3) Ver JARDIM, Renato - op. cit., p. 135.
4) Ver JARDIM, Renato - op. cit., p. 136.
5) Ver JARDIM, Renato - op. cit., p. 137.
6) Ver JARDIM, Renato - Um libelo a sustentar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933, pp. 265-266.
7) Ver JARDIM, Renato - op. cit., pp. 123-124.
8) Ver MOREIRA, Rangel - Em face da revolução. São Paulo, s/ed., 1930.
9) Ver MOREIRA, Rangel - op. cit., p. 96.
10) Ver MOREIRA, Rangel - op. cit., p. 96.
11) Ver MOREIRA, Rangel - op. cit., p. 92.
12) Ver MOREIRA, Rangel - op. cit., p. 96.
13) Ver MOREIRA, Rangel - op. cit., p. 98.
14) Ver BARROS, João Alberto Lins e - Memórias de um revolucionário. A marcha da Coluna. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1954.
15) Ver BARROS, João Alberto Lins e - op. cit., p. 255.
16) Ver BARROS, João Alberto Lins e - op. cit., p. 257.
17) Ver MESQUITA FILHO, Júlio de - "Memórias de um revolucio Barros in O ESP de 20 e 27 de junho e 4 e 9 de julho de 1954.
18) Idem, O ESP de 27/06/1954.
19) Idem, O ESP de 04/07/1954.
20) Idem, O ESP de 04/07/1954.
21) Idem, O ESP de 04/07/1954.
22) Idem, O ESP de 09/07/1954.
23) Idem, O ESP de 09/07/1954.
24) Idem, O ESP de 09/07/1954.
25) Ver FRANCO, Virgílio A. de Mello - Outubro, 1930. Schi

midt Editor, 1931.

26) Ver FRANCO, Virgílio A. de Mello - op. cit, pp. 373-374. O autor referia-se, aqui, a Paulo Nogueira Filho; episódio também narrado por Paulo Duarte, Que é que há, s/ed., s/d., pp. 62 e 87.

27) Ver FRANCO, Virgílio A. de Mello - op. cit., p. 375.

28) Ver FRANCO, Virgílio A. de Mello - op. cit., p. 375.

29) Ver TÁVORA, Juarez - Uma vida e muitas lutas. Vol. II. A caminhada no Altiplano. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, pp. 74-88.

30) Ver TÁVORA, Juarez - op. cit., pp. 74 e segs.

31) Ver TÁVORA, Juarez op. cit., p. 81.

32) Ver TÁVORA, Juarez - op. cit., p. 85.

33) Ver FONTOURA, João Neves da - Memórias. A Aliança Liberal e a Revolucão de 1930. Porto Alegre, Globo, 1963.

34) Ver FONTOURA, João Neves da - op. cit., p. 459.

35) Ver FONTOURA, João Neves da - op. cit., p. 460.

36) Ver FONTOURA, João Neves da - op. cit., pp. 459-460.

37) Ver FONTOURA, João Neves da - op. cit., p. 460.

38) Ver FONTOURA, João Neves da - op. cit., pp. 461-462, Virgílio de Mello Franco narrava o episódio de forma muito semelhante - op. cit., pp. 375 e segs.

39) Ver LEITE, Aureliano - Memórias de um revolucionário. A Revolução de 1930. Prodomos e conseqüências. São Paulo, s/ed., 1931, p. 7.

40) Ver LEITE, Aureliano - op. cit., p. 72.

41) Ver LEITE, Aureliano - op. cit., p. 31.

42) Ver LEITE, Aureliano - op. cit., p. 252.

43) Ver VAMPRÉ, Leven - São Paulo, terra conquistada. São Paulo, Sociedade Impressora Paulista, 1932.

44) Ver VAMPRÉ, Leven - op. cit., p. 44.

45) Ver VAMPRÉ, Leven - op. cit., p. 277.

46) Ver DUARTE, Paulo - Que é que há. S/ed., s/d.

47) Ver DUARTE, Paulo - op. cit., pp. 40-41.

48) Ver DUARTE, Paulo - op. cit., p. 117.

49) Ver DUARTE, Paulo - op. cit., p. 77.

50) Ver DUARTE, Paulo - op. cit., pp. 118-119.

51) Ver DUARTE, Paulo op. cit., pp. 146-147.

52) Referimo-nos às obras já citadas de NOGUEIRA FILHO, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista. O Partido Democrático e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965; A guerra cívica 1932. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, 1966, 1967, 1971 (5 volumes).
Ver LACERDA, Carlos - Depoimento. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, p. 30.